

## **CAPÍTULO 7**

### **PERFIS DE COABITAÇÃO**

Neste capítulo, o nosso objectivo consiste, fundamentalmente, em procurar mostrar a diversidade interna da coabitação de acordo com a hipótese principal que orientou a presente investigação.

A análise, em profundidade, das entrevistas revelou a existência de oito perfis de coabitação: «circunstancial», «moderna», «masculina», «de tradição», «instável», «de transgressão», «de noivado», «de experimentação». A exposição dos resultados da pesquisa empírica segue a ordem de apresentação dos perfis mencionados. Sem pretender antecipar as conclusões impõe-se, contudo, um esclarecimento. A coabitação pré-nupcial, heterogénea do ponto de vista social, abrange vários perfis («noivado», «experimentação», «moderno»), os quais têm em comum a concretização de um projecto de casamento, isto é, a consagração social e legal da união após um período, mais longo ou mais curto, consoante os casos, de vivência informal do casal que umas vezes inclui, outras não, a chegada dos filhos<sup>1</sup>. Procurámos interpretar e identificar o significado associado a cada um dos perfis, colocando-nos na perspectiva dos actores sociais mas também na perspectiva do sociólogo/observador que através de um olhar atento e crítico pretende simultaneamente criar proximidade e distanciamento em relação ao objecto de estudo, socorrendo-se para isso das problemáticas teóricas delineadas, umas vezes à partida, outras no decurso da própria pesquisa empírica.

---

<sup>1</sup> Os entrevistados agregados na categoria abrangente «pré-nupcial», num total de catorze, são oriundos de diversos meios sociais: entrevistas nº 32, 47 e 48 (Grupo I - Profissionais Intelectuais, Científicos e Técnicos); entrevistas nº 18, 22, 37 e 44 (Grupo II - Sectores Intermédios); entrevistas nº 6, 19, 23, 25, 41 e 43 (Grupo III - Operários, Empregados Executantes e outros) e um único caso, nº 34, dos sectores mais desqualificados das classes populares (Grupo IV).

Aparentemente ficaram de fora alguns coabitantes entrevistados. Tratam-se de casos, muito minoritários, relativamente aos quais não foi possível obter uma classificação pertinente nem tão pouco «encaixá-los» nos perfis construídos, ou porque assumem características híbridas e contornos pouco nítidos ou porque só dispomos de um único caso. Na maioria das vezes, porém, tratam-se de casos muito parecidos, embora com variações, com os descritos em cada perfil mas que não foram «eleitos» como exemplos ilustrativos.

Ao longo da construção deste capítulo confrontámo-nos sempre com o dilema, não totalmente resolvido, da escolha entre diversidade/extensão e profundidade. Se alargássemos a descrição do número de casos, cortando ou omitindo parte significativa dos percursos e biografias individuais ou dinâmicas conjugais, que fazem de cada entrevista uma história interessante e singular, ganhávamos em comparação mas perdíamos em profundidade. O compromisso encontrado foi, de acordo com as necessidades, em alguns perfis, de que é exemplo mais notório a coabitação de experimentação, cruzar várias narrativas individuais e, noutros, apresentar apenas um caso paradigmático.

## COABITAÇÃO CIRCUNSTANCIAL

*“Houve algo que precipitou um pouco as coisas, o tal problema familiar dela. Durante o namoro eu e a Marisa nunca tínhamos pensado nisso [em coabitar], nós tínhamos era falado em casar”.*

*“A coabitação é uma fase (...) queremos contrair matrimónio por uma questão de tradição e também pela pressão dos familiares”.*

*“Para mim o laço formal e legal entre duas pessoas é mesmo uma questão secundária. Porque a relação a dois não depende do casamento, depende dos sentimentos”.*

*“A vantagem do casamento é a questão da melhor aceitação da sociedade e dos pais, somos aceites de outra forma”.*

*“Antes de casar também não queremos ter filhos por essa questão de aceitação por parte dos outros. E nós também achamos que isso é que é o certo, porque fomos educados dessa forma”.*

*“(...) no casamento a questão burocrática de assinar contrato parece-me mais inquebrável do que a coabitação”.*

*“A grande vantagem é que, se calhar e de certa forma, permite que nos compreendamos melhor um ao outro: os gostos, os amigos, as saídas. Talvez ela me dê mais liberdade e eu lhe dê mais liberdade a ela. No casamento há a tal questão da posse, penso que se colocam mais limites.”*

*“Faço alguns arranjos mas aquelas tarefas domésticas diárias dificilmente as faço (...). Com ela participo e ajudo, e sinto-me na obrigação de a ajudar porque custa-me estar a vê-la a fazer e eu estar ali sem fazer nada. (...) Embora eu veja e sei que tenho que participar mais nas tarefas domésticas, às vezes também não sei muito bem o que fazer (...). Ela, de certa forma, já me disse que eu não tinha iniciativa (...)”.*

**Hugo, 24 anos, 12º ano, Administrativo**  
(Entrevista nº 3)

Hugo, 24 anos, vive com a Marisa, 22 anos, há um ano, na casa cedida pelos pais dele que habitam o outro andar da moradia situada numa aldeia perto da Covilhã. No plano da pertença social, o casal inclui-se nos sectores intermédios, com a particularidade de viverem em meio rural. O Hugo é técnico administrativo desde que concluiu o 12º ano e a Marisa, também com o 12º ano, foi empregada de mesa mas encontra-se actualmente desempregada.

Os dois jovens, residindo num meio pequeno, conheciam-se já em crianças mas perderam o contacto desde que ela, ainda muito nova, emigrou com os pais para a Suíça. O namoro começou pouco tempo depois do seu regresso, no seio de um grupo de amigos que se encontrava diariamente à noite para “beber um copo” e “conversar”. Ambos têm um percurso afectivo semelhante, não existindo diferenças de género significativas relativamente a convívios, saídas e namoros anteriores. A primeira experiência sexual, quer para o Hugo, quer para a Marisa, foi “um com o outro” e teve início na fase de namoro. Hugo confessa que a Marisa foi o seu “primeiro amor” e que “relações sérias” só teve uma, “que é com a Marisa, o resto foram namoricos”.

Apesar do casal ter namorado um ano e meio, o que para alguns é considerado mais que suficiente, Hugo invoca várias vezes a ideia de uma entrada algo precipitada na conjugalidade. Para além das dúvidas e receios considerados “normais” acerca de como seria a convivência do casal a “viver sob o mesmo tecto”, subentende-se das suas palavras a vontade, em parte frustrada pelas circunstâncias, de prolongar um pouco mais o namoro e de casar sem coabitação prévia.

Vale a pena assinalar que a decisão de coabitar sendo partilhada pelos dois, foi mais urgente para o Hugo, a quem coube a iniciativa da coabitação.

**H:** Essa ideia foi mais minha. A questão familiar dela é que veio a precipitar a actual situação, mas fui eu que falei nessa ideia de vivermos juntos e propus-lhe isso.

É através do discurso masculino que ficamos a saber as razões que levaram este casal a ir viver junto.

**H:** Ela tinha problemas familiares... o pai tem problemas de alcoolismo (...) e eu cheguei à conclusão de que seria o melhor para ela ... nem pensei muito em nós, de

como é que seria depois. (...) porque ela já começava a falar em regressar à Suíça, já não aguentava mais viver naquela situação.

O mau ambiente familiar e o desejo de sair de casa dos pais, que motivou muitas mulheres da geração anterior à de Marisa a querer casar rapidamente levou, neste caso, a Marisa a colocar a hipótese de regressar à Suíça e aí procurar trabalho. Perante esta atitude de independência e antevendo as dificuldades de um “namoro à distância”, o Hugo, para não a deixar «escapar», propôs-lhe irem viver juntos.

A união sem casamento do jovem casal foi “mal vista” na aldeia onde vivem e, como seria de esperar, as críticas incidiram mais no lado feminino. Hugo conta como, apesar de não ter ficado surpreendido, não deixar de se sentir incomodado com a situação.

**H:** Já somos mal vistos por alguns, embora soubessem que a Marisa tinha aqueles problemas em casa. Eu já sabia e até disse à Marisa para se preparar para esta situação que ia acontecer, mas também lhe disse que, embora nos custe, o mais importante somos nós. Os meus pais são muito reservados, mas às vezes a mãe dela comenta com a Marisa que se diz isto ou aquilo sobre ela (...). Os familiares também complicaram muito, não aprovaram muito bem. No caso dos tios falaram com a mãe dela criticando porque é que ela fez isto...enfim....

Encontramos aqui o tema do controlo parental sobre a sexualidade feminina salientado noutra pesquisa (Torres, 2002), esta última realizada exclusivamente em meio urbano. No caso da Marisa esse controle estende-se à família mais alargada (os tios em substituição da figura paterna desautorizada devido a alcoolismo), e à própria comunidade onde o casal se insere. A persistência do tabu da sexualidade e da assimetria dos julgamentos acerca das experiências sexuais dos rapazes e das raparigas, que nesta pequena localidade se fazem ainda sentir com intensidade, explica que situações de coabitação sejam bastante raras e que os jovens da idade do entrevistado acabem por optar pelo casamento. E isto apesar da opinião favorável acerca da união sem papéis que circula entre os amigos do casal, os quais “comentam entre eles que não teriam algum problema em avançar para uma situação idêntica”.

Ao contrário do perfil de coabitação moderna que aparenta decorrer com toda a “naturalidade” na sequência de um relacionamento íntimo e privado, que não está, portanto, tão sujeito a pressões e ritmos exteriores ao casal, aqui ir viver junto sem casar, é assumido como um acto de coragem.

**H:** Foi um pouco um acto de coragem porque é muito complicado sairmos à rua e pensarmos nisso.

No caso do Hugo a coabitação surge como algo que transgride a normalidade social, em que ele próprio, aliás, se revê, quando no decurso da entrevista procura justificar o seu desejo de casar.

**H:** Isso tem a ver com a educação que eu recebi em que a ideia era chegar a uma determinada idade, casar, constituir família e era este o processo normal.

Embora reconheça que “o casamento não vai influenciar nada a relação a dois”, nem “constitui uma prova de amor”, aquele não deixa de ser uma forma de repor a «ordem das coisas» temporariamente quebrada por motivos alheios à vontade do casal.

**H:** Houve algo que precipitou um pouco as coisas, o tal problema familiar dela. Durante o namoro, eu e a Marisa nunca tínhamos pensado nisso [*em coabitar*], nós tínhamos era falado em casar.

Sem conseguir escapar à pressão social, que significa neste caso um peso maior da regulação externa nas relações privadas do casal, «o que deve ser» transforma-se em desejo e vontade própria: “Nós não encaramos a união de facto como algo definitivo, queremos contrair matrimónio por uma questão de tradição e também pela pressão dos familiares”. O entrevistado assume claramente uma posição de transigência face ao que ele considera ser a tradição, a educação recebida e, em particular, a vontade dos pais, dando sentido à ideia de coabitação circunstancial de sentido conformista, termo com o qual designámos este perfil de coabitação. É ele que uma vez mais afirma:

**H:** Perante a família é importante que estejamos casados, até para eles aceitarem um pouco melhor as coisas. Antes de casar também não queremos ter filhos por essa questão de aceitação por parte dos outros. E nós também achamos que isso é que é o certo, porque fomos educados dessa forma.

A dissociação entre casamento e entrada na conjugalidade, ainda que tenha acontecido mais por «força das circunstâncias» do que por «opção», não deixa de ser desejada pelo casal (“o mais importante somos nós”), enquanto que ter filhos fora do casamento já parece contrariar mais profundamente os valores e representações do entrevistado sobre a conjugalidade e a família. Esta questão provoca alguns dilemas e tensões entre o casal, quando se trata de conjugar papéis de género, família e vida

profissional, como veremos mais à frente. Hugo sublinha o carácter temporário da coabitação com a Marisa e estabelece uma distinção clara entre o que, na sua opinião, é uma união de facto com filhos e a situação completamente diferente que ele deseja para si.

**H:** Até porque eu penso que ter filhos antes de casar é uma confirmação da união de facto, dá a essa união de facto um carácter definitivo. Esse não é o nosso objectivo, nós queremos casar primeiro.

A coabitação para o Hugo é encarada como uma «fase» transitória mas não no sentido de um «casamento à experiência». Quando foi viver com a namorada Hugo teve desde logo a percepção que “a relação seria para durar”; o entrevistado nega categoricamente a ideia de experimentação conjugal.

**H:** A união de facto não é definitiva mas a decisão de vivermos juntos é, não é uma experiência. Neste momento não é essa a minha ideia, como, aliás, nunca foi. (...) em muitos casos a coabitação é uma experiência, no nosso caso não o é. Nós encaramos a vida a dois como uma questão definitiva, independentemente do facto de estarmos casados ou não.

A sensação de uma certa precipitação experimentada pelo Hugo ao entrar na conjugalidade por via da coabitação, não deixa de estar relacionado com o papel tradicional de ganha-pão masculino que o entrevistado associa ao casamento.

**H:** Eu fui educado assim, com essa ideia de que só deveria casar com uma certa estabilidade e uma certa independência económica.

A ausência desses requisitos e o sentimento, várias vezes referido, de dependência face aos pais – foram eles que asseguraram as obras da casa, “nós não estávamos preparados financeiramente” – influenciaram fortemente a decisão do Hugo de coabitar em vez de casar.

Quando interrogámos o entrevistado acerca da importância que tem para ele a sua vida profissional, respondeu-nos:

**H:** Muita. Estou a fazer uma coisa de que gosto, para além da parte administrativa trabalho bastante a nível informático e tenho um gosto especial sobre essa área. A questão financeira também é muito importante.

Nota-se, no entanto, um centramento nítido na conjugalidade e nos aspectos emocionais da relação do casal quando o entrevistado fala da sua vida actual e do que é mais importante para si.

**H:** O mais importante para mim neste momento é ela e a minha vida em casal. Mas isso também depende da minha vida profissional que também é importante. (...) a primeira ideia que me surge é mesmo essa e o que me torna muito feliz é o facto de nós estarmos bem ...

A ideia de que os objectivos profissionais estão de certa maneira subordinados aos objectivos familiares surge reforçada quando Hugo admite a eventualidade de deixar de trabalhar e ficar em casa, durante algum tempo, para poder dedicar mais tempo aos filhos.

**H:** Se o ordenado não fizesse falta, certamente que sim. (...) Definitivamente não, porque não é muito saudável não ter uma ocupação e os filhos crescem, têm depois as suas vidas.

Para além das determinações ligadas ao contexto social de pertença que fazem com que sejam normalmente os grupos com menores qualificações académicas a valorizar sobretudo o investimento no casal e na família, em detrimento da esfera profissional, o exemplo do Hugo aponta igualmente para uma relativização do estereótipo masculino. Apesar da assimetria, ainda que atenuada, nas relações de género do casal, em casa, como iremos ver mais à frente, e na profissão, devido ao desemprego da Marisa, o Hugo projecta uma imagem masculina em que o lugar dos afectos, da família e dos filhos aparecem como fontes identitárias tão ou mais importantes que a vida profissional.

Importa sublinhar que neste perfil de coabitação, quer o próprio ritmo de entrada na conjugalidade quer a transição para o casamento são comandados do exterior enquanto que no perfil moderno, como iremos ver, dependem mais da dinâmica da relação e da fase de integração conjugal em que o casal se encontra. Para o Hugo e para a Marisa a decisão de casar e quando casar ultrapassa nitidamente a mera vontade pessoal. É o Hugo quem confessa:

**H:** A família pressiona e talvez se não fosse essa pressão continuaríamos como estamos durante mais algum tempo. Se não fosse essa pressão talvez optássemos por viver assim durante mais tempo, para garantir a tal estabilidade profissional.

As razões mais imediatas que levaram este jovem casal a unir-se informalmente prendem-se, como vimos, com o mau ambiente familiar em casa da Marisa e a ameaça que sempre representou para o Hugo a possibilidade da namorada sair do país; de acordo também com as suas expectativas acerca do casamento, e dos papéis e responsabilidades que daí advêm, o Hugo sentiu que não estavam reunidas as condições ideais para casar. Mas não foram apenas as circunstâncias que precipitaram a união sem papéis, levando o casal a enfrentar a reprovação social. Existem de facto outras motivações, nomeadamente a percepção, ao que parece partilhada por ambos, de que a coabitação proporciona uma maior liberdade e autonomia individual, principalmente feminina. Hugo justifica assim a opção tomada:

**H:** (...), mas também foi porque eu e ela sentíamos que poderíamos ter mais alguma liberdade vivendo assim. Ela agora, pelo facto de não encontrar emprego, põe a questão de ir à Suíça, uns tempos, porque já está a ficar um pouco afectada e sabe que na Suíça iria encontrar, já que tem lá um irmão. Acho que se fôssemos casados o sentimento seria diferente e não haveria essa liberdade.

As concepções do Hugo sobre o casamento e a coabitação, como algo distinto, bem como a pressão social para que a aliança conjugal se formalize, levam o casal a enfrentar um dilema: não querem casar antes da melhoria da sua situação profissional, desejam ter filhos, segundo o Hugo, mas rejeitam essa possibilidade fora do quadro matrimonial. A decisão de casar está, no entanto, mais dependente da Marisa do que do Hugo.

**H:** Ela não quer casar antes de arranjar emprego e aqui entra a tal questão de ter filhos, a qual só se irá concretizar efectivamente quando oficializarmos o casamento.

Esta situação provoca tensões entre os dois e um certo impasse na vida do casal, que de algum modo dificulta a evolução da relação no sentido de uma maior integração conjugal. É que, pelo menos para o Hugo, o casamento e os filhos não se encontram apenas associados como constituem factores importantes na consolidação da relação do casal.

**H:** O casamento poderá ser um confirmar de que queremos efectivamente viver juntos (...).

Os filhos surgem, neste contexto, como uma espécie de dupla confirmação da solidez da relação amorosa. Hugo tende a achar que a decisão de casar e ter filhos estão ligadas.

**H:** Sim, de certa forma estão relacionadas. Não quer dizer que todas as pessoas tenham a mesma opinião, mas no nosso caso ter filhos só depois de casar.

Adivinha-se, contudo, por parte da Marisa, uma forte valorização da independência económica através da obtenção de um trabalho remunerado fora de casa. Por outro lado, quando observamos as rotinas diárias e a vemos «fazer renda» na companhia da sogra e a assumir a responsabilidade das tarefas domésticas, interrogamo-nos se esta rapariga não se irá conformar com um destino comum a muitas mulheres. Casar e ter filhos antes de ter a situação do emprego resolvida iria certamente adiar, ou mesmo arruinar, as suas pretensões de autonomia<sup>2</sup>. Com a coabitação, Marisa sente-se provavelmente mais livre para tentar concretizar os seus projectos a nível profissional. Esta perspectiva vai de encontro à ideia de que a coabitação tem mais vantagens para as mulheres na medida em que se encontra associada a expectativas mais elevadas de individualização, liberdade e independência (Prinz, 1995; Kiernan e Estaugh, 1993).

O caso do Hugo e da Marisa parece também ilustrar a tese de alguns autores que vêem na coabitação uma forma de «deixar o futuro em aberto», precisamente quando este se apresenta incerto devido à indeterminação profissional (Bozon, 1991<sup>a</sup>; Bawin-Legros, 1988). Notam-se, no entanto, diferenças de género no casal. O Hugo parece estar mais preocupado com os aspectos normativos e institucionais da relação conjugal quando o vemos insistir no casamento, invocar a «tradição», a importância que tem para ele «a aceitação por parte dos outros», a relação indissociável entre filhos e matrimónio ou ainda a ideia de que se deve seguir o percurso «normal», primeiro a instalação profissional e só depois o casamento e a paternidade. Para a Marisa, o dilema entre casar e continuar a viver em coabitação parece revelar, antes de mais, uma vontade firme de autonomia, tanto mais acentuada quanto sabemos que é sobre ela que recaem os olhares recriminatórios ou, pelo menos, a rejeição da ideia de dependência económica face ao cônjuge. Enquanto o acesso ao mercado de trabalho não estiver assegurado ela prefere, aparentemente, adiar o casamento e os compromissos familiares. Para o Hugo, o projecto de casamento sempre se revelou mais urgente<sup>3</sup>, embora ele justifique, em parte, a sua vontade de casar pela vontade de casar da Marisa.

---

<sup>2</sup> Um ano depois de realizada a entrevista, soubemos que o casal se separou (após dois anos de coabitação) com a ida da Marisa para a Suíça.

<sup>3</sup> Interrogado sobre quem falou pela primeira vez em casamento, o entrevistado respondeu: “Não estou recordado mas talvez tenha sido eu ... eu tocava muita vez no assunto.”

É interessante notar que o próprio desejo de casar, para além de ser mais saliente no caso do Hugo, assume um significado diferente no masculino e no feminino. Enquanto ele tem uma atitude pragmática, combinada com uma maior valorização da dimensão institucional, o desejo de casar dela exprime-se, segundo as palavras dele, mais pelo lado romântico e emocional associado à cerimónia do casamento.

**H:** Eu acho que também seria um pouco por causa da Marisa. Ela tem o desejo de ter aquela cerimónia, de vestir-se de noiva. Penso que não é tanto pelo registo civil, é mais pela cerimónia religiosa.

O inverso, não é tanto pela cerimónia, é mais pelo registo civil (o lado da afirmação legal e institucional da união), aplica-se indubitavelmente mais a ele do que a ela. Hugo manifesta uma posição claramente ritualista face ao casamento pela igreja.

**H:** Apesar de eu ser católico, eu separo um pouco a cerimónia da religião em si. Encaro o casamento como algo que se faz, onde vão todos muito bem vestidos, é uma festa em que a religião é um pouco esquecida.

Ao legitimar a sua vontade de casar pelo desejo de casar da Marisa, Hugo não faz mais do que ir ao encontro daquilo que ele julga ser, ou que «devem ser», as motivações para casar das mulheres. Neste aspecto, não constitui caso único, uma vez que o mesmo argumento foi usado por outros entrevistados do sexo masculino para justificar a decisão de casar após um período de coabitação. «Vestir-se de noiva» com toda a carga simbólica que a cerimónia do casamento implica, principalmente se for celebrado segundo o ritual religioso, em que a mulher é a figura principal (Lalanda, 2002: 74), foi referido, por alguns homens, como sendo o «sonho de todas as mulheres».

Independentemente das razões que levam o Hugo a querer oficializar a união com a Marisa – uma visão, apesar de tudo, mais institucional da relação conjugal (mais ele do que ela), o desejo de aceitação social, a questão dos filhos, da tradição e da educação recebida – o entrevistado partilha a ideia de que a coabitação tem mais vantagens do que o casamento.

Para além de se ganhar em liberdade e autonomia pessoal, existem também ganhos da relação:

**H:** A grande vantagem é que, se calhar e de certa forma, permite que nos compreendamos melhor um ao outro: os gostos, os amigos, as saídas. Talvez ela me

dê mais liberdade e eu lhe dê mais liberdade a ela. No casamento há a tal questão da posse, penso que se colocam mais limites.

Hugo parece ser também de opinião que o amor se encontra melhor protegido e preservado numa relação coabitante. É um lugar comum dizer-se que uma relação amorosa exige uma atenção especial e permanente para que não esmoreça. É este o sentido das palavras do entrevistado ao considerar que viver junto sem estar casado torna a relação mais exigente. O facto de cada um dos coabitantes ser livre para romper a relação a qualquer momento, é encarado como tendo um efeito positivo na qualidade da relação afectiva.

**H:** Eu penso que, de certa forma, isso leva a haver mais exigência um para com o outro, porque no casamento a questão burocrática de assinar contrato parece-me mais inquebrável do que a coabitação. Por vezes o casamento leva ao desleixo e a coabitação exige mais das pessoas. Eu vejo isto como um aspecto positivo.

Para o Hugo, uma das desvantagens do casamento é o sentido de posse de um em relação ao outro; ele manifesta mesmo o receio de que, casando, a relação com a Marisa possa vir a modificar-se:

**H:** Eu tenho receio que o casamento, de certa forma, influencie depois a nossa relação nesse aspecto. Há aquela questão de posse de um em relação ao outro que até agora não a colocamos. Esta é uma desvantagem que eu espero que não aconteça. (...) Eu penso até que irá surgir um determinado vocabulário, como por exemplo, «tu és meu marido», que na coabitação não surge.

A avaliação positiva que o Hugo faz acerca da união sem papéis e a avaliação aparentemente negativa acerca do casamento, implicando este último, na sua opinião, perda de liberdade e independência, aumento do “sentido de posse” e maior comodismo do casal, apresenta-se como um contra-senso face ao seu desejo firme de casar. Porquê, então, casar? As razões não parecem estar directamente relacionadas com o sentimento amoroso, que não precisa, digamos assim, do casamento para se exprimir, nem, em certo sentido, com a afirmação do compromisso entre o casal.

**H:** O compromisso da nossa relação é também um compromisso de longa duração. Embora eu não tenha assinado um contrato, dentro de nós sentimos esse

compromisso. O compromisso de viver junto já foi tomado e o de casar não é maior nem menor.

O discurso do Hugo ao longo da entrevista revelou-se bastante ambivalente e contraditório, nomeadamente no que toca ao sentimento de compromisso na relação a dois:

**H:** A noção que eu tenho é que o casamento não vai influenciar nada a relação a dois, talvez vamos é ficar um pouco presos e mais comprometidos, neste aspecto influencia.

Enquanto que para alguns entrevistados a coabitação e o casamento têm um significado idêntico, Hugo que deseja casar tende a ter representações distintas, nomeadamente acerca do compromisso e da liberdade de cada um, estando casado ou a viver junto.

Compromisso, sentimento de posse e concomitante perda de liberdade, que o Hugo parece ao mesmo tempo desejar para ela e recear para ele, surgem intimamente ligados a uma visão do casamento como uma relação mais inquebrável e que, por isso mesmo, acaba por ser pensado como sendo mais seguro para a estabilidade da união.

**H:** Em relação ao casamento, embora eu tenha consciência de que ele não modifica a nossa relação, penso que poderá influenciar essa relação em si mesmo. Isto porque o casamento é visto como um contrato, como algo que é, ou deveria ser, inquebrável.

É a autonomia feminina que o Hugo pressente mais ameaçadora, o que denota, por outro lado, uma adesão aos ideais de igualdade no casal, uma vez que a liberdade dele implica também a liberdade dela. Casar talvez seja uma maneira do Hugo tentar «prender» a Marisa já que ele sabe que a sua companheira se sente mais livre não estando casada, nomeadamente para ir procurar trabalho na Suíça e abandonar a relação, como de facto veio a verificar-se mais tarde<sup>4</sup>. Por ora, importa reter a ideia de que quer um, quer outro, sentem que dispõem de maior liberdade individual vivendo em união informal.

---

<sup>4</sup> Quando entrevistámos o Hugo, a Marisa estava desempregada há apenas dois meses, após um trabalho desgastante e mal remunerado como empregada de mesa, e já colocava a hipótese de partir para a Suíça «uns tempos». Ao Hugo não lhe agradava a ideia de acompanhá-la por várias razões. Tinha o emprego dele cá que conseguiu depois de muito procurar, ainda mais na área que ele queria, informática; também ele, antes do namoro com a Marisa, teve uma experiência de trabalho em França, na empresa de um familiar, e não se adaptou a viver no estrangeiro: “regressei porque não me adaptei ... deixei a família ... foi complicado ...”. Não conhecemos o processo de

A insistência do Hugo no casamento poderá estar também relacionada, ainda que de modo mais ténue, com a percepção de que face à legislação os coabitantes e os casados não têm os mesmos direitos. À semelhança da maioria dos entrevistados, incluindo aqueles que têm uma opinião contrária, também este jovem que vive junto há um ano, tem da lei uma ideia vaga, o que não o impede de formular uma apreciação subjectiva sobre o assunto.

**H:** Conheço muito vagamente. Quando soube que me ia fazer esta entrevista era para ir pesquisar à Internet sobre isso, mas depois não tive tempo. (...) sei que continua ainda alguma luta para adquirir alguns desses direitos. Penso que já foi pior, já houve alguma alteração a esse nível. A minha impressão é que não tenho os mesmos direitos que uma pessoa casada em relação ao estado. Sei que é diferente mas desconheço a lei.

Enquanto uns preferem manter-se em união informal e acham que têm os mesmos direitos, outros, como é o caso do Hugo, pretendem casar-se e acham que não, o que demonstra que o mesmo tipo de informação é filtrado de maneira diferente consoante diferentes valores e códigos de leitura. O resultado é, contudo, convergente: o conhecimento da legislação e a informação sobre os direitos e deveres de cada um dos cônjuges, nomeadamente em caso de separação, não é uma preocupação ou uma área considerada prioritária para os coabitantes. Talvez esta relativa despreocupação e um certo alheamento sejam eles próprios a expressão da privatização das relações conjugais e familiares, em que a lei, e de uma maneira geral as normas vindas do exterior, perdem importância na regulação dos comportamentos privados.

Hugo partilha com a maioria dos coabitantes entrevistados a ideia de que um dos aspectos positivos da coabitação é tornar mais fácil uma eventual separação, já que, entre outras vantagens, o casal evita ter de passar obrigatoriamente pelo processo legal e burocrático do divórcio. Para ele, o laço formal e legal entre duas pessoas é visto como uma questão secundária. E justifica:

**H:** Porque a relação a dois não depende do casamento, depende dos sentimentos. (...) para nós o que é importante é a nossa relação, independentemente do facto de estarmos casados ou não.

---

ruptura do casal, após dois anos de vida em comum, mas a dependência face ao cônjuge e aos sogros deve ter pesado nos problemas da relação. E ela fez a sua escolha ...

A ênfase colocada na relação e nos seus aspectos emocionais é coerente com uma visão em que o vínculo formal, em si mesmo, surge aparentemente bastante desvalorizado. Para o Hugo, o casamento “é mesmo só uma questão formal” mas ainda assim, conforme se depreende da análise do seu discurso, uma formalidade necessária – o passaporte para a aceitação social.

Uma entrada informal e faseada na conjugalidade, próxima do perfil de coabitação moderna, corresponde a uma concepção do casamento como uma formalidade que pode ser preenchida a qualquer momento mas simultaneamente como um momento de transição, expressão do próprio entrevistado, ao qual ele não deixa de dar importância<sup>5</sup> por simbolizar, quer a confirmação, do ponto de vista subjectivo, da solidez da união conjugal, quer, principalmente, o reconhecimento público da união e a possibilidade de formar uma família com filhos, impensável fora do quadro institucional. A ideia de que o casamento constitui uma mera formalidade é pensada apenas quando se avalia a sua importância, e os seus efeitos, para a relação do casal.

**H:** Porque a nossa relação na data do casamento já terá um passado, já existirá, e o casamento irá ser apenas uma formalidade. Eu penso que não acrescentará nada apesar de depois ter as tais desvantagens que eu já referi.

A privatização do casal e dos sentimentos esbarra com a não aceitação e a falta de reconhecimento público da união. Hugo confessa que a única desvantagem que encontrou na coabitação “foi só em relação à família, mais nenhuma. Foi a não aceitação por parte da família”. Tendo em conta a importância da relação conjugal na construção da identidade individual (Singly, 1996), a coabitação apresenta-se neste caso como mais problemática. Não admira que, atendendo ao meio em que vive, Hugo se sinta diferente.

**H:** Sinto-me diferente e as pessoas é que, provavelmente, terão culpa disso. Sinto-me diferente, não é por mim, é pela sociedade em si que me faz sentir assim.

Hugo oscila entre uma concepção da conjugalidade como relação (igualitária), em que a importância do sentimento e da comunicação no casal anda a par com a desvalorização do laço formal, a aceitação da dissolubilidade da união e, por outro lado, uma relativa aceitação do casamento como instituição perene («mais inquebrável») e

---

<sup>5</sup> O casamento não é “apenas uma formalidade prática” desprovida de significado mas antes “uma cerimónia bonita que consagra um momento importante na vida de duas pessoas” (resposta do entrevistado ao questionário de perguntas fechadas).

reguladora dos papéis (diferenciados), direitos e responsabilidades de cada um dos cônjuges.

Esta ideia surge reforçada quando se analisam as relações de género e a organização do casal a partir da observação das suas rotinas diárias em áreas como o trabalho doméstico e profissional, os tempos livres e a comunicação entre os dois. Antes de procurar caracterizar o funcionamento do casal, analisando tanto as práticas como as representações, vejamos, em primeiro lugar, o que o Hugo tem a dizer do seu quotidiano.

**H:** De Segunda a Sexta trabalho das nove às cinco, vou almoçar a casa porque vivo perto do local de trabalho, cerca de 2 km. Neste momento que ela está desempregada, almoço com a Marisa. Depois do trabalho regresso a casa e jantamos juntos. O nosso tempo, quando podemos, passamo-lo juntos. Costumo sair à noite tomar café, saímos os dois juntos e depois regressamos a casa. Depois deitamo-nos, conversamos, vemos televisão, jogamos computador os dois juntos.

A descrição do Hugo aponta nitidamente para um modelo de conjugalidade em que predominam as práticas fusionais, centradas no nós-casal, dentro e fora de casa. A observação das actividades de lazer aos fins-de-semana, esclarece-nos ainda acerca de uma relativa abertura do ponto de vista da integração externa (o contacto com amigos e familiares) que acompanha uma dinâmica de coesão fusional.

**H:** Neste momento o meu tempo é passado com ela. Saímos com os meus pais, vamos passear por vezes a visitar a família. (...) jantamos nos fins-de-semana em casa deles, embora não seja muito frequente porque a Marisa também quer preservar alguma independência. (...) Eu procuro descansar no fim-de-semana mas também saímos, vamos passear à Covilhã e à Serra. À noite também costumamos ir a um bar, onde estamos com amigos (...).

Apesar da Marisa manifestar alguns cuidados, a avaliar pelo discurso masculino, no sentido de salvaguardar a independência e a privacidade do casal face aos pais do Hugo – devido até à existência de uma grande proximidade física, os primeiros vivem no andar de cima e o casal no andar de baixo -, a mesma preocupação não é tão saliente quando se trata de preservar a autonomia pessoal. Mesmo quando os interesses são divergentes, não há espaço para tempos livres e actividades lúdicas vividos em separado pelos cônjuges:

**H:** À discoteca quando vou é só porque eu sei que a Marisa gosta de ir, mas como ela também sabe que eu não gosto muito, não vamos muitas vezes.

A questão da autonomia pessoal ou a forma como se conjuga o «eu» e o «nós» a propósito das saídas e sociabilidades, pende ligeiramente a favor do Hugo, embora ele nos diga que a Marisa tem um “feitio mais extrovertido” e que no casal é ela que sente mais necessidade de conviver com outras pessoas. Quando procurámos saber quais as actividades que o Hugo costumava ter sem a companhia da sua parceira, e vice-versa, ele respondeu:

**H:** Não sei ... pouquíssima coisa, até porque o meu universo de amigos é o mesmo que o dela; e também porque vivemos num meio extremamente pequeno não temos muitas opções. Muito do meu tempo passo-o com ela. Claro que há excepções, numa situação ou outra em que saio sozinho e vou ter com amigos.

As excepções para o lado da Marisa, e porque se trata de um meio pequeno em que o controle social sobre o comportamento das mulheres é maior, são, certamente, mais difíceis de concretizar.

O conhecimento mais detalhado das rotinas da Marisa, contadas em discurso indirecto, dá-nos alguns elementos interessantes quando se trata de pesquisar a questão da igualdade de género na conjugalidade e da construção da autonomia individual, principalmente feminina.

**H:** A Marisa até estar desempregada [há dois meses], o trabalho ocupava-lhe o dia a dia e não tinha tempos livres. Ela saía de casa às 10 horas da manhã e regressava às onze e meia ou meia noite, isto durante os seis dias da semana, sem dia livre. Neste momento procura emprego e está em casa. Também passa muito tempo com os meus pais porque o meu pai está aposentado e a minha mãe sempre foi dona de casa. Agora dedica-se a fazer renda, está a aprender. (...) Neste momento ela própria está um pouco à procura de encontrar a sua rotina.

**F:** Ela costuma sair sozinha?

**H:** Não. Se sai é para casa de familiares dela.

Podemos ler nas entrelinhas que a fraca autonomia pessoal que a Marisa passou a ter, devido à situação de desemprego, o fechamento no casal e na esfera doméstica potenciado por uma relação fusional, a par de um certo controle por parte dos pais do Hugo, contribuíram para que ela continuasse a adiar, por mais um ano, o projecto do casamento, e

também dos filhos, dois assuntos à volta dos quais se devem ter avolumado as tensões no casal depois de realizada a entrevista.<sup>6</sup>

As dimensões libertadoras e autonomizantes ligadas a uma actividade remunerada fora de casa parecem ser bastante valorizadas pela Marisa. Só assim se compreende que ela tenha aguentado durante um ano, desde o começo da coabitação, um trabalho desqualificado e cansativo que, na perspectiva do Hugo, colidia até com os interesses do casal.

**H:** Ela não aguentava, tinha uma grande sobrecarga no trabalho e desistiu. Andava cansada e até nós não estávamos bem porque os horários eram complicados.

O perfil desta forma de interacção conjugal pode ser classificado de «fusão expressiva» (Wall e Aboim, 2002), uma vez que a coesão do casal gira fundamentalmente em torno da partilha da intimidade afectiva, dos lazeres e conversas e não tanto à volta das dimensões mais instrumentais do quotidiano, devido, como iremos ver, ao fraco envolvimento masculino na esfera doméstica. Mas antes vale a pena sublinhar a importância que o entrevistado atribui à comunicação no casal, aproximando-se, mais uma vez, do tipo de conjugalidade companheirista e relacional definida por Kellerhals e do conceito de relação pura sugerido por Giddens (1995), mas afastando-se de uma lógica modernista pela diferenciação de papéis conjugais de género.

**H:** Acho que há muito diálogo entre nós, até porque não há muitos momentos de pausa, estamos sempre a conversar. (...) Ela diz que fala muito mais do que eu (...) talvez (...) porque eu sempre fui um pouco mais reservado. Mas (...) para mim é um aspecto muito importante. Neste momento falamos mais é sobre nós, sobre a situação em si e sobre a actual situação dela de desempregada. Acho que, essencialmente, gostamos de falar sobre nós, sobre a construção da nossa vida e tentar definir projectos e uma série de coisas.

Na construção da intimidade deste casal, e desde o início da sua formação, a conversa ocupou sempre um lugar central; no período que antecedeu o namoro, cujo começo coincide, na perspectiva do Hugo e na de muitos outros entrevistados, com o início

---

<sup>6</sup> Todos estes factores, e à medida que o tempo foi passando, devem ter desagradado profundamente à Marisa e certamente contribuído para a ruptura da coabitação, de que tivemos conhecimento mais tarde. Este desfecho, um ano antes, não era completamente previsível se atendermos à versão masculina acerca da relação do casal, nomeadamente quando o Hugo fala da ausência de conflitos de maior vulto ou da sua felicidade e satisfação conjugal.

do relacionamento sexual, houve uma grande proximidade entre os dois<sup>7</sup> através da comunicação verbal e das qualidades expressivas que ele aprecia nela.

**H:** O período antes de nós iniciarmos o namoro ... tivemos seis meses com um contacto muito próximo, só eu e ela, sem os amigos nem nada. Convivemos durante seis meses os dois, apesar de não termos iniciado o namoro, conversávamos e eu sentia-me bem com ela; ela tem um bom sentido de humor, o que é uma qualidade.

Para além do sentido de humor, Hugo admira na Marisa aquilo que de acordo com as suas expectativas ele estava à espera de encontrar numa mulher com quem perspectivasse formar um casal e uma família; essas qualidades, de mãe e dona de casa, estão intrinsecamente ligadas aos conteúdos das representações sobre a categoria sexual feminina e ao papel tradicional da mulher no seio da família.

**H:** Entendo que seria uma boa pessoa para formar um casal e para constituir uma família. É maternal, tem uma irmã pequena e sei que ela tem uma certa sensibilidade em relação a crianças. Tem essa qualidade como mãe, como dona de casa também. (...) há aquela questão de considerar os homens machistas ao dizer isso mas acho que essas qualidades são importantes até para ajudar o homem, caso não saiba, a aprender.

E o Hugo não sabia. No começo da coabitação as suas competências domésticas e sobretudo os seus hábitos de trabalho em casa eram quase nulos. Filho de uma dona de casa, nunca teve antes de se preocupar com esse tipo de questões nem foi educado para tal. Um exemplo é a habitual resistência masculina em lidar com determinado tipo de tarefas fortemente conotadas com o feminino. É o caso das limpezas, tal como o Hugo tão bem descreve:

**H:** Limpezas, pura e simplesmente não gosto. Porque a minha mãe fazia-o e eu nunca tive a necessidade de o fazer. Neste momento se calhar tenho essa necessidade mas ainda estou num momento de adaptação.

---

<sup>7</sup> A importância dada aos aspectos comunicacionais, sexuais e emotivos mostra que um casal começa, mesmo que não haja registo oficial da sua formação, seguramente antes do casamento e, no caso da coabitação, antes do casal ir viver sob o mesmo tecto. Hugo, à semelhança de outros entrevistados, mulheres e homens, tem o sentimento de pertença a um casal muito antes dos dois começarem a viver juntos.

O depoimento do Hugo demonstra bem a faceta da família enquanto lugar privilegiado de interiorização e de reprodução das diferenças, ou melhor das desigualdades, entre os géneros.

O desemprego da Marisa também não favorece a «aprendizagem» e a «adaptação» do Hugo às lides caseiras, embora ele mostre uma certa abertura e disponibilidade para «ajudar» a sua parceira no desempenho dessas tarefas.

**H:** Fazer tarefas domésticas sozinho para mim é muito complicado, com ela faço qualquer coisa. Por minha iniciativa é complicado eu fazer essas tarefas domésticas. Faço alguns arranjos, mas aquelas tarefas domésticas diárias dificilmente as faço por minha iniciativa. Com ela participo e ajudo, e sinto-me na obrigação de a ajudar porque custa-me estar a vê-la a fazer e eu estar ali sem fazer nada.

A disponibilidade do Hugo para dar uma ajuda em casa sempre que vê a Marisa mais atarefada e o reconhecimento da sua parte de que afinal “todas as tarefas estão relacionadas, de certa forma, com os dois”, encontra fraca projecção nos comportamentos. Era ela que executava praticamente todas as tarefas domésticas quando trabalhava fora de casa e é ela que continua a fazê-lo hoje, ainda mais agora que ele está a trabalhar e ela não. Essas tarefas vão desde preparar refeições e lavar a loiça, passar a ferro e lavar a roupa, até à limpeza geral da casa, uma vez por semana, e manutenção diária da arrumação.

Hugo para além de fazer compras (a preocupação de saber o que faz falta em casa é dela e a lista também é ela que a faz), tarefa vista normalmente como negociável, tem a seu cargo as tarefas tipicamente masculinas, tais como o «bricolage», a limpeza e a manutenção do carro e ainda o pagamento das contas. Outra tarefa tida como negociável (Zarca, 1990), cozinhar, é também a única que o Hugo não se importa de fazer em casa e fá-lo até com certo gosto. Mas fá-lo actualmente por prazer, ocasionalmente, não se sentindo responsável por assegurar diariamente as refeições. Aliás, esta foi a única mudança verificada na divisão do trabalho doméstico deste casal, desde o início da vivência em comum, já que dantes o Hugo tinha que fazer as suas próprias refeições porque a Marisa não estava em casa. Nessa altura em que ela trabalhava também dividiam a loiça a meias e mesmo assim, assegurando ela o resto, “quem lavava mais vezes a loiça era mesmo ela,” apesar de ser ele, e não ela, a jantar, e por vezes a almoçar, em casa.

Hugo conta como se sentia nessa altura «sobrecarregado» por fazer o seu próprio jantar e participar mais vezes em tarefas domésticas que na primeira ocasião delegou nela<sup>8</sup>, o que mostra como a gestão e o desempenho das tarefas são afinal vistos como atributos femininos. A responsabilidade é dela, a expectativa é que ela o faça, mas se devido às circunstâncias ela não puder desempenhar por inteiro esse papel ele está predisposto a dar uma ajuda.

**H:** Em casa neste momento trabalho menos porque dantes ela tinha um pouco menos de disponibilidade (...). Eu estava mais sobrecarregado. A Marisa saía às 10 da manhã de casa, por vezes tinha um intervalo durante a tarde, das quatro às seis, em que vinha a casa mas era muito pouco tempo e muitas coisas dependiam de mim. Mas neste momento isso já não acontece devido à situação da Marisa.

Hugo acha que devia participar mais e sente-se até culpado por não o fazer, à semelhança dos relatos registados noutras pesquisas (Torres, 2004), mas os hábitos e disposições incorporados falam nitidamente mais alto do que os ideais igualitários.<sup>9</sup>

**H:** Embora eu veja e sei que tenho que participar mais nas tarefas domésticas, às vezes também não sei muito bem o que fazer, ela é que tem que estar ali um pouco a orientar-me. Ela, de certa forma, já me disse que eu não tinha iniciativa e tem que ser ela a puxar por mim.

Marisa critica por vezes a falta de iniciativa do seu cônjuge mas a atitude tolerante acaba por ser predominante, num nítido contraste, importa sublinhá-lo, com as mulheres entrevistadas de formação académica superior, mesmo as mais velhas, que se revelaram mais exigentes em relação à participação masculina nas lides domésticas.

**H:** Ela pôr defeitos não põe, agradece é às vezes pela ajuda. Ri-se mas não põe defeitos, mas nota-se que por vezes não estou a fazer as coisas bem, mas ela não o diz directamente.

---

<sup>8</sup> É o próprio Hugo quem afirma: “Antes eu tinha que fazer as refeições (...) agora o jantar, por vezes, fazemo-lo os dois mas também é ela que o faz mais vezes”. Mesmo quando a Marisa trabalhava (ela deixou o emprego há apenas dois meses), ele só fazia as refeições na ausência dela: “só quando ela estava é que cozinhava, aos Domingos e Segundas era ela que cozinhava”. Quanto a lavar a loiça (que ele sujava) e arrumar a cozinha durante a semana eram “os dois porque, por vezes, ela ocupava o tempo que vinha a casa a fazer outras coisas”.

<sup>9</sup> Em termos ideais, Hugo considera que “um casal deve repartir igualmente as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos”.

O testemunho do Hugo dá conta da inexistência de conflitos de maior vulto no casal a propósito da repartição das tarefas domésticas.

**F:** Actualmente que problemas ou conflitos surgem entre vocês em relação às tarefas domésticas?

**H:** Acho que não temos, nós levamos as coisas a bem, dialogamos e não criamos problemas.

Todavia, no início da coabitação, surgiu um primeiro «embate» entre o casal pelo facto da Marisa exigir dele uma participação mais assídua na preparação das refeições.

**H:** Ela sabia que eu cozinhava e tinha algum gosto em fazer isso e estava à espera que houvesse mais iniciativa minha em relação a essa tarefa. Isso gerou ao início alguma crise.

**F:** E depois como resolveram isso?

**H:** Eu optei por participar mais. Acho que esse foi o primeiro conflitozinho.

É interessante observar a forma como no casal se vai fabricando a divisão do trabalho doméstico desde os primeiros tempos de vida em comum. Embora essa divisão não obedeça aparentemente a uma programação prévia ou a critérios pré-definidos, nem passe muitas vezes pelo crivo da discussão conjugal, acaba por resultar numa repartição assimétrica. O caso do Hugo e da Marisa ilustra bem como parte da eficácia dessa divisão se deve a que “naturalmente”, e na ausência de negociação, cada um dos membros do casal se vai especializando em tarefas masculinas e femininas conotadas com o seu sexo, e o resultado é que ela, em casa, acaba por trabalhar sempre mais do que ele e realizar um maior número de tarefas.

**F:** Logo no início quando começaram a viver juntos, como é que distribuíam as tarefas domésticas?

**H:** Isso foi acontecendo, não falava: “tu fazes isto” ou “eu faço aquilo”. Essa divisão acabou por partir dos dois, ninguém delegou nada a ninguém e foi acontecendo naturalmente na prática, não falávamos sobre o assunto.

Se, como nos foi dado observar, as práticas de coesão conjugal assentam em rotinas fusionais e em certa medida sexualmente diferenciadas, importa neste momento analisar como se articulam interacções com orientações normativas.

Em relação à divisão do trabalho doméstico e profissional o acento é colocado na igualdade ideal e situada, embora o que o Hugo diz que procura fazer (dividir igualmente as tarefas domésticas com a sua companheira) não vá exactamente de encontro às práticas.

Em matéria de decisões, o entrevistado defende que «um casal deve tomar todas as decisões em conjunto» e é também isso que ele tem procurado fazer na relação a dois: “procuramos sempre tomar as decisões em conjunto e chegar a um consenso”.

Quanto à gestão doméstica do dinheiro, o bolo é comum, a conta bancária é comum e está em nome dos dois. Em termos ideais, o Hugo é de opinião que «o dinheiro que cada um ganha deve ser dos dois e posto inteiramente à disposição do casal<sup>10</sup>».

Já em relação ao tempo juntos, emerge uma norma de autonomia relativa, em vez da regra fusional dominante, que é algo distante das práticas efectivas e também daquilo que o casal tem procurado fazer até ao momento.

**F:** Acha que um casal deve passar todo o tempo possível em conjunto ou guardar também algum tempo para si?

**H:** Guardar algum tempo para si.

**F:** E no seu caso o que é que procura fazer?

**H:** É importante passarmos tempo juntos, mas todo o tempo em conjunto também não é muito saudável. Neste momento estamos a aproveitar o tempo juntos já que anteriormente era mais difícil.

Apesar da procura de uma relativa autonomia nas amizades, permanece a ideia de que, ainda assim, é desejável ter amigos em comum.

**H:** Sim. Mas por vezes também é necessário ter amigos diferentes porque há certas coisas que não se dizem para um amigo em comum, certas confidências. Por vezes é bom ter amigos em comum mas com relações de amizade diferentes. Por exemplo, ela pode ter uma amiga que também é minha, mas que para ela é uma amiga confidente. Embora sejam amigos comuns, uns são mais meus amigos do que outros.

Na impossibilidade de ter amigos em separado, dado tratar-se de um meio pequeno, ao menos que existam graus de amizade diferentes na relação que cada um dos cônjuges

---

<sup>10</sup> Antes da entrada em casal cada um tinha a sua conta bancária mas optaram por eliminar as contas individuais e ficar só com uma conta conjunta desde que passaram a viver juntos.

estabelece com os amigos comuns do casal. Esta ideia está intimamente ligada à preocupação de resguardar parcelas de intimidade pessoal, isto é, certos segredos que não se pretendem partilhar com o cônjuge.

**H:** Nós vivemos uma vida em conjunto e há sempre questões nossas, sentimentais, que nem com a pessoa que estamos a viver queremos partilhar (...) Há certas coisas que se devem guardar. (...) há coisas que só conto a um amigo confidente. (...) há sempre aquele amigo com o qual nos abrimos e ao qual conto certas coisas que não conto à Marisa.

Hugo valoriza a comunicação no casal e a comunhão através da proximidade afectiva e fusional mas com zonas de reserva íntima. Vemos assim emergir um tipo de autonomia e de individualização, ainda que relativo, centrado na protecção da intimidade pessoal. Para o Hugo existem zonas da sua vida íntima, pensamentos e sentimentos, que ele não deseja pôr em comum na relação a dois.

Resumindo, neste perfil de coabitação que denominámos de circunstancial, predomina uma dinâmica de fusão conjugal no quadro de orientações normativas de cariz companheirista, cujos ideais e valores, conotados com a modernidade, defendem a perda de importância dos laços institucionais em prol do sentimento e da comunicação no casal, com a ressalva de que a procura do nós se faz acompanhar, neste caso, de desigualdades de género e fraca autonomia individual, principalmente feminina, menos de acordo com uma imagem modernista. A dificuldade em classificar este modelo de conjugalidade reside na combinação de traços oscilantes, patentes no discurso ambivalente de Hugo, que ora se aproximam da fusão companheirista de tipo aberto (Wall e Aboim, 2002), ora se aproximam de uma matriz mais institucional que inclui a regulação externa dos comportamentos privados, nomeadamente através da existência de pressão social para casar, e uma relativa aceitação do casamento, para onde se deseja transitar, como laço formal mais inquebrável e ao mesmo tempo limitador da liberdade e autonomia pessoal pela fixação extrínseca de papéis e responsabilidades sexualmente diferenciados.

Quando procurámos explorar o tema da satisfação conjugal, das mudanças e adaptações, do confronto entre expectativas iniciais e realidades vividas, Hugo fez um balanço positivo da sua relação com a Marisa face aos seus receios e dúvidas iniciais, embora em termos pessoais esteja também presente o sentimento de perda de liberdade, a par do acréscimo de responsabilidades.

**F:** Tendo em conta as expectativas iniciais do Hugo quando começou a viver junto, que balanço faz da relação que tem hoje com a sua companheira?

**H:** Positivo.

**F:** Considera-se satisfeito?

**H:** Sim.

**F:** Teve algumas desilusões?

**H:** Não, por enquanto não. Eu inicialmente tinha algum receio de assumir uma responsabilidade, tinha algum receio que errasse e falhasse.

**F:** Tinha receio que a vossa relação não desse certo?

**H:** Sim, embora eu estivesse confiante na nossa relação mas nunca tinha assumido assim uma responsabilidade.(...) é diferente namorar e viver sob o mesmo tecto, são preocupações diferentes, (...) certos problemas que se colocavam no início, as dúvidas que se colocaram no início não se vieram a comprovar.

As dúvidas e os receios do Hugo acerca de como seria a relação depois, parecem ser ampliados pela informalidade da sua entrada em casal. A coabitação parece revestir-se de uma responsabilidade maior uma vez que não há o conforto que representa a aprovação social junto da comunidade mais próxima, nem a segurança que advém da consagração legal da união. O coabitante, neste caso masculino, experimenta um sentimento de responsabilidade acrescida, está entregue a si próprio e a privatização da sua conjugalidade tem um preço: ganha-se em liberdade mas também em responsabilidade. A ruptura com os constrangimentos sociais e legais implica uma concentração da responsabilidade no indivíduo, nem sempre fácil de gerir. Trata-se, para o Hugo, de uma conjugalidade vivida numa espécie de trapézio sem rede, em comparação com o casamento legal que pode ser pensado como conferindo uma maior protecção material e simbólica.

Notamos também que o investimento fusional no casal que se deseja forte, e que existe, de uma maneira geral, tanto nas práticas como nas intenções, surge em paralelo com o reconhecimento da perda de independência.

**H:** (...) talvez não estivéssemos preparados, quer emocionalmente, quer financeiramente. Mas o resultado surpreendeu-me a mim e a ela. (...) vivíamos uma vida completamente diferente que não se compara a esta.

**F:** O que é que mudou na vida do Hugo?

**H:** Mudou bastante. (...) Perdemos um pouco da nossa independência que cada um de nós tinha.

**F:** O que é que a sua vida de casal lhe trouxe de positivo?

**H:** (...) foi o facto de convivermos mais tempo e podermos passar mais tempo juntos.

Hugo experimenta a sensação, à medida que avança no processo de integração conjugal, de uma perda sucessiva de liberdade e independência pessoal (do namoro para a coabitação), que culmina, ou se acentua, como vimos, através da transição desejada para o casamento. Neste perfil de coabitação, mais fusional e com papéis de género mais diferenciados, as concepções sobre a conjugalidade afastam-se do perfil «moderno» que iremos analisar a seguir. Aqui, o investimento no casal e a autonomia pessoal são concebidos como duas realidades passíveis de conciliação, sendo até a segunda uma condição fundamental e o suporte da primeira.

Antes de passar à entrevista seguinte, gostaríamos de fazer ainda um comentário final acerca da relação existente entre as mudanças vividas a nível pessoal e as mudanças mais amplas ocorridas na sociedade portuguesa.

A coabitação do Hugo e da Marisa constitui uma excepção na pequena localidade onde vivem, de características rurais, que por sua vez se insere numa região onde essa prática é relativamente pouco frequente. Nesse sentido, apresenta-se como um caso paradigmático das mudanças intergeracionais ocorridas no nosso país mas também das resistências à mudança que balizam a relação, sempre tensa, entre tradição e modernidade. Poderá também contribuir para esclarecer o enigma que consiste na opinião favorável da generalidade dos jovens portugueses face à coabitação e a sua fraca tradução em comportamentos, tal como reflectem as estatísticas nacionais comparativamente com as de outros países europeus.

À semelhança do que acontece com a maioria dos coabitantes entrevistados, com origens sociais diversas, da mesma faixa etária ou mais velhos, o relacionamento sexual do Hugo e da Marisa tem lugar na fase inicial de aproximação e envolvimento amoroso do par, quando ainda não existe intenção de coabitar nem tão pouco se discute projectos para o futuro. Iniciar o relacionamento sexual antes da entrada na conjugalidade passou a ser um comportamento bastante generalizado na sociedade portuguesa (Vasconcelos, 1998 a e b),

mesmo em meios, como pudemos observar, onde o controle social é maior. Esta é de facto uma mudança importante em relação a gerações anteriores, para quem a virgindade das mulheres constituía uma norma, mais ou menos rígida consoante os meios sociais, e quando as mulheres a transgrediam faziam-no geralmente com o futuro cônjuge, numa lógica matrimonial.

No caso do Hugo e da Marisa, tal como acontece a tantos outros jovens, a coabitação representa o desvendar do que até aí se mantinha no limbo e que por comodidade se escondeu ou não se quis assumir abertamente perante os familiares e/ou um meio adverso: a existência de relações sexuais antes do casamento. Esta perspectiva é corroborada por Torres quando procura compreender as razões que levam, por um lado, a maioria dos jovens portugueses a casar, e por outro, a assumir uma postura desinstitucionalizada da conjugalidade: “Coabitar antes do casamento já é reconhecer claramente que se partilha a vida com alguém de forma integral. Ora o que parece ser difícil para os jovens é dar o passo de romper uma ambiguidade cómoda, explicitando inequivocamente o relacionamento sexual e afectivo mais profundo” (Torres, 2002: 83). Mas a coabitação levanta ainda outro problema: o receio que esta encerre uma união menos sólida ou mais susceptível de ser quebrada, dando origem a sucessivas experiências e parceiros sexuais dissociados de uma lógica puramente casamenteira e de procriação. A coabitação surge assim, principalmente em meios familiares menos escolarizados e de origem popular, de que é exemplo o caso da Marisa e do Hugo, como uma forma de relacionamento potencialmente ameaçadora para a reputação das raparigas. A sexualidade das mulheres vista fora do contexto da família e da maternidade é, de acordo com os estudos que abordam os estereótipos sobre a sexualidade masculina e feminina, julgada de forma muito mais negativa do que a dos homens (Amâncio, 1992:12).

Tal como em outros domínios da vida social, também aqui se fazem sentir os efeitos cruzados do género e da classe social. Quando o que estão em causa são valores e comportamentos que se referem à conjugalidade e às relações entre homens e mulheres, esses efeitos surgem não apenas combinados como são até mais salientes, tal como foi também observado noutras pesquisas (Santos, 1995; Torres, 2000).

## COABITAÇÃO MODERNA

*“Duas pessoas que querem viver juntas, é o amor que as deve unir e não um pedaço de papel”.*

*“A única coisa que eu acho é que o estado não é mais do que uma...não tem autoridade para declarar o nosso amor. Quem tem autoridade para declarar que duas pessoas estão a viver casadas ou juntas?”*

*“O casamento não é um valor em que eu acredito. Tenho as minhas amigas que têm o sonho de se casarem, isso faz parte do imaginário delas, do meu não. O vestir de branco não, para mim não”.*

*“Eu acho que é importante que esse papel [papel feminino] mude, quantas mais pessoas existirem sem estarem casadas mais a sociedade se apercebe que as coisas têm de mudar”.*

*“Para mim é muito importante a questão da autonomia, em aspectos profissionais e sociais. É muito importante a pessoa ser considerada como um elemento único e não só fazendo parte do casal”.*

*“Eu sou um bocado desarrumada e ele também. Acontece às vezes discutirmos por uma questão de desarrumação e organização de espaço. (...) eu costumo implicar mais com ele, como deixar a toalha de banho na sala, a roupa interior espalhada pela casa, coisas desse tipo ...”.*

*“Nós sempre dividimos muito bem as tarefas domésticas em igualdade(...)”.*

**Teresa, 27 anos, licenciada em Química, Investigadora**  
(Entrevista nº 10)

Teresa, filha de pais divorciados com profissões intelectuais e científicas, tinha vinte e cinco anos quando começou a viver com o Mike há cerca de dois anos. Ele, dois anos mais velho, deixou a Suíça e veio para Portugal com o objectivo de ficarem juntos, decisão que segundo ela, não agradou de início aos pais dele mas que contou com o apoio dos pais da Teresa. Ambos recebem uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia – ela está a fazer o mestrado em Química e ele a preparar o doutoramento em Física – e o seu dia-a-dia é passado fora de casa, a trabalhar na mesma universidade mas em gabinetes separados.

Embora de nacionalidades diferentes, aproxima-os uma origem social comum, ambos pertencem a uma família de classe média dotada de capitais escolares importantes e, até agora, uma trajectória profissional idêntica. Antes da situação actual, e no início da coabitação, ambos passaram pela experiência de um estágio remunerado na respectiva área de investigação.

No que diz respeito ao percurso afectivo, também são mais as semelhanças entre os dois membros do casal do que as divergências, já que os dois puderam dispor de bastante liberdade antes da entrada na conjugalidade, nomeadamente durante o período da adolescência. Teresa teve a sua primeira relação sexual aos catorze anos, com o seu primeiro namorado, com quem andou um ano e meio. Teve outros namorados mas a relação “mais séria e próxima assim de uma relação conjugal” foi com a pessoa que antecedeu o Mike.

**T:** Tive um namoro muito longo antes de viver com o Mike. Uns cinco, seis anos. Acabou. Fui eu que acabei, uns nove meses antes de ir para a Suíça.

Foi na Suíça que o casal se conheceu. Teresa conta como foi:

**T:** Eu fui para a Suíça durante um ano fazer um estágio em química orgânica. Fui viver para uma residência de estudantes e nós estávamos os dois no mesmo andar. Eu tinha chegado há muito pouco tempo, foi assim paixão à primeira vista. Depois começámos a namorar. Entretanto eu vim embora e ele ficou. Não sabíamos muito bem o que havíamos de fazer. Queríamos estar juntos. Eu comecei à procura de emprego lá mas não consegui (...) entretanto o meu pai que é professor aqui em Portugal ofereceu-lhe uma oportunidade de trabalho na universidade através de outro professor que precisava de uma pessoa de Física que percebesse de

computadores. E pronto, ele veio. Ainda estivemos em casa da minha mãe uma semana para fazer limpezas e a mudança.

Quando interrogámos Teresa acerca de como e porquê o casal decidiu coabitar, a “paixão à primeira vista” e o desejo de estarem “juntos” a par das condições (trabalho e casa) que permitiram a instalação de maneira autónoma do casal, foram as razões principais.

**T:** O Mike veio para cá para estar comigo, não fazia muito sentido vivermos separados. Foi por causa disso. E se eu tivesse ficado lá, havíamos de arranjar um local para irmos viver os dois. A minha mãe ainda se ofereceu para ficarmos em casa dela mas eu comecei à procura e tive sorte, tendo em conta a dificuldade que há em alugar casa em Lisboa.

A coabitação encarada como um prolongamento do namoro e a formação progressiva do casal são características salientes deste modelo de conjugalidade que apelidámos de coabitação moderna. Para Teresa o impacto que teve na sua vida a partilha do mesmo espaço com um outro significativo parece marcar a diferença entre namorar e viver junto.

**T:** Lá, cada um de nós tinha o seu quarto. Passávamos muito tempo no quarto um do outro. Cozinhávamos juntos, fazíamos compras juntos, mas não é a mesma coisa. Quando alugámos casa sentimos bastante diferença, o nosso espaço... partilhar o espaço, acho que é uma coisa complicada. O espaço, o tempo, os objectos, não sei....

Uma das qualidades que Teresa aprecia no Mike, para além de saber cozinhar – “eu não cozinho, o que dá um certo jeito” – é precisamente “saber partilhar o espaço e as coisas e eu sentir-me completamente à vontade com ele”. Mais importante que as qualidades intrínsecas da personalidade do outro, é a qualidade da relação que conta. Teresa foi viver com o Mike e não com outra pessoa porque estava apaixonada. Mas o sentimento amoroso, considerado prioritário na formação do casal, também esteve presente em relações anteriores.

**T:** Com o meu namorado anterior nunca fomos viver juntos porque não havia condições económicas que permitissem tal coisa. Acho que se tivesse havido essas condições, tínhamos acabado por ir viver juntos.

Para além da quebra de conexão entre amor, sexualidade e matrimónio ou, mais precisamente, entre casamento e entrada na sexualidade e na conjugalidade, a atitude de Teresa vai de encontro àquilo que Giddens considera ser a procura da relação certa em detrimento da pessoa certa. Encontrar a «pessoa especial» esteve, segundo este autor, ligado ao complexo de amor romântico que acompanhou o movimento de substituição do casamento negociado pelo casamento por amor enquanto que encontrar a «relação especial» é, nas condições actuais da modernidade avançada, em que os ideais de amor romântico tendem a fragmentar-se sob a pressão da autonomia e da emancipação sexual feminina, característico do desenvolvimento do «amor confluyente» e da «relação pura» (Giddens, 1995)<sup>11</sup>.

A privatização do casal não é, para Teresa, incompatível com a sua assumpção na esfera pública, onde as relações de convívio e de sociabilidade parecem substituir o papel das autoridades civis ou dos ritos religiosos, no caso do casamento pela igreja, na constituição do casal. A informalidade marca assim, desde o início, a história do casal e a sua formação. Teresa experimenta o sentimento de pertença a um casal muito antes dos dois decidirem ir viver juntos e quando, durante a sua estadia na Suíça, assume perante o seu círculo de amigos e conhecidos a sua relação com Mike.

**T:** Comecei a sentir que fazia parte de um casal antes de irmos viver juntos. Havia uma comunidade de portugueses lá na Suíça e eu penso que comecei a encarar isso a partir do momento em que fiz as apresentações a essa comunidade de estudantes, fizemos um jantar de apresentação (...).

Acerca das razões que levaram a entrevistada a escolher a coabitação em vez do casamento, fica claro, das suas palavras, a ausência de convicções religiosas, a

---

<sup>11</sup> O conceito de «amor confluyente» é, na perspectiva de Giddens, praticamente sinónimo de intimidade no casal – “Abrir-se um ao outro, condição para aquilo a que chamarei amor confluyente (...)”. O amor confluyente é “activo”, “contingente” e, por isso, choca com as qualidades de «para sempre» e «único e exclusivo» do complexo de amor romântico. A sociedade contemporânea de «separação e divórcio» surge mais como resultado da emergência do amor confluyente do que como sua origem. Quanto mais o amor confluyente se consolida, mais a descoberta de uma «pessoa especial» regride e mais é a «relação especial» que conta” (*op. cit.*: 41). Giddens sublinha ainda a crescente dissociação entre amor, sexualidade e casamento, que andaram juntos até há bem pouco tempo, e a emergência da relação pura noutros contextos da intimidade que não o casal heterossexual. “O amor costumava estar ligado à sexualidade, para a maior parte da população sexualmente «normal», através do casamento, mas actualmente eles estão cada vez mais ligados através da relação pura (...). O complexo do amor romântico ajudou a abrir o caminho para a formação de relações puras mas começa agora a enfraquecer graças às próprias influências que ajudou a criar” (*idem*: 39).

desvalorização do casamento enquanto laço simbólico e legal, e ainda a ideia de que este último não faz sentido como forma de proteger a relação do casal, nomeadamente quanto à sua durabilidade. É a própria Teresa que afirma:

**T:** Eu não sou católica. Essa razão não existe, não faz sentido. Em termos legais também não acredito no casamento. Na minha família existem muitos divórcios. O casamento não é um valor em que eu acredito. Tenho as minhas amigas que têm o sonho de se casarem, isso faz parte do imaginário delas, do meu não. O vestir de branco não, para mim não.

O casamento não faz parte dos sonhos nem dos projectos de Teresa que rejeita a ideia da coabitação como uma etapa antes do casamento. A coabitação com Mike é antes encarada como «uma relação que pode durar sem casamento» e em que a possibilidade de ter filhos fora dos laços matrimoniais é, não apenas admitida, como manifestamente desejada. Colocámos a hipótese de que são os homens, mais do que as mulheres, que desejam casar, no início ou após um período de vivência em comum. Teresa que actualmente não pensa nisso, reconhece, contudo, em relação ao parceiro:

**T:** Acho que ele não tem o desejo mas deseja mais do que eu. Quando falámos disso, ele mostrou mais desejo do que eu em casar. Penso que tem a ver com a família dele ser mais conservadora. Na Suíça há muitas pessoas que vivem em união de facto mas que depois casam-se para ter filhos e isso.

No caso de Teresa, a coabitação surge, mais nitidamente do que em outros entrevistados do perfil moderno, como uma alternativa ao casamento e é bastante provável, tendo em conta as suas convicções, que o casal nunca venha a oficializar a sua união, mesmo depois da transição para família com filhos<sup>12</sup>. Teresa admite a hipótese de casar um dia por causa dos filhos mas apenas se eles estivessem a ser de alguma forma prejudicados; trata-se, contudo, de um cenário pouco provável, segundo a sua própria avaliação:

**T:** Se por acaso vir que pelo facto de casar o meu filho tem mais direitos, também não há-de ser ... mas tenho ideia que não.

---

<sup>12</sup> O tempo veio confirmar o desejo de ter filhos manifestado por Teresa (na altura esse era um projecto “a médio prazo”) e a sua opinião favorável face à manutenção da coabitação informal mesmo depois do nascimento dos filhos. O casal teve o primeiro filho em Março de 2005, dois anos depois de realizada a entrevista e quatro anos após o início da coabitação.

A percepção de que a legislação actual (apesar de não conhecer bem os seus “meandros”) confere os mesmos direitos aos coabitantes e aos casados parece também contribuir para que ela exclua o casamento dos seus projectos de vida e, ao mesmo tempo, sinta que a relação coabitante não é uma relação menos segura.

**T:** Não, porque hoje em dia as uniões de facto têm existência legal. Já pensei na morte. Nós temos uma partilha total. Temos contas abertas em conjunto. Temos casa alugada. Já me interroguei sobre isso. Mas penso que as uniões de facto estão protegidas de alguma forma.

Teresa que nunca teve o desejo de casar, chegou a ponderar essa eventualidade no início da união por razões estritamente práticas. A ideia, que já sabemos, acabou por se revelar mais atractiva para o Mike, foi discutida pelo casal como uma estratégia que tinha como único objectivo facilitar a permanência dela no país de origem dele ou vice-versa. “Nós falámos sobre o assunto por uma questão meramente legal (...). Desde que percebemos que não era necessário casar não tocámos mais no assunto”. Tal como em relação aos filhos, o casamento é aqui encarado apenas se se revelar vantajoso ou absolutamente necessário por questões essencialmente pragmáticas, isto é, exteriores ao casal e que nada têm a ver com os sentimentos.

Analisando as razões para coabitar, podemos observar que para este jovem casal a opção tomada não teve como fundamento qualquer intenção de experimentar a relação. A expressão «metemo-nos os dois nisto de cabeça» é a este respeito bastante elucidativa. «Ama-se» e quando se ama experimenta-se a sensação que a relação é para durar – “eu sabia que era para durar”, diz-nos Teresa – o que é incompatível com a intenção «vamos viver juntos para saber se a relação vai dar certo».

Do ponto de vista subjectivo, a ideia de experimentação conjugal, mesmo para aqueles que desejam casar, não é muito frequente no discurso dos coabitantes entrevistados, o que é, aliás, um resultado que pode também ser observado noutras pesquisas qualitativas, quer da década de 90, quer realizadas mais recentemente (McRae, 1993a; Sassler, 2004)<sup>13</sup>. Encarar a coabitação como uma espécie de teste ou período experimental,

---

<sup>13</sup> Prinz, referindo-se às pesquisas realizadas nos anos 80, que se interrogavam sobre se a coabitação constituía um ensaio pré-nupcial ou uma alternativa ao casamento, chama a atenção para a variedade de concepções acerca da coabitação que acompanharam o fenómeno desde o início da sua difusão, sublinhando que nem todos os casais encaram a relação coabitante como uma fase de experimentação tendo em vista o casamento (Prinz, Christopher, 1995:78).

independentemente do objectivo ser, ou não ser, «dar o nó», não é uma ideia comum entre aqueles que vivem juntos.

O optimismo e as «certezas» característicos do estado de enamoramento (Alberoni, 1993) não excluem a ideia de uma construção progressiva do casal. Teresa conta como a relação evoluiu, como sentiu de início uma grande responsabilidade com a vinda do Mike para Portugal e como isso representou uma fase difícil nos primeiros tempos de vida em comum.

**T:** Acho que evoluiu...a nossa relação foi fortalecendo, a nossa relação consolidou. Tem hoje alicerces mais fortes até porque nos conhecemos melhor. Quando começou foi uma grande responsabilidade. Ele veio para cá, do estrangeiro, para estar comigo, acho que foi uma fase um bocado difícil que já passou. Ser completamente responsável pela adaptação de uma pessoa foi complicado para mim, e para ele também.

Quanto às razões iniciais para coabitar que incluem expectativas mais elevadas de autonomia e liberdade individual, em contraste com as expectativas de sinal contrário associadas ao casamento, Teresa nega terem sido essas as suas motivações (“não, não foi para proteger os meus direitos”). Talvez porque para esta jovem, que se considera a si própria “uma pessoa extremamente independente” e que afirma não ver diferenças significativas entre a coabitação e o casamento, seja impensável uma situação que implique entorses à liberdade e à independência de cada um, quer o casal viva junto com papéis ou sem papéis.

Já em relação à questão da desigualdade de estatutos e papéis sexuais que decorre da associação entre casamento e papel tradicional da mulher, Teresa adota uma atitude mais radical<sup>14</sup>.

**T:** Associo, associo. Quer dizer, não foi uma coisa consciente de ... mas talvez já seja o reflexo de uma atitude minha perante a sociedade. Acho que sim, talvez o facto de socialmente não me encaixar nesse padrão existente. Eu acho que é importante que esse papel mude, quantas mais pessoas existirem sem estarem casadas mais a sociedade se apercebe que as coisas têm de mudar.

---

<sup>14</sup> A pergunta que lhe foi dirigida foi a seguinte: Alguma vez sentiste, nomeadamente quando foste viver com o Mike, que viver junto era, ou é, uma forma de escapar ao papel tradicional da mulher (de esposa e mãe) que normalmente se encontra associado ao casamento?

Teresa que não pretende fazer da coabitação a pedra de toque da transformação da sociedade revela, no entanto, preocupações com a mudança social, em particular, no que diz respeito ao papel feminino e às relações entre os géneros. Neste aspecto, distingue-se de outros entrevistados do perfil moderno por manifestar uma atitude bastante mais desfavorável face ao casamento, a par de dimensões valorativas sociocentradas<sup>15</sup> ligadas às razões da escolha da coabitação.

Tal como muitas outras mulheres, Teresa recusa-se a ser definida exclusivamente em relação ao papel de esposa e mãe<sup>16</sup> que ela não deixa, simbolicamente, como vimos, de associar ao casamento. Para esta jovem mulher diplomada, a actividade profissional constitui uma dimensão essencial da sua identidade pessoal.

**T:** Para mim é muito importante o aspecto profissional, faz parte do desenvolvimento pessoal, cultural e profissional das pessoas (...). Muitas vezes ponho o trabalho à frente mas também é muito importante para mim preservar o bem - estar com o Mike”.

Teresa atribui tanta importância à sua vida em casal como à sua vida profissional que valoriza não apenas pelo trabalho em si mas também pelos “colegas de trabalho e o convívio”. Para ela é impensável a hipótese de um dia deixar de trabalhar, ainda que provisoriamente, para cuidar dos filhos. Afirma:

**T:** Acho que mais depressa o meu namorado deixava de trabalhar para tomar conta dos filhos do que eu.

Acerca das representações sobre o compromisso e a perenidade da relação conjugal, o discurso de Teresa, tal como o de outros entrevistados, revela algumas ambiguidades que podemos interpretar como sendo, elas próprias, o reflexo das contradições normativas da privatização do casal referidas por vários autores (Beck e Beck-Gernsheim, 1995;

---

<sup>15</sup> A distinção entre orientações valorativas sociocentradas (voltadas para a sociedade) e egocentradas (ligadas às razões e trajetórias individuais) foi utilizada pela equipa de João Ferreira de Almeida (Almeida, Costa e Machado, 1988) e retomada por Rosário Mauritti (2002) a propósito das respectivas investigações acerca dos estudantes universitários.

<sup>16</sup> Em “La crise des identités” Dubar mostra como hoje em dia um número crescente de mulheres reivindica o reconhecimento da sua actividade profissional que constitui, do ponto de vista das próprias mulheres, uma componente fundamental da construção da sua identidade pessoal; as mulheres recusam, cada vez mais, que a sua vida se resuma ao desempenho de papéis familiares (Dubar, 2000: 57-93). As investigações mais recentes realizadas no nosso país apontam no mesmo sentido, mesmo quando se trata de mulheres que exercem profissões pouco qualificadas (ver em particular Anália Torres, Vida Conjugal e Trabalho, 2004: 144).

Kellerhals, 1982; Neyrand, 2002; Singly, 2000)<sup>17</sup>. Deseja-se segurança afectiva mas reivindica-se a liberdade e o direito do indivíduo de romper a relação caso esta não seja satisfatória; deseja-se a perenidade do casal mas assumir um compromisso para toda a vida não constitui uma ideia atractiva. Teresa foi viver com o Mike na expectativa, que se mantém, de que a relação é para durar mas as suas palavras deixam transparecer a perda de importância da perenidade enquanto valor associado à conjugalidade<sup>18</sup>:

**T:** E continuo a pensar que sim [*que é para durar*] mas não me parece importante ter que dizer isso da nossa relação...até parece que vou ficar com ele a vida inteira...não considero importante assumir: «Olha Mike agora vamos ficar para sempre».

Teresa encara o casamento não apenas como uma instituição desnecessária (mesmo no caso de ter filhos), como tende ainda a considerar ilegítima a ingerência do Estado na sua vida privada.

**T:** A única coisa que eu acho é que o Estado não é mais do que uma...não tem autoridade para declarar o nosso amor. Tem mais a ver com autoridade. Quem tem autoridade para declarar que duas pessoas estão a viver casadas ou juntas?

Esta tendência para considerar a instituição desnecessária, e mesmo ilegítima, face à autenticidade da relação amorosa está presente em Teresa e foi várias vezes assinalada como sendo um sentimento comum entre os coabitantes (Roussel, 1986 e 1989).

A privatização do casal e dos sentimentos é uma característica da conjugalidade coabitante que surge de forma mais saliente no caso dos entrevistados do perfil moderno. Teresa não vê com bons olhos a ingerência do público numa relação que considera

---

<sup>17</sup> Como inscrever uma relação amorosa no longo termo numa época onde predomina o individualismo afectivo? Os sociólogos de língua francesa citados sublinham a crescente dificuldade em articular as exigências de viver em casal com a preocupação de realização pessoal. O amor, a liberdade pessoal e a igualdade entre homens e mulheres parecem estar hoje sujeitos a exigências contraditórias. Estas contradições situam-se no centro da problemática que os sociólogos alemães Beck e Beck-Gernsheim (*op. cit.*) chamam o «caos normal do amor».

<sup>18</sup> Na resposta às perguntas fechadas registadas no questionário de caracterização dos entrevistados (ver em anexo), Teresa seleccionou dois aspectos, de entre a listagem apresentada, que considerou menos importantes na relação do casal: «Assumir um compromisso de longa duração» e «Apoio económico por parte do companheiro». Ambos remetem para mudanças importantes na forma de encarar e viver a conjugalidade. O primeiro aspecto diz respeito à perda de importância da perenidade enquanto valor tradicionalmente associado ao casamento; o segundo aspecto aponta para a desvalorização do papel tradicional de ganha-pão masculino e para a importância da autonomia feminina no contexto da relação do casal. Ambos os aspectos estão em consonância com os resultados obtidos através da análise qualitativa da entrevista.

pertencer ao domínio do privado. Neste sentido, a escolha da coabitação como forma de entrar e viver em casal significa também uma recusa em submeter a relação a outros factores que não sejam os sentimentos.

**T:** Duas pessoas que querem viver juntas, é o amor que as deve unir e não um pedaço de papel. Não penso que o casamento valorize ou desvalorize a relação.

O caso de Teresa é um dos muitos exemplos acerca da relação encontrada entre o fraco desejo de casar, ou mesmo a recusa da instituição, e a existência de representações convergentes entre coabitação e casamento a propósito de múltiplas dimensões da vida conjugal: o modo como o laço formal ou informal afecta a relação e os sentimentos, o compromisso entre o casal e as responsabilidades, a percepção das vantagens e inconvenientes, dos direitos legais, da liberdade e autonomia pessoal face ao nós-casal ou ainda a visão acerca da (in)quebrabilidade do laço conjugal.

O caso do Hugo, por sua vez, ilustra bem a relação inversa, que pôde ser também observada no discurso de outros entrevistados, entre uma forte vontade de casar e a tendência para ter concepções distintas acerca da coabitação e do casamento.

Teresa que não quer casar, não vê “grandes diferenças no facto de estar a viver em união de facto”. Ela acha que “as responsabilidades são as mesmas”, que a liberdade e autonomia que cada um dispõe são as mesmas (“mais uma vez, acho que não há grande diferença”) e fechando, digamos assim, o círculo, sublinha, mais uma vez, o carácter privado do compromisso assumido com o Mike que torna o casamento desnecessário.

**T:** Não assinámos com o Estado mas assinámos um com o outro. Penso que não há diferenças. Vantagens não vejo nenhuma, desvantagens também não.

A não ser tornar mais fácil (em termos burocráticos e não afectivos) uma possível desunião, Teresa não vê mais nenhuma vantagem na coabitação.

**T:** Penso que as separações são sempre difíceis e dolorosas. Mas penso que pelo facto de não haver divórcio legal poderá ter alguns aspectos mais fáceis, o não ter que recorrer ao divórcio, que é um processo legal mais complicado.

Para esta jovem o direito à separação, inquestionavelmente ligado ao direito de mudar a sua vida privada no sentido da procura da realização pessoal, é um dado adquirido, independentemente do estatuto da união.

**T:** Penso que uma pessoa é tão livre de romper a relação, quanto uma pessoa que está casada.

Para o Hugo, recordemo-lo, o laço que une duas pessoas através do casamento é visto, apesar de tudo, como sendo «mais inquebrável».

Enquanto que o entrevistado anterior pensa que com o casamento a sua relação conjugal poderá sofrer mudanças significativas, ao caminhar quase inevitavelmente para um maior comodismo ou para o esmorecer da paixão ou, ainda, porque, ao casar corre o risco de surgirem sentimentos de posse, em contraste com a coabitação que, na sua acepção, permite conciliar mais facilmente a liberdade com a intensidade dos sentimentos, Teresa que pretende continuar a viver junta, é de opinião que “não é por as pessoas estarem casadas que as relações mudam”.

**T:** Eu penso que as pessoas têm tendência a acomodar-se nas duas formas. Não vejo diferença.

Paradoxalmente, Hugo reconhece que a coabitação traz mais vantagens, quer para a relação afectiva quer em termos de maior autonomia e liberdade individual mas mesmo assim deseja casar. É como se o amor e a liberdade fossem compatíveis na coabitação mas deixassem de o ser no casamento. Abdicar de uma parte da sua liberdade parece ser o preço a pagar para ser aceite socialmente.

Em contraste com o Hugo, cujas relações privadas e o próprio desenrolar da relação conjugal são fortemente condicionados do exterior, Teresa não está sujeita a pressões familiares e movimenta-se num meio em que viver junto é não apenas tolerado como visto até como banal. Mais ainda, conforme sublinha Teresa, “o casar é que é anormal”.

**T:** No meu grupo de amigos o viver juntos é normal. O casar é que é anormal. Mesmo os meus amigos que casaram passaram por uma vivência em união de facto.

Em relação ao pai e à mãe de Teresa, ambos professores universitários, notam-se algumas diferenças na maneira como encaram a coabitação. A mãe, que vive actualmente em união de facto, vê a situação da filha “com naturalidade”, segundo as palavras de Teresa, mas para o pai parece dar-se o caso de desejar ver a filha casada mas não ousar dizê-lo abertamente.

**T:** Penso que o meu pai tem um desejo secreto de me ver casada. Acho que ele teria algum gosto em assistir ao meu casamento.

Podemos interpretar esta atitude como um efeito cruzado do género (os homens, de acordo com a nossa proposta terão uma visão mais institucionalizada da conjugalidade) e do meio social, onde «parece mal» recomendar o casamento como modelo por contraponto à coabitação, ainda mais quando a sua própria história matrimonial é pautada por um divórcio. Teresa conta que a avó é a única pessoa da família que de vez em quando ainda lhe fala em casamento, “talvez por ser mais velha e conservadora”, adianta, mas mesmo esta disse-lhe a uma certa altura: “agora é que é bom, pode-se experimentar antes de casar”.<sup>19</sup>

Num meio onde existem muitos divórcios, incluindo o dos pais de Teresa, (“na minha família existem muitos divórcios”), a imagem do casamento institucional surge aos olhos desta jovem coabitante bastante desgastada e desvalorizada. Esta é, certamente, uma das razões, mas não a única, que contribui para explicar o porquê da sua escolha e das suas atitudes perante a conjugalidade.

Tendo em conta a classe social de origem dos coabitantes, por um lado, e por outro, o eixo meio rural e meio urbano, torna-se interessante reflectir a partir da história da Teresa e do Hugo, a questão da regulação externa do comportamento privado.

Torna-se evidente que o Hugo vivendo numa aldeia do interior centro do país, onde a coabitação de casais jovens é rara e sujeita à reprovação social, encontra um ambiente adverso, a par da pressão exercida pelos pais de meios populares. O facto da sua companheira ter sido emigrante na Suíça, onde viver junto sem estar casado é uma prática corrente, não deve ter sido alheio à decisão dos dois. Teresa vivendo em Lisboa e pertencendo a meios intelectuais com formação universitária encontra um ambiente favorável à prática da coabitação, principalmente junto dos seus familiares e do seu círculo de amigos mais próximo. No entanto, não deixa de ser interessante, e algo surpreendente, verificar que também ela passou por uma experiência em que teve a sensação que era mal vista, ou pelo menos olhada de maneira diferente, pelo facto de viver em união informal. Foi no local de trabalho onde fez um estágio em química orgânica.

---

<sup>19</sup> Teresa não é completamente indiferente às expectativas da avó, de quem é bastante próxima. Quando no decorrer da entrevista se pergunta quais as razões mais importantes que a levariam a encarar a hipótese de casar Teresa não hesita em responder “razões de ordem prática” mas logo a seguir acrescenta: “Às vezes penso que a minha avó teria muito gosto em ver-me casada”. Mais uma vez as razões para casar de natureza sentimental quando existem são exteriores ao casal.

**T:** Todas as pessoas com quem trabalhava nessa altura tinham casado antes de irem viver juntas. Portanto, eu era a excepção à normalidade. Nesse trabalho senti, por vezes, as pessoas acharem-me um pouco esquisita ou diferente. Estar casada numa situação mas na realidade não ... (...) não, não é por isso que me vou casar, antes pelo contrário, até gosto de ser diferente. Apesar de depois eles excluírem-me por ser diferente. Durante um ano que lá estive não fiz um único amigo. E eu faço amigos com facilidade.

A impressão que nos fica da análise da narrativa da Teresa e do Hugo é a de que para além da mudança de valores na sociedade portuguesa conotados com a modernidade,<sup>20</sup> a qual fornece a moldura onde se inscrevem as biografias individuais dos coabitantes, o contexto familiar continua a ser bastante determinante na decisão de casar ou coabitar ( e na de continuar ou não a viver em coabitação), sobretudo quando se trata de casais jovens.

O depoimento de Teresa remete-nos igualmente para uma problemática interessante, que é a da construção da identidade coabitante. Enquanto o Hugo não gosta de se sentir diferente - porque, como vimos anteriormente, interpreta negativamente essa diferença, quase um estigma - Teresa até gosta de ser diferente porque a distinção, no sentido em que Bourdieu (1979) aplica este termo, é uma marca de um estilo de vida associada a uma elite cultivada.

Analisámos até agora o percurso de vida e afectivo de Teresa e, também, o significado que ela atribui ao trabalho profissional, por um lado, e por outro, a dimensão simbólica dos valores e representações, intenções e projectos, face ao casamento, à coabitação e à sua própria conjugalidade. A história da formação deste casal, que do ponto de vista da integração conjugal podemos caracterizar como o «tempo da instalação» (Torres, 2002)<sup>21</sup>, ficaria incompleta sem a análise da construção da vida a dois no

---

<sup>20</sup> O recuo do casamento como modelo dominante e único modo legítimo de entrar e viver a conjugalidade, o afrouxamento do controle social sobre os comportamentos privados, a liberalização dos costumes no que toca à sexualidade, a aproximação entre os comportamentos dos rapazes e das raparigas e a valorização da realização individual, no campo afectivo e profissional, entre outros, inscrita esta última no processo mais vasto de individualização das relações sociais (Beck e Beck-Gernsheim, 1995), comum às sociedades ocidentais.

<sup>21</sup> Anália Torres no seu estudo sobre o casamento, divide os casais entrevistados em três tempos distintos de duração do casamento: o tempo de instalação, o tempo de mudanças e de transições, o tempo da conformação ou da realização pessoal. O primeiro grupo de duração do casamento diz respeito a casais mais jovens e aos primeiros dez anos onde, segundo a autora, se jogam momentos decisivos: “(...) do nascimento dos filhos, dos primeiros conflitos e dos primeiros

quotidiano, entendida como um processo dinâmico. Como é que o casal se encontra organizado em torno das rotinas e das tarefas do dia a dia? Que modalidades de interacção e que ideais subsistem? Oíçamos o que Teresa tem a dizer a este respeito, a maneira como ela descreve as rotinas do seu quotidiano com o Mike:

**T:** Como trabalhamos no mesmo sítio costumamos ir juntos de carro, de manhã. Eu acordo sempre primeiro, tomo banho e (...) saímos imediatamente para a universidade. Eu tomo o pequeno-almoço no bar junto ao meu escritório e ele junto ao escritório dele. De vez em quando almoçamos juntos mas nem sempre. Depois do trabalho normalmente vamos os dois juntos para casa. Se precisamos vamos às compras. Quando chego arrumo a casa e lavo a loiça do dia anterior, somos muito desorganizados, e o Mike faz o jantar (...) no caso de estarmos muito cansados ficamos a ver televisão, senão conversamos. Conversamos muito. Às vezes damos jantar lá em casa com amigos. (...) durante o fim de semana, eu como tenho aulas ao sábado, o Mike fica a dormir. Quando ele acorda vamos passear mas depende, é muito variável. (...) sim, saímos bastante com amigos mas fazemos um certo esforço para passar pelo menos um dia do fim de semana juntos. Sentimos essa necessidade (...).

A análise do discurso de Teresa, ao longo de toda a entrevista, aponta claramente para uma coesão do casal baseada nos valores da conjugalidade companheirista, onde sobressai o acento colocado na relação e na comunicação a dois, bem como na igualdade em casa e na profissão. O encontro e a interacção do casal acontecem em primeiro lugar em torno dos aspectos expressivos e da intimidade, dos lazeres e das sociabilidades mas também à volta das rotinas instrumentais do quotidiano, nomeadamente a partilha das tarefas domésticas, como pode ser facilmente observado a partir do extracto acima citado. É possível também detectar desde logo a existência de actividades realizadas tanto em conjunto como em separado. Mas o que torna a Teresa mais feliz, na sua vida de casal, são sem dúvida os momentos de intimidade com o Mike.

**T:** É mais o nosso momento só os dois, penso que em casa temos tempo para conversar, para ter alguma intimidade. É isso que eu sinto a falta, que preciso mais.

---

embates e exigências profissionais.(...) Confrontam-se expectativas e realidades, processam-se adaptações e reformulações identitárias, desenvolvem-se ou adiam-se projectos.” (Torres, *op. cit.*: 113).

Em termos de ideais acerca do funcionamento do casal, Teresa tende, em alguns aspectos, para a fusão conjugal, excepto na profissão, nas amizades e nos tempos livres onde predomina uma vontade explícita de autonomia<sup>22</sup>. Na primeira dimensão, Teresa é de opinião que o dinheiro que cada um ganha deve ser dos dois e que as decisões devem ser tomadas todas em conjunto, orientações que neste caso concreto se encontram em consonância com as práticas<sup>23</sup>. Considera também que não deve haver segredos entre os dois e que “um casal deve contar tudo um ao outro”. Esta visão relacionada com a valorização da conversa e da comunicação, que se deseja total, incluindo a reflexividade conjunta sobre a própria relação, num casal jovem e apaixonado, não é incompatível com a primazia dada à independência na esfera profissional e das relações de sociabilidade.

**T:** Eu gosto que alguém me telefone. É muito importante ter independência, e coisas só nossas, até para chegar ao fim do dia e ter qualquer coisa para contar (...). Para mim é muito importante a questão da autonomia, em aspectos profissionais e sociais. É muito importante a pessoa ser considerada como um elemento único e não só fazendo parte do casal. Em relação aos amigos também.

Vemos assim que a construção da identidade pessoal não depende apenas e fundamentalmente do nós-casal mas reparte-se por vários territórios ou mapas identitários (Lalanda, 2004): o investimento no casal, na carreira profissional, que surge como uma dimensão privilegiada da autonomia feminina, e o investimento nas relações de amizade; a própria manutenção da harmonia conjugal implica preservar tempos e espaços pessoais<sup>24</sup>, dentro e fora de casa, condição afinal para que a intimidade e a troca emocional no casal se realizem. Mesmo quando estão os dois em casa, tanto podem estar «um com o outro» como «estar a sós», uma espécie de «dupla vida», utilizando o termo de Singly (2000) para designar o paradoxo do individualismo contemporâneo, mas sem que daí resulte tensão ou

---

<sup>22</sup> Teresa selecciona como casal-ideal a frase “O casal partilha totalmente os vários aspectos da vida quotidiana: os sentimentos, as ideias, os tempos livres, as amizades, as decisões e os bens”, com a ressalva, diz-nos, “de que as pessoas têm interesses diferentes, logo a autonomia não deixa de ser importante num casal.”

<sup>23</sup> No que diz respeito à organização do dinheiro e ao pagamento das despesas, por exemplo, o casal tem duas contas ordenado e ambos mexem na conta um do outro: “Nós a maior parte das despesas pagamos por multibanco. Eu faço a organização das facturas. Controlo as despesas. Temos duas contas juntos, eu recebo por uma e ele por outra. O dinheiro que recebemos é o que gastamos (...) os dois mexemos nas contas. (...) os dois contribuimos para as despesas, não há diferença. Talvez os meus pais ajudem mais que os pais dele, é a única diferença.”

<sup>24</sup> “Acho que é muito importante ter tempo para o casal mas também é importante ter tempo para cada um,” diz-nos Teresa. E ainda: “Acho muito importante o casal ter amigos em comum, tal como acho muito importante o casal ter amigos em separado”.

mal-estar, antes pelo contrário, esta parece ser uma forma de funcionamento capaz de equilibrar o investimento fusional no casal e o bem-estar pessoal.

**T:** De resto quando não saímos, e estamos juntos, ele trabalha muito no computador. É trabalho e divertimento (...) ou é consequência de eu não estar em casa ou acontece eu estar em casa a dormir, a estudar ou a fazer outra coisa....

A divisão conjugal dos lazeres e a construção de espaços de autonomia individual pende nitidamente para a paridade, acentuando-se a autonomia feminina, em parte por questões de temperamento (“ele é menos sociável que eu”), e também porque o Mike não conhecia ninguém quando veio para Portugal.

**T:** (...) não conhecia ninguém. É uma situação complicada (...). Os meus amigos tornaram-se imediatamente amigos dele. Temos amigos em comum mas ele também tem os amigos da Universidade. E eu tenho um grupo de amigas, todas raparigas, com quem saio. Temos algumas conversas e partilhamos algumas coisas da nossa intimidade. Ainda este fim de semana fui sair e o Mike ficou em casa. Acontece. (...) ele é muito raro sair sem mim. Acontece ir a concertos que eu não aprecio. Ele adora ....

Ter amigos, interesses e actividades em comum e em separado surge combinado com práticas e atitudes mais fusionais quando se trata de aspectos financeiros e comunicacionais, em que idealmente todos os assuntos ou episódios, mesmo os mais íntimos, deverão ser partilhados e discutidos.

A relação da Teresa e do Mike não está isenta de conflitos, de pequena dimensão, diríamos nós, que surgem a propósito da partilha do espaço e das saídas e sociabilidades mais ou menos intensas de Teresa que colidem, por vezes, com o «estar em casal». Mas Teresa considera-se satisfeita e feliz na sua relação conjugal ao ponto de considerar os defeitos dele (“desorganizadinho” e “estar até ao último dia para marcar passagens, por exemplo”) a diferença que dá coloração à relação: “faz parte do carácter dele, ganha-se perspectivas positivas na relação ... o inesperado, se pudesse mudar alguma coisa não mudava nada”. Acerca dos desentendimentos e divergências do dia a dia, feitas as contas, o balanço é positivo.

**T:** Normalmente não nos chateamos muito, nós damo-nos bem. Discutimos pouco. Quando nos chateamos é mais por pequenas coisas da casa (...). Por outro lado eu tenho muitos amigos, sou muito sociável ... tenho muitas combinações com

peessoas e às vezes chateamo-nos. Mas é mais a desarrumação, eu sou um bocado desarrumada e ele também. Acontece às vezes discutirmos por uma questão de desarrumação e organização de espaço. (...) eu costumo implicar mais com ele, como deixar a toalha de banho na sala, a roupa interior espalhada pela casa, coisas desse tipo ....

A questão da desorganização doméstica aparece frequentemente entre os casais jovens, quer nos nossos entrevistados quer noutros estudos (Torres, 2002 e 2004; Kaufmann, 1992). Uma possível explicação, que não se aplica ao caso em análise, estaria relacionada com os modelos fortemente assimétricos vivenciados na família de origem em que homens e mulheres socializados por mães que foram excelentes donas de casa, sempre com tudo “impecável” e em ordem, teriam, pelas mesmas razões, dificuldade em suportar a desarrumação – mas enquanto nalguns casais elas assumem essa responsabilidade e são eles que exigem delas, noutros geram-se conflitos devido às reivindicações femininas. No caso de Teresa o que parece estar em causa é uma rejeição clara do papel tradicional feminino e, por outro lado, uma exigência de participação nas tarefas domésticas, em pé de igualdade, por parte do seu companheiro. Num contexto conjugal em que os papéis femininos e masculinos não estão fixados *à priori* mas antes sujeitos a negociação, em que existem expectativas elevadas acerca da partilha igualitária das tarefas domésticas e em que se procura activamente a paridade na divisão sexual do trabalho, dentro e fora de casa<sup>25</sup>, o que Teresa parece querer dizer com a frase “eu sou um bocado desarrumada e ele também” é: «não sinto que é meu dever ter tudo organizado» e «tu és tão responsável quanto eu pelas lides domésticas e por manter a casa arrumada». Ainda assim não é certamente por acaso, por que se tratam de comportamentos inscritos em diferentes identidades de género, que o Mike é mais negligente e demonstra maior insensibilidade perante o «caos» doméstico enquanto que a Teresa apresenta indícios do impulso feminino, a que dificilmente as mulheres conseguem escapar ou controlar, para a manutenção da ordem e da arrumação doméstica de forma continuada (no dia a dia) e não apenas episódica (o dia da limpeza geral). Como ela própria afirma:

---

<sup>25</sup> Expectativas e exigências que se coadunam com ideais simétricos de conjugalidade : ”Acho que um casal deve dividir as tarefas o mais igualmente possível. (...) porque quando estão os dois em idêntica situação de trabalho não vejo razão para não o fazerem. Tirando o problema da gravidez que não pode ser partilhado, por razões biológicas, tudo o resto deve ser dividido”.

**T:** Faço mais eu, embora seja um momento bastante partilhado [o momento em que os dois fazem a limpeza da casa], talvez eu seja mais sensível a pequenas desarrumações.

A questão da desarrumação doméstica ser um tema recorrente nos casais jovens com uma história conjugal recente, pode ser interpretada de outro ângulo, para além de representar uma recusa das jovens mulheres, principalmente das mais escolarizadas, em assumir a gestão e a execução das tarefas domésticas como uma obrigação feminina. Nos primeiros tempos de vida em comum, na ausência de filhos, quando o casal é o centro e a prioridade é dada aos aspectos expressivos e emocionais, existe uma espécie de recusa em submeter a relação ao peso excessivo das tarefas domésticas. Procura-se uma relação de sentido hedonista em que a «leveza» e a «ligeireza» prevaleçam face às tarefas desagradáveis do quotidiano. Encontramos sinais claros desta atitude quando Teresa fala com humor na inexistência de um equipamento doméstico considerado por outros como indispensável, o ferro de engomar, ou ainda quando diz que com o tempo, e à medida que a casa foi ficando mais cheia, ficaram também os dois “um bocadinho mais chatos”.

**F:** Quem é que passa mais vezes a ferro?

**T:** Não temos ferro de engomar, não precisamos (gargalhada de Teresa). (...)

**F:** Em relação às tarefas domésticas, sempre foi assim ou houve mudanças?

**T:** Acho que se calhar trabalhamos mais os dois mas penso que não tenha havido assim grande diferença. Nós sempre dividimos muito bem as tarefas domésticas em igualdade, só que a casa está mais cheia. E agora quando mudámos de casa fizemos muitas limpezas gerais ao serão. Acho que ficámos os dois um bocadinho mais chatos.

Procurar salvaguardar a «leveza» da relação, evitar os aspectos menos agradáveis e mais entediantes das rotinas quotidianas, nomeadamente, através da existência, no início, de poucos móveis ou equipamentos, da tentativa de reduzir ao mínimo as tarefas domésticas (mesmo que isso implique um certo «caos» e desarrumação), subtrair-se a algumas delas, como seja a actividade de passar a ferro, tornada dispensável, são atitudes e comportamentos que fazem lembrar as entrevistas de Kaufmann (1992) ou as que realizou Sabine Chalvon-Demersay no início da década de oitenta (1983) junto de jovens coabitantes.

Teresa faz uma apreciação positiva da repartição do trabalho doméstico, no seu caso pessoal, que considera globalmente justa e igualitária. Embora a divisão paritária das tarefas seja a tónica dominante neste casal, tendendo neste caso as práticas a aproximar-se das representações, uma maior igualdade de género não significa uma total indiferenciação sexual<sup>26</sup>. Após dois anos de vida em comum, a divisão de tarefas e responsabilidades encontra-se sedimentada em termos de quem faz o quê, porquê e quando, pendendo o casal para algumas especializações femininas e masculinas.

Quando chegam a casa, já sabemos que o Mike começa imediatamente a fazer o jantar (cozinhar e aspirar são as duas tarefas que Teresa menos gosta de fazer), enquanto ela arruma a casa e lava a loiça do dia anterior. A limpeza e a arrumação geral, uma vez que não têm um dia certo para a fazer, é decidida pelos dois e realizada também pelos dois em simultâneo, lado a lado. Aqui Teresa tendeu a especializar-se em tarefas que podemos designar por «molhadas», que coincidem também com aquelas que, apesar de tudo, ela menos desgosta de fazer, enquanto que o Mike se ocupa das tarefas «secas» que, embora também não as aprecie, são para ele menos penosas que as primeiras.

**T:** A limpeza da casa fazemos os dois. O momento que vamos limpar a casa decidimos os dois. Eu trato da casa de banho, lavo o chão da cozinha (...), penso que é isso que ele menos gosta, (...) e ele aspira e arruma o resto.

Para além destas tarefas que o casal realiza junto, Teresa, como já assinalámos antes, mostra-se mais activa nas pequenas e múltiplas arrumações do dia a dia que não se compadecem com o dia da «faxina» e exigem uma atenção quase permanente, maneiras de ser e de agir mais adequadas àquilo que se espera ser o comportamento das mulheres<sup>27</sup>.

Quanto às especializações do casal que se traduzem em tarefas «molhadas» femininas e «secas» masculinas quando se trata da limpeza geral da casa, ou ainda de

---

<sup>26</sup> Esta repartição igualitária e tendencialmente indiferenciada pode ter vindo a modificar-se, em desfavor de Teresa, após o nascimento do primeiro filho do casal, nomeadamente pelo acréscimo de trabalho que a situação acarreta e porque as competências maternas são afinal atributos conotados com o feminino. Mas esta é uma suposição que só poderia ser averiguada se repetíssemos a entrevista, seguindo a trajectória do casal depois da transição para o formato de família com filhos.

<sup>27</sup> Com a chegada do primeiro filho do casal (dois anos após a entrevista), esta disposição feminina presente em Teresa, ainda que de forma menos vincada que noutras entrevistadas menos diplomadas, e a sua maior disponibilidade, comparando com o Mike, para encarar e assumir o trabalho doméstico como um acto contínuo, pode ter contribuído, uma vez mais, para desequilibrar os pratos da balança, uma espécie de armadilha inscrita no corpo dela (e no dele). No entanto, não se prevê, dado as características de ambos, uma transformação da relação conjugal no sentido de uma acentuada assimetria na repartição das tarefas domésticas e nos cuidados com o filho.

preparar refeições e lavar a loiça, todas estas divisões não acontecem por acaso, embora os seus protagonistas pensem nelas como divisões espontâneas baseadas nos gostos e contragostos de cada um. Basta lembrar a classificação de Bernard Zarka (1990) entre tarefas domésticas «femininas», «masculinas», e «negociáveis». Limpar a casa de banho, por exemplo, assim como lavar e tratar da roupa, faz parte das tarefas não negociáveis, isto é, cujo desempenho cabe quase invariavelmente às mulheres. Já cozinhar e aspirar faz parte do conjunto de tarefas negociáveis, isto é, que são feitas actualmente por mulheres mas também por um número crescente de homens. A probabilidade de um homem tomar a seu cargo determinado tipo de tarefas acontece pela seguinte ordem: em primeiro lugar as tarefas masculinas (como «bricolage» e lavar o carro), a seguir as tarefas negociáveis (cozinhar, aspirar, fazer compras) e por fim, muito a custo, as tarefas femininas (*op. cit.*: 32).

Existe de facto um domínio em que Mike, à semelhança de muitos homens, resiste a entrar mas do qual não se exclui completamente. São as tarefas relacionadas com a lavagem e tratamento da roupa, tradicionalmente mais conotadas com o feminino<sup>28</sup>. Teresa afirma que é ela que coloca a roupa na máquina mais vezes, que pendura e apanha a roupa da corda mais vezes e quem, normalmente, arruma a roupa depois de lavada e seca. Se, como vimos, existem tarefas consensuais e perfeitamente delimitadas, umas faz a Teresa, outras faz o Mike, - que não geram polémica e que entraram nos hábitos do casal, pendendo para o equilíbrio em termos de tempo e quantidade de trabalho dispendido, até porque são realizadas lado a lado, dando o casal a imagem de uma equipa bem ajustada - “a roupa, às vezes”, diz-nos Teresa, “é uma guerra”. A roupa faz parte das tarefas negociadas, no sentido em que umas vezes faz ele outras faz ela mas mais vezes ela, geradora de conflitos no casal.

Se do lado masculino existem resistências, alicerçadas nas diferenciações de género, do lado feminino existem também, por vezes, cedências que vão de encontro a uma identidade de género onde as dimensões afectivas e relacionais estão de sobremaneira valorizadas, ainda mais no interior de uma relação conjugal. Teresa admite a propósito da roupa, que já lhe aconteceu realizar mais vezes esse tipo de tarefas para evitar o conflito e proteger a relação conjugal, escudando-se logo a seguir na justificação de que é ela quem

---

<sup>28</sup> Ainda segundo Bernard Zarka uma tarefa é tanto mais penosa para um homem (e para uma mulher) quanto mais essa tarefa possui a marca do sexo oposto (1990: 29).

tem mais roupa. No entanto, a entrevistada continua a pensar (e a exigir) que o seu companheiro deve participar mais vezes nesse tipo de tarefas.

**T:** Sim, já me aconteceu [para evitar o conflito], com a roupa. Embora eu tenha e use muito mais roupa, o que torna tudo mais complicado, acho que é a coisa mais dividida e que devia ser mais.

Mesmo para os homens que defendem a igualdade na partilha das responsabilidades e afazeres domésticos enquanto norma ideal, e pretendem pô-la em prática, como deverá ser certamente o caso de Mike, tudo se passa como se o corpo, através de disposições de género profundamente enraizadas, não obedecesse às razões da mente, como tão bem sugere Kaufmann (1992) e mais recentemente Torres (2004: 134).

Para terminar, e com o intuito de tipificar a dinâmica conjugal associada a este perfil de coabitação que designámos por «moderno» recorreremos aos trabalhos mais recentes realizados no nosso país no âmbito da sociologia da família. A partir dos resultados da pesquisa “Famílias no Portugal Contemporâneo”, Karin Wall e a sua equipa (2000) traçam os contornos de diversos tipos de conjugalidade articulando os conceitos de coesão e de integração, desenvolvidos pelo interaccionismo, com os valores e posições sociais dos casais inquiridos (Wall e Aboim, 2002).

O funcionamento interno do casal Teresa e Mike, perspectivado ao nível das práticas e representações em várias vertentes da vida quotidiana, desde os sentimentos e comunicação ao trabalho doméstico e profissional, aos lazeres e convívios, é semelhante à dinâmica «confluente» identificada no estudo referido<sup>29</sup>. Trata-se de um perfil em que, tal como no nosso casal, práticas autónomas e fusionais coexistem em simultâneo, ou seja, há uma convivência entre o estar em casal e o construir espaços de autonomia pessoal no feminino e no masculino, a par de uma forte abertura ao exterior. Neste perfil, a norma de coesão fusional acaba por ser dominante (a procura de fusão nas intenções), o que não significa que a autonomia individual não seja importante. Pensamos que o discurso de Teresa se encaixa essencialmente neste padrão. Em vários domínios da conjugalidade o desejo de fusionalidade é bastante saliente: nos rendimentos e nas despesas, no envolvimento doméstico e emocional do casal e na opinião de que não existe, pelo menos idealmente, lugar para não ditos. Por outro lado, e em áreas fundamentais das relações de género no casal, prevalece uma vontade firme de autonomia que se manifesta no

---

<sup>29</sup> Ver os resultados parciais em Wall e Aboim, op.cit e os resultados globais e definitivos em Wall, [org.] (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, ICS.

investimento profissional, vivido como um projecto forte de individualidade, e na intenção de preservar relações de intimidade amical fora do contexto conjugal. A determinação de Teresa, sustentada por ideais simétricos de conjugalidade, em manter uma divisão igualitária do trabalho doméstico, apesar de algumas subtis cedências, é também uma forma consciente de afirmação da autonomia feminina.

Práticas, normas, intenções e projectos que estão afinal muito próximos da conjugalidade confluyente de cariz modernista descrita pelos autores referidos, a qual se desenvolve preferencialmente em grupos com maiores capitais escolares e profissionais.

O perfil de coabitação moderno que procurámos caracterizar através da história de Teresa e Mike, contada no feminino, desde a formação inicial do casal até à construção da vida a dois no quotidiano, poderá também ser justamente denominado de “amor de alternância”, utilizando desta vez a terminologia de Sofia A. (Aboim, 2004). A autora, com base numa pesquisa qualitativa realizada junto de vinte e duas entrevistadas,<sup>30</sup> procurou mostrar a cumplicidade entre orientações amorosas e dinâmicas de autonomia feminina, acrescentando novas colorações às matrizes tipológicas já clássicas e que tinham sido, aliás, já complexificadas no estudo dirigido por Karin Wall ao procurar abarcar, de forma extensiva, a diversidade e a especificidade da vida familiar em Portugal.

O amor de alternância que no texto original é identificado junto com as conjugalidades associativas, aparece, no caso em análise, combinado com a conjugalidade confluyente. A autonomia individual considerada importante para si mesmo e para a própria relação amorosa não é incompatível com o sentimento de paixão e a valorização da sexualidade, traços fortes da «fusão romântica», nem com a existência de dinâmicas de fusão ao nível do funcionamento conjugal e de um nós-casal bastante acentuado. A originalidade deste modelo, que adaptado ao caso de Teresa e Mike se aproxima também do significado de «relação pura» e «amor confluyente» proposto por Giddens (1995), consiste na combinação de dinâmicas vistas por vezes como díspares, ou mesmo antagónicas, “por se fabricar tanto de companheirismo e amizade como de momentos de procura de paixão” (Aboim, *op. cit.*: 9). Podemos detectar elementos-chave do «amor de alternância» nos aspectos da relação do casal que Teresa considerou muito importantes para si: manter, sobretudo, uma relação de amor e paixão, manter uma relação de amigos e companheiros um do outro, atracção física e sexual e, finalmente, comunicação entre o

---

<sup>30</sup> Com idades entre os trinta e quarenta anos, casadas, com filhos em idade escolar e residindo na área metropolitana de Lisboa.

casal. A visão da relação conjugal, conforme sublinha Sofia Aboim, “funda-se simultaneamente na valorização de uma grande intimidade e cumplicidade entre o casal, ressaltando as gratificações sexuais e amorosas da relação que se deseja manter vivas ao longo do tempo, e na cooperação companheirista e paritária que deve presidir à organização das rotinas do dia-a-dia (...)” (idem: 10).

O significado sociológico da «coabitação moderna», que procurámos captar através das variáveis que integram o nosso modelo de análise, surge mais compreensível quando se ensaia a sua sobreposição com as configurações tipológicas normalmente aplicadas às pessoas casadas. Esse significado, no caso particular de Teresa e Mike, ganha ainda maior consistência quando se constata a associação, observada no estudo de Sofia Aboim, entre «amor de alternância», entradas informais na conjugalidade e meios muito qualificados.

## COABITAÇÃO MASCULINA

A: Casar não, não quero casar.

P: Mentira, às vezes dizias que querias.

A: Dizia isso só para te calar. Podes perder a esperança que eu já te avisei que não quero casar. Eu não caso de certeza. Eu sou contra o casamento.

P: Juntámo-nos a 15 de Janeiro, eu estava grávida da minha filha e ninguém sabia. Esse foi um dos motivos. (...) Não me importo [de repetir a experiência do casamento]. Se não quisesse voltar a refazer a minha vida nunca me tinha juntado com ele.

A: Porque eu gosto dela. Basta gostar para durar, com ou sem casamento.

P: A nível da sociedade a nossa relação não existe. (...) Por exemplo, vou a um sítio qualquer, mostro o meu bilhete de identidade e mostro o dele e as pessoas ficam com um ar escandalizado por eu ser divorciada e ele ser solteiro. Não é que eu me importe com o que as pessoas pensam, mas a pior coisa que me podem fazer é isso. (...) Se me acontecer alguma coisa os meus filhos ficam sempre prejudicados.

A: Três dos meus irmãos casaram na igreja e eu também gostava de ter casado. Mas depois, como ela já foi casada, acho que já não tinha aquela graça.

A: Porque sempre foi assim, o homem a trabalhar para a casa. O homem é o principal responsável pela sobrevivência da sua família.

P: Eu sabia que ao juntar-me com ele também tinha que fazer o papel de esposa, de mãe e de mulher casada. Eu estando casada com ele ou estando junta tenho sempre que o respeitar.

P: Eu sempre lhe disse que enquanto eu estivesse em casa eu não lhe pediria para fazer nada, mas a partir do momento em que saímos os dois para trabalhar e entramos à mesma hora, acho que ele tem o dever de me ajudar.

A: Ajudar já eu ajudo, tomo conta dos miúdos quando é preciso.

**António e Paula, 30 e 26 anos, Operários**  
(Entrevista nº 36)

António juntou-se com a Paula há dois anos e meio já ela estava grávida da filha do casal, a pequena Catarina de vinte meses. Ele com 30 anos nunca tinha vivido em conjugalidade, apesar da Paula ser uma «paixão antiga» que começou na adolescência. Ela tinha 23 anos no início da coabitação e vinha de um casamento anterior mal sucedido. Actualmente divorciada, tem um filho de 5 anos que vive a tempo parcial com o casal. É que durante a semana ele fica em casa dos avós maternos: “não vale a pena trazer o miúdo só para dormir quando nós temos que acordar às seis e meia da manhã”.

Fomos a casa de António, serralheiro civil de profissão, com a 4ª classe, no intuito de realizar a entrevista e deparámo-nos com um cenário normal de final de dia. Sentamo-nos à volta da mesa da sala que por ser aberta para a cozinha tornou inevitável a interacção com a Paula; ela estava mesmo ao lado a preparar o jantar ao mesmo tempo que vigiava a pequena Catarina. Se a intenção era conversar apenas com o elemento masculino do casal, a Paula acabou por intervir, o que na nossa perspectiva veio enriquecer ainda mais o conteúdo da entrevista e contribuir também para esclarecer alguns pontos nebulosos da história de vida dos dois.

Acerca da trajectória profissional de ambos os cônjuges, antes e após o início da coabitação, ficámos a saber que a Paula, com o 9º ano de escolaridade, trabalhava como promotora do Círculo de Leitores mas deixou esse emprego quando se juntou. E justifica porquê:

**P:** Juntei-me com ele e não dava, chegava às onze horas a casa, quando o António já se ia deitar, e também tinha que ir para o Alentejo, andava de porta em porta, nas semanas da província.

Paula não hesitou em deixar o emprego perante as novas responsabilidades conjugais e familiares, agora redobradas com a proximidade do nascimento do segundo filho, até porque passou a colaborar, juntamente com o seu companheiro, embora ela de forma não remunerada, num pequeno empreendimento familiar. Actualmente trabalha como operadora numa linha de produção de componentes electrónicos, há cerca de oito meses.

Quanto ao António, abandonou a escola aos 15 anos - “não tinha vocação para a escola”, diz-nos - e teve sempre a mesma profissão, apenas com um interregno de quatro anos em que esteve a trabalhar no negócio do restaurante, que entretanto fechou, da iniciativa da mãe.

António mostra-se orgulhoso por nunca lhe ter faltado trabalho desde que deixou a escola e revela também um certo brio profissional relativamente ao trabalho que executa, o qual constitui uma importante fonte de identificação masculina.

**A:** É importante. Para já adoro o trabalho que faço, gosto muito de trabalhar, é melhor do que andar aí à boa vida sem fazer nada.

Apesar da Paula ter um trabalho remunerado fora de casa e o casal relatar algumas dificuldades económicas que tornam o salário dela um importante contributo para o orçamento familiar, o entrevistado não deixa de ter uma visão bastante tradicionalista acerca das competências e papéis de género.

**F:** Quem é que na sua opinião deve ter uma actividade profissional fora de casa? O homem, a mulher, ou ambos?

**A:** O homem.

**F:** Porquê?

**A:** Porque sempre foi assim, o homem a trabalhar para a casa. O homem é o principal responsável pela sobrevivência da sua família.

Trabalhe ou não fora de casa, António entende que é à mulher que pertence a gestão e a execução das tarefas relacionadas com a casa e a família.

**A:** Porque cada um nasce para certas coisas. Eu se tiver que lavar um chão, ou lavar a loiça, mal ou bem eu faço. Mas isso são coisas que nasceram para as mulheres.

Relativamente à questão da igualdade de género no casal, importa assinalar que a defesa da simetria no plano estrito dos ideais e intenções, se bem que comum à maioria dos entrevistados, aparece fortemente dependente dos contextos sociais e em particular do capital escolar. Este último, juntamente com a idade<sup>31</sup>, poderá até introduzir algumas variações, de sentido mais igualitário, na correlação encontrada entre estilos de conjugalidade mais assimétricos e meios operários, tal como mostram outras pesquisas (Torres, 2004; Wall (coord.) 2000; Aboim, 2004). Certamente que entre os diferentes

---

<sup>31</sup> O efeito das mudanças geracionais medidas através do indicador «idade» dos entrevistados, não parece ser aqui suficientemente relevante no caso do António, com 30 anos, (face à importância do contexto de classe e do capital escolar, por um lado, e face a outras variáveis relacionadas com o percurso de vida), quando se analisam apenas as representações (deixando de fora para já a análise das práticas efectivas) e o acento colocado, a nível discursivo, na desigualdade ideal e situada na divisão do trabalho doméstico e profissional.

contextos sociais de pertença e os diferentes modos de construção do casal outras variáveis intervêm, nomeadamente o percurso de vida, e dentro deste a história conjugal dos indivíduos entrevistados, bem como a importância das socializações familiares.

As posições tradicionalistas de António, que não deixaram de nos causar uma certa surpresa por se tratar de um indivíduo jovem, poderão não ser completamente alheias à condição de doméstica da mãe numa fratria de cinco irmãos sustentada por um pai motorista, da indústria naval, desde sempre arredado dos afazeres da casa. Por sua vez, no caso da Paula, a percepção da injustiça da divisão do trabalho doméstico e as suas reivindicações, apesar de pouco veementes, como iremos ver, poderão estar relacionadas não só com a idade, o trabalho fora de casa, o nível de instrução, superior ao do parceiro,<sup>32</sup> mas também com a imagem de uma figura paterna colaborante na sua família de origem, a que a entrevistada faz alusão; Paula sempre viu o pai, operário da Lisnave, participar nos afazeres domésticos, ainda que através de «pequenas ajudas», já que a mãe trabalhava fora de casa como operária numa fábrica de cortiça.

Mas antes de entrar nas questões do funcionamento conjugal, importa analisar em primeiro lugar a história da formação deste casal, e o percurso afectivo, quer do António, quer da Paula, para tentar compreender a seguir as razões que os levaram a ir viver juntos. Temos, neste caso particular, um discurso a duas vozes que nem sempre são coincidentes.

Ambos de origem operária, e a viver na mesma zona<sup>33</sup>, começaram o namoro e o relacionamento sexual ainda muito jovens, principalmente a Paula que tinha 14 anos, e o António, quatro anos mais velho, com 18-19 anos. Na altura já falavam em casar um com o outro mas em vez de um final feliz o namoro desfez-se devido a um episódio de violação de que a Paula foi vítima, segundo contam, durante umas férias no Algarve. A partir daí os pais dela redobram a vigilância em relação à filha e o António que não estava disposto a abdicar da liberdade de sair e de estar a sós com a namorada, rompe a relação.

**A:** (...) só podíamos sair aos fins de semana e era sempre com os pais dela. (...) depois chatee-me e nunca mais lá apareci. Eu hoje estou arrependido de a ter largado, mas foi uma coisa que me magoou na altura. Eu só depois é que fiquei a

---

<sup>32</sup> Enquanto o António tem o ensino básico primário, Paula frequentou o 10º ano de escolaridade.

<sup>33</sup> Na área da Grande Lisboa, Margem Sul do Tejo, concelho do Seixal. Ambos cresceram e viveram na mesma zona, sendo praticamente vizinhos.

saber porque é que não me deixavam sair com ela mas na altura os pais não me disseram nada, por isso acho que a culpa foi dividida metade para mim e metade para os pais dela.

Por sua vez, Paula também guarda algum ressentimento em relação ao António porque, segundo ela explica, tentou contar-lhe várias vezes o sucedido e ele não soube, ou não quis, ouvi-la e muito menos compreendê-la e dar-lhe apoio.

**P:** Tentei por três vezes contar-lhe, mas uma dessas vezes ele disse-me que não queria saber mais nada de mim. Na altura em que eu precisava mais dele foi na altura em que ele me virou as costas.

Estes acontecimentos, e principalmente o facto da Paula ter acabado por «casar com outro», causam nele, ainda hoje, um sentimento de mágoa, misturado com algum arrependimento, uma vez que alteraram o curso da sua vida; são vistos como uma espécie de fatalidade interferindo num destino previsível e desejado – casar com a mulher por quem se apaixonou e com quem partilhou a primeira experiência sexual. É como se o sonho do casamento lhe tivesse sido roubado e, uma vez desfeito, não pudesse ser retomado.

A coabitação actual após o divórcio da Paula surge, neste contexto, e independentemente do sentimento amoroso, como um «remedeio», o resultado das «voltas que a vida dá». Vale a pena adiantarmo-nos um pouco e destapar desde já o véu que cobre as razões mais profundas<sup>34</sup> que levam o António a recusar hoje o casamento com a Paula, apesar de ser esse o desejo dela e, também, o desejo dele se não fosse a circunstância dela já ter sido casada com outro.

**A:** Nunca falei com mais nenhuma rapariga sobre casamento, só falei com ela. Eu quando era mais novo gostava de casar. Mudei muito com as voltas que a minha vida deu e também com a situação dela. Três dos meus irmãos casaram na igreja e eu também gostava de ter casado. Mas depois, como ela também já foi casada, acho que já não tinha aquela graça.

**F:** Se a Paula fosse solteira, acha que casaria mais facilmente?

---

<sup>34</sup> Reveladas quando a entrevista já ia muito adiantada; numa primeira fase o entrevistado insiste em razões mais superficiais e de carácter prático, tais como “o casamento só dá é trabalho” e “é só gastar dinheiro”, escondendo sentimentos e emoções.

**A:** Sim, tenho impressão que sim. Eu sempre tive esse sonho de casar como qualquer pessoa tem mas assim não.

Após um percurso atribulado, o casal volta a juntar-se oito anos depois. Pelo meio, Paula casou-se, aos 17 anos, teve um filho, aos 20 anos, e divorciou-se<sup>35</sup> após seis anos de vida em comum; ele teve, pelo menos, duas namoradas durante esse período mas «nunca deixou de gostar dela». O entrevistado resume a história da formação do casal, desde o namoro numa idade muito jovem ao reencontro recente, há cerca de três anos atrás:

**A:** Ela tinha 14 anos e eu tinha 18. Morávamos os dois aqui nesta zona e conhecemo-nos nessa praia o que foi uma grande coincidência. O facto de morarmos na mesma zona foi meio caminho andado para a partir daí começarmos a namorar. Namorámos um ano e meio, não namorámos mais porque depois houve uns problemas e separámo-nos. Estivemos oito anos sem nos vermos, ou melhor, vi-a pouquíssimas vezes. Um dia eu estava lá no restaurante e ela apareceu lá com uma amiga. Eu nunca deixei de gostar dela e nesse dia recomecei a gostar mais dela.

O casal reinicia uma relação afectiva e sexual quando a Paula já estava em processo de separação em relação ao ex-marido e assumem o envolvimento amoroso a partir do momento em que ela dormiu, a primeira vez, em casa dos pais dele. A partir daí, e passado três meses, ela que estava a viver em casa dos pais, muda-se definitivamente com o filho para casa da família dele. Na altura era uma casa cheia, onde viviam também os irmãos dele solteiros mais dois que entretanto se tinham divorciado. O casal apesar de viver junto há quase três anos, só há relativamente pouco tempo (há cerca de sete meses) é que se encontra verdadeiramente a sós, em formato de família nuclear. Ela prefere nitidamente assim mas para ele não parece ser uma questão muito importante. Os dois contam como tudo se passou no início da coabitação:

**P:** Na altura do Natal eu passei cá uma semana inteira, depois fui outra vez para casa dos meus pais. Depois falei com eles e voltei definitivamente para aqui.

---

<sup>35</sup> O tipo de divórcio-culpa do outro, característico, segundo a pesquisa de Anália Torres (ver Torres 1992 e 1996), das classes populares e do meio operário emerge nitidamente do discurso de Paula: “Eu já conhecia o pai do meu filho quando namorava com o António e quando a gente se deixou ele soube dos problemas que existiram e aproveitou-se um bocado disso. Depois do casamento começaram a haver problemas e confusões (...) A mãe dele ia constantemente a minha casa (...) Os pais dele, dia sim, dia não, já andavam à porrada. Eu vendi a minha casa por causa da mãe dele e a partir daí as coisas começaram a andar torcidas. Até ao dia em que eu descobri que ele tinha outra (...)”.

**A:** Os meus pais nunca se opuseram a isso, para eles onde cabiam três pessoas cabiam quatro. Aliás, chegámos a ter aqui dez pessoas a morar.

**P:** Era eu e ele, mais o meu filho, os meus sogros, o meu cunhado mais novo, o meu cunhado do meio, o Tiago, depois apareceu o Zé.

A iniciativa da coabitação parece ter pertencido aos dois mas como acontece geralmente com a maioria das mulheres e dos homens entrevistados, nem uns nem outros costumam lembrar-se de quem é que falou nisso a primeira vez; ou então afirmam que foram os dois, talvez porque querem transmitir a ideia de reciprocidade da relação amorosa. Ainda assim, e de acordo com uma imagem masculina em que cabe ao homem ter a iniciativa na relação entre os sexos, António pensa que foi ele que propôs a entrada em casal, questão que neste caso se revelava mais urgente devido à gravidez dela.

**F:** Lembra-se de quem é que falou pela primeira vez em irem viver juntos?

**A:** Foi em simultâneo, não sei.

**P:** Eu não me lembro.

**A:** Sinceramente não me consigo lembrar, se calhar até fui eu.

A gravidez da Paula é a razão mais imediata para a entrada na conjugalidade após três meses de «namoro» e que reúne, aliás, o consenso entre os dois. António afirma que o facto dela ter ficado grávida foi intencional, embora não planeado. Neste momento da conversa o casal entreolha-se cúmplice e sorri, ambos sabiam, dessa vez, o que poderia acontecer...

**A:** Foi feito de propósito e foi um dos motivos principais para ela vir viver para aqui. (...) A miúda foi feita de propósito.

**F:** Estava com quanto tempo de gravidez?

**A:** Tinha 15 dias de gravidez, ainda ninguém sabia.

Paula junta-se na perspectiva de constituir uma nova família, de preferência casando mais tarde, e poder assim voltar a “refazer” a sua vida, como ela própria diz, temporariamente desfeita ou desorganizada na sequência de um divórcio. Tendo em conta as suas expectativas, a gravidez não é vista como um acidente de percurso que força a coabitação mas como algo que vem ajudar a concretizar um projecto de vida em que se nota um tipo de centramento na conjugalidade e na família. Outra das motivações para ir

viver com o António foi o sentir-se “presa” em casa dos pais que em troca do apoio que lhe davam em relação ao filho, parece que também lhe colocavam alguns entraves em termos da sua própria liberdade.

As razões femininas e masculinas para ir viver junto não são completamente coincidentes, havendo como que uma inversão dos estereótipos que associam os motivos emocionais às mulheres e as razões práticas aos homens. Enquanto no discurso dela se nota a ausência de referência a sentimentos, no discurso dele invocam-se sobretudo razões sentimentais: gostar dela, querer estar junto dela, desejo de viver em conjugalidade.

**F:** Como é que aconteceu irem viver juntos e porquê?

**P:** Porquê? Porque eu estava grávida. Juntámo-nos a 15 de Janeiro, eu estava grávida da minha filha e ninguém sabia. Esse foi um dos motivos. O outro foi para eu sair porque eu estava um bocado presa com os meus pais, eles tomavam conta do meu filho mas punham-me obstáculos.

**A:** Não sei, para mim era uma experiência nova. Assim estava mais perto dela e isso para mim era melhor.

António tem uma visão da coabitação como uma relação duradoura equivalente ao casamento. Para ele, que nunca tinha vivido em casal, a entrada na conjugalidade constituiu uma experiência nova mas não no sentido de um teste ou de um casamento à experiência. A coabitação é encarada como o início de uma relação permanente, baseada nos sentimentos. No entanto, não deixa de ser interessante verificar a sua opinião favorável em relação à coabitação pré-nupcial, como meio, até, de evitar o divórcio.

**A:** Porque eu gosto dela. Basta gostar para durar, com ou sem casamento. Para mim pode durar sem casamento porque não faço mesmo ideias de me casar. (...) Mas as pessoas que querem casar acho que deviam fazer isso primeiro, mas não foi esse o meu caso.

Beneficiando do declínio dos preconceitos acerca dos filhos nascidos fora do matrimónio, quer o António, quer a Paula, dissociam os filhos do casamento, o que era impensável até há relativamente pouco tempo, sobretudo em meios populares. Nota-se também uma orientação conjugalista, em que o casal surge como a instância dominante, nas representações sobre a relação do casal e a família.

**F:** Achem que as pessoas que vivem juntas devem casar quando pensam ter filhos, ou depois deles nascerem? (...) Que conselho dariam a um casal a esse nível?

**A:** Na minha opinião podem fazer o que quiserem. Nós quando pensámos em ter a Catarina não pensámos que só por termos a menina íamos casar. (...) O único conselho que se pode dar é que sejam sinceros um para o outro, para haver harmonia e confiança.

**F:** Não lhes faz confusão ter uma filha fora do casamento?

**A:** Não.

**P:** A mim também não me faz diferença nenhuma.

Ao António também não o preocupa a relação com a filha, ou mais precisamente os seus direitos como pai, no caso de uma eventual ruptura da coabitação, porque apesar de achar “uma grande injustiça” os filhos ficarem quase sempre com as mães, tanto faz, por essa razão, estar casado ou a viver junto. Nesta perspectiva, o casamento não traz mais vantagens no sentido de proteger a paternidade, nem se encontra ligado, a um nível representacional, aos filhos.

**F:** Para si, o casamento e os filhos estão relacionados?

**A:** Não. (...) Seja ou não casado os filhos vão sempre para a mãe, por isso não vale a pena casar.

António mostra-se absolutamente contra o casamento que na sua opinião traz mais desvantagens que vantagens (“dá mais trabalho e despesa”) e não vem acrescentar nada à relação do casal.

**A:** Para mim não traz vantagens nenhuma, não traz nada de novo.

Enquanto na coabitação «conformista», identificada num contexto de classe intermédio, a decisão entre casar e continuar a viver em coabitação depende mais dela do que dele, na coabitação «moderna», associada a meios intelectuais e científicos e também a casais dos sectores intermédios mais qualificados, existe consenso entre os dois, já que ambos vêem o casamento como desnecessário, aqui, em meio operário, a coabitação resulta da imposição da vontade masculina. O desejo de casar de Paula e a rejeição do casamento por parte do António constitui uma divergência de fundo entre o casal.

**F:** Nos primeiros tempos de vida em comum que projectos é que tinham? Tinham intenção de casar?

**A:** Casar não, não quero casar.

**P:** Mentira, às vezes dizias que querias.

**A:** Dizia isso só para te calar. Podes perder a esperança que eu já te avisei que não quero casar. Eu não caso de certeza. Eu sou contra o casamento.

A coabitação masculina, como lhe chamámos, neste caso de recomposição familiar,<sup>36</sup> distingue-se claramente dos outros perfis por ser o elemento masculino do casal a impor a permanência em união informal contra o desejo de casar e as aspirações da mulher. Neste perfil, com fortes assimetrias de género, a coabitação que tende a instalar-se no tempo não é uma opção dela mas dele. Para a mulher é uma situação mais sofrida do que escolhida por vontade própria.

A situação de interacção despoletada pela entrevista reacendeu um conflito entre o casal que com o tempo tinha aplacado. Paula é a primeira a reconhecer que passado quase três anos de vivência em comum o assunto do casamento já não é tão discutido entre os dois como era dantes. Ela ainda não perdeu a esperança mas neste momento está mais conformada com a situação, até porque tem outros projectos prioritários.

**P:** Não é um projecto para já, tenho outros projectos para realizar mais importantes do que casar. (...) Quando tiver a minha vida mais estável, a nível profissional, pessoal, com os nossos projectos feitos. (...) não é só em termos profissionais, não tenho muita esperança de ficar efectiva ... quero organizar primeiro a vida como a gente está a pensar e depois casar.

**F:** Organizar como?

**P:** Principalmente comprar casa.

António mantém a sua posição intransigente face ao casamento mas concorda com o projecto de compra de casa. A mãe está temporariamente a viver em casa de um irmão divorciado para ajudar a criar os netos mas irá voltar.

---

<sup>36</sup> A entrevista nº 40 de um casal operário que vive junto há mais de seis anos, com uma filha de três anos, foi também classificada de «coabitação masculina» mas numa primeira conjugalidade.

**A:** Mais cedo ou mais tarde tem que vir para aqui. E quando ela vier vem tudo atrás: o meu irmão e os meus sobrinhos.

Embora o entrevistado considere que a felicidade conjugal não depende do casamento mas sim dos sentimentos, que o laço formal e legal “é secundário” e que na relação do casal o que é realmente importante é o “amor” e a “confiança”, não está ausente do seu discurso a ideia de que o casamento significa responsabilidades acrescidas ou até perda de liberdade.

**F:** É contra o casamento porquê?

**A:** Não vale a pena casar. As pessoas quando se gostam não vale a pena casar porque não é o casamento que lhes vai trazer mais felicidade. Só vem trazer é mais chatices. Depois de casar é diferente.

**F:** É diferente porquê?

**A:** Não sei. Depois de casar há mais obrigações<sup>37</sup>. Uma pessoa para gostar não precisa de casar.

Existe uma certa ambiguidade em considerar o casamento e a coabitação em tudo iguais mas de certa maneira diferentes. Iguais no compromisso, nos sentimentos, nas expectativas de durabilidade, na possibilidade de separação (mais ela do que ele), mas diferentes nas obrigações conjugais (ele) e principalmente nos direitos<sup>38</sup> e no estatuto (mais ela) face à sociedade.

Enquanto ele considera que “o casamento «deve ser» só uma vez”, ela que já passou pela experiência do divórcio acha que as pessoas tanto se podem separar estando casadas ou juntas, só que no primeiro caso a burocracia é maior: “a única coisa de diferente é que no casamento temos que meter os papéis para nos separarmos”. Mas também ele, não

---

<sup>37</sup> Esta é a única vez que o entrevistado refere explicitamente, e de forma directa, diferenças entre «estar casado» e «viver junto». Mais à frente quando se pergunta “acha que estar casado é diferente de se estar junto?”, ele responde: “para mim acho que não há diferença nenhuma”. Interrogado acerca se o laço formal e legal que une o casal é para ele uma questão importante ou secundária, responde: “Secundária porque para mim juntar ou casar é a mesma coisa. (...) O mais importante é existir amor e confiança.” Esta ideia de que «não existem diferenças» é várias vezes repetida ao longo da entrevista.

<sup>38</sup> Tanto o António como a Paula consideram que não têm os mesmos direitos que as pessoas casadas. Mas enquanto ela quer casar e valoriza o aspecto legal e formal da união, ele opõe-se determinantemente ao casamento e desvaloriza esse aspecto. Mesmo tendo a percepção que daí podem resultar alguns inconvenientes, eles acabam por pesar muito menos que as razões emocionais e valorativas que levam o António a opor-se ao casamento com a Paula.

destoando, aliás, da generalidade dos entrevistados, considera positivo o facto da coabitação tornar mais fácil uma eventual separação. Na sua concepção, fundamentada na observação do que se passa à sua volta entre amigos e familiares, são até os casados, e não os casais coabitantes, que se separam mais frequentemente. Ela, como vimos, tende a achar que a probabilidade de ruptura conjugal é a mesma.

**A:** No meu ver são os casados. Por exemplo, nós temos um casal amigo que já vivem juntos há oito anos e continuam em união de facto. Já os meus irmãos casaram e depois de pouco tempo separaram-se.

Em relação ao compromisso privado que une o casal, ele é de opinião “que há sempre compromisso, é como se estivesse casado”. Em vez de um compromisso que foi crescendo a pouco e pouco, António partiu logo para a relação com “um sentimento forte de compromisso” e com a ideia de que a relação era para durar, de preferência para «toda a vida».

**F:** Quando começou a viver com a Paula tinha a ideia de que a vossa relação seria para durar?

**A:** A minha ideia foi sempre para durar, para toda a vida, mas acho que isso é uma carta fechada, são coisas que não sabemos.

Por sua vez, Paula, tem acerca do sentimento de compromisso uma visão idêntica ao do seu companheiro, não fazendo qualquer distinção entre casamento e coabitação, à excepção do aspecto legal e estatutário que para ela acaba por ser bastante importante, dada a sua percepção das consequências negativas que daí podem advir, principalmente para os filhos<sup>39</sup>.

**P:** A única diferença é que o casamento é legal em termos de sociedade, mais nada.

Do lado feminino, as expectativas e o entendimento que se tem acerca do desempenho dos papéis e competências de género, neste caso das mulheres, também não mudam com a coabitação, estando, aliás, em consonância com as práticas efectivas.

**F:** Quando foi viver junto pensou que esta era uma forma de escapar ao papel tradicional da mulher que se encontra associado ao casamento?

---

<sup>39</sup> Este aspecto será desenvolvido mais à frente.

**P:** Não. Eu sabia que ao juntar-me com ele também tinha que fazer o papel de esposa, de mãe e de mulher casada. Eu estando casada com ele ou estando junta, tenho sempre que o respeitar.

Enquanto António fala de «obrigações» masculinas, que a um nível representacional parecem estar mais «aligeiradas» na coabitação e mais dependentes de uma visão do casamento institucional com papéis de género previamente codificados e diferenciados, o sentimento de respeito na conjugalidade e o papel tradicional feminino de esposa e mãe, característicos de valores mais institucionais (Wall e Aboim, 2002), também não deixam de estar presentes no testemunho de Paula.

Em comparação com ela, António tem um discurso mais normativo que se manifesta no «deve ser» em relação a diversas dimensões da vida conjugal, nomeadamente, na defesa da perenidade e da fidelidade enquanto normas ideais, na defesa de papéis conjugais diferenciados, tanto em matéria de trabalho doméstico como profissional e nos julgamentos críticos, ainda que atenuados, acerca do divórcio. A forma menos “natural” como se encara o divórcio em meio operário já foi assinalado noutras pesquisas (Torres, 1992) e pode ser observada no discurso de António:

**A:** Hoje em dia o casamento é só dinheiro gasto, muita cerimónia e depois dura só dois ou três dias.

**F:** Pensa assim porque está a ver à sua volta amigos e irmãos a divorciarem-se?

**A:** Sim, muita gente. Tenho dois irmãos divorciados.

António declara-se abertamente contra o casamento mesmo que este possa vir no futuro a revelar-se vantajoso por razões práticas. Um dos motivos que o levam a não querer casar, talvez o mais imediato e mais superficial em termos afectivos, é evitar os custos financeiros, e também emocionais, quer do casamento, quer do divórcio. A razão mais profunda está relacionada com o “trauma”, que ele refere mais à frente, derivado do facto de, no passado, ela ter casado com outro homem numa primeira conjugalidade quando ele foi, afinal, o primeiro namorado dela e o seu primeiro parceiro sexual.

É conhecida a tendência das mulheres divorciadas, em comparação com os homens, voltarem menos frequentemente a casar. Essa tendência é mais acentuada nos grupos com menores rendimentos e menos providos de recursos escolares e profissionais. Há como que uma desvalorização das mulheres, que ficam normalmente com os filhos a cargo, no mercado matrimonial. A atitude de António encarna essa tendência, não porque ele seja

contra o casamento com base em dimensões representacionais e valorativas mas, principalmente, porque as circunstâncias ligadas ao seu percurso de vida o empurraram para a coabitação. Ele não é contra o casamento de uma maneira geral mas contra o casamento com aquele *partner*.

Colocámos a hipótese de que são as mulheres, e também os homens, dos grupos menos qualificados em termos académicos e profissionais que preferem casar-se mas que acabam por aceitar a coabitação por ser essa a vontade dos seus companheiros ou, então, porque estes não representam uma boa perspectiva de casamento ou, ainda, devido a outros constrangimentos relacionados com a trajectória de vida dos indivíduos e as suas condições sociais de existência.

Pensando no casal António e Paula, todas essas razões parecem válidas, ressaltando a questão de que do ponto de vista masculino é ela que não representa «uma boa perspectiva de casamento».<sup>40</sup> Paula já tem um «passado» e um filho de uma relação anterior, o que em meio operário não é muito bem aceite; basta dizer que a mãe do entrevistado não aconselha o filho a casar, achando que este se deve manter em coabitação.

Analisando agora o significado deste perfil de coabitação na perspectiva feminina parece haver aqui um duplo constrangimento. Para além do que é comum aos dois, como seja o contexto sócio-económico de existência do casal e a partilha de um passado comum que a certa altura determinou que ambos seguissem caminhos diferentes até se voltarem a juntar de novo, há ainda o constrangimento que resulta da dominação masculina expressa na recusa do António em casar com ela. Em última instância, prevalece a vontade masculina e é esta que comanda a permanência na coabitação.

Ao contrário da coabitação moderna, não são os valores e as atitudes desfavoráveis ou contra o casamento que fazem as mulheres e os homens adiar ou recusar a legalização da união mas, em grande parte, as circunstâncias pessoais e sócio-económicas. Nesta última categoria, as despesas com a festa do casamento que o entrevistado refere quando procura justificar a sua posição, numa economia familiar de fracos recursos, face a outros investimentos considerados prioritários ou mais urgentes, como por exemplo a compra de

---

<sup>40</sup> E isto apesar de ser ele que manifesta sentimentos mais intensos por ela, e não o contrário, como se viu a propósito das motivações de cada um para ir viver junto ou, ainda, quando o entrevistado selecciona de entre os aspectos mais importantes da relação do casal «manter uma relação de amor e paixão».

casa, conforme desejo dela, e ainda a resposta às necessidades básicas do dia a dia relacionadas com os filhos, contribuem certamente para que a coabitação se mantenha<sup>41</sup>.

Uma das razões principais apontada no estudo qualitativo de McRae (1993a), realizado na Grã-Bretanha, para que a coabitação se transforme numa relação permanente é a presença de crianças. Os resultados das entrevistas junto de coabitantes escoceses mostraram também que as despesas com a cerimónia do casamento passam a competir com os recursos prioritários mobilizados na criação e educação dos filhos, e também na aquisição de casa própria, fazendo com que os casais acabem por desistir do projecto de casamento, considerado secundário, mesmo para aqueles que de início manifestavam uma forte intenção de casar (Jamieson *et al.*, 2002).

Para além das dificuldades económicas, do lado masculino pesam significativamente as razões que se prendem com uma visão mais institucional da conjugalidade (incluindo uma menor aceitação da situação de «divorciada»), e com atitudes mais conservadoras no que toca às relações de género, nomeadamente, quando através de ditos e não-ditos se percebe que o António não vê com «bons olhos» a mudança de parceiro sexual das mulheres e, em particular, da sua mulher, como aconteceu na história de ambos quando após a ruptura do namoro ela passou para «as mãos» de outro homem. À medida que a entrevista avança e se consegue penetrar no domínio da intimidade e das emoções<sup>42</sup>, também elas moldadas em dimensões valorativas e contextuais, começam-se a vislumbrar os «verdadeiros» motivos.

**A:** (...) eu sou contra o casamento...eu já lhe expliquei, talvez seja um trauma, já que a minha ideia foi sempre a de casar com ela, mas a vida não corre como a gente quer.

**F:** Estava a dizer há pouco que achava o casamento uma cerimónia bonita mas se for num primeiro casamento, numa primeira união ...

**A:** Sim. (...) mesmo que seja a primeira vez para mim já não tem aquela emoção.

---

<sup>41</sup> É o próprio António quem afirma: “(...) neste momento não nos podemos esticar muito. Só a alimentação leva-nos quase o dinheiro todo, depois também temos o infantário do filho dela...”.

<sup>42</sup> Empreendimento mais difícil quando se tratam de entrevistados do sexo masculino que pretendem dar de si uma imagem de masculinidade contrária à exposição de fragilidades e sentimentos.

Os valores mais institucionais veiculados pelo António, por oposição aos valores da conjugalidade companheirista, que passam por uma relativa aceitação da indissolubilidade do laço conjugal do casamento e uma menor aceitação do divórcio – ele é de opinião que “o casamento deve ser único” e que “o casamento deve ser só uma vez” –, pela ênfase colocada na desigualdade da divisão do trabalho doméstico e profissional, vista como um «deve ser», encontram-se intimamente ligados a uma visão mais normativa da conjugalidade. Neste contexto, a fidelidade no casal aparece também, e prioritariamente, como um «dever».

Enquanto que nos entrevistados cuja pertença social recai na pequena burguesia intelectual e científica e nos grupos intermédios, a fidelidade conjugal, dada a importância de uma ética mais relacional nos seus modelos de conjugalidade, é quase invariavelmente encarada como a «consequência natural dos sentimentos», António tem acerca deste tema uma visão fortemente normativa.

**F:** Considera que as pessoas que vivem juntas devem ser fiéis uma à outra?

**A:** Com toda a certeza. Tanto faz estarem juntos, como casados, como namorados, devem ser sempre fiéis.

**F:** Para si a fidelidade é uma regra a ser seguida ou acha que é antes de mais uma consequência natural dos sentimentos?

**A:** Para mim é uma regra, uma prioridade.

Nota-se neste casal, sobretudo no lado feminino, que a coabitação é vista como uma união de estatuto inferior, o «possível» contra o «desejável». Esta ideia encontra eco nas palavras de Paula quando ela afirma que se juntou na perspectiva de casar e poder «refazer» a sua vida ou ainda quando tem o sentimento de que “a nível da sociedade a nossa relação não existe”.

**F:** Isso incomoda-a?

**A:** A mim não.

**P:** A mim, em certa parte incomoda. Por exemplo, quando vou a um sítio qualquer, mostro o meu bilhete de identidade e mostro o dele e as pessoas ficam com um ar escandalizado por eu ser divorciada e ele ser solteiro. Não é que eu me importe com o que as pessoas pensam mas a pior coisa que me podem fazer é isso.

A informalidade associada à relação do casal e o não reconhecimento social e legal da união é uma fonte de constrangimento para ela, e não tanto para ele, quando se pensa que daí resulta uma imagem negativa nas interações sociais.

A coabitação acaba por ser vista como uma relação menos segura, não em termos de sentimentos ou do compromisso entre o casal, ou ainda tendo em conta a sua durabilidade (a este nível, subjectivo, tanto faz estar casado ou a viver junto), mas sim em relação aos direitos e garantias sociais em sentido amplo. Paula sente-se menos protegida numa relação coabitante, sobretudo por causa dos filhos, mais precisamente a sua maior preocupação parece ser com o filho do anterior casamento e não tanto com a filha comum do casal<sup>43</sup>.

**F:** A Paula acha que não tem os mesmos direitos em caso de morte ou separação, é isso?

**P:** Não tenho não, nem de longe nem de perto.

**F:** Isso preocupa-a?

**P:** Sim, se me acontecer alguma coisa, os meus filhos ficam sempre prejudicados.

**F:** Então acha que viver junto é uma relação menos segura?

**P:** A nível de sociedade é. Para mim a relação é igual mas em termos de sociedade não.

Para esta jovem mulher, o casamento continua a ser o modelo de referência, apesar da ruptura de uma conjugalidade anterior, pensado como capaz de conferir uma maior protecção legal, material e simbólica, nomeadamente para os filhos, que só não se concretiza porque não é essa a vontade masculina.

**F:** E a Paula, apesar de ter tido um casamento que terminou em divórcio, não se importa de repetir a experiência?

---

<sup>43</sup> Paula acha que não pode confiar no ex-marido para proteger o filho de ambos; neste momento ele até deixou de dar a pensão de alimentos que lhe pertencia por lei. Ainda em relação ao filho de cinco anos refere como exemplo da desvantagem em não estar casada a questão do abono de família: “agora se eu estivesse casada eu podia pedir o abono de família pelo António que seria padrasto do meu filho. Como não estamos casados não posso”. Por sua vez, António, quando fala da sua vida actual, do que lhe dá mais satisfação e que ele põe à frente, parece estabelecer a seguinte hierarquia: Eu ponho sempre a minha filha, nunca esquecendo a minha mulher e o filho que ela tem a quem trato como se fosse meu”.

**P:** Não me importo. Se não quisesse voltar a refazer a minha vida, nunca me tinha juntado com ele.

**F:** Juntou-se com a ideia de casar?

**P:** Sim.

**F:** Porquê? Acha que não está bem assim?

**P:** Eu estou bem assim, só que sempre sonhei casar com ele pela igreja, é um sonho mesmo antigo<sup>44</sup>.

Sabemos, no entanto, que para a Paula, independentemente do tipo de sentimentos pelo actual cônjuge, a valorização do laço formal, legal e simbólico do casamento prende-se prioritariamente com a segurança dos filhos.

De uma maneira geral, vários estudos, portugueses e estrangeiros, têm demonstrado a relação entre grupos com menos capitais escolares e profissionais e a valorização do laço formal e institucional da união conjugal, visto, por uma lado, como uma vantagem estatutária e, por outro, como uma importante fonte de identidade social, principalmente para as mulheres menos autónomas do ponto de vista económico e por isso mais dependentes do casamento (Roussel, 1989; Kellerhals, 1982 e 1987; Torres, 1986 e 2002; Wall [coord.], 2000).

As finalidades estatutárias e instrumentais da união conjugal estão também relacionadas, nos estudos referidos, com atitudes mais fusionais. No quotidiano dos protagonistas deste perfil de coabitação, predominam práticas fusionais onde o nós-casal tem forte expressão, excepto na esfera da produção doméstica.

A análise das relações e normas do ponto de vista daquilo que o casal «faz» ou «acha que deve fazer» junto ou individualmente dá-nos um retrato de um modelo de conjugalidade claramente fusional. Nas decisões em conjunto, na organização dos recursos, nomeadamente financeiros, nos lazeres e nas amizades em comum e no «tempo juntos», a norma ideal e o que se procura concretizar na vivência em casal andam «lado a lado» com os comportamentos. Também em relação à comunicação a dois, António é de opinião que

---

<sup>44</sup> O sonho do casamento religioso a que ela faz referência, para além da sua carga simbólica, parece ser também uma forma da Paula justificar perante o cônjuge (e estando ela a falar na presença dele) a sua vontade de casar como uma prova de amor, em contraste com o anterior casamento pelo civil: “Eu não casei na Igreja porque não quis. Pela vontade do pai do meu filho eu tinha casado, mas eu não quis casar pela igreja. Com o António sempre sonhei casar pela igreja”. Também quando exprime sentimentos, em relação ao António fala em «amor» e em relação ao ex-marido fala em «paixão».

um casal deve contar tudo um ao outro, não havendo lugar para acontecimentos, ou mesmo pensamentos, que cada um deve guardar só para si. O cimento fusional é bastante forte no que toca às decisões e aos recursos mobilizados no dia a dia do casal e da família – a expressão “aqui só há uma carteira” é neste aspecto suficientemente eloquente. Já em relação ao «tempo juntos», há um ligeiro afastamento da norma fusional dominante em direcção à construção de tempos e espaços de autonomia pessoal masculina, ainda que restritos.

**F:** Acha que um casal deve passar todo o tempo junto ou guardar algum tempo para si em separado?

**A:** Um casal deve passar mais tempo junto, foi para isso também que a gente se juntou, mas de vez em quando, uma horita ou outra, deve ter para si, para a gente reflectir em certos assuntos e desanuviar um pouco da rotina.

O fechamento ao exterior encontra alguma abertura através dos tempos livres e sociabilidades masculinas, em contraste com a quase total ausência de «tempos desocupados» femininos.

**F:** Que actividades de lazer é que costuma fazer sem a presença da Paula?

**A:** À pesca, mas vou muito raramente. (...) À noite é que vou ali ao café, mas também é raro<sup>45</sup>.

**F:** Quais as actividades ou lazeres que a Paula costuma fazer sem a companhia do António?

**P:** Só mesmo limpar a casa (risos). É verdade! Só quando tenho tempo de folga é que posso limpar a casa, de resto faço tudo com ele.

Fazer tudo com o cônjuge, excepto a partilha das tarefas domésticas e, por outro lado, a inclusão destas últimas, ainda que de forma irónica, nos tempos livres que sobram à mulher após o tempo dedicado ao trabalho profissional fora de casa, constituem traços marcantes deste perfil de coabitação. O casal insere-se num modelo de dupla profissão e

---

<sup>45</sup> A raridade das saídas e convívios de António sem a companhia do cônjuge é confirmada pela descrição das rotinas do casal: “Estamos juntos de manhã antes de ir para o trabalho e ao serão. (...) depois de jantar sentamo-nos no sofá e cada um adormece para seu lado (risos)”. Paula acrescenta: “A gente adormece cedo, por volta das 10-10.30, mas no sofá. Só vamos para a cama lá por volta da 1.30 da manhã. Levantamo-nos todos os dias às sete menos um quarto”.

trabalho doméstico feminino em que a mulher está sujeita à dupla jornada de trabalho e o homem está livre da maior parte das incumbências caseiras. Este aspecto chama igualmente a atenção para as diferenças de género que estão presentes na própria concepção que as mulheres e os homens têm de «tempos livres» e «actividades de lazer», tal como mostram outros estudos (Devault, 1990).

O grau de integração externa do casal e da família nuclear, aferido pelas actividades e lazeres fora de casa dá-nos, tal como já foi já referido, uma imagem de fechamento.

**F:** E ao fim de semana o que é que faz?

**A:** Também pouco temos saído.

**F:** Porquê?

**A:** Razões económicas, neste momento não nos podemos esticar muito. Só a alimentação leva-nos quase o dinheiro todo, depois também temos o infantário do filho dela.

Para além das razões económicas, o entrevistado invoca também gostos e preferências pessoais para explicar a ausência de saídas e actividades de convívio, realizadas, quer individualmente, quer em casal.

**F:** Os convívios e o estar com outras pessoas é importante para si ou prefere estar só em casal?

**A:** Sou muito caseiro, prefiro estar só em casal. Eu saio mais por causa dela.

A adequação de expectativas, apreciações e gostos «subjectivos» às possibilidades reais «objectivas» ligadas às condições de existência dos indivíduos, não constitui, há muito, novidade na literatura sociológica (Bourdieu, 1982). O autor referido, e toda a sua obra<sup>46</sup>, chama a atenção para as correspondências que existem entre espaço social das classes e espaço dos estilos de vida. No casal em análise, António e Paula, um modo de vida pautado pela restrição inibe a construção de espaços de autonomia pessoal e encontra-se também indubitavelmente associado a uma menor abertura ao mundo exterior.

Trata-se de uma dinâmica fundada em práticas e normas fusionais que aliadas a um significativo fechamento ao exterior surge nitidamente assimétrica na perspectiva das

---

<sup>46</sup> Veja-se, em particular, “Classes et Classements“ cit. in Bourdieu (1979), *La Distinction*, Paris : Les Éditions de Minuit.

relações de género, principalmente no tipo de divisão conjugal das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos.

**F:** Acha que a vida familiar e as tarefas domésticas, interferem mais na sua vida profissional ou na da Paula?

**P:** Na minha.

**A:** Depende.

**P:** Porquê? Quem vai sempre ao médico com os miúdos sou eu.

**A:** Isso são coisas da mãe.

**P:** Se for preciso ele vai comigo, mas normalmente vou sempre eu.

**A:** Eu nunca gostei de faltar ao trabalho e ela como é mulher, e tem assistência à família, vai ela.

**F:** O António não pode faltar por assistência à família?

**A:** Poder posso, só que nunca gostei de faltar.

Na concepção deste homem<sup>47</sup> os cuidados com os filhos são vistos como competências maternas associadas ao género feminino que cabem afinal inteiramente às mulheres, mesmo quando a lei confere os mesmos direitos e responsabilidades aos pais e às mães. Em «Vida Conjugal e Trabalho», Anália Torres chama justamente a atenção que não se trata apenas de um problema de má vontade masculina, que uma perspectiva teórica demasiado centrada no indivíduo e que não equacione a articulação entre família e outras esferas das relações sociais poderia levar a concluir – trata-se de uma cultura dominante que faz com que sejam as próprias organizações e entidades patronais a esperar, e a exigir, dos homens um empenhamento total na esfera profissional, dificilmente compatível com uma divisão paritária das tarefas domésticas e responsabilidades familiares (Torres, 2004: 131 e 140). Aliás, a conciliação entre vida familiar e vida profissional, é encarada frequentemente como um problema das mulheres e não dos homens.

---

<sup>47</sup> Cujos valores e representações acerca das relações de género estão de tal modo interiorizados, ao ponto de não se importar com a imagem que transmite de si na interacção com um entrevistador/investigador do sexo feminino. António defende, em vários pontos do seu discurso, uma norma assimétrica, quer em relação ao trabalho profissional, quer em relação ao trabalho doméstico.

Neste casal ambos reconhecem que é ela quem trabalha mais em casa. Mas afinal não é essa a sua obrigação?

**A:** Ela agora trabalha um bocado mais. Como o restaurante fechou, ela foi trabalhar fora e passou a ter menos tempo para limpar a casa e cuidar dos miúdos.

António atribui a sobrecarga de trabalho dela não à sua fraca participação nas lides caseiras mas porque ela passou a trabalhar fora. Mesmo quando a mulher tem um trabalho pago, a casa e os filhos continuam a ser considerados, por ambos os sexos, territórios femininos, cabendo ao homem «dar uma ajuda».

**P:** Eu sempre lhe disse que enquanto eu estivesse em casa eu não lhe pediria para fazer nada, mas a partir do momento em que saímos os dois para trabalhar e entramos à mesma hora, acho que ele tem o dever de me ajudar.

**A:** Ajudar já eu ajudo, tomo conta dos miúdos quando é preciso.

O descontentamento feminino presente nas palavras de Paula, e a reivindicação de um maior envolvimento masculino nas actividades domésticas, queda-se pela justificação que ela sabe fazer melhor as “coisas” do que ele.

**P:** Eu gosto de ter as coisas à minha maneira e às vezes prefiro que ele tome conta dos miúdos para eu fazer outras tarefas.

Os conflitos maiores na relação do casal não surgem tanto a propósito das tarefas domésticas, que simbolicamente, e na prática, continuam a pertencer a ela, mas quando o assunto envolve o ex-marido da Paula e a pensão de alimentos que ele se nega a dar ao filho.

**P:** Normalmente os conflitos maiores que existem é por causa do pai do meu filho, porque às vezes o António acha que eu me devo calar e eu não o faço.

**A:** Ele é parvo, eu já a avisei muitas vezes para não lhe dar trela.

As cedências que existem de parte a parte para evitar conflitos, verificam-se nas poucas tarefas tidas como negociáveis porque o resto (cozinhar, lavar a roupa, engomar, limpar e arrumar a casa, etc) está inteiramente a cargo da Paula e não é sequer objecto de discussão. Aliás, ela apesar de se sentir sobrecarregada e reivindicar a «ajuda» do companheiro, em casa, gosta “praticamente de fazer tudo, menos passar a ferro”. Mas essa é uma actividade, entre outras, em relação à qual não pensa sequer reclamar a colaboração

masculina. Curiosamente, despejar o lixo parece ser uma tarefa negociável que na opinião de António devia ser repartida pelos dois, mesmo sendo ela a assegurar sozinha quase tudo; por sua vez, à Paula custa-lhe fazer a limpeza do jardim, mas fá-lo contrariada para evitar conflitos, talvez por esta ser uma tarefa menos conotada com o sexo feminino e daí ela achar que o seu parceiro devia encarregar-se mais vezes dela.

**F:** Acontece-lhe que para evitar conflitos, acaba por realizar tarefas e assumir a responsabilidade de coisas que na sua opinião deviam ser repartidas pelos dois?

**A:** Muitas vezes.

**F:** Quais?

**A:** Sei lá. Às vezes mete uma coisa na cabeça e tem que ser como ela quer. Às vezes só para não me chatear acabo por lhe fazer a vontade. Por exemplo, despejar o lixo.

**F:** E a Paula?

**P:** Sim, por exemplo fazer a limpeza do quintal e do alpendre (...).

No discurso de Paula é possível identificar ideias-chave salientadas noutras pesquisas tais como a percepção da injustiça da divisão conjugal das tarefas domésticas, a vontade de não criar grandes conflitos (Torres, 2004; Torres e Moura, 2004; Torres *et. al.*, 2000), e, por fim, o conformismo de ambos em relação aos papéis atribuídos a cada um dos sexos.

**A:** Acho que talvez seja ela que trabalha mais.

**F:** E o que é que pensa acerca disso?

**A:** Alguém tem que o fazer e dentro de casa quem manda é a mulher, por isso está bem.

**F:** E o que é que a Paula acha?

**P:** Tem que ser, mas não acho justo.

A desigualdade da divisão de responsabilidades e tarefas surge atenuada através da colaboração masculina em relação aos cuidados com as crianças, principalmente da filha comum do casal, já que o filho mais velho actualmente só está com a mãe e o padrasto ao fim de semana.

**F:** Quais são as tarefas que umas vezes são feitas por si e outras pela Paula?

**A:** Tratar da miúda, dar-lhe banho, dar-lhe a refeição.

Paula sente-se de alguma forma satisfeita com a colaboração actual do seu parceiro, que se resume basicamente a tomar conta dos miúdos enquanto ela faz outras coisas, uma vez que isso representa uma evolução em relação aos primeiros tempos de vida em comum. As ajudas mínimas de António, ainda que excepcionais, são também sobejamente valorizadas pela Paula.

**P:** Ele começou a dar banho aos miúdos e a dar-lhes de comer quando é preciso. Quando eu fui operada há um mês, à apêndice, também me ajudava a fazer a cama. Passou a ajudar-me a tomar conta dos miúdos enquanto eu limpo a casa.

As mudanças ocorridas no funcionamento do casal devem-se, sem dúvida alguma, à actividade remunerada de Paula. Ela própria reconhece que houve mudanças desde que começou a trabalhar fora de casa.

**F:** Em relação à divisão das tarefas domésticas houve mudanças ao longo do tempo em que vivem juntos?

**P:** Neste momento sim. Limpar a casa sou eu que faço, mas de há uns tempos para cá ele tem-me ajudado a tomar conta dos miúdos, sobretudo quando comecei a trabalhar.

O trabalho feminino não pago, quer este seja realizado na esfera doméstica quer no prolongamento desta, como foi o caso do negócio do restaurante da mãe de António, tende a ser desvalorizado e é considerado um «não-trabalho». É interessante verificar que é o próprio companheiro que não reconhece «valor» à colaboração regular de Paula no empreendimento da família dele. Durante todo esse tempo é como se ela tivesse estado desempregada.

**P:** Quando eu me juntei não trabalhava.

**A:** Ela esteve dois anos sem trabalhar.

**P:** Eu estava no Círculo de Leitores e quando me juntei com ele deixei isso e fui ajudar no restaurante da minha sogra.

Durante dois anos em que ela esteve «sem trabalhar», uma vez que não recebia salário, manteve-se uma forma de organização do casal com fortes assimetrias de género,

que se tornaram, apesar de tudo, menos vincadas, a partir do momento em que a Paula começou a exercer uma actividade profissional fora de casa. O trabalho pago parece, de facto, ter acrescentado poder no contexto da relação conjugal uma vez que veio sustentar uma atitude feminina mais reivindicativa do que a que existia até então, puxando o homem para dentro das lides domésticas.

Estes resultados são coincidentes com as entrevistas realizadas a mulheres e homens casados de meios operários, em que as primeiras declaram receber muito mais ajuda dos maridos quando trabalham no exterior (Torres, 2004: 140). No outro extremo da escala social, também nas famílias de empresários a desigualdade na repartição do trabalho doméstico e das responsabilidades com os filhos é mais frequente, e acentuada, quando as mulheres têm o estatuto de domésticas do que nas situações em que elas desempenham uma actividade na empresa familiar ou têm os mais variados estatutos sócio-profissionais (Guerreiro, 1996: 163).

Contudo, Kellerhals, referindo-se concretamente à questão do poder e da complexidade desta noção no contexto das interacções conjugais, afirma que o impacto do trabalho profissional feminino não é o mesmo para todos os grupos sociais. Bahr nota, por exemplo, que o acréscimo de poder feminino por efeito da inserção profissional é mais visível nas mulheres das classes sociais desfavorecidas do que nas pertencentes às classes médias (Bahr, 1976 cit. in Kellerhals, 1989: 56).<sup>48</sup>

Por sua vez, a coabitação informal parece favorecer o poder de negociação, quando surge o conflito, e a autonomia, ainda que simbólica, das mulheres com menos recursos, como é o caso da Paula.

**F:** Já alguma vez colocou em causa a continuidade da vossa relação? A hipótese de separação já surgiu durante alguma discussão mais acesa?

**A:** Já, mas é sempre mais da parte da minha mulher. Quando a gente discute, assim com mais fervor, ela é que diz que se vai embora.

---

<sup>48</sup> No estudo de Bahr, situado no âmbito da teoria dos recursos e seus desenvolvimentos, os ganhos de poder que uma ocupação remunerada proporciona são medidos fundamentalmente pelo poder de decisão (na compra de casa, no plano orçamental, etc), o que segundo Kellerhals constitui um índice parcial do poder na interacção. Cf. S. J. Bahr, (1976), "Role Competence, Role Norms and Marital Control" in F. I. Nye (ed.), *Role Structure and Analysis of the Family*, Beverly Hills, Sage, 1976: 179-189 cit. in Kellerhals, 1989: 56 e 58.

O poder feminino na esfera privada joga-se através da ameaça, neste caso mais fictícia que real, que representa a ruptura da união conjugal. Do ponto de vista subjectivo, e independentemente das finalidades instrumentais da união, a ausência de «amarras» legais faz com que tudo pareça depender, mais do que nunca, da vontade e dos sentimentos de cada um e, finalmente, do reconhecimento do poder recíproco, isto é, que cada um atribui ao outro, de romper a relação caso não se sinta satisfeito.

Acerca do tema da satisfação conjugal, e auscultada apenas a opinião masculina, esta revelou-se claramente positiva.

**F:** Quais são os momentos da sua vida de casal que mais satisfação lhe dão? (...)

**A:** Para mim é tudo. Sinto-me bem ao pé dela, tanto faz que seja a passear ou na cama, ou estarmos aqui agora.

Há mesmo a tendência, por parte de António, para negar ou desvalorizar a existência de conflitos, que a Paula, pelo contrário, não só admite existirem, como classifica de “conflitos maiores”; neste rol estão incluídas, como já assinalámos antes, as discussões que têm por base o relacionamento com o ex-marido.

**A:** (...) Conflitos não temos, conflitos maiores não temos.

Na perspectiva de António, “conflitos maiores” são aqueles que põem em causa a continuidade da relação conjugal, o que não é suposto estar a acontecer neste momento. Para além das tensões e atritos a propósito das tarefas domésticas, que não chegam, como vimos, a desencadear «verdadeiros conflitos», surgem no dia a dia do casal conflitos pontuais quando, aparentemente, está em causa a tentativa de preservar a autoridade masculina.

**F:** Que divergências ou «mal-estares» costumam surgir na vossa relação do dia a dia?

**A:** Por exemplo, ontem chatee-i-me com ela por causa desta entrevista. Ela tem a mania de me dizer as coisas em cima da hora. Ontem quando você me telefonou ela ainda não me tinha dito nada. (...) eu gosto de saber tudo antes e não depois, que é para eu dar a minha opinião.

Para concluir a análise deste perfil de coabitação, é interessante constatar ainda que, no caso de António, os ideais e normas revelam uma assimetria acentuada dos papéis femininos e masculinos, superior, curiosamente, às práticas efectivas. Para a maioria dos

entrevistados do sexo masculino a distância entre aquilo que se diz e aquilo que se faz é de sinal contrário, isto é, geralmente defende-se uma norma igualitária mesmo quando o discurso não corresponde exactamente aos comportamentos. O discurso fortemente normativo de António, que já tínhamos notado nos participantes de outra pesquisa pertencentes ao operariado a propósito da relação do casal e da infidelidade conjugal (Santos, 1995), pode ser interpretado como o efeito cruzado da identidade social e de género. Os homens, em comparação com as mulheres, são mais normativos no seu discurso (sobretudo os homens que no espaço social das classes representam os grupos dominados) do que no seu comportamento, porque as normas existem para os grupos dominados (a categoria sexual feminina representa a identidade dominada) e não para os grupos dominantes (Amâncio, 1994; Bourdieu, 1990). Esta perspectiva vai de encontro à de William Goode, o qual considera que “os homens das classes populares tendem a afirmar discursivamente que dão menos poder às mulheres do que efectivamente lhes atribuem, enquanto os das classes médias e altas fazem precisamente o contrário” (Torres, 2004: 139)<sup>49</sup>.

O efeito de geração, isto é, a mudança social e de valores por comparação com o passado, atendendo à idade relativamente jovem de ambos os cônjuges e, acima de tudo, o facto da Paula ter um trabalho remunerado fora de casa, parece introduzir mudanças significativas na vida deste casal e em relação a outros entrevistados mais velhos cujas mulheres são domésticas.

Basta lembrar o caso do entrevistado nº 14, com 68 anos de idade e o ensino básico primário. Luís, actualmente taxista por conta própria foi operário têxtil e vive junto há 37 anos com Palmira, também de origem operária mas que há muitos anos, desde que o filho deles era pequeno, se ocupa exclusivamente das tarefas ligadas à casa e à família. O elemento masculino do casal esteve sempre arredado das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos, mesmo quando a sua mulher trabalhava na fábrica. Neste casal, que vive também uma segunda conjugalidade com filhos de um anterior casamento, prevalece até hoje uma divisão sexual do trabalho inteiramente tradicional que se aproxima, por isso mesmo, ainda mais que no caso de António, também operário com a 4ª classe, recordemo-lo, de um discurso marcadamente normativo. Mas enquanto António admite

---

<sup>49</sup> Cf. Goode, W. (1963, 1969), *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo, Companhia Editora Nacional: 31 cit. in Torres, 2001: 59 e Torres, 2004.

que ao homem cabe dar «uma ajuda», Luís defende, em termos ideais<sup>50</sup>, uma assimetria perfeita de papéis e competências de género.

Embora se mantenha a nível discursivo a defesa da desigualdade de género, no caso de António os comportamentos, através das «ajudas» no cuidado com os filhos, andam à frente das representações. O comportamento de António não difere muito do observado na pesquisa de Anália Torres sobre o casamento (2004) relativamente a casais mais novos, entre os 25 e os 35 anos de idade, dos sectores operários. Neste grupo, as mulheres continuam a assegurar a maioria das tarefas mas os homens são mais colaboradores no apoio aos cuidados com os filhos do que nas gerações anteriores (*op. cit.*: 138). A grande diferença parece situar-se no plano representacional já que, ao contrário do nosso entrevistado, é bastante comum encontrar discursos mais igualitários nos homens casados da faixa etária referida.

No caso de António, é como se através de um discurso fundamentalista, que não deixa de nos surpreender por se tratar de um indivíduo com trinta anos a viver em meio urbano, se procurasse a todo o custo resistir à perda de poderes e privilégios masculinos, resistência tanto mais necessária quando neste grupo social eles se jogam sobretudo na esfera privada e em relação à sua própria mulher. Isto não significa passar para segundo plano, em termos de perspectiva analítica, a importância do percurso pessoal e conjugal ligado à história de vida dos entrevistados, incluindo as socializações familiares, para tentar compreender, por um lado, o porquê de um discurso mais tradicionalista que defende um modelo perfeitamente assimétrico de divisão sexual do trabalho, quando são as próprias práticas que o contradizem parcialmente e, por outro, a forma como as biografias individuais influenciam as variações encontradas dentro dos mesmos sectores sociais a viver em contextos semelhantes.

É certo que o contexto de classe, visto em articulação com outras variáveis do percurso biográfico dos indivíduos, não perde o seu valor heurístico, antes pelo contrário. Torres nota a existência de posições masculinas mais tradicionalistas nos sectores operários “puros”, de cujo perfil o António e a Paula se aproximam, em comparação com os grupos intermédios e mesmo de origem operária (Torres, *op. cit.*: 137). A análise da entrevista nº 41, pelo seu contraste, parece confirmar esta perspectiva. Do ponto de vista da

---

<sup>50</sup> A este nível, estamos a comparar as respostas de ambos relativamente a uma pergunta fechada do guião de entrevista.

classe social, trata-se de um casal misto em que o trabalho assalariado de um, como operário, se alia a um pequeno negócio do outro.

Alberto e Maria do Rosário, divorciados e ambos com um filho de uma relação anterior, começaram a viver juntos já lá vão vinte e um anos. No começo da coabitação, que acabou em casamento após sete anos de vivência em comum (tinha a filha do casal cerca de 3 anos), eram os dois ainda bastante jovens, ela com vinte e três anos e ele com vinte e oito. Não casaram mais cedo porque ambos queriam primeiro experimentar a relação e depois, por razões económicas, foram adiando o casamento. Alberto é operário, manobrador de máquinas, e a sua mulher, também com o 6º ano de escolaridade, trabalha há muitos anos como cabeleireira por conta própria. No casal sobressai a partilha conjunta das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, hoje já crescidos, tanto ao nível das representações como das práticas, que parecem exceder até as expectativas femininas. Maria do Rosário considera que ele, em casa, sempre trabalhou um pouco mais do que ela devido ao facto dela ter um horário mais sobrecarregado. Não resistimos a passar para discurso directo algumas das intervenções de Alberto e Maria do Rosário.

**A:** Mudar fraldas, fazer o leitinho, o biberão, tomar conta deles, era muito eu. Levava o mais velho ao infantário, pronto...

**MR:** Eu trabalhava das nove às sete e ele às 5 horas estava disponível. (...) como ele já estava habituado a cozinhar antes, cozinava ele mais vezes. (...) eu quando chegava ia tratar das meninas e ele tratava sempre mais da casa.

**A:** Normalmente ao fim de semana dá-se a limpeza geral, um num lado, outro noutro, mas todos os dias, pronto, a cangalhada desarruma isto e aquilo e eu vou dali arrumo, ela vem de acolá arruma.

**MR:** Mas o que ele gosta menos de fazer é de arrumar a roupa, isso é que... não gosta nada de arrumar.

**A:** É uma das coisas que eu não gosto, mas se tiver que fazer faço.

**MR:** Eu quando tinha de trabalhar, se eu estivesse a passar a ferro ele dizia: pronto, deixa estar que eu agora acabo.

**MR:** Eu às vezes tenho aqui vizinhas que me estão sempre a dizer: “Oh D. Rosário, só o seu marido! Tão bem que ele estende a roupa, se eu mandasse o meu era uma vergonha!”

**MR:** A gente, isso, sempre dividiu muito bem, felizmente ele ajuda imenso em casa.

A descrição acima merece dois comentários. O primeiro diz respeito à importância dos capitais das mulheres nas relações de género, independentemente do estatuto, formal ou informal, da união conjugal. Quando o elemento feminino do casal usufrui de uma posição social e de rendimentos superiores, isso parece traduzir-se numa maior igualdade de género. No casal António e Paula, ambos operários, ele que, ao contrário dela, tem um trabalho efectivo, orgulha-se também de “ganhar mais” e de ser ele que contribui mais para as despesas da casa, o que lhe permite continuar a defender, como vimos, o modelo de ganha-pão masculino e papéis de género perfeitamente diferenciados: “Porque sempre foi assim, o homem a trabalhar para a casa. O homem é o principal responsável pela sobrevivência da sua família”.

O segundo comentário refere-se, uma vez mais, à importância do percurso de vida dos indivíduos quando se pretende analisar a relação do casal e, em especial, a questão da igualdade de género na conjugalidade. Alberto, depois de se ter separado da primeira mulher, viveu cinco anos sozinho, período durante o qual aprendeu “a fazer de tudo”. Apesar de também ele, à semelhança de António, ter vivenciado um modelo assimétrico na sua família de origem (o pai era encarregado numa empresa de construção civil e a mãe, com seis filhos, era doméstica), antes de voltar a fazer vida de casal já tinha, desta vez, hábitos de trabalho fortemente incorporados na esfera da produção doméstica<sup>51</sup>.

As práticas, neste último casal, estão mais próximas das representações mas também aqui se notam algumas discrepâncias. É significativo que em ambos os casais, embora de forma diferenciada, atendendo ao grau de envolvimento distinto de Alberto e António na esfera doméstica, sejam sempre os comportamentos a tomar a dianteira. Em outros grupos sociais, como é o caso dos empregados executantes e das classes médias diplomadas, acontece frequentemente o inverso. Isto é, aqui a defesa de ideais simétricos corresponde muitas vezes a práticas desiguais. Recorde-se a este propósito a entrevista do Hugo, identificada no perfil de coabitação circunstancial dos sectores intermédios; ele

---

<sup>51</sup> António, pelo contrário, ao entrar na conjugalidade pela primeira vez continuou a viver em casa dos pais, em família alargada, desresponsabilizando-se mais facilmente dos afazeres domésticos, cuja gestão e execução cabiam às mulheres da casa, a mãe e o cônjuge. O casal só há pouco tempo é que se viu confrontado um com o outro, a sós com a filha, fase esta que ao coincidir com o início da actividade profissional da Paula, há cerca de oito meses, produziu, como vimos, algumas alterações no comportamento de António.

defende, sem hesitações, a igualdade de género enquanto norma ideal mas as práticas rotineiras do casal apontam para um modelo assimétrico, ainda que atenuado, de divisão do trabalho doméstico. É interessante realçar o facto de, quer o Alberto, quer o António, responderem exactamente da mesma maneira à pergunta do guião que pretendia avaliar os ideais acerca do funcionamento conjugal. Eles acham, em termos ideais, que “deve ser a mulher a principal responsável pelas tarefas domésticas, e os cuidados com os filhos, mas com alguma ajuda do marido”. Depois da descrição das rotinas familiares, de quem faz o quê e porquê, não admira que Alberto tivesse mostrado a seguir alguma hesitação na resposta a essa questão; é que de acordo com a expressão de maior igualitarismo verificada neste casal ao nível dos comportamentos, a resposta mais coerente seria “os dois devem dividir igualmente as tarefas”.<sup>52</sup>

No perfil de coabitação que designámos por «coabitação masculina», escolhemos como exemplo paradigmático o casal António e Paula, que analisámos com maior detalhe em várias dimensões da conjugalidade. A referência a outros entrevistados do meio operário serve, nomeadamente, de ponto de comparação a propósito da divisão sexual do trabalho. São casos que foram classificados noutra perfil, como o de Alberto e Maria do Rosário, ou no perfil de coabitação masculina, como é o caso de Luís e Palmira e, também, de Lurdes e Fernando. Em relação a este último casal, e porque se trata de uma coabitação numa primeira conjugalidade que se diferencia a esse nível dos outros casos, vale a pena conhecer e identificar a sua história.

Lurdes, entrevistada na sua casa, situada numa zona semi-rural de Pinhal Novo, vive em união de facto há seis anos, numa primeira conjugalidade, e tem uma filha de 3 anos de idade. Cinco anos mais velha que o cônjuge, – ela com o 9º ano de escolaridade e ele com o preparatório – trabalha desde o começo da coabitação numa grande empresa multinacional onde foi promovida a «fiel de armazém» depois de ter sido operadora na linha de produção. O casal instalou-se na casa e no terreno que pertenciam aos pais dela,

---

<sup>52</sup> Em relação ao António, se tivéssemos ficado apenas pela análise da resposta a este tipo de pergunta, como acontece normalmente nos inquéritos por questionário, seríamos levados a concluir que a defesa da assimetria atenuada ao nível das representações estaria em consonância com as práticas efectivas quando afinal a análise global, e em profundidade, do seu discurso revela que são os comportamentos que estão, apesar de tudo, à frente das normas. É de assinalar a vantagem metodológica de utilizar diferentes registos, por um lado, o discurso livre e, por outro, a resposta a algumas perguntas de tipo fechado contidas no guião de entrevista. A partir do cruzamento dos diferentes tipos de material foi possível chegar a resultados mais precisos. Assim, a conclusão é a de que António defende uma assimetria atenuada em termos ideais que se encontra ainda distante dos comportamentos, sexualmente diferenciados, e de uma norma situada «ferozmente» assimétrica.

pequenos agricultores tal como os pais do cônjuge. Quando ela ficou grávida, Fernando lançou-se no negócio de venda de lenha, para além de prestar serviços com o tractor para uma empresa de obras públicas, pois o rendimento que ele obtinha apenas com a actividade agrícola não chegava, afirma Lurdes, “com uma filha para governar”. Não reunir as condições ideais para casar, intimamente relacionadas com o papel tradicional de principal provedor económico da família, foi provavelmente uma razão importante, masculina, para iniciar e manter, mesmo depois do nascimento da filha, a união sem cerimónia nem papéis. Um conjunto de circunstâncias actuaram também a favor da entrada em casal, após seis meses de namoro, de maneira informal. Fernando “zangou-se” com o pai dele e a mãe dela, que era viúva, deixou de morar com a filha para ir viver em união de facto.

**L:** Ele zangou-se com o pai, depois ao outro dia foi lá buscar a roupa e ficou aqui, se calhar nem se falou nisso. (...) na altura ficou aqui não foi para nos juntarmos, depois é que falámos e decidimos mesmo ficar a viver juntos, também como já namorávamos. (...) como se deu naquela altura a minha mãe se juntar com aquele senhor, optámos por ficar aqui. (...) eu acho que a iniciativa foi dele porque eu, na minha ideia, queria-me casar, mas ele disse-me que nos juntávamos primeiro e depois mais tarde casávamos.

A ideia dela era casar mas ele achou sempre preferível adiar o casamento, aparentemente por razões económicas<sup>53</sup>.

**L:** Falávamos no assunto, mais eu, porque ele nunca foi muito da ideia de casar. Ele queria primeiro arranjar dinheiro para nos casarmos, mas até hoje ... (...) Acho que a ideia era mais minha, porque ele a partir do momento em que se juntou não fazia ideia de se casar, esta é a minha opinião.

A coabitação de iniciativa masculina evoluiu para uma família com filhos já que entretanto Lurdes ficou grávida. O tempo foi passando sem que o cônjuge tenha manifestado, até hoje, grande vontade de formalizar a união e corresponder, dessa forma, ao desejo de Lurdes. Nos primeiros tempos de vida em comum, o projecto de casamento,

---

<sup>53</sup> Actualmente Fernando tem, com a sua actividade multifacetada, rendimentos relativamente superiores aos que ela obtém com o salário da fábrica mas continua mesmo assim sem vontade de casar; se no início a falta de dinheiro para realizar a festa pode ter constituído um obstáculo, ainda mais sem a ajuda dos pais devido ao conflito que houve entre ele e o pai, passado 6 anos talvez ele pense que agora então é que não vale a pena. Lurdes com o decorrer do tempo deixou também de valorizar tanto o assunto do casamento.

ligado ao projecto de construir uma casa (“não nos deixam porque o terreno está em zona ecológica”), foi um assunto debatido mas sucessivamente adiado. Actualmente Lurdes já não pensa muito nisso, embora guarde algum desgosto por não ter casado (“é um desgosto que eu tenho, sou sincera”). Casar pela igreja era “um sonho” que ela tinha “desde miúda”, mais pela cerimónia, que representa, na perspectiva de Lurdes, um momento importante na vida de uma mulher.

**L:** Não é o papel, é aquele dia que eu acho que é importante para todas as mulheres. (...) Para mim num casamento, o que tem de bonito é a cerimónia.

Quando a filha estava para nascer, estiveram “vai, não vai” para se casarem mas aconteceu “mais um acidente”: “o bilhete de identidade dele tinha caducado e até arranjar a papelada toda foi-se chegando o nascimento”. Nessa altura, não agradou à Lurdes “ser mãe solteira” mas hoje já se habituou à ideia e acabou também por se conformar com a união de facto (“acomodei-me à situação”). Para ela, a coabitação é “uma situação que pode durar sem casamento” e a única diferença, justifica, é “um papel, mais nada”.

**L:** Porque eu não achava bem ser mãe solteira, agora já aceito perfeitamente bem, mas na altura não encaixava. (...) Para ele está sempre tudo bem, ele não lhe faz diferença nenhuma.

Com a divisão francamente desigualitária das tarefas domésticas e cuidados com a filha – é ela que faz tudo em casa – Lurdes acabou, também, por se conformar, para preservar o bom relacionamento com o cônjuge. Fernando “considera que isso são coisas de mulher” e ela, por sua vez, acha que “é remar contra a maré”. Em termos ideais, ela é de opinião que “a mulher deve ter alguma ajuda do companheiro” mas na prática assume uma atitude pouco exigente em relação ao cônjuge. Já no que toca à divisão do trabalho profissional, Lurdes defende um modelo igualitário e encara o trabalho fora de casa como uma questão de emancipação feminina.

**L:** Eu acho que é ambos. Pela convivência, pela emancipação. Hoje em dia as pessoas já não devem estar em casa. Deve-se estar o mais tempo possível com os filhos, mas também precisamos de nos distrair. (...) é muito importante para mim. É um modo de emancipação (...), é uma coisa diferente de estar a viver o dia a dia em casa.

Os exemplos referidos mostram que dentro de sectores sociais idênticos, os ideais masculinos e femininos acerca do funcionamento do casal parecem nalguns casos convergir e noutros afastar-se. Enquanto a Paula e a Maria do Rosário defendem ideais igualitários, não partilhados, aliás, por nenhum dos entrevistados homens, Lurdes, tal como Alberto e António, subtraindo o caso de Luís bastante mais velho que defende uma assimetria de tipo tradicional, inclina-se para uma assimetria atenuada. A diferença de ideais entre as duas mulheres que pertencem às gerações mais jovens, Paula com 26 anos e Lurdes com 33 anos, parece estar relacionada com a própria dinâmica da interacção conjugal e com a duração das respectivas uniões. Embora esta última vertente de temporalidade conjugal não possa ser vista como determinante face à importância de outras variáveis, como seja os capitais das mulheres, de que é exemplo o casal Alberto e Maria do Rosário, juntos há 21 anos, ela pode contribuir para explicar algumas das variações observadas entre as mulheres mais jovens. Importa sublinhar, em primeiro lugar, que as representações das mulheres, independentemente da idade e da duração da união, são, ao contrário das representações masculinas, mais avançadas que as relações de género vividas no casal: Paula defende a igualdade e obtém pequenas ajudas do companheiro em relação aos filhos; Lurdes é de opinião que a mulher deve ser a principal responsável pelas tarefas relacionadas com a casa e os filhos, cabendo ao homem dar uma ajuda, e o seu companheiro mantém-se arredado dos afazeres domésticos. Em segundo lugar, Paula faz parte de um casal recentemente instalado que vive junto há menos de três anos com práticas rotineiras menos sedimentadas e por isso mais permeável, em princípio, à negociação e à mudança. Paula em comparação com a Lurdes tem uma atitude mais reivindicativa, enquanto que esta última – há seis anos junta – desistiu de lutar, para evitar conflitos, pela partilha das tarefas domésticas e os cuidados com a filha comum do casal.

**L:** Conformo-me, acomodo-me para não me chatear. É escusado, em tanto tempo nunca consegui e agora já não me chateio tanto como me chateava antes. Não consegui. No princípio chateava-me bastante, havia muitas discussões por causa disso mesmo. Eu acho que ele havia de me ajudar mais, principalmente a tomar conta da filha (...) para eu poder fazer mais coisas.

Em suma, a coabitação masculina, centrada na análise do caso António e Paula, “encaixa-se” num tipo de conjugalidade muito próxima das famílias «bastião» definidas por Kellerhals (1987), ou «fusão fechada» (Wall e Aboim, 2002), que aliam a dinâmica fusional a papéis de género diferenciados e a valores institucionais. Mas, por outro lado, estes traços aparecem combinados com uma ética mais modernista pela importância dada ao sentimento na relação em detrimento do laço formal que une o casal, sobretudo do lado masculino. Estes valores e orientações traduzem a força da difusão da ideologia da união ou do casamento por amor e do ideal de fusão conjugal.

Existem ainda outros traços que fazem o casal António e Paula afastar-se da matriz de conjugalidade institucional, como seja, a ausência de pressão social para casar,<sup>54</sup> a dissociação entre casamento e entrada na conjugalidade e, finalmente, a dissociação entre casamento e entrada na parentalidade. António e Paula sentiram-se livres para começar uma vida em comum e ter filhos fora do matrimónio, embora nela permaneça o desejo de casamento e nele um desejo frustrado devido à história matrimonial dela e à sua atitude de relativa intolerância face à condição de divorciada. António sente algum desgosto por não ter casado mas agora acha, de acordo com as suas representações e valores, que já não faz sentido. Os valores que fundamentam, nomeadamente, a sua propensão para recusar o casamento com uma mulher divorciada e com um filho, estão de tal modo interiorizados que dispensam a pressão vinda do exterior e a censura menos velada exercida pelo grupo social de pertença e o círculo de familiares mais próximo. Por outro lado, esses valores, de cariz mais conservador, aliam-se à maior tolerância social face à coabitação informal que legitima até a posição masculina contra o casamento e a favor da manutenção da união de facto. As uniões informais, por força da sua difusão em todos os meios sociais, incluindo o meio operário, começam a ser encaradas com naturalidade.

**F:** Como é que acha que as outras pessoas, amigos, colegas de trabalho ou vizinhos, encaram o facto de viverem juntos sem casar?

**A:** Não têm nada a ver com isso, não me dizem nada.

---

<sup>54</sup> Do lado dele poderá haver antes pressão social para não casar se atendermos à atitude da mãe que aconselha o filho nesse sentido: “Não disseram nem dizem nada [acerca do casal viver junto]. A minha mãe é ela própria a dizer para não me casar. Os meus pais nunca se meteram na vida familiar dos filhos”. Por sua vez Paula, referindo-se aos pais, afirma: “eles aceitaram bem”.

**F:** Alguma vez sentiu que o vêem um bocadinho de maneira diferente, já que a maioria das pessoas casa?

**A:** Não, hoje em dia já não há tanto esse preconceito.

**F:** Tem entre familiares e amigos alguém que também viva junto?

**A:** Sim, o tal casal amigo que já lhe falei.

Parece certo, porém, que para alguns sectores com menos recursos em matéria de capitais escolares e sócio-profissionais, como é o caso dos operários, a coabitação para as mulheres, principalmente quando têm filhos de relações anteriores, significa uma união mais desvantajosa e de estatuto inferior ao do casamento, conforme tínhamos previsto inicialmente. A coabitação de iniciativa masculina em meio operário contra o desejo de casar das mulheres já tinha sido assinalada anteriormente fora do contexto da sociedade portuguesa (Villeneuve-Gokalp, 1990). O caso em análise vem também confirmar a necessidade de articular o género, a posição social dos coabitantes, a sua história de vida, e trajectória conjugal, com a dimensão simbólica dos valores e representações de forma a chegar ao significado das situações de coabitação.

## COABITAÇÃO DE TRADIÇÃO

*“Quando comecei a viver com a Adelaide era vendedor ambulante em praças, em mercados e feiras. Ela também. Os pais dela já andavam nessa vida, fazia feiras com aquelas barracas de tiros (...).”*

*“Fomos aos pais dela e ainda não tínhamos feito nada, só uns beijos. Ela quis ficar comigo, eu aceitei-a, não fiz nada com ela e depois perguntei-lhe se queria ir para ao pé dos pais e ela disse que não, que queria ficar comigo eternamente, para o resto da vida e pronto, ficou assim, juntámo-nos”.*

*“(...) também isto já vem de tradição porque o meu pai e a minha mãe também não são casados, vivem juntos como eu. Isto já vem de tradição, os meus tios também não são casados, está tudo junto. Para nós é uma coisa normal. Embora, como lhe disse, se tivesse uma vida como deve ser até era capaz de casar com a minha mulher. (...) nós temos oito filhos (...).”*

*“Sendo casado ou sendo junto os sentimentos que eu tenho e que a minha mulher tem por mim, são iguais. Na nossa tradição é assim, é a mesma coisa, só não fomos à igreja nem nada, é como os ciganos por exemplo. O cigano não tem papel nem tem nada...”*

*(...) Se eu pudesse a minha mulher nem trabalhava aqui, antes queria que ela estivesse em casa para tratar dos filhos e da lida da casa.*

*“Ela não tem tempos livres, ela não gosta de estar parada, tem que ter sempre alguma coisa para fazer. Ela trata dos filhos, ela vai às compras (...) Ela arranja tudo, ela é uma mulher de armas. (...) Eu saio mais é nos fins-de-semana. Com os meus amigos e assim (...) ela nunca sai. (...) normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece”.*

**Guilherme, 41 anos, 4ª Classe, Vigilante**  
(Entrevista nº 28)

Guilherme, ex-vendedor ambulante, vive em união de facto desde os 17 anos com Adelaide, também com 41 anos, de quem teve uma descendência numerosa. O casal vive com os seus oito filhos, cujas idades variam entre os sete e os vinte e quatro anos, num bairro de habitação social, já lá vão mais de 20 anos. Os filhos mais velhos, dois rapazes e uma rapariga, abandonaram a escola, após repetências sucessivas, sem completarem o 9º ano e encontram-se actualmente desempregados. O mais velho foi toxicodependente e tem uma filha bebé; os outros, mais novos, encontram-se a estudar, incluindo o Marco com 16 anos a frequentar o 7º ano de escolaridade e a Rita, deficiente, a frequentar um colégio de ensino especial.

Como é facilmente observável, para além da sua extensão que aumenta o risco de vulnerabilidade à pobreza, os membros desta família acumulam uma série de desvantagens sociais relacionadas com o insucesso e abandono escolar dos filhos, o desemprego, a deficiência e a toxicodependência. A situação de pobreza associada a este perfil de coabitação, que parece perpetuar-se nos filhos através de trajectórias escolares e sociais de exclusão, é mitigada actualmente pelo trabalho de ambos os membros do casal numa instituição de solidariedade social localizada no bairro, ele como vigilante e ela como empregada de limpeza. Mas nem sempre foi assim. Guilherme que até tem uma “costela cigana” (porque a avó era cigana)<sup>55</sup> conta como foi a sua vida até aos 17 anos, uma vida nómada, a acompanhar os pais de “terra em terra”:

**G:** Foi a ajudar os meus pais, quando era mais miúdo. Os meus pais eram feirantes, andávamos de terra em terra. Nós antigamente tínhamos carroça e besta e corríamos Portugal inteiro, mais a parte do Alentejo, e Ribatejo, até chegar aqui à zona de Lisboa. Era difícil irmos à escola, os meus irmãos mais novos já foram (...). Nós não, andávamos de terra em terra e entrávamos numa escola, ficávamos dois ou três dias, depois entrávamos para outra e era assim sucessivamente.

Um modo de vida precário corresponde a uma trajectória profissional variada e instável, feita de biscates e expedientes vários que incluem, para além da profissão de

---

<sup>55</sup> Ele explica logo no início da conversa a origem da sua «costela cigana»: “Tenho uma costela cigana e outra da raça da senhora. A minha avó, a mãe do meu pai, era cigana. Ela juntou-se com o meu avó que era da raça da senhora. O meu pai depois casou com uma feirante, mas não era cigana”. Repare-se que o termo «juntou-se» e «casou» são usados indistintamente para descrever uniões de facto, o que mostra, como iremos ver a seguir, uma concepção em que coabitação e casamento são equivalentes.

vendedor ambulante, já na idade adulta, a de «amolador de tesouras», bem como trabalhos a contrato ou à empreitada na construção civil e na indústria naval, com períodos de inactividade sem direito a subsídio de desemprego.

**G:** Quando comecei a viver com a Adelaide era vendedor ambulante em praças, em mercados e feiras.

**F:** E ela?

**G:** Ela também. Os pais dela já andavam nessa vida, fazia feiras com aquelas barracas de tiros (...).

**F:** Que trabalhos é que já teve desde que começou a viver com a Adelaide?

**G:** Já tive muitos. Já trabalhei em muitos lados, já trabalhei na Lisnave, na Setenave, trabalhei como pedreiro. (...). Saí da Lisnave porque fechou. Trabalhava só a contrato. Tive lá pouco tempo, em todos os lados em que trabalhei tive sempre pouco tempo.

**F:** Porquê?

**G:** Porque fechavam. Também trabalhei na construção civil, nas obras.

**F:** Esteve desempregado algumas vezes?

**G:** Também já estive desempregado. Já fui amolador de tesouras na rua, a arranjar guarda-chuvas e a afiar facas, isto também é tradição na minha família.

**F:** Chegou a receber subsídio de desemprego?

**G:** Não, nada.

Quanto à mulher de Guilherme, a sua carreira como mãe ocupou-lhe grande parte da sua vida, com gravidezes sucessivas, praticamente de dois em dois anos, e só recentemente, há cerca de quatro anos, conseguiu um trabalho fora de casa.

**G:** Ela esteve sempre desempregada, eu é que fazia estes biscates para a gente sobreviver. Ela era só dona de casa na altura.

Para este homem, cujo ideal é uma família com três ou quatro filhos, a justificação para o nascimento de oito é atribuída por um lado, à idade muito jovem do casal e à sua falta de maturidade e, por outro, ao fraco conhecimento dos meios contraceptivos por parte da mulher. Ele parece desresponsabilizar-se pelo controlo da fecundidade do casal que na

sua opinião pertence, em primeiro lugar, à mulher. Afinal a «culpa» é dela porque se esquecia às vezes de tomar a pílula e não fez a operação mais cedo.

**F:** Tem muitos filhos, já não é muito comum hoje em dia. Porque é que tem tantos filhos?

**G:** Foi por acaso.

**F:** A Adelaide, por exemplo, nunca chegou a tomar a pílula?

**G:** Chegava a tomar, mas nem sempre. Também não estava muito dentro do assunto. Talvez ela às vezes se esquecesse.

**F:** Gosta de ter uma família assim grande?

**G:** Eu na altura era mais criança, não pensei muito bem. Mas se pensasse como hoje eu não tinha assim tantos.

**F:** Queria quantos?

**G:** Aí uns 3 ou 4. Mas já que estão, olhe deixe estar, seja o que Deus quiser. Eu avisei-a para fazer uma operação para parar de ter filhos, e fez, agora não pode ter mais.

Relativamente ao significado do trabalho para o entrevistado, ao contrário daquele ser motivo de orgulho masculino como constatámos em meio operário, aqui existe uma relação meramente instrumental com o trabalho que está orientado exclusivamente para finalidades de sobrevivência. Valoriza-se, no entanto, a esfera da convivialidade, com amigos e familiares, que do lado masculino surge mais ou menos intensa, dentro do bairro e na sua proximidade. Aliás, o seu conceito de família ultrapassa a noção de família nuclear, por isso quando se pergunta “acha que os convívios com outras pessoas são importantes para si? Ou prefere estar só em família?”, Guilherme responde:

**G:** Eu normalmente estou quase sempre em família, que eu quando saio de casa vou para o pé de família também. Embora também tenha muitos amigos meus sem serem da minha família. (...) normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece.

A autonomia feminina e masculina é de cariz tradicional uma vez que se baseia na separação de espaços e papéis de género: a mulher em casa e o homem na rua. Mas voltaremos depois a este tema. Neste momento importa recuar vinte seis anos para saber

como tudo começou, como o casal se conheceu, como aconteceu irem viver juntos e porquê.

**G:** Já a conhecia há muitos anos, porque ela tem um tio que está casado com uma irmã minha. Nós já éramos famílias chegadas, já ligadas. Nós já nos conhecíamos de pequeninos só que tivemos muitos anos sem nos vermos. Depois quando ela me viu, já era maior e apaixonou-se por mim e eu também gostei dela (...).

O primeiro comentário, que vale a pena salientar acerca da narrativa de Guilherme, diz respeito ao recrutamento do cônjuge dentro do mesmo meio social e entre famílias chegadas, para quem viver junto sem casar é uma situação, conforme ele sublinha ao longo da entrevista, não apenas bastante comum como considerada perfeitamente normal.

Para além da atracção física e sexual, outras motivações relacionadas com a percepção das qualidades femininas de Adelaide, de boa esposa e mãe de família, pesaram na decisão de Guilherme.

**F:** Quando foi viver com a Adelaide que qualidades é que viu nela?

**G:** Vi as qualidades ideais, achei que era especial. Era bonita, era jeitosa, pronto... era interessante.

**F:** E outras qualidades?

**G:** Trabalhadora, ainda hoje é uma mulher de armas, mesmo trabalhadora. É uma boa mãe de filhos, por eles é capaz de dar a vida.

Enquanto os coabitantes dotados de recursos académicos e profissionais valorizam as qualidades expressivas dos seus companheiros/as assentes em modelos de conjugalidade mais relacionais e igualitários, Guilherme, à semelhança de outros entrevistados menos qualificados, salienta a dimensão instrumental e as aptidões das mulheres que correspondem à divisão tradicional de papéis sexuais.

Após um namoro fugaz de dois meses, “ela quis logo juntar-se” com ele, em parte, segundo ele conta, porque Guilherme “tinha sempre muitas namoradas e ela sabia e estava com medo” que ele a deixasse. O nosso informante considera, porém, que a iniciativa foi dela e refere como razão principal a grande vontade que ela tinha de sair de casa dos pais e “fazer a vida dela”.

**G:** Ela, foi ela primeiro que quis vir a ter comigo, eu até nem queria. Eu até lhe disse que éramos muito novos, éramos ainda crianças. Ela disse que não. Também,

ela tinha sempre problemas com os pais dela, o pai com a mãe e por isso ela, se calhar, queria mais sair de casa e fazer a vida dela.

Vemos assim que a lógica romântica (“ela apaixonou-se por mim”) que fundamenta a entrada em casal encontra-se ligada desde o início a finalidades instrumentais (“ela queria fazer a vida dela”).

A história da formação deste casal tem subjacente uma espécie de código de honra masculino descrito pelo seu protagonista. Num contexto em que a virgindade da mulher é valorizada (“eu tinha mais experiência, ela era virgem”), Guilherme quis primeiro certificar-se que ela queria realmente viver com ele, e principalmente que os pais davam autorização, antes de ter relações sexuais com ela; caso contrário, a situação adquiria um carácter irreversível e ele podia vir a ter problemas. Isto é, se o casal iniciasse o relacionamento sexual mais cedo isso significaria a consumação da entrada na conjugalidade uma vez que os pais podiam não aceitar a rapariga de «volta» já «desonrada»<sup>56</sup>.

**F:** Já tinham relações sexuais antes?

**G:** Não, só depois de nos juntarmos. Fomos aos pais dela e ainda não tínhamos feito nada, só uns beijos. Ela quis ficar comigo, eu aceitei-a, não fiz nada com ela e depois perguntei-lhe se queria ir para ao pé dos pais e ela disse que não, que queria ficar comigo eternamente, para o resto da vida e pronto, ficou assim, juntámo-nos.

A narrativa de Guilherme, muito embora a iniciativa da união seja mais dela do que dele, sugere um ritual semelhante àquele que antecede o casamento tradicional, que consiste em «pedir a mão» da rapariga ou «pedi-la em casamento» aos pais. A mulher passa directamente de casa do pai, com o consentimento deste, para a casa conjugal ou do «marido» mas aqui, quer a fase de noivado quer, mais tarde, a cerimónia civil ou religiosa do casamento são suprimidas e tudo é condensado no mesmo acto fundador do casal.

---

<sup>56</sup> Esta história faz lembrar uma prática tradicional de entrada na conjugalidade sem casamento, ao que parece ainda comum há duas gerações atrás (tomando como referência o tempo dos avós do entrevistado com 41 anos) em certas comunidades rurais, nomeadamente do sul do país, a qual pode ser identificada como o «rpto da noiva». O jovem casal combina dormir junto, normalmente com a cumplicidade dos pais dele, e uma noite a rapariga sai de casa paterna para a dos futuros sogros, aparentemente levada pelo noivo. No dia seguinte, os pais dela, ou apenas um (talvez a mãe também fosse cúmplice), vêem-se confrontados com um «facto consumado». Tivemos conhecimento desta prática de coabitação informal, e respectivo ritual, hoje inexistente, por intermédio de uma antropóloga que vive e trabalha na região de Vila Real de Santo António, no Algarve, que ouviu o testemunho oral de pessoas mais velhas.

Apesar do ritmo de formação do casal, e dos acontecimentos que antecipam a sua entrada, serem ainda mais rápidos do que no casamento, Guilherme parece querer reproduzir a ordem tradicional do mesmo, através do respeito pelas suas normas, que incluem a virgindade da mulher, a concordância dos pais antes da entrada na conjugalidade e, também, a autonomização residencial e económica do casal face à família de origem.

Em contraste com outros perfis de coabitação, a formação do casal não se faz de forma progressiva, como é particularmente notório na coabitação moderna. Antes pelo contrário, à semelhança do casamento institucional, e saltando até algumas das suas etapas prévias (namoro, noivado...), a entrada rápida e informal na conjugalidade sinaliza a transição para a vida adulta, sexual e conjugal. Ao dar esse passo, o casal assume a responsabilidade pelo seu próprio destino. Num contexto familiar com fracos recursos, o jovem casal tem a obrigação de não depender economicamente dos pais. A partir do momento em que decidem os dois ir viver juntos é mesmo considerado um dever «desenrascarem-se» sozinhos.

**F:** De que maneira os vossos familiares encararam o facto de irem viver juntos sem casar ?

**G:** Na minha família é uma coisa normal e é um dever, nós temos o dever de nos desenrascarmos. Por exemplo, eu chatee-me com a minha mulher quando ainda éramos novos e não tivemos grande apoio dos pais, eles também eram pobres. Só nos deram umas coisitas, umas mantas e pronto, a partir daí cada um governa-se.

Quando decidiram ir viver juntos Guilherme e Adelaide não tinham casa. O casal foi morar num bairro de «barracas» há muito existente na zona e, mais tarde, demolido. A instalação do jovem casal faz-se com alguma ajuda dos familiares, a partir da construção de uma «casa» no quintal que pertencia a uma tia dela. Guilherme e Adelaide estiveram lá doze anos antes de mudarem para o bairro social onde hoje residem e que ele considera até menos «saudável», comparado com a sua antiga habitação térrea.

**G:** Nós morávamos em Cacilhas, os meus pais também moravam lá numa casa da Câmara. O pai dela é que não, o pai dela é que tem casa em Santarém. Quando nos juntámos na altura, nós fizemos lá também uma barraca ao lado da casa de uma tia dela, era no quintal. E estávamos bem, palavra de honra, era mais saudável do que aqui.

A transição rápida do casal para família com filhos, passado menos de um ano, é também um dos traços característicos deste tipo de coabitação. A associação quase automática entre relação conjugal e filhos, apesar da juventude do casal, surge logo nos primeiros tempos de vida em comum.

**F:** Em relação aos filhos, lembra-se se nos primeiros tempos em comum pensavam em ter filhos?

**G:** É claro que qualquer casal sempre faz planos para ter filhos, pelo menos um filho.

**F:** Falavam nisso logo nos primeiros tempos?

**G:** Sim.

Já em relação ao casamento, este nunca chegou a ser um projecto, ou mesmo uma intenção, ao longo da vida do casal, apesar de Adelaide, no início, manifestar o desejo de casar. No começo da união Adelaide ainda falou em casamento, mas ele não concordou com a ideia e ela parece também não ter insistido muito (“aquilo foi coisa passageira”). A exclusão do matrimónio de forma durável acabou por se tornar aparentemente consensual entre o casal, embora Guilherme admita que até “era capaz de concretizar esse desejo dela se tivesse uma vida em condições”.

A vontade de casar do elemento feminino do casal parece não ter passado disso mesmo, de um desejo. As palavras de Guilherme indiciam que aquele não chegou a traduzir-se em comportamentos ou atitudes reivindicativas no relacionamento com o cônjuge. Comparativamente com a coabitação masculina em meio operário, em que as mulheres trabalham fora de casa, têm menos filhos e estão por isso menos dependentes dos seus companheiros, aqui o poder negocial feminino na interacção conjugal surge particularmente enfraquecido.

Logo nos primeiros tempos de vida em comum, e dado o ritmo acelerado de entrada na parentalidade, a ideia de oficializar os laços conjugais e familiares foi rapidamente posta de lado; compreende-se que face às prioridades mais urgentes da sobrevivência, que o casal teve que enfrentar com o nascimento sucessivo dos seus oito filhos, o casamento se tenha tornado ao longo dos anos perfeitamente secundário na vida do casal e objecto de desvalorização masculina.

**F:** Nessa altura pensavam ou conversavam em casar?

**G:** Ela queria que eu casasse com ela, sempre quis isso, eu é que não.

**F:** Ela não ficou chateada com isso?

**G:** Não. Ela antes gostava muito que eu casasse com ela, mas eu disse-lhe que estávamos juntos, não havia a necessidade de estar a casar, de meter a igreja e essa coisa toda, não<sup>57</sup>.

**F:** Mas podiam casar pelo civil.

**G:** Sim mas aquilo também foi coisa passageira. Nós estávamos juntos e é a mesma coisa de estarmos casados. É igual, só não está no bilhete de identidade.

Não foi por não querer assumir um compromisso de longa duração ou envolver-se totalmente na relação que Guilherme preferiu a coabitação ao casamento. As razões para coabitar, para além da união de facto ser vista com naturalidade no seu meio, prendem-se fundamentalmente com constrangimentos de ordem económica que dificultam a formalização da conjugalidade.

**G:** Casar é que não. Não porque nós também éramos pobres, não tínhamos vida para isso. Os nossos pais também não tinham muito. Eu até gostava de casar com ela, se tivesse muito dinheiro para fazer muita coisa, uma festa grande para toda gente e aquela coisa toda. Nós não tínhamos e por isso eu não entrava nessa de casar. (...) Nós na altura nem tínhamos casa, tínhamos uma barraca. (...) Não é só ter dinheiro para o casamento, então e depois? Gostava também de poder orientar os meus filhos, que eles estivessem bem e que não precisassem de ninguém.

As razões para entrar na conjugalidade de maneira informal e permanecer em união consensual após vinte e seis anos de vida em comum são também as razões para excluir a hipótese de casamento: a falta de casa, no início, a falta de dinheiro para fazer a festa de casamento e a falta de meios para criar e dar uma vida boa aos filhos.

A instabilidade e escassez de rendimentos provocados pela precariedade do laço masculino com o trabalho, aliada à aquisição de variadas desvantagens sociais, já aqui referidas, ao longo da trajectória de vida do casal e dos filhos, são certamente razões de peso para que a coabitação seja encarada como definitiva. Condições de existência difíceis

---

<sup>57</sup> Guilherme declarou-se sem religião e em relação à sua mulher disse que ela era católica não praticante. No entanto, os motivos mais importantes para não casar, nomeadamente pela igreja, não estão relacionados com razões de ordem religiosa.

que se traduzem em quotidianos marcados pela preocupação com a satisfação das necessidades básicas mais elementares não constituem um contexto propício ao desenvolvimento de um projecto de casamento, mesmo que no início houvesse esse desejo, sobretudo por parte de Adelaide.

**G:** Ela ao princípio insistiu para casar comigo, mas como nós não tínhamos uma vida em condições, não casei. Mas se tivéssemos garantido-lhe que casava com ela, como não tenho... Eu hoje vejo nela que ela ama-me de coração e que não pode viver sem mim.

**F:** E o senhor Guilherme?

**G:** Eu é igual, também gosto muito dela.

O significado atribuído a este perfil de coabitação surge de forma bastante nítida através da ideia, várias vezes invocada, de que no meio social e familiar de origem do entrevistado a união de facto constitui uma tradição. Do lado masculino, não obstante o sentimento de falha que eventualmente Guilherme possa sentir pelo não cumprimento cabal do papel de ganha-pão, tendo em conta a carência de recursos para lidar com as exigências de uma família extensa, a «tradição» permanece como pano de fundo para justificar, quer o modo de entrada em casal, quer a continuidade da coabitação.

**F:** Acha que o facto de não ter uma vida profissional segura e estável influenciou o não ter casado?

**G:** Sim, exactamente. Mas também isto já vem de tradição porque o meu pai e a minha mãe também não são casados, vivem juntos como eu. Isto já vem de tradição, os meus tios também não são casados, está tudo junto. Para nós é uma coisa normal. Embora, como lhe disse, se tivesse uma vida como deve ser até era capaz de casar com a minha mulher.

Independentemente dos sentimentos de cada um dos cônjuges um pelo outro, o desejo de casar sempre foi mais feminino do que masculino porque para ele «tanto faz, casado ou solteiro é igual». Para este homem, a coabitação tem um valor e um estatuto equivalente ao casamento.

**G:** Para mim tanto faz, casado ou solteiro é igual. Acho que é a mesma coisa. Desde que uma pessoa se ame uma à outra e goste da mulher que se tem, é igual,

estar casado ou junto. Só era diferente se ela ou eu fosse muito rico, aí casava por interesse. Há pessoas actualmente que se casam por causa disso.

É curioso verificar que é o casamento, e não a coabitação, que é aqui sobejamente desvalorizado e avaliado até de forma negativa. A ausência de património associada a um modo de vida precário em várias gerações de coabitantes<sup>58</sup>, contribui certamente para que neste meio social, em particular, o casamento não tenha interesse. Talvez nestes sectores sociais mais desprovidos de recursos, para quem a união de facto é uma tradição, a ideia de casamento por amor tenha tido fraca adesão. Não é o amor que justifica o casamento porque se ele existe basta ao casal juntar-se. O casamento só se revela vantajoso se for “por interesse”, isto é, se ele ou ela possuírem fortuna ou património, o que não é o caso. Isso não significa que neste perfil de coabitação os sentimentos estejam ausentes. O sentimento amoroso, e mais especificamente a «paixão», são encarados como sendo a base e o princípio da união.

**F:** O vosso compromisso foi construído a pouco e pouco ou partiu logo para a união com um sentimento forte de compromisso?

**G:** Isso, já tínhamos um sentimento forte, aquela paixão.

A ideia de que a ausência de bens e património leva ao desinteresse pelo casamento em meios sociais descapitalizados parece ter algum fundamento quando tentamos descodificar o discurso de Guilherme e «descobrir-lhe» o sentido.

**F:** Acha que o laço legal do casal é uma questão importante ou secundária?

**G:** Os papéis têm importância, unem mais as pessoas e aquela coisa toda.

**F:** Une em que sentido?

**G:** Responsabiliza mais as pessoas.

**F:** Acha que há mais responsabilidade no casamento?

**G:** Exactamente.

**F:** Então o casamento não é igual ao viver junto?

**G:** É diferente evidentemente. Há mais responsabilidade.

---

<sup>58</sup> Os pais do entrevistado e os irmãos deles, isto é, os tios, já viviam juntos e os avós também. Todos eles eram vendedores ambulantes

**F:** Porquê?

**G:** Sei lá, essa pergunta é complicada. Por tudo, pelos bens, a casa, os terrenos.

Depois de Guilherme manifestar várias vezes a opinião de que estar casado ou estar junto é a mesma coisa “desde que uma pessoa se ame uma à outra”, não deixou de nos surpreender a afirmação de que “os papéis têm importância” e que o casamento implica mais responsabilidade. As representações do entrevistado acerca da coabitação e do casamento são idênticas, quer no aspecto do compromisso, quer dos sentimentos. Contudo, em relação aos bens considerados mais importantes (casa, terrenos...), a opinião é diferente. A partilha de bens, e a sua divisão em caso de separação, é uma responsabilidade ou um dever associado ao casamento que Guilherme não deseja para si. Quando não se tem nada ou quase nada, o pouco que se tem também não se deseja dividir com o cônjuge. Não é de estranhar que a separação seja também vista com preocupação uma vez que significa dificuldades acrescidas em condições de existência já de si precárias.

**F:** Os bens? Sem casar os bens são de cada um e no casamento são dos dois, é isso?

**G:** Exactamente. Por exemplo, se eu tiver dinheiro para comprar a casa e a minha mulher não tem, eu compro a casa. Se me quiser separar tenho que lhe dar metade da casa que eu comprei, isto se fossemos casados.

**F:** E não acha isso bem?

**G:** Em parte acho bem porque são casados. Não sendo casados acho que cada um tem aquilo que é seu.

Defende-se pois, neste aspecto, uma norma fusional no casamento e de autonomia na coabitação e rejeita-se, por outro lado, a ideia de responsabilidade que o casamento «com papéis» implica no sentido de colocar bens, que no seu caso não existem, sob o controle do nós-casal.

As representações de Guilherme sobre a conjugalidade e a coabitação, parecem ser melhor entendidas na perspectiva do desenvolvimento de “culturas da pobreza” (Capucha, 1998)<sup>59</sup> em meios sociais desclassificados. As uniões sem papéis constituem uma faceta

---

<sup>59</sup> Na tradição culturalista o conceito de «cultura de pobreza» pretende designar uma realidade complexa e multidimensional que “integra os conhecimentos, as crenças, os valores, as representações, as capacidades, os hábitos e os modos de agir (de comunidades, famílias ou pessoas) que se constituem em estilo de vida transmissível de geração em geração, num círculo vicioso” (Capucha, 1998: 213). Os conceitos de pobreza e exclusão social têm vindo a adquirir variados

dessa cultura específica, ou subcultura, em grupos sociais desfavorecidos e minorias étnicas, como é o caso dos ciganos, que representam, aparentemente, no imaginário do entrevistado, um grupo social de referência importante<sup>60</sup>.

**G:** Sendo casado ou sendo junto os sentimentos que eu tenho e que a minha mulher tem por mim, são iguais. Na nossa tradição é assim, é a mesma coisa, só não fomos à igreja nem nada, é como os ciganos por exemplo. O cigano não tem papel nem tem nada...

Num meio tradicionalmente iletrado, a conjugalidade vivida ao arrepio do quadro institucional é uma forma de exclusão social, nomeadamente em relação à cultura escrita, mas ao mesmo tempo parece ser vivida como uma forma de afirmação de uma cultura própria e de um estilo de vida oposto ao modelo cultural dominante da relação do casal. Acontece, porém, que a «união livre» (livre de papéis, de bens e de recursos) protagonizada por Guilherme e Adelaide, embora se possa apresentar como um marcador cultural que indica a pertença a um grupo subcultural distinto, o qual tende aparentemente a negar os valores dominantes, reproduz, no essencial, como já foi observado a propósito da entrada em casal, os valores e as normas tradicionais do casamento<sup>61</sup>.

A adesão aos valores do matrimónio, tais como a perenidade e a fidelidade, estão presentes neste perfil de coabitação eminentemente substitutivo do casamento. Hoje, tal como no início da vivência em comum, a coabitação é encarada e assumida como um compromisso perene ou uma união duradoura que independentemente da dinâmica dos sentimentos, e dos acontecimentos, deve durar, de preferência, para «o resto da vida».

---

sentidos e não reúnem unanimidade entre os especialistas da matéria. Argumenta-se, por exemplo, que pode haver situações de pobreza sem que isso implique exclusão social. No entanto, conforme sublinha Luís Capucha, as dimensões relacionadas com os recursos e com as condições materiais de vida (mais associadas ao conceito de pobreza) ao reproduzirem “culturas de pobreza” podem referir-se a processos que produzam ou reproduzam exclusão social (op. cit: 211). Ambos os conceitos, embora distintos, estão intimamente relacionados. Assim, a noção de «pobreza relativa» refere-se à exclusão de pessoas ou grupos dos “padrões normativamente definidos como normais na sociedade a que pertencem” e a noção de pobreza absoluta refere-se à impossibilidade de “assegurar a subsistência e eficiência física” (Almeida *et al.*, 1994a: 111).

<sup>60</sup> Recorde-se que Guilherme encontra-se ligado à etnia cigana por laços de parentesco, conforme ele próprio frisou no início da entrevista.

<sup>61</sup> A noção de subculturalização, perspectivada por Murdock, como modo de vida desenvolvido por grupos em posições dominadas da estrutura social parece particularmente apropriada como elemento de interpretação do estilo de coabitação que designamos por «tradicional». As subculturas dizem respeito a sistemas de significados e modos de vida que os indivíduos e grupos usam “para opor ou negociar o sistema de significados dominante e construir uma identidade viável” (Murdock, 1974: 213 cit. in Sousa, 2004: 4).

**G:** Nós no início estávamos naquela mesmo para viver o resto da vida. Eram essas as nossas conversas naqueles momentos, na intimidade. (...) Jurávamos que éramos fiéis e eu nunca a enganei ... quer dizer, uma vez só. Foi uma vez em que nos zangámos e uma pessoa perde um bocado a cabeça.

Na concepção de Guilherme, a fidelidade no casal é considerada um «dever» que tem subjacente um duplo padrão, ou dupla moralidade, já que a sua quebra por parte da mulher (ainda que ela seja meramente hipotética) é vista como uma falha grave que leva inevitavelmente à ruptura conjugal mas o mesmo não acontece (e não aconteceu de facto) se o comportamento de infidelidade for masculino.

**G:** Eu acho que é um dever (...).

**F:** Que atitude tomaria se descobrisse que a Adelaide tinha um caso?

**G:** Não sei, não posso precisar neste momento. (...) de certeza que eu não continuava.

Quando em momento anterior da entrevista procurámos saber quais as razões mais importantes que levariam Guilherme a encarar a hipótese de casar, a sua resposta revelou novos elementos acerca das representações sobre a conjugalidade e a família.

**G:** É mais por causa dos filhos, nós temos oito filhos. Se eu tivesse uma mulher com filhos de outro homem, aí é que nunca casava. Agora com a minha mulher...

**F:** Porque é que diz isso?

**G:** Porque os filhos são nossos. Ela não tem filhos de outro homem e eu não tenho filhos de outra mulher. Eu já vivo com ela há 26 anos e só por causa disso era capaz de casar com ela.

A relação conjugal e o sentimento amoroso, mais salientes quando se conta a história da formação do casal, parecem agora passar para segundo plano e esbater-se na projecção parental masculina. São os filhos, e não o casal, que dão sentido à união. Esta é, aliás, uma divergência de fundo em relação a outros perfis de coabitação, nomeadamente a coabitação masculina em meio operário, cujo modelo de conjugalidade, mais fusional, é centrado quer na relação conjugal, quer na relação parental. No entanto, à semelhança do que acontece em meio operário, a valorização de uma união «única» com filhos comuns

(ela nunca ter sido mulher de outro homem)<sup>62</sup> é também um aspecto importante que sobressai no discurso de Guilherme.

Neste perfil de coabitação, em que se nota um centramento nos filhos, a relação conjugal em si mesma e a dimensão comunicacional são pouco valorizadas, a avaliar pelas palavras de Guilherme.

**G:** Eu e a minha mulher temos duas maneiras de ser bastante diferentes, mas damos-nos bem. Quando eu dou a minha opinião e ela tem outra, eu vou dar uma volta, vou ao café ou assim.

O diálogo como meio de resolver problemas e divergências do casal não parece, pois, ser uma dimensão muito importante no relacionamento entre os cônjuges.

Quanto à sua mulher Adelaide, ela demonstra ter, aparentemente, uma atitude mais fusional, e o desejo de uma vida familiar mais partilhada, ao pretender «puxar» o cônjuge para as actividades de convívio dentro de casa entre os membros do casal e entre o casal e os filhos. Na perspectiva feminina, as actividades de convívio fora de casa realizadas habitualmente em separado pelo cônjuge, e nunca em casal ou em família, parecem competir com o espaço privilegiado da casa onde se desenvolvem as interacções familiares.

**F:** Quais são os momentos na sua vida de casal que mais gosto e satisfação lhe dão? É quando vão passear, é a vossa intimidade, incluindo a vossa vida sexual, é a conversa?

**G:** É quando estamos em casa, na nossa intimidade, com os nossos filhos. Por exemplo, quando eu digo que vou sair, ela não gosta.

Quando se pergunta a Guilherme o que é mais importante para ele na sua vida actual, o plano dos investimentos profissionais é totalmente excluído face à esfera privilegiada da família e da conjugalidade. Mas são principalmente os filhos que surgem em primeiro lugar como fonte de compensação e identificação masculina.

**G:** O que me dá mais gosto e satisfação é ver a minha mulher satisfeita comigo, os meus filhos com saúde.

---

<sup>62</sup> No casal António e Paula, o facto da realidade ser outra, afastando-se assim das normas e ideais, porque ela já foi casada e tem um filho de uma relação anterior, é uma das razões principais, como vimos a propósito da coabitação masculina, que levam o António, operário, a recusar o casamento com a companheira.

**F:** O que é que põe à frente na sua vida hoje?

**G:** Os meus filhos, os mais pequeninos, e ela também.

Não admira pois que a ruptura conjugal, apesar de Guilherme achar que na coabitação é «mais fácil uma separação», seja vista como uma hipótese longínqua que segundo ele nunca chegou, aliás, a ser seriamente colocada ao longo da vivência em comum. Não deixa, também, de ser interessante observar que a iniciativa da separação é pensada exclusivamente no masculino. O mesmo não acontecia em meio operário no casal António e Paula, em que se notou, apesar de tudo, uma maior autonomia feminina. Era ela que às vezes ameaçava deixá-lo quando surgia uma discussão conjugal, atitude que embora possa não ultrapassar o nível da interação verbal, é mais difícil de imaginar no caso de Adelaide, com oito filhos e doméstica durante vários anos.

**F:** Alguma vez falaram em separação ao longo deste tempo que vivem juntos?

**G:** Não. (...) se isso aconteceu, não me recordo muito.

**F:** Nem quando discutem?

**G:** Isso é passageiro, podemos dizer que vamos embora e que a vamos deixar, mas isso é normal em qualquer casal acontece.

Ainda que se perceba, através da descrição retrospectiva de Guilherme, que o casal já passou por algumas crises e desentendimentos graves, como aconteceu por ocasião do episódio de infidelidade dele ou nos primeiros tempos de vida em comum<sup>63</sup>, o funcionamento do colectivo familiar parece sobrepor-se às lógicas individuais e à própria dinâmica conjugal.

A orientação familialista presente neste modelo de conjugalidade não impede que a coabitação seja vista como uma situação mais vantajosa em caso de separação, já que é uma forma de evitar o divórcio.

**G:** Já viu agora os divórcios que há, é quase constantemente. Assim nós não temos essa preocupação. Se tivéssemos de nos separar não havia problema nenhum, cada um vai para seu lado. (...)

**F:** Vê algumas vantagens em viver junto ?

---

<sup>63</sup> Guilherme conta, como já foi referido atrás, que no começo da coabitação houve um grande desentendimento entre o casal: “por exemplo, eu chatee-me com a minha mulher quando ainda éramos novos e não tivemos grande apoio dos pais, eles também eram pobres (...)”.

**G:** A vantagem é só se uma pessoa se zangar, é mais fácil se separar. Assim não tínhamos trabalho nenhum a pedir o divórcio e aquela coisa toda, a gastar dinheiro. (...) Por isso é mais complicado estar casado do que estar junto, por causa disso.

Guilherme não reconhece vantagens nem desvantagens no casamento, o que vem reforçar a ideia de que para ele ambos os tipos de união têm um estatuto equivalente, sendo até a coabitação mais vantajosa em termos práticos.

**G:** Não vejo vantagem nenhuma, as desvantagens são iguais às de se estar junto, para mim é igual.

No que diz respeito à percepção dos seus direitos enquanto coabitante, apesar de Guilherme afirmar desconhecer por completo a lei, ele tende a pensar que as pessoas que vivem em união de facto têm exactamente os mesmos direitos que as outras que estão casadas.

**G:** Acho que os direitos são iguais, não sei... penso que sim.

As características deste perfil de coabitação, que do ponto de vista subjectivo é vivido como uma relação permanente em tudo semelhante ao casamento, excepto na questão dos bens e da «complicação» do divórcio, contrastam com os valores da conjugalidade companheirista que tende, por um lado, a regular-se por normas menos rígidas e mais igualitárias, e por outro, a sublinhar a componente afectiva e comunicacional do casal. A visão mais tradicionalista acerca da conjugalidade associada a este perfil surge tanto no discurso «livre» como nas respostas do entrevistado às perguntas «fechadas». Guilherme considera, por exemplo, que os aspectos mais importantes da relação do casal são «assumir um compromisso de longa duração», «fidelidade», «manter uma relação de amigos e companheiros um do outro» (em alternativa à resposta «manter, sobretudo, uma relação de amor e paixão») e «apoio/suporte económico por parte do companheiro». Considera, contudo, menos importante «repartir igualmente as tarefas domésticas» e a «comunicação entre o casal».

A ênfase dada, como vimos, aos valores da perenidade e da fidelidade, a defesa da assimetria de papéis de género, o lugar central dos filhos como símbolo da união e a desvalorização dos aspectos relacionais do casal são traços fundamentais deste perfil de coabitação que o tornam muito próximo da matriz de conjugalidade institucional. Estes traços surgem ainda mais nítidos quando à análise das dimensões simbólicas se junta a

observação das práticas rotineiras do casal em áreas como a divisão sexual do trabalho, dos lazeres e sociabilidades.

Procuraremos agora centrar a nossa atenção no funcionamento interno do casal, perspectivado em termos de práticas e representações.

No que toca à divisão conjugal do trabalho profissional e doméstico, Guilherme defende uma norma sexualmente diferenciada para o primeiro e uma norma assimétrica atenuada para o segundo.

**F:** Quem é que na sua opinião deve trabalhar fora de casa? O homem, a mulher ou ambos?

**G:** Eu acho que deve ser o homem.

**F:** Porquê?

**G:** Sei lá, por ser talvez masculino, não sei. Se eu pudesse a minha mulher nem trabalhava aqui, antes queria que ela estivesse em casa para tratar dos filhos e da lida da casa.

Atendendo às palavras de Guilherme, a responsabilidade pela gestão e execução das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos é vista como uma competência das mulheres, enquanto que aos homens cabe o papel principal de ganha-pão masculino.

O trabalho profissional da mulher, e da sua mulher em particular, não é uma opção mas sim, fundamentalmente, uma necessidade. O facto de Adelaide trabalhar fora de casa parece até ser desprestigiante para ele e, simultaneamente, sinónimo de possuir um estatuto social inferior. O ideal era ser apenas ele a trabalhar para o sustento da família, mas como os seus rendimentos são manifestamente insuficientes ela é obrigada a sacrificar-se, através do trabalho assalariado como empregada de limpeza.

**F:** Falando em termos ideais, como é que acha que um casal se deve organizar em relação às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos (...)?

**G:** Acho que deve ser a mulher a principal com a ajuda do marido. Mas, normalmente na minha vida, a minha mulher gosta muito de fazer essa parte sozinha, não me pede ajuda para nada. Mas atenção, penso que devem ser os dois.

Se idealmente Guilherme tende a achar que ao homem cabe «dar uma ajuda», as práticas quotidianas revelam, porém, uma assimetria acentuada já que é a sua mulher que faz tudo o que há para fazer em casa sem a mínima ajuda do companheiro.

A disponibilidade masculina para colaborar nas lides domésticas é mais fictícia do que real na medida em que se encontra fortemente dependente da circunstância curiosa de «haver alguma coisa para fazer» em casa, na condição dele «saber fazer» e dela lhe «pedir», o que já sabemos que nunca acontece. A partilha das tarefas domésticas não é objecto de negociação entre o casal, e muito menos motivo de conflito, provavelmente porque também ela acha que essa é uma obrigação feminina.

**F:** A sua mulher costuma criticá-lo por não dividir as tarefas domésticas?

**G:** Não. Quando ela me pede e se houver alguma coisa que seja preciso fazer em casa e se eu souber fazer, isso faço logo, só se não puder.

**F:** O quê por exemplo?

**G:** Uma coisa qualquer.

À excepção das raras tarefas ocasionais de «bricolage» ou de pequenos arranjos em casa, Guilherme está, como aliás sempre esteve, completamente arredado das responsabilidades domésticas, incluindo o cuidado com os filhos.

Se houvesse dúvidas sobre as relações de género predominantes no casal, estas dissipar-se-iam de imediato quando Guilherme descreve o dia a dia da mulher e a falta de «tempos livres» femininos.

**G:** Ela não tem tempos livres, ela não gosta de estar parada, tem que ter sempre alguma coisa para fazer. Ela trata dos filhos, ela vai às compras, às vezes vai até ao pé da irmã, outras vezes é a irmã que tem carro que vem buscá-la e vão até ao pé da mãe que ela tem já uma certa idade, vão arrumar a casa à velhota. Ela tem sempre coisas para fazer.

**F:** Então quem tem mais tempos livres acaba por ser o senhor Guilherme?

**G:** Sim. Ela ainda faz limpeza numa casa aos sábados e aos domingos.

**F:** E também faz as limpezas da vossa casa?

**G:** Sim, também. Ela arranja tudo, ela é uma mulher de armas como lhe disse há pouco.

O discurso masculino evidencia a imagem de uma mulher sobrecarregada com o trabalho dentro e fora de casa mas que é simultaneamente motivo de orgulho do cônjuge (“ela é uma mulher de armas”). Para além de cuidar de uma família de oito filhos e ter um

emprego a tempo inteiro, Adelaide faz ainda umas horas aos fins de semana como «mulher-a-dias» numa casa particular. A tudo isto se junta o apoio prestado aos mais idosos que no caso concreto da sua mãe não faz parte do agregado doméstico.

O relato apresentado é também bastante elucidativo acerca da desigualdade de género no casal e da forte separação de competências e actividades masculinas e femininas. A autonomia existe mas é de tipo tradicional, isto é, o modo como se fabrica a coesão do casal assenta fundamentalmente na diferenciação de género.

Em contraste com o relativo fechamento feminino, cujos contactos se encontram praticamente confinados às relações familiares e ao núcleo restrito de pessoas do local de trabalho dentro do bairro, Guilherme tem relações de amizade mais variadas, saídas e convívios mais intensos fora do contexto familiar e laboral.

Apesar de um modo de vida marcado pela restrição, Guilherme tem fortes sociabilidades dentro do bairro e arredores e, ao contrário da sua mulher, passa bastante tempo fora de casa, principalmente aos fins de semana, em cafés e outros locais de convívio. A autonomia pessoal construída no masculino é bastante visível em matéria de lazeres e contrasta vivamente com a falta de tempo «para si» e a ausência total de actividades de tempos livres no feminino.

**F:** No seu dia a dia quais são os momentos em que estão juntos em casal?

**G:** Normalmente estamos sempre juntos, ela está sempre a trabalhar comigo. Normalmente saio daqui e vou para casa. Às vezes saio, outras vezes não. Eu saio mais é nos fins de semana.

**F:** Com quem?

**G:** Com os meus amigos e assim, família, eu tenho muita família aqui nos arredores.

**F:** Mas sai sozinho?

**G:** Sim sozinho, ela nunca sai. Antes quando ela era mais nova, ainda íamos a um cinema e assim, agora ela já não tem pachorra para isso. Já não quer mesmo sair, mesmo que eu a queira levar, ela não quer. É mais caseira.

**F:** E com os filhos não sai?

**G:** Não sai não. Só se uma pessoa tiver que fazer uma viagem e levar os filhos todos é que ela vai comigo. (...) praticamente nem família ela visita, que ela

também tem aqui muita família, que é minha família também. Os primos dela são meus também.

Apesar do casal passar muito tempo na presença um do outro, devido à circunstância de trabalharem os dois no mesmo sítio, a separação de tarefas, actividades e competências de género, acaba por ser o traço mais saliente. Não existe partilha conjunta das responsabilidades e do trabalho na esfera doméstica, nem tão pouco dos lazeres fora de casa e a procura de comunicação intensa, tão característica da fusão companheirista, está basicamente ausente na relação a dois. O casal não é seguramente o centro da família e as interacções que têm lugar no espaço privado da casa giram à volta do nós-família. O fraco investimento no casal, nos seus aspectos mais relacionais e expressivos, assim como a fraca partilha dos aspectos mais instrumentais do quotidiano, não se traduz necessariamente no apagamento de qualquer traço de fusão. Notam-se aqui práticas de convívio familiares, vividas no interior do espaço doméstico, um pouco mais fusionais do que as que caracterizam a dinâmica “paralela” (Wall e Aboim, 2002)<sup>64</sup>. A separação surge também atenuada pela existência de intenções de fusão ao nível da organização do dinheiro (e não dos bens patrimoniais, como vimos atrás) e das decisões ou, ainda, através da procura de autonomia relativa nas amizades e no tempo juntos.

**F:** Em relação às amizades considera que os seus amigos são também os amigos da Adelaide ou cada um tem os seus?

**G:** Não, normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece. Mas aqui no trabalho temos amigos que são meus e dela.

**F:** Considera importante um casal ter amigos em comum?

**G:** Não sei, que eu não tenho experiência disso. É importante mas é preciso que as pessoas tenham vida para isso e tempo para isso, para terem amigos em comum.

Já sabemos que no casal quem não tem «vida para isso», nem «tempo» para usufruir de eventuais convívios e amizades conjuntas é Adelaide, porque Guilherme em termos de sociabilidades e lazeres fora de casa faz uma vida à parte.

---

<sup>64</sup> Neste perfil, a autonomia sexualmente diferenciada de tipo tradicional e a separação nos vários domínios da vida conjugal e familiar é a regra, tanto ao nível das intenções como das práticas (ver Wall e Aboim, op cit. pp. 486-488 e 490; Wall [org.], 1995, em especial o capítulo 5: 231-302).

**F:** E em separado, acha importante?

**G:** Eu penso que não, não sei. Penso que é um bocado esquisito, não sei.

Sem negar a importância de ter amigos em comum, a norma fusional é para ser aplicada mais a ela do que a ele, já que a existência de amizades individuais no feminino, fora do controlo do nós-casal, parece ser algo inconcebível e visto até com estranheza e desconfiança.

A construção de espaços de autonomia pessoal, pendendo o casal para a desigualdade, é mais visível nas práticas que se afastam um pouco de ideais de autonomia relativa e, mais ainda, de fusão conjugal<sup>65</sup>. Guilherme é de opinião que um casal «deve guardar também algum tempo para si separadamente» e defende igualmente a importância do segredo. A este nível ele não concorda com a ideia de que «um casal deve contar tudo um ao outro» mas sim que «há certas coisas (pensamentos, acontecimentos) que se deve guardar para si». Já em relação à gestão dos recursos do dia a dia, nomeadamente do dinheiro, ele defende uma bolsa comum e que todas as decisões devem ser tomadas em conjunto.

Do ponto de vista da sua dinâmica interna, o perfil de coabitação tradicional aproxima-se do tipo “paralelo familiar” (Wall e Aboim, 2002; Wall [org.], 2005), já que combina práticas protagonizadas pelo nós-família e, sobretudo, intenções fusionais, com a coesão por separação e diferenciação sexual em matéria de divisão do trabalho e dos lazeres. Daí resulta forte desigualdade de género e autonomia individual masculina. No plano da integração externa, apesar de se notar uma certa restrição dos contactos às sociabilidades de bairro e às redes familiares, embora estas se afigurem mais ou menos intensas, típico de modos de vida associados a grupos urbanos pobres (Capucha, 1998), a abertura face ao exterior existe através das actividades realizadas fora de casa pelo elemento masculino do casal.

---

<sup>65</sup> Entre dois tipos de casal-ideal, um em que prevalece a autonomia relativa e outro em que a norma ideal fusional é preponderante, Guilherme escolheu o segundo: «O casal partilha totalmente os vários aspectos da vida quotidiana: os sentimentos, as ideias, os tempos livres, as amizades, as decisões e os bens».

É também interessante verificar que num contexto urbano pobre não existe pressão social para casar, o que constitui um nítido contraste com o meio rural onde se desenvolve a coabitação circunstancial identificada num casal dos sectores intermédios.

**F:** Acha que as pessoas comentam?

**A:** Não, isso a mim não me diz nada. Eu às vezes a brincar até lhes digo assim: diz lá à professora que o teu pai é solteiro! Nós temos esta tradição e não nos preocupamos muito, cada um tem a sua vida e acabou-se.

A dimensão «pressão social para casar», e o seu inverso, como um traço característico, respectivamente, da matriz da conjugalidade institucional e dos valores da conjugalidade moderna parece ser discutível<sup>66</sup>. Poder-se-á talvez afirmar que «os extremos tocam-se», isto é, que a coabitação tradicional e a moderna associadas a grupos sociais tão distintos se assemelham nesse aspecto, uma vez que em ambos os casos a pressão social para casar está ausente. Recorde-se que Teresa, Lisboeta, classificada no perfil moderno, sentiu a determinada altura que não era muito bem aceite pelos colegas de trabalho, embora no seu meio familiar de origem, pertencente às fracções de classe intelectuais e científicas, e no seu círculo de amigos mais próximo, a coabitação seja encarada de forma perfeitamente natural.

Vale a pena salientar que a pressão do meio, mais especificamente a existência ou não de controle social sobre os comportamentos privados, não está simplesmente conotada com o eixo rural/urbano. Refira-se como exemplo o caso da coabitante nº45, com 25 anos de idade, que vive junta há seis anos e tem uma filha de 14 meses. Vera Gonçalves, com o 12º ano, tem actualmente uma profissão de operária (o cônjuge com o divórcio a decorrer é logístico numa grande empresa) e reside na região da Grande Lisboa/Margem Sul. Criada e educada pelos avós maternos, que segundo ela “começaram do nada” mas de quem vai herdar um património considerável (casas, duas quintas...), ela sente-se desconfortável a viver em coabitação, em parte devido a convicções religiosas que a levam a desejar o casamento pela igreja e, por outra, devido à pressão dos avós. Parece assim que a regulação externa da vida privada, e o sentimento que os coabitantes têm, ou não, de existência de

---

<sup>66</sup> Na investigação de carácter extensivo sobre as famílias em Portugal (Wall [org.], 2005), é utilizado um indicador composto para aferir os valores mais institucionais da conjugalidade (e o seu inverso para os valores mais companheiristas e modernos) que inclui a importância do sentimento de respeito no casamento, a aceitação da perenidade do laço conjugal, o acento na desigualdade ideal e situada na divisão do trabalho doméstico e profissional, a pouca importância da comunicação conjugal e a pressão social para casar (Wall e Aboim, 2002: 491).

pressão para formalizar os laços conjugais, depende mais do contexto de classe e da biografia dos indivíduos do que propriamente da dicotomia rural /urbano, pelo menos no que diz respeito ao contexto de residência dos mesmos.

A união de facto de longo termo, embora seja menos frequente e estatisticamente minoritária face a outros perfis de coabitação em Portugal, emerge dos dados do inquérito de 1999 (Wall [org.], 2005) e do estudo que tem por base informação demográfica (Ferreira e Aboim, 2002) como sendo uma situação associada a grupos sociais desqualificados, a entradas na conjugalidade numa idade muito jovem e a descendências numerosas. Bandeira (1996) nota a sua incidência, no passado, em grupos urbanos pobres quando analisa a evolução da sociedade portuguesa que, segundo este autor, só terá verdadeiramente transitado para um novo regime demográfico («moderno») a partir de meados da década de setenta. O movimento global da modernidade em Portugal é acompanhado, como mostram os estudos da área da família, pelo recuo da nupcialidade e adiamento do casamento para uma idade mais tardia, aumento dos valores da divorcialidade, diminuição do número médio de filhos por família, crescimento das relações conjugais não formalizadas, a par da mudança de valores que se faz sentir igualmente na existência de modelos mais diversificados e menos assimétricos do ponto de vista das relações familiares e de género.

Tudo leva a crer que se trata de um tipo de coabitação com raízes antigas, apesar da escassez de estudos não permitir conclusões seguras e definitivas. Vamos no entanto imaginar um cenário que procura traçar, em linhas gerais, a sua evolução, isto é, os elementos de mudança e de permanência, e situar talvez a sua origem num período bastante recuado ou pré-moderno, antes da institucionalização e difusão do casamento como modelo dominante. É admissível também, por outro lado, que o seu significado tenha vindo a sofrer alterações através da sobreposição de dimensões simbólicas (e comportamentais) tradicionais e modernas, mantendo-se a sua incidência em segmentos populacionais desfavorecidos, embora a mudança se vislumbre por força das grandes transformações ocorridas na sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível dos movimentos globais de urbanização, de imigração e ligados aos processos de recomposição sócio-profissional. A coabitação que designámos aqui de «tradicional», por suspeitarmos possuir alguma linha de continuidade com as uniões informais do passado, prolongou-se provavelmente no tempo incorporando parte da ideologia do amor romântico mas resistindo à força crescente da associação entre casamento, sexualidade, amor,

conjugalidade e filhos; atravessou, porventura, o período de «ouro» do casamento<sup>67</sup> tornando-se o seu substituto em contextos sócio-culturais desqualificados, relativamente aos quais a conjugalidade vivida fora do quadro institucional pode ser interpretada como parte integrante da exclusão social; assistiu mais tarde ao declínio normativo do casamento instituição e às mudanças sociais e de valores ocorridas nos últimos trinta anos no domínio da conjugalidade e da família; em suma, trata-se de um tipo de coabitação que beneficia actualmente da diminuição do controle social sobre os comportamentos privados, como sugerem, aliás, alguns autores (Bawin-Legros, 1988) mas que seria já um fenómeno recorrente, e socialmente localizado, antes do início do recuo da nupcialidade, embora este último se manifeste com menor intensidade em Portugal comparativamente com outros países europeus. Sumariamente defende-se aqui a ideia de que a coabitação de matriz tradicional em meios descapitalizados antecede o começo da expansão do fenómeno coabitação no período moderno, em finais da década de sessenta para a generalidade dos países ocidentais, e a sua difusão, mais recente no caso português, em todos os grupos sociais. É como se os lugares associados à união sem papéis de longo termo fossem sendo preenchidos ao longo dos anos, e não apenas recentemente, através do recrutamento dos seus protagonistas nas margens da sociedade ou entre os segmentos da população mais desprovidos de recursos. Acontece, porém, que o perfil de coabitação de tradição identificado não pode ser simplesmente encarado como um resíduo ou herança do passado, mais longínquo ou mais recente, dado a persistência, a extensão e a reprodução na sociedade portuguesa de fenómenos de exclusão social, aos quais ele se encontra intrinsecamente ligado.

O significado do termo «tradicional» refere-se, por outro lado, ao seu cariz familialista, à adesão aos valores institucionais do casamento, como seja a perenidade do vínculo conjugal e a defesa da fidelidade como um «dever», à ausência de negociação no casal que decorre da rigidez de papéis sexuais fortemente diferenciados, por oposição aos valores «modernos» da conjugalidade companheirista baseada numa ética mais relacional,

---

<sup>67</sup> A taxa de nupcialidade depois de crescer regularmente desde o início da década de sessenta até meados da década de setenta (reflectindo a melhoria geral das condições de vida da população), sofre a partir daí um decréscimo progressivo que se mantém até ao presente, a par de outras evoluções demográficas (aumento do divórcio e da coabitação conjugal, recuo da fecundidade, etc) que indiciam os processos de modernização da sociedade portuguesa, mais acentuados nos últimos trinta anos (Cf. Almeida *et al.*, 1988: 46). Em 1991 a taxa de nupcialidade toma o valor de 7,3 e em 2001 desce para 5,7 (Cf. Wall [org.], 2005: 85).

mais igualitária e menos normativa. Por último, vale a pena salientar a ideia de que este perfil de coabitação reproduz, no essencial, a ordem tradicional do casamento como instituição perene, sexualmente diferenciada, normativamente regulada e associada a uma fraca autonomia feminina e a papéis de género profundamente assimétricos.

## COABITAÇÃO INSTÁVEL

*“Até que aconteceu um dia ... ele não estava bem, estava sozinho mais o filho e pronto decidimos juntar os trapinhos para tratar das crianças, criar as crianças...”*

*“Foi uma decisão... nós na altura não gostávamos um do outro mas pronto, podíamos vir a gostar um do outro e então ... foi assim, foi da convivência.*

*“Ele está mesmo numa ... de me agarrar porque sabe que eu sou uma boa oportunidade (...). Eu não sou uma grande coisa mas sou uma boa cozinheira, sou uma boa dona de casa, gosto muito dos meus filhos, gosto de tratar deles, eu se tivesse condições era assim que teria a minha casa”.*

*“Casar só com a garantia de estarmos bem os dois. Depende muito da decisão dele. Não só de continuar sem droga mas com o trabalhinho seguro. À priori é arranjar casa e depois se ele trabalhar e eu trabalhar (...)”.*

*“(...) para ser mais aceite, se calhar (...). A minha família é uma família tradicional, (...) está tudo casado. (...) eles se calhar não aceitavam o meu companheiro, pronto, como companheiro, mas sim como marido. (...) Talvez terem mais respeito por ele”.*

**Graça, 35 anos, 4ª classe, Desempregada, ex-toxicodependente**  
(Entrevista nº 33)

A coabitação instável caracteriza-se por itinerários conjugais incertos e modos de vida precários que em alguns casos se traduzem por situações de clara exclusão social, devido a problemas de toxicodependência, doença, trajectórias mal sucedidas, vínculos laborais frágeis e desemprego. Servem três exemplos para ilustrar esta afirmação.

Graça e Artur, juntos há onze anos, ela actualmente com 35 anos e ele com 44 anos, são considerados «sem abrigo» pela instituição de solidariedade social que lhes fornece as refeições e onde tomam, também, regularmente banho. Na altura em que se conheceram, ela que já estava “agarrada à heroína” (ele começou a consumir depois) foram viver para casa da família dele e mais tarde, quando nasceu a segunda filha do casal, instalaram-se de forma autónoma durante algum tempo. Numa clara despromoção social vivem há quatro anos numa «casinha» de cimento da empresa EDP sem quaisquer condições de

habitabilidade. Ambos desempregados, começaram há cerca de dois meses a receber o “rendimento mínimo”. Graça experimentou vários trabalhos, o primeiro numa fábrica de conservas “para ajudar os pais”, depois como auxiliar de cozinha num restaurante, emprego este que abandonou pouco tempo antes do início da coabitação “derivado à droga”. Ele, antes de cair na toxicod dependência, trabalhava à empreitada na construção naval e fazia biscates nas «obras». As duas filhas do casal, a Soraia com nove anos e a Nádia com sete, estão entregues aos cuidados das tias mas mantêm contactos regulares com os pais que passeiam com elas aos fins de semana. Inseridos num programa de desintoxicação (por metadona), Graça afirma que tanto ela, como ele, não consomem drogas há cerca de dois anos e meio e está convencida que embora a “recuperação” seja difícil vão no bom caminho. Actualmente o problema maior, para além da falta de casa, é ele arranjar emprego, numa nítida assumpção que cabe ao homem o papel, senão exclusivo, pelo menos de principal provedor económico da família. A entrevistada que deseja viver com as filhas tem esperança que «melhores dias virão». Ela não exclui a hipótese de casar, embora o casamento seja, na sua perspectiva, mais prioritário para ele do que para ela.

**G:** Talvez seja mais segurança para ele. É o que eu penso... ele precisa de uma companhia, porque ele é muito dependente de mim. Portanto, apesar de ele saber ler e escrever, ele não gosta muito de assinar o nome dele ... se tiver que preencher impressos, ele pede-me a mim porque eu sei escrever melhor que ele, essas coisas assim.

Apesar de Graça ver atributos positivos no companheiro, tais como saber “fazer de tudo um pouco”, gostar muito de crianças e de dividir todas as tarefas com ela – principalmente quando tinham casa<sup>68</sup> – para além da profissão de carpinteiro naval que ele dantes tinha, ela parece achar que devido à sua origem familiar mais desfavorecida e escolaridade inferior, ela tem um estatuto social superior ao dele. Em virtude dessas diferenças, a educação dos filhos constitui um ponto de discórdia entre o casal.

**G:** Porque eu às vezes estou a dar um ensinamento às crianças, porque eu não gosto de bater nos filhos mas gosto de (...) explicar o que é o bem e o que é o mal, dar a educação normal e (...) ele interfere e diz “deixa lá a criança”. (...) só nesse

---

<sup>68</sup> Dantes quando viviam com as filhas ele ajudava a tratar delas (“ajudava a dar banho, mudar a fralda, dar a papa a elas ou o comer”). Agora nas condições em que vivem ela refere que ele continua a ajudar muito em «casa»: “ele varre, ele vai buscar a água, ele também lava alguma loiça, essas coisas assim”.

aspecto, ele não teve educação, não sabe dar educação. Não teve porque eles viviam em barracas (os pais dele, há muitos anos) e de maneira que ... como não tiveram muita não podem dar, não é?

Não obstante, Graça considera a coabitação uma «fase» e acredita que “a relação vai em frente” se a vida melhorar.

**G:** (...) é uma etapa antes do casamento derivado da situação em que vivemos neste momento, em recuperação ... estamos naquela de procurar trabalho e agarrarmo-nos a um trabalho, é essa a situação. Até eu me certificar que ele quer trabalhar e ir em frente, se ele aceitar ir trabalhar e ir em frente, eu mais tarde concordo em casar com ele, agora assim, não.

Ao nível da opinião sobre a coabitação informal, organizada a partir das representações e valores, Graça tende a pensar que aquela é uma união de estatuto inferior, que implica também um compromisso menor, mas quando olha para a sua própria conjugalidade ela acha que coabitação e casamento “é tudo a mesma coisa”.

Graça é filha de pais açorianos que imigraram para Lisboa em busca de melhores condições de vida mas que devido à doença de diabetes do pai, operário na Lisnave, – ele teve que amputar uma perna e a mãe deixou por isso de trabalhar - experimentaram uma trajetória social descendente. Ela deixou a casa dos pais aos dezoito anos (o pai “tinha um feitiço muito difícil”) e foi trabalhar “na noite”, mais precisamente em bares de «alterne». Foi nessa altura que viveu com um homem, “GNR”, durante três anos, que a abandonou quando ela ficou grávida. Graça tem um filho mais velho dessa anterior relação que vive, desde que nasceu, com os avós maternos e, por sua vez, Artur, vai na sua terceira união informal, com um filho também de uma conjugalidade anterior que vive com a ex-mulher<sup>69</sup>. Quando se juntou com o Artur, Graça parece ter tido a intenção de levar o filho consigo mas em casa dele “era muita gente” e a mãe dela pediu-lhe “tudo por tudo para deixar ficar a criança”.

Com um percurso atribulado e um problema de toxicod dependência, presente desde o início da coabitação, Graça pretende dar de si uma imagem mais de acordo com os

---

<sup>69</sup> O filho dela, com 12 anos, convive com o casal quando a mãe vai, o que acontece regularmente, a casa dos avós ou, por exemplo, nas idas frequentes à praia, enquanto que o filho dele está mais afastado deles, e do pai, em termos relacionais.

estereótipos associados ao sexo feminino e preocupa-se em fazer valer os seus atributos, realçando as suas competências como mãe e dona de casa.

**G:** (...) nós juntámo-nos, ele tinha o trabalho dele, eu ficava a tomar conta da casa, das roupas, de tudo, pronto, a vida normal que uma mulher faz: trata da casa, dos filhos.

Do seu discurso sobressai também um ideal de família e de conjugalidade que ela tenta fazer coincidir com o «padrão normal» mas a falta de recursos e a precariedade sócio-económica afastam a realidade vivida das aspirações ideais. Basta lembrar que na altura em que foi viver com o actual companheiro, ela não tinha, aparentemente, meios de subsistência, pois tinha abandonado o trabalho no restaurante, e foi-se juntar a um agregado familiar de cinco pessoas: a mãe dele, a irmã, um irmão e dois filhos da irmã. Ele, por sua vez, não tinha trabalho certo e “umas vezes trabalhava, outras não”.

Acerca das divisões de género, Graça é de opinião que os dois devem repartir as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos cabendo, no entanto, à mulher o papel principal, e que os dois devem trabalhar fora de casa para terem “a vida mais ou menos organizada”.<sup>70</sup> O significado do trabalho profissional prende-se também com “a liberdade que a mulher tem” para tomar decisões autónomas relacionadas com o consumo, para ela e para os filhos.

Quanto às atitudes perante a coabitação no seu meio familiar e social, a entrevistada tece os seguintes comentários:

**G:** Eles pensam que, pronto, por eu não estar casada que se calhar sou uma pessoa que hoje quer um homem, depois amanhã outro... deve ser mais essa a situação. Mas não é essa a minha opinião. Depois das pessoas verem ... depois já não ligam (...). A minha mãe encara normal (...). O meu pai não fala muito nisso, porque também já vão estes anos todos, não é? E eles viram que eu queria mesmo assentar (...).

Graça não sente pressão para casar e afirma que muitas pessoas que ela conhece, amigos e familiares, principalmente da parte do cônjuge, “vivem maritalmente”.

---

<sup>70</sup> A uma pergunta directa do guião de entrevista, Graça justifica assim a sua resposta: “Eu disse o homem porque calhou, pronto. Eu estava a pensar, antigamente... antigamente era o homem que fazia essas coisas, mas hoje em dia já não há isso. Tem que ser os dois”.

**G:** Muita gente conhecida vive maritalmente. A maior parte das pessoas com quem eu convivia, vive tudo maritalmente. Inclusive, família dele, bastante. É quase tudo (...). O pessoal novo, pronto. Os velhotes já não é.

Em comparação com a «coabitação de tradição», a união sem papéis não é uma situação vulgar ou frequente entre as gerações mais velhas.

*“Como estava apertada em casa da minha prima, ele propôs-me ir morar com ele. Como ele estava a viver sozinho, eu achei fácil aceitar a proposta e fomos morar juntos”.*

*“(...) ele dizia que eu fui a primeira mulher de quem ele teve dois filhos, porque com as outras teve um aqui e outro ali. Por isso ele dizia que eu é que ia ser a mulher da vida dele (...). Mas ele só dizia isto de boca ...”.*

*“Pode estar junto durante pouco tempo, depois tem que casar mesmo. A religião muçulmana proíbe isso, o viver junto sem estar casado”.*

*“Porque a vida não deixou, para casar é preciso muitas despesas e nós tínhamos sempre problemas financeiros e isso adiava mais o casamento”.*

**Georgina, 45 anos, empregada de limpeza, guineense**  
(Entrevista nº 27)

Georgina veio para Portugal com 32 anos e vivia há doze anos com Delfim, ambos Guineenses mas de etnias e religiões diferentes, com quem teve dois filhos. Ele, desempregado (“às vezes faz uns biscates”), trabalhou quase sempre na construção civil e já tinha três filhos de duas mulheres guineenses com as quais nunca chegou a viver junto. Três anos após o início da vida em comum, tinha a primeira filha dois anos, os filhos dele vieram da Guiné juntar-se ao casal, por iniciativa do pai, enquanto os filhos dela da relação anterior, hoje já crescidos, mantiveram-se no Senegal com os avós<sup>71</sup>. Durante a realização da entrevista, ela que já há muitos anos pensava deixar o cônjuge, separou-se

---

<sup>71</sup> Os pais de Georgina emigraram da Guiné para o Senegal tinha ela 4 anos. O pai é lá alfaiate e a mãe recorre a vários expedientes: “faz doces de côco, vende o que faz, vende muita coisa para sobreviver”.

efectivamente dele<sup>72</sup>, levando consigo a filha de oito anos e o filho de quatro, que vivem agora provisoriamente com a mãe, num quarto, em casa de familiares. Georgina conta como tudo começou e as desilusões que teve ao longo do percurso conjugal.

**G:** Eu tinha-me separado do meu marido com quem tenho dois filhos e a minha família aqui em Portugal perguntou-me porque é que eu não vinha para cá porque aqui havia muito trabalho e poderia melhorar as condições de vida, ganhar dinheiro e ajudar a minha mãe e os meus filhos que ficaram com ela. Então vim para cá morar na casa de uma prima minha. O Delfim era vizinho, frequentávamos a casa dele e ele a nossa e foi assim que a gente se conheceu. Como estava apertada em casa da minha prima, ele propôs-me ir morar com ele. Como ele estava a viver sozinho, eu achei fácil aceitar a proposta e fomos morar juntos.

Recém-chegada a Portugal, ela juntou-se com Delfim não por “uma questão de o achar bonito” mas na perspectiva de “ter mais segurança e mais apoio com ele”. Georgina queixa-se que afinal ele veio a revelar-se “pouco carinhoso”, que ele bebia muito, que ele a agredia verbalmente, que não contribuía financeiramente para a casa (“ele relaxou mesmo”) e que ao longo dos anos delegou nela todas as responsabilidades com os filhos, incluindo os dele. Refere também que Delfim arranjou trabalho como segurança numa escola, mas abandonou rapidamente esse emprego pois dizia que ganhava mais a fazer «biscates» nas obras.

**G:** (...) ele dizia que o dinheiro era pouco e que não conseguia sustentar a família com o salário mínimo. Se eu que sou esposa dele, ganho o salário mínimo e sou eu que estou a sustentar a casa, eu acho que se ele trabalhasse, com dois salários ia ser uma grande ajuda. (...) porque ele não me dá o dinheiro, diz-me só para esperar que o patrão ainda não lhe pagou, tudo desculpas.

Segundo a narrativa de Georgina, quando a família aumentou para sete pessoas após a chegada dos filhos dele, Delfim, na altura, também não estava a trabalhar e viviam todos do «rendimento mínimo». A partir do momento em que ela arranjou um trabalho

---

<sup>72</sup> A ruptura conjugal deu-se entre o primeiro e o segundo momento de realização da entrevista, uma vez que por falta de tempo de Georgina, aquela foi desdobrada em duas partes.

regular,<sup>73</sup> mediante a intervenção de uma assistente social, então é que Delfim, ao que parece, se acomodou ainda mais, descurando o seu papel de ganha-pão masculino.

**G:** Ele foi lá buscar os filhos e começámos a viver juntos. Ele não trabalhava mas eu tinha metido o rendimento mínimo e era com isso que nós vivíamos. Como eu estava sempre doente, com a tensão alta e isso tudo, fui-me inscrever no Centro de Emprego (...) comecei então a trabalhar. A partir daí ele relaxou mesmo, deixou-se mesmo ir abaixo. Deixou-me todas as responsabilidades: a educação dos filhos e essas coisas todas.

No início da coabitação Georgina acreditou que a relação era para durar e que “qualquer que fosse o motivo” iria “sempre aguentar” e, quem sabe, talvez mais tarde casar. Pensou que desta vez ele iria ser “o seu último marido até à morte”.

**G:** (...) pensei em juntar-me e depois se desse para casar, casávamo-nos. (...) fui eu que pensei nisso, mas não falámos. (...) eu logo acreditei que já éramos homem e mulher e que formávamos uma família. Foi por isso que eu tive aquela coragem de aceitar ele mandar vir os filhos. (...) Antes de ter o segundo filho ele falou comigo e disse-me que queria (...) criar os filhos dele todos juntos para ganharem amizade uns pelos outros. Eu disse-lhe que estava de acordo, (...) porque se a gente ama um homem tem que amar também os filhos. Dei-lhe esse apoio (...).

Dividida entre dois mundos, o de chegada e o de partida, Georgina explica que no seu meio de origem a separação é mal vista e que uma mulher é educada para casar, ter filhos, e aguentar o marido. Segundo ela, “uma mulher sem um marido não a respeitam”, e por isso é que ela teve sempre o desejo de casar. No seu discurso sobressai, por um lado, o confronto entre duas culturas diferentes e, por outro, a incorporação de valores relacionados com a igualdade de género e a emancipação feminina, nomeadamente o direito à separação. Georgina defende, por exemplo, que em casa o homem e a mulher devem repartir igualmente as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos.

**G:** Devem dividir mesmo tudo, de igual para igual. Isto quase nunca acontece, na maioria dos casos os homens não fazem nada, dizem que estão cansados porque saíram do trabalho, mas esquecem-se que a mulher também saiu do trabalho. Até se

---

<sup>73</sup> Ela trabalha há três anos como empregada de limpeza numa instituição de solidariedade social através dos programas para pessoas carenciadas (POC's). Dantes trabalhava à hora para empreiteiros, fazendo limpezas em prédios acabados de construir, ou em escritórios.

calhar o trabalho da mulher até é mais duro do que o deles, depende. (...) Os dois têm que trabalhar fora de casa para a sustentar, por isso é que quando chegam a casa também devem partilhar as coisas todas.

As dificuldades económicas (“o dinheiro é só o meu ordenado e o rendimento mínimo”), a falta de cumprimento das responsabilidades familiares por parte do elemento masculino do casal (“ele não tem aquele amor de pai, não ajuda em nada”), e o embate entre as expectativas iniciais e a realidade vivida fizeram crescer a insatisfação conjugal.

**G:** Passado um ano eu tive a filha e após ela nascer o Delfim começou a mudar. Comecei a ver os defeitos dele, mas nem por isso eu desisti dele (...). Ele bebe muito, ficava mais tempo fora do que em casa e não me ajudava com a criança nem nada. Eu tinha que me encarregar de tudo. Eu pensei que com o tempo ele fosse mudar, mas com o tempo ele ficou foi pior e não mudou. Lá na nossa terra costuma-se dizer que já que é a mulher que quer um marido e uma casa, ela tem que se sujeitar a sofrer, sujeitar-se ao marido e aturá-lo. Por isso eu aguentei estes anos todos (...).

Georgina afirma que ainda pensou “sacrificar-se” para conseguir um casamento (“eu não posso viver a minha vida toda sem casar”) já que Delfim parecia aceitar, ou tinha mesmo prometido, oficializar a união pelo civil e fazer uma «cerimónia à maneira deles»<sup>74</sup>. Contudo, a falta de dinheiro, por um lado, e a má vivência do casal, por outro, constituíram sérios obstáculos à consolidação formal da união. Nos últimos dois anos a relação deteriorou-se ainda mais, incluindo a vida íntima do casal, o que provocou a revolta de

---

<sup>74</sup> Georgina desejava reproduzir no nosso país, com adaptações, a cerimónia tradicional do casamento que se usava na sua terra e que, segundo ela, se fazia sem a intervenção das autoridades civis ou religiosas; os pais representavam neste caso a autoridade máxima. Cá, em Portugal, casaria pelo civil e faria depois a festa segundo os costumes familiares (“Pela igreja não, era pelo civil e à nossa maneira”). Ela afirma que não casou porque “na nossa raça gasta-se muito dinheiro com o casamento” e ela queria, inclusivamente, “ter dinheiro para pagar as passagens” dos filhos que estão no Senegal; “para o casamento tem que vir a família toda”. A entrevistada descreve a festa e os rituais de casamento que compara com os “enterros”: “(...) fazemos aqueles rituais que costumamos fazer porque as nossas avós e as nossa mães acreditam que se não fizermos isso podem aparecer desgraças na nossa vida. (...) É uma semana de casamento, de festa, em casa. As pessoas que são mais próximas ficam lá a semana toda. Lá arranjam maneira de dormir todos na mesma casa. É como quando se faz a missa do funeral, ainda há pouco tempo faleceu o meu tio (...), os homens estão a jogar cartas, as mulheres estão na cozinha a preparar o petisco ou qualquer coisa para dar às pessoas para não dormirem, café e essas coisas. (...) No casamento é diferente, há música, no funeral não há música mas há comida e bebida e falam muito.

Georgina e a sua recusa, aparentemente contra as normas da sua cultura de origem, em sujeitar-se sexualmente ao «marido».

**G:** É isso que me magoa, porque só quando ele precisa é que dá algum carinho, e se eu não quiser fazer, põe-me fora da cama, fora do quarto (...). Quando necessita tem que ser já, se eu negar fico dois dias sem dormir (...). Ele diz que quando ele se quer satisfazer a mulher não pode dizer que não, isso é o que mais me irrita. Foi isso mesmo que motivou mais a minha saída. Não é tanto a questão de ele ser agressivo com os miúdos, porque eu protejo sempre os meus filhos, quanto ao trabalho, ele é que sabe, mas isso da nossa relação íntima é que me deixa mesmo insatisfeita. (...) Mesmo assim tentei aguentar durante um certo tempo (...). Quando me tratava mal, eu ficava que nem o podia ver à minha frente, mas depois de uma semana parecia que tinha passado tudo (...) mas depois começava de novo aquela situação íntima de cama e a raiva começava a crescer. Às vezes até penso que ele me fez alguma bruxaria, porque ele dizia que o pai era poderoso, fazia essas coisas.

Sabendo que ia enfrentar dificuldades acrescidas, não tendo sequer casa para ir morar com os filhos, ela decidiu pôr fim a uma relação de doze anos. As redes de solidariedade baseadas no parentesco funcionam mas a falta de recursos é a tónica dominante.

**G:** Agora estou na casa de um primo em Miratejo. (...) Eles têm três quartos, eu estou lá num com os meus dois filhos. (...) Está a ser difícil mas eu estou com coragem para arranjar uma solução e não voltar atrás. Decidi-me mesmo, pensei muito (...). Os filhos dele (...) querem ir viver comigo, mas não podem, o quarto é pequeno e a mulher [*do primo*] não gosta de crianças. Por isso é que eu também vou estar lá só nos dias de semana, nos fins de semana vou para casa da minha prima em Caneças.

Do ponto de vista subjectivo, Georgina continua a achar que a coabitação é igual ao casamento (“as mulheres quando amam, amam”) e que o compromisso é o mesmo (“a diferença está só num papel passado”). Quando pensa na sua situação actual e na «sociedade de acolhimento», ela acha que o casamento legal é uma forma de obter mais segurança, direitos e “regalias” sociais, nomeadamente em caso de separação; quando pensa no seu meio familiar e na «sociedade de proveniência», ela vê o casamento como

uma aliança inquebrável, que deve perdurar independentemente dos sentimentos, bem como uma forma de ganhar estatuto e respeitabilidade social. Ela cá não tem irmãos, só primos, mas nos contactos com os familiares houve sempre uma certa pressão para que o casamento com Delfim se concretizasse.

**G:** Se fosse na nossa terra não ia ser assim. Mesmo que a gente não se casasse no civil, tínhamos que fazer a cerimónia à nossa maneira. (...) Por exemplo, na nossa raça, dizem sempre que uma mulher sozinha é uma mulher da vida. (...) eles pensam assim, quem está junto tem mais liberdade, têm que estar casadas. Eles respeitam mais e consideram mais uma mulher casada do que uma mulher que está sozinha. (...) da parte da minha família cada vez que o viam a ele, exigiam mesmo isso (...).

A dualidade que surge na sequência de duas referências identitárias fortes («cá» e «lá na nossa terra») aplica-se, ou estende-se, à maneira de pensar o género masculino e feminino, bem como as relações entre o homem e a mulher no casal.

**G:** (...) pensam que as mulheres que estão juntas, podem pôr-se a andar quando quiserem, mas não é verdade, as mulheres quando amam, amam.

**F:** E os homens não?

**G:** Os homens sentem-se mais livres estando juntos.

Tendo passado por uma má experiência, Georgina tende a pensar que a coabitação informal desresponsabiliza os homens das suas obrigações familiares, principalmente no que diz respeito aos filhos e que por isso mesmo quando eles existem é preferível “o casamento com papel passado”.

**F:** Acha que as pessoas que vivem juntas devem casar quando têm filhos?

**G:** Sim, devem. O casamento com papel passado trás mais respeito e mais responsabilidade (...).

Ela que sempre sustentou “com muito trabalho” os filhos comuns e os filhos dele – “eu é que tenho dado a volta” - preocupou-se ainda, antes de sair de casa, em arranjar um colégio para o Bernardo, um rapaz de 14 anos, alvo principal, segundo Georgina, das agressões físicas do pai.

**G:** (...) eu tive que ir à Segurança Social a pedir, até que lhe arranjam um colégio, um lar de jovens aqui em Almada. Ele está lá, só vem aos fins de semana. Isto porque ele batia muito no miúdo, até fugiu duas vezes de casa, ele não gostava mesmo de estar lá com o pai. As outras são raparigas e ele ainda hoje bate na mais velha. Elas querem ir viver comigo (...).

Neste momento que está separada de Delfim, Georgina quer começar uma “vida nova” e o seu maior desejo é “batalhar para criar os filhos”, para que eles sejam “alguém amanhã”. Vai tentar, por via legal, que Delfim contribua para o sustento dos filhos, mas não tem grandes esperanças. Quando saiu de casa ele avisou-a logo, ameaçando-a:

**G:** “Eu não vou dar um tostão nem a ti nem às crianças porque eu não te vou sustentar para ficares a viver com os outros”.

O afrouxamento dos constrangimentos sociais e da regulação externa, oriunda dos grupos de pertença, provocada pela fragmentação das redes de parentesco e de sociabilidade, devido à emigração, aliados a modos de vida precários, parece provocar uma certa «anomia» nas relações familiares que intensifica a desresponsabilização dos homens em relação aos filhos, nomeadamente quando sobrevém uma ruptura informal da conjugalidade. Neste contexto, a coabitação pode ser perspectivada como uma relação mais incerta – a outra face da pobreza e da exclusão social - que na óptica dos seus protagonistas oferece menos segurança e estabilidade, principalmente à mulher e aos filhos.

*“Eu nasci em Angola e fui criado em vários sítios. Estive em Vila do Conde, no Bairro dos Pescadores ali na Costa da Caparica e aqui no Bairro da Cova da Piedade”.*

*“A minha primeira mulher morei com ela durante dois anos e meio e estivemos juntos sete anos. Logo a seguir conheci a minha segunda mulher que faleceu e que era açoriana. (...) vivi com ela quase três anos e meio. O resto duraram só seis ou sete meses e foram todas mulheres muito mais velhas do que eu. (...) uma de 42 anos, depois outra com 53 anos (...)”.*

*“A Elsa viveu a primeira vez com o pai dos filhos, depois andou com vários homens e fui eu que a tirei dessa situação. Vivemos juntos dezasseis anos (...). Ela deixou-me a primeira vez mas isso foi logo no princípio, para ir com o tal fulano para Espanha (...), a*

*segunda vez que me deixou foi quando eu lhe preguei umas bofetadas e agora foi a terceira vez que ela foi embora”.*

*“(...) tenho amigos meus que também estão juntos há muitos anos, com seis e sete filhos, praticamente como eu que sou pai de 8 filhos”.*

*“Olhe, eu digo-lhe uma coisa: daquilo que tenho como experiência do ajuntamento, aquilo que é mais importante é o amor. Sobre o casamento não lhe poderei dizer muita coisa porque eu nunca estive casado, mas para mim a situação é a mesma”.*

*“Eu sempre quis pôr no bilhete de identidade casado e não estar lá como solteirinho. Gostava mesmo de casar. Eu não sei quais são as ideias da mãe dos meus filhos, mas se ela um dia voltar eu caso de boa vontade”.*

**Artur, 39 anos, 4<sup>a</sup> classe, pintor na construção civil, «retornado» de Angola**  
(Entrevista n<sup>o</sup> 38)

Artur tem uma história de vida complicada, uma descendência numerosa e uma trajetória conjugal instável, pelo menos até conhecer a Elsa, também ela com um passado atribulado, mãe de cinco filhos seus e com quem ele viveu dezasseis anos até há cerca de um mês atrás. O casal encontra-se actualmente separado, não sabemos se definitivamente, nem quais as razões principais da ruptura conjugal mais recente. Ele desconfia que ela arranhou outro homem mas, por outro lado, mostra-se disposto a reatar a relação, talvez por sentir também «algumas culpas no cartório»; ele próprio confessa um caso de infidelidade no passado (“tive uma amante durante mais de um ano”), um ou outro episódio de violência conjugal, que uma vez levou Elsa a sair de casa, temporariamente e, também, nos últimos tempos, desde que Artur teve um acidente de trabalho, do qual se encontra perfeitamente recuperado, ele não parece muito empenhado em procurar trabalho<sup>75</sup>. Talvez esta atitude, e a falta de rendimentos, tenham contribuído para a saída de Elsa de casa, uma decisão aparentemente unilateral e inesperada. Durante o tempo em que viveram juntos ele fez de tudo um pouco, desde pedreiro a pintor e canalizador, na construção civil, mas sempre com trabalho incerto (biscates). No seu currículo profissional consta também a

---

<sup>75</sup> Ele partiu uma perna há oito meses e está sem trabalhar desde essa altura, ao que parece na expectativa de receber uma indemnização (“não recebi mas estou à espera”). A uma pergunta que pretendia indagar sobre «como era o dia a dia do casal», Artur respondeu de imediato: “Eu não trabalhava, eu não podia trabalhar devido ao acidente”.

actividade de proxeneta. Foi quando andava nessa vida que viveu fugazmente em casal com mulheres mais velhas, aparentemente prostitutas, as únicas de quem não teve filhos, e que conheceu, mais tarde, a Elsa. Da primeira mulher tem dois filhos “que já foram à tropa”, com quem esteve muito raramente ao longo da vida, e da segunda mulher tem uma filha de dezoito anos a viver nos Açores que ele praticamente não conhece. Elsa, por sua vez, aos 20 anos, quando começou a viver com Artur, já tinha dois filhos de uma relação anterior, enquanto que o cônjuge aos 23 anos, para além de três filhos, já tinha vivido em casal várias vezes. Na primeira, e nesta última união, Artur diz que colocou a hipótese de casar mas “nunca calhou”. Na primeira união, a mulher “pirou-se com um fulano”, na segunda morreu e na terceira, apesar da separação recente, o futuro do casal parece incerto. Ele que deixou alguns filhos pelo caminho, fruto de seis coabitações sucessivas, (duas mais duradouras), excluindo esta última, queixa-se que a mulher, a Elsa, o abandonou com as “crias”.

No período que antecedeu a entrada em casal, Artur «trabalhava na noite»:

**A:** Eu quando conheci a Elsa, eu era um rapaz que andava na vida da noite. Andava com duas moças em bares e em situação de alterne, eu protegia-as, mas nunca lhes pedi dinheiro, nunca lhes bati nem nada disso. Dormíamos os três na mesma cama e éramos os melhores amigos (...), quando estávamos em casa eu fazia o almoço e era uma maravilha. (...) Depois da açoriana ter morrido, depois de eu ter vivido com ela numa pensão, é que eu me meti nessa vida da noite. Depois foi então quando conheci a mãe dos meus filhos, a Elsa.

Acerca do passado de Elsa, Artur refere que ela tinha dois anos quando a mãe morreu e que foi criada por pais adoptivos. “O pai actual é uma jóia de homem” e a mãe é “uma víbora cheia de veneno” que “chama chulos aos genros todos”. O nosso informante diz que apesar deles estarem “cheios de dinheiro”, pois “têm vários talhos e restaurantes,” nunca foram capazes de “ajudar a filha e de matar a fome à filha”. Artur, sobre os filhos da Elsa, da primeira relação conjugal, afirma:

**A:** O mais novo está a ser criado por uma irmã dela, o outro está a ser criado pelos avós. Parece que ele agora até se meteu na droga.

Artur tem uma biografia instável, marcada pela guerra em Angola no pós-25 de Abril e, desde que chegou a Portugal, fase que coincidiu com o fim da infância e o começo da adolescência andou sempre, a partir daí, de um lado para o outro. Os pais, avós e irmãos

(“éramos quatro, agora somos sete”) tinham “uma boa vida” em Angola – o pai era proprietário de um stand de automóveis em Luanda e a mãe tinha o negócio da «boutique» – mas desde que vieram para Portugal passaram “muitas dificuldades”. Chegaram ao aeroporto de Lisboa «só com a roupa que tinham no corpo» depois de terem passado “quatro dias debaixo de fogo”, experiência que Artur afirma que nunca mais irá “esquecer até morrer”. A família de Artur viveu durante muitos anos em hotéis e alojamentos colectivos para «retornados», e mais tarde também em casa de familiares, percorrendo várias regiões do país em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Desde a cidade de Lisboa, Vila do Conde e Barreiro, até à zona de Almada e, por fim, Vale de Câmara nos arredores de Lisboa. A narrativa de Artur dá conta dessa vivência itinerante que ele experienciou desde que veio de Angola aos 11 anos e até se fixar na Margem sul, mais precisamente num bairro de habitação social onde vive desde o começo da coabitação com a Elsa.

**A:** Viemos, estivemos no aeroporto onde estava o pessoal todo ali deitado, era uma miséria. Depois dali viemos para o Hotel Diplomático. O meu falecido pai começou a passar-se com aquilo e viemos então para aqui para a Cova da Piedade, quatro anos, (...) era um prédio (...) cada família tinha certos compartimentos (...). Depois dali partimos para Vila do Conde. (...) fomos para o Hotel Palácio, estivemos lá seis anos (...). Viemos outra vez para a Cova da Piedade (...) por pouco tempo. O meu pai recebeu uma indemnização por ter trabalhado nos caminhos-de-ferro, porque o meu pai fez muita coisa: ele foi taxista, foi motorista, tinha a empresa de carros, foi sempre um bom lutador. Depois fomos para o Barreiro para casa de um tio meu (...). Depois fomos para Vale de Câmara, chegámos lá no dia em que faleceu o Sá Carneiro (...), sim foi aí que conheci a Elsa. (...) Os meus avós, uma tia e uma prima também foram viver connosco, (...) uns dormiam nos quartos, outros dormiam na sala (...).

Percebe-se, através do puzzle narrativo de Artur, recheado de acontecimentos – da história individual e colectiva – que ele deixou a partir de determinada altura de viver a tempo inteiro com os familiares para passar a viver em sucessivas relações informais. O episódio que antecedeu a entrada em casal é elucidativo do modo de vida de ambos, quer da Elsa, quer do Artur, e da instabilidade das relações afectivas, e das emoções, que

acompanha, aliás até hoje, um percurso individual e conjugal marcado pela precariedade sócio-económica.

**A:** Uma noite saímos com uns companheiros que eram tendeiros e a Elsa não gostava do pessoal e ela então veio sentada ao meu colo dentro do meu Mercedes. Então, junto à feira da ladra, eles começaram a preparar o ângulo que era para fazerem mal à Elsa. (...) Queriam abusar dela. Eu não alinhei nisso e foi a partir daí que a Elsa começou a gostar mais de mim. Depois então fomos para a casa do irmão dela para vivermos os dois e saí da casa da minha mãe. (...)

**F:** Quem é que teve a iniciativa de irem viver juntos?

**A:** Fui eu. Tive porque eram muitos namorados em volta dela, está a perceber? Então eu disse-lhe: “vamos viver para casa da minha avó.”<sup>76</sup> Ela aceitou e passados três meses foi-se embora com o tal fulano Jorge para Espanha. Disse-me que só ia ver a mãe ao Cais do Sodré e só apareceu passados três meses muito bem vestidinha. Fomos ao quarto para ela levar as roupas que tinha lá deixado e agarrou-se a mim a chorar, a pedir perdão. Depois de ficar definitivamente, passados uns quatro ou cinco meses ela ficou grávida.

Artur afirma que o primeiro filho foi planeado mas os seguintes nasceram por iniciativa dela, aparentemente como meio de «prender» o parceiro e consolidar a relação do casal. Seguiram-se gravidezes sucessivas, a última das quais mais espaçada, da qual nasceu uma menina que tem hoje três anos e que vive em casa da madrinha. Os outros filhos do casal têm respectivamente dez, onze, doze e treze anos de idade.

**A:** Foi mesmo planeado. Depois quando o meu Ruizinho nasceu, ele esteve na encubadora uma semana e eu disse-lhe a ela que me ia embora, porque ela desconfiava de uma fulana aí e deixou-se logo ficar grávida outra vez. Deixou-se mesmo ficar grávida por autoria dela. A terceira vez também se deixou ficar logo grávida outra vez.

O entrevistado hoje, que a mulher o deixou, lamenta, de certa forma, não ter casado com a Elsa porque isso talvez tivesse sido uma maneira de a «prender». Durante o tempo

---

<sup>76</sup> Essa avó (materna), descendente de madeirenses, nascida e criada em Angola, já estava na altura a viver no bairro, onde Artur passou a morar até hoje, e foi ela que praticamente o “criou” em criança.

em que viveram juntos o vínculo formal não era considerado muito importante já que “o amor, o carinho e a vida normal são iguais”.

**A:** O que me levaria a casar com a mãe dos meus filhos era só para prendê-la mais.

A partir do momento em que iniciaram a vida em comum, e mais ainda depois da Elsa ficar grávida a primeira vez, Artur ganhou-lhe um «grande amor» e parece ter querido finalmente assentar.

**A:** Eu, muito antes da Elsa ficar grávida, comecei a apanhar-lhe um amor grande e pensei assim: “bem, fico por aqui”. (...) Era muito amiga, até mesmo da minha família. Era muito dada, ajudava. Era um espectáculo, uma mulher extraordinária. A mim nunca mais me faltaram uma calças passadas ou uma blusa. Quando ela ficou grávida, ainda mais amor eu lhe apanhei. (...) Eu juntei-me com a Elsa, depois aconteceram aquelas situações, mas desde que nasceu o meu primeiro filho eu sempre fiquei naquela de que ia durar numa boa.

Com o decorrer da vida conjugal e o crescimento do número de crianças para cuidar, aumentando exponencialmente as tarefas domésticas, e os encargos familiares, surgiram também os problemas e desavenças entre o casal; o discurso sobre os primeiros tempos, nomeadamente quando Artur se refere às qualidades da Elsa como pessoa, as quais se confundem com o papel feminino mais esperado, contrasta vivamente com a descrição do quotidiano mais recente (“não era boa dona de casa”).

**A:** As nossas complicações entre os dois eram mais por causa da lida de casa e dos miúdos que apanhavam piolhos quando andavam na escola. Porque ela para as outras pessoas estava sempre pronta para trabalhar e em casa não queria fazer nada. Eram essas as nossas chatices, aquilo para mim foi sempre um massacre.

**F:** E o Artur costumava receber críticas da Elsa em relação às tarefas domésticas?

**A:** Não.

**F:** E vice-versa?

**A:** Eu sim, criticava-a.

**F:** Porquê?

**A:** Porque não era boa dona de casa. Não cumpria com os seus deveres. Os assuntos onde nos chateávamos mesmo era a casa e a cabeça dos miúdos.

Elsa tem actualmente um emprego como jardineira e Artur, em casa, dá uma ajuda<sup>77</sup> mas ele acha, em última instância, que as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos são fundamentalmente uma competência feminina, assim como acha que o trabalho fora de casa é, em primeiro lugar, uma obrigação masculina. Daí as suas exigências em relação à mulher e as zangas em torno da lide da casa e dos filhos. Outro motivo de conflito são as dívidas, designadamente no café, à conta dos pequenos-almoços diários de toda a família e dos petiscos dele no final do dia com os amigos. A organização do dinheiro é problemática. Quando estavam os dois a trabalhar, ele diz que ficava com metade do ordenado dele (“para eu comer e para o tabaco”) e contribuía com a outra metade para a casa, divisão que apesar dos seus cinco filhos lhe parece justa (“era metade para mim e metade para ela”). Por isso ficava muito revoltado quando Elsa, no final do mês, não conseguia pagar as contas no café.

**A:** Eu cheguei-lhe a dar aos 30 contos para ela pagar dívidas e depois não as pagava.

No que diz respeito à divisão do trabalho profissional e doméstico a norma ideal, de assimetria atenuada, tende a concordar com as práticas. Pensa-se que em relação à casa e aos filhos a responsabilidade é sobretudo da mulher mas porque o trabalho é incerto e os períodos de inactividade masculina são frequentes, as práticas acabam por ser mais flexíveis, ao mesmo tempo que introduzem adaptações nos papéis de género (“da minha parte podemos dividir os dois, ajudando-nos ambos um ao outro”). As próprias normas tendem a modificar-se, em direcção a um maior igualitarismo, por força das circunstâncias.

**F:** Pensando agora em termos ideais, (...) acha que deve ser a mulher a tomar conta da casa e dos filhos, acha que os dois devem dividir igualmente, ou acha que a mulher deve ser a principal com alguma ajuda do seu companheiro?

---

<sup>77</sup> Artur declara que faz compras para casa (“eu recebia e ia fazer as compras”), que ajuda nas refeições e nas limpezas. Quando os filhos eram pequenos diz também que “ajudava a tomar conta deles” (“ela andava com eles ao colo e eu fazia-lhes o biberão). Ao longo do seu discurso ele parece exagerar a sua colaboração na lide doméstica, seguramente mais assídua nos períodos em que ela se encontrava a trabalhar e ele não (“a minha mulher quando chegava a casa já tinha a casa toda limpinha”). A crítica, também provavelmente exagerada, quanto ao desempenho feminino está sempre subjacente: “ela quando não queria fazer alguma coisa dizia que ou lhe doía um dente ou a cabeça”. Na relação com os filhos ele reserva para si sobretudo as actividades lúdicas: “Nós deixávamos sempre a roupinha dos miúdos preparadinha e todos os dias chamávamos os miúdos para se levantarem, eles vestiam-se, tomavam o pequeno-almoço e depois era sempre rua, iam para a brincadeira. Aprenderam a andar de bicicleta, depois começaram também a ir comigo para a pesca”.

**A:** Acho que deve ter a ajuda do companheiro. (...) A mulher às vezes pode ser a principal, outras vezes não. Eu quando trabalhava e chegava à noite a casa, às vezes também trabalhava aos fins-de-semana, é evidente que já tinha a casinha limpinha e o jantar na mesa. Quando ela tinha que trabalhar e eu ficava em casa, fazia o almoço, arrumava a casa e arranjava os miúdos.

Apesar das dificuldades vividas e da separação recente, Artur valoriza o diálogo na relação do casal e faz um balanço positivo da vivência em comum. Ele hoje sente-se “muito triste” por não ter «a mãe dos seus filhos» junto com ele.

**A:** A Elsa, em tudo o que queria falar, ela falava comigo e eu falava com ela. Falava de coisas que eu sentia, situações, se tivesse problemas no trabalho, chegava a casa e desabafava com ela. Ela a mesma coisa. (...) os anos que nós vivemos juntos para mim foram sempre anos muito impecáveis.

Na sua vida em casal as saídas e convívios fora de casa, a sós com a Elsa ou na companhia dos filhos, eram também, para ele, fonte de grande satisfação.

**A:** Era estarmos com os nossos filhos, sairmos para beber um copo, irmos almoçar fora, essas coisas foram sempre maravilhosas. Até sairmos para irmos a ter com amigos aqui no bairro.

A propósito dos lazeres e sociabilidades, a construção de espaços de autonomia pessoal é acentuadamente masculina. Elsa só saía com os filhos para ir ao café ou com amigos mas, neste caso, na companhia do cônjuge (“ela nunca fez isso. (...) nós para estarmos com amigos estávamos sempre os dois”). Ao contrário dela, ele tem algumas actividades de tempos livres vividas em separado e não apenas em casal ou em família.

**A:** Ela vinha ao café com os filhos e eu ficava em casa. (...) aos fins de semana, se eu não fosse para a pesca ou para a caça, de manhã preparávamos o almoço, bebia ali no café um martini ou dois e ia para casa. À tarde passava a tarde toda em casa a ver filmes. Só pelas seis ou sete horas é que vinha ter com os meus amigos para beber umas imperiais e comer uns caracóis.

A divisão conjugal dos lazeres pende para a desigualdade. Elsa saía pouco e a sua actividade de lazer principal, segundo o cônjuge, consistia em limpar a casa.

**F:** Quais as actividades de lazer que a Elsa costumava ter sem a sua companhia?

**A:** Era em casa, a limpar a casa e a preparar isto ou aquilo.

**F:** Ela saía?

**A:** Não, não saía muito.

Em termos ideais, Artur defende uma norma fusional em várias dimensões da conjugalidade (na organização do dinheiro, no tempo juntos, na comunicação e nas decisões) que se distancia parcialmente das práticas, sobretudo masculinas.

**A:** Eu acho que um casal, se é casal e se se conhecerem como se devem conhecer em todas as práticas, acho que devem falar um com o outro e devem tomar as decisões todas em conjunto. Não devem estar a esconder nada um do outro (...). Evidente que quando eu tive outra mulher com quem andei durante muito tempo, eu não lhe contei, mas aquilo estava-me sempre aqui no goto. Cheguei ao fim e tive mesmo que lhe contar. (...) eu chorei e ela riu-se, porque ela disse-me assim: “olha lá meu estúpido, pensas que eu não sabia já?”

A fidelidade no casal é encarada como uma regra ou um «dever-ser» que ele quebrou (aparentemente com a tolerância dela) mas que na sua opinião ela “cumpriu sempre”.

Ao longo do percurso conjugal, o casamento nunca foi considerado necessário nem tão-pouco fez parte dos planos do casal (“eu sempre vivi feliz junto, não precisei do casamento”). Das palavras de Artur deduz-se também que esse era um assunto de conversa entre os dois mas que nunca foi levado muito a sério. Funcionava como uma espécie de jogo entre eles sempre que havia uma situação de ciúmes.

**A:** Eu acho que foi sempre uma brincadeira. Eu queria casar e ela dizia que não, quando ela me pedia em casamento era sempre numa situação derivada de ciúmes (...). Era um jogo entre eu e ela. Eu quando tive o acidente disse-lhe assim: “olha filha, quando receber os sete mil contos da indemnização depois a gente casa”. Ela respondeu-me: “mas eu posso ir de branquinho e tudo?” Eu disse-lhe que podia ir como ela quisesse, eu fazia-lhe uma boda que era um espectáculo. Foi sempre esse o sonho dela e, ao fim e ao cabo, acabámos por sonhar os dois isso.

A cerimónia e a festa –“ela queria entrar numa igreja e não numa conservatória”; “não digo fazer um copo de água à rico, mas remediado para os amigos” – foi, devido às dificuldades económicas, um sonho considerado irrealizável e por isso mesmo mantido à distância.

Artur tem uma opinião ambivalente acerca da coabitação e do casamento. Por um lado, ele acha que a primeira é uma união tão ou mais importante e de estatuto equivalente, salientando os aspectos sentimentais e relacionais e, por outro, valoriza a componente formal e estatutária do casamento, nomeadamente quando atribui importância à exibição do estado civil no bilhete de identidade.

**A:** (...) a minha união, mesmo estando junto, para mim sempre foi uma coisa muito importante. Porque a gente dava-se bem e eu sempre pensei que o casamento para mim não era muito importante. O mais importante era a maneira como a gente se dava e como lidava um com o outro. Eu ficaria feliz de casar, quando vi o meu irmão a casar, as lágrimas vieram-me aos olhos.

O entrevistado declara que não tem “nada contra o casamento”, nem a coabitação traduz uma prática comum no seu meio familiar de origem, e ao mesmo que desvaloriza, valoriza também o laço formal e legal da união conjugal como forma de ganhar estatuto.

**A:** Eu digo-lhe uma coisa, eu sentia-me feliz de viver junto, embora o casamento também fosse bonito para meter no bilhete de identidade e também para a situação dos miúdos.<sup>78</sup> Mas o casamento para mim não tem grande importância, eu dou mais valor aos anos todos em que vivi junto. O casamento a mim não me diz nada, só diz a festa com os convidados e o estar tudo ali assinado para o bilhete de identidade, de resto não acho que o casamento seja assim tão importante. Eu vejo pelas pessoas que vivem juntas, casam-se e passado pouco tempo já estão separadas.

**F:** Mas isso de viverem juntos sem casar é tradição?

**A:** Não. Isto proporcionou-se porque nós dávamo-nos super bem.

---

<sup>78</sup> O entrevistado refere-se à dificuldade que teve em baptizar os filhos por não ser casado: “Eu, por exemplo, vi-me à rasca para baptizar os meus filhos por não ser casado. Você não imagina as voltas que eu e ela tivemos que dar. O padre do Monte não me quis baptizar as crianças, nem o da Costa, nem o do Feijó (...)”. O elemento religioso parece adquirir mais importância para ele do que para ela. Artur diz que é uma pessoa com fé, embora «católica não praticante», e em relação à mulher declara que ela é «sem religião».

Artur, à semelhança dos outros entrevistados do perfil instável e de tradição que vivem nas «margens» da sociedade, não refere vantagens legais relacionadas com direitos e benefícios sociais, para si e para os filhos («tanto faz»), distanciando-se dos grupos operários ou executantes com vínculos laborais mais regulares e formais, que tendem a salientar esse tipo de vantagens para justificar o seu desejo de casar.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Georgina preocupa-se com as consequências da separação informal para os filhos: “o casamento traz mais segurança, assegura mais regalias se o casal se separar, têm que se cumprir, não estando legalmente casados isso não se cumpre”. Mas tanto ela como Artur e Graça, bem como Guilherme do perfil de tradição, pensam que o casamento não traz mais vantagens ou benefícios legais no dia a dia e acham também que a lei, embora não a conheçam, confere os mesmos direitos estando casado ou a viver junto.

## COABITAÇÃO DE TRANSGRESSÃO

*“Eu comecei a viver com ele com 17 anos, era portanto muito jovem. Nasci numa família de classe média alta, a minha mãe era uma das donas de uma empresa (...) Com a Revolução do 25 de Abril começaram a surgir os hippies portugueses (...).”*

*“Quando iniciei a minha vida com Eduardo, para mim era importante não ser casada, fazia questão disso (...). Na altura queria ser diferente, era uma forma de contestação.”*

*“Tudo estava em aberto e ainda está. Era uma forma de ver a relação que tinha a ver com aquela época do amor livre e da filosofia”. (...) Eu também tinha aquela ideia romântica de criar a minha filha de forma diferente.”*

*“Eu sempre achei os rituais do casamento uma palhaçada, talvez pelas relações a que eu assistia e aquela questão da hipocrisia. Achava ridículo ir perante um padre, ou perante um juiz fazer uma declaração de intenções e assinar um papel. Isto tem a ver com o achar que é uma relação privada (...). O verdadeiro contrato é as pessoas estarem juntas enquanto se gostam, isso é que é o fundamental, o resto não interessa para nada.”*

*“Eu valorizo muito a minha autonomia. A coabitação ajuda a isso (...). Depois o facto de não ser casada dá-me mais independência e posso bater o pé.”*

*“Eu detesto estender a roupa e ele adora fazer isso (...). Eu cozinho porque ele não tem jeito nenhum para cozinhar. Detesto fazer camas, mas é uma coisa que ele sempre faz (...). Eu partilho, mas (...) tenho tido uma luta lá em casa que é passar da atitude de eu faço porque me pediste para o eu faço porque a casa é minha e faz parte da minha vida.”*

**Inês, 41 anos, licenciada, assistente de investigação**  
(Entrevista nº 9)

Inês Almeida de 41 anos e Eduardo dos Santos, seis anos mais velho, com origens sociais contrastantes, ela actualmente licenciada e ele com a 4ª classe mas com uma profissão relativamente qualificada que lhe permitiu desde o início usufruir de rendimentos superiores aos dela, vivem em união de facto há mais de 20 anos. Têm uma filha de 21 anos e uma história de vida que passa pela vivência em comum de um período – contexto em que se conheceram – de mudanças rápidas correspondente aos primeiros anos do pós 25 de Abril. Esse período foi intensamente marcado pela participação no ambiente social da época através da inserção de ambos naquilo que podemos designar por emergência e desenvolvimento de uma subcultura «hippie» juvenil, ligada a determinados meios estudantis. Na transição dos anos 70 para os anos 80, muitos dos jovens com quem o casal convivia optaram por ir viver juntos. Inês compara a sua vivência com a da irmã mais nova que também vive junta, frequentou o mesmo liceu situado numa zona central de Lisboa, que a entrevistada assinala como particularmente propício ao germinar de movimentos juvenis e, tal como ela, manifestou também atitudes e comportamentos de cariz mais contestatário.

**I:** Houve muitos jovens namorados que foram viver juntos. Por exemplo, a minha irmã Elisa que é mais nova do que eu, também teve uma experiência comum, mas já não na filosofia *hippie* mas sim na filosofia *punk*. É engraçado que ela andou na mesma escola que eu, frequentava os mesmos cafés (...). As minhas outras irmãs que não andaram no liceu Maria Amália não tiveram esse tipo de experiência, mas quem lá andou teve. Eu não sei se teria a ver com a zona, aquilo tinha um grande contraste entre as famílias da classe média alta e a classe baixa. Havia lá bairros de barracas e aquele liceu era um bocado misto nesse sentido.

Inês conta como conheceu o Eduardo, a sua pertença a uma família «tradicional» do meio empresarial, da parte da mãe, e a entrada em casal numa idade muito jovem, aos dezassete anos.

**I:** Eu comecei a viver com ele com 17 anos, era portanto muito jovem, ainda era menor. Nasci numa família de classe média alta, a minha mãe era uma das donas de uma empresa de média dimensão que herdou do meu avô. Era uma família muito tradicional no sentido de não se dar com a classe inferior. Com a Revolução do 25 de Abril começaram a surgir os *hippies* portugueses, eu usava calças de ganga russas e foi um escândalo lá em casa. Depois eu até chumbei um ano por faltas, foi

uma altura de liberdade quando antes não havia nenhuma liberdade. Conheci o Eduardo ali junto à escola, ele fazia parte de um grupo de amigos.

Passado oito meses de namoro, ela que ainda não tinha completado dezoito anos e ele com apenas vinte e três foram viver juntos. Na altura ela deixou de estudar e Eduardo, que já trabalhava, sustentou-a durante os primeiros tempos até ela arranjar uma ocupação remunerada, pois, à Inês, também não lhe agradava a ideia de depender economicamente do parceiro.

**I:** Conheci o Eduardo com 17 anos de idade e uns oito meses depois já estava a viver com ele. Foi uma coisa muito forte e eu também tinha um ambiente familiar complicado e de certa forma também me serviu como uma perspectiva de sair de casa e de me ver livre desse ambiente que eu tinha.

Em termos escolares e profissionais o seu percurso, algo interrompido pela entrada precoce na conjugalidade, e depois na parentalidade, é marcado a partir de determinada altura da sua vida, e do seu ciclo familiar, pela procura de valorização pessoal através do investimento nos estudos e na profissão. Inês tem actualmente uma licenciatura em sociologia e encontra-se a trabalhar num projecto de investigação como bolseira. Durante os primeiros 10 anos de coabitação, e enquanto a filha era pequena, foi telefonista numa das empresas fundada pelo avô, passando, pouco tempo antes da empresa falir, a secretária de direcção. Foi nessa altura que resolveu voltar a estudar, aproveitando o facto de estar a receber o subsídio de desemprego para fazer o 10º e o 11º anos, num só ano, e depois o 12º ano antes do ingresso na universidade. Durante o curso Inês voltou a trabalhar como secretária e depois na área do turismo, “a fazer assistência a clientes numa agência de viagens”. Quanto a Eduardo, ele manteve sempre a mesma profissão ligada às antiguidades e às empresas leiloeiras, primeiro por conta d’outrem e, mais tarde, há cerca de oito anos, por conta própria. Actualmente ele faz leilões, avaliação de antiguidades e é também intermediário na venda de obras de arte.

Voltando aos tempos em que o casal se conheceu, a relação conflituosa dos pais de Inês, que acabaram por se separar, influenciou a sua decisão de ir viver junta com o namorado, em parte porque essa era uma maneira dela se ver “livre desse ambiente”. Eduardo, mais velho, alimentava na altura um projecto de conjugalidade (com outra pessoa) mas ela confessa que não tinha esse projecto, subsistindo, porém, a vontade de sair de casa dos pais.

**F:** Como é que aconteceu irem viver juntos e porquê?

**I:** Uma das razões foi o facto de, tanto eu como ele, não estarmos muito felizes na casa dos nossos pais. Ele é mais velho do que eu e na altura em que eu o conheci ele tinha outra namorada e até estava a pensar em ir viver com ela. Eu acabei por interromper esse percurso dele, mas ele já tinha esse projecto e eu não. Juntaram-se um conjunto de circunstâncias que nos levaram a ir viver juntos: o facto dele já estar a pensar em sair de casa; o facto de eu não estar bem em casa; o facto de haver uma relação forte entre nós.

Importa sublinhar que o desejo de estar junto, dado o envolvimento amoroso do par, foi uma das razões decisivas que motivou a entrada na conjugalidade e não fundamentalmente razões exteriores ao casal.

**F:** Lembras-te de quem é que falou pela primeira vez na ideia de irem viver juntos?

**I:** Não me lembro. Eu acho que isso acabou por surgir naturalmente. Eu lembro-me que isso aconteceu após umas férias que nós passámos juntos, (...) fomos fazer campismo para o Gerês e depois desse período foi dolorosa a separação, o ir cada um para a sua casa (...). O irmos viver juntos veio daí, da necessidade de manter essa proximidade.

Embora a iniciativa da coabitação tenha sido dos dois, Eduardo teve que ir primeiro falar com o pai dela, por sugestão da mãe que achava que devido à circunstância dela ser ainda menor ele tinha necessariamente que dar o seu consentimento.

**I:** Eu ainda era menor (...), faltavam-me dois meses para os 18 anos, só que eu não quis esperar. (...) ele só foi falar com o meu pai porque a minha mãe disse mesmo que tinha que ser assim. O meu pai colocou-lhe a questão se ele tinha condições para me sustentar e nesse sentido autorizou. A minha mãe disse na altura que se o meu pai autorizasse ela também autorizava e assim foi.

A união sem casamento do jovem casal foi aparentemente bem aceite pelos pais de Inês, apesar do desagrado manifestado perante a ideia da filha se juntar com alguém que tinha à partida um estatuto social inferior. A quebra da homogamia social por parte de Inês, isto é, a escolha de um parceiro fora do seu meio, embora não deliberada, pode ser vista também como uma forma de transgressão das regras fortemente homogâmicas associadas

ao casamento no seu meio social de origem<sup>80</sup>. A ideia de «amor livre» que ignora e ao mesmo tempo é capaz de vencer as barreiras sociais entre as pessoas não foi certamente alheia à escolha de Inês.

**F:** Que atitude tiveram os teus pais e familiares mais próximos quando vocês foram viver juntos sem casar?

**I:** Criaram mais problemas pelo facto de eu ser muito jovem do que propriamente por ir viver com uma pessoa. Criaram problemas por ele ser uma pessoa com poucos estudos e vir de um meio social diferente. Mas não criaram problemas com o facto de eu não me casar.

Na perspectiva dos pais, a coabitação era talvez preferível ao casamento<sup>81</sup>. A primeira era encarada possivelmente como uma situação passageira ao passo que a formalização da união conjugal, mais definitiva, representaria neste caso um mal maior. De qualquer das maneiras, parece prevalecer a ideia, atendendo ao contexto de classe média alta, urbana e escolarizada, dos pais de Inês, de que a educação parental é favorável ao desenvolvimento da autonomia dos filhos. Em particular, nota-se a concessão de maior liberdade às raparigas e a existência de um menor controlo parental sobre o comportamento sexual feminino do que aquele que pôde ser observado em sectores das classes populares. Acontece, porém, que dentro do mesmo meio familiar e social essa situação contrasta com a pressão para casar exercida, uma geração antes, na pessoa da mãe de Inês, quando se descobriu que ela tinha um relacionamento sexual com o namorado.

Em relação a Eduardo, Inês é tão ou mais experiente quanto ele e antes de ir viver junta teve dois namorados com os quais se iniciou sexualmente. Em termos de relacionamentos afectivos e experiências sexuais antes da entrada na conjugalidade o casal tende para a igualdade. Já a proveniência social desfavorecida de Eduardo e o seu percurso

---

<sup>80</sup> De uma maneira geral, a coabitação segue a mesma tendência do casamento para escolher o cônjuge dentro do mesmo meio social (Bozon e Héran, 1987 e 1988 cit. in Segalen, 1999:146-149). Alguns estudos mostram, contudo, que a primeira junta mais frequentemente duas pessoas com posições sociais diferenciadas – a mulher com um estatuto superior ao homem (Audirac, 1986a e 1982; Singly, 1986a). Não são as mulheres com menos recursos, mais dependentes do casamento, nomeadamente quanto a expectativas de mobilidade social, mas as mulheres coabitantes que pertencem às classes superiores ou que têm um capital escolar elevado as que mais frequentemente transgridem as regras da homogamia social (Bawin-Legros, 1988: 166).

<sup>81</sup> Recorde-se a este propósito a análise empreendida nos anos oitenta por François de Singly que perspectiva a difusão da coabitação e a sua aceitação por parte dos pais dos jovens, principalmente de famílias burguesas, como um compromisso entre gerações assente na ideia de que aquela era uma forma de evitar compromissos prematuros (Singly, 1984a e 1986a).

familiar contrastam nitidamente com a pertença social favorecida e a história da família de Inês.

**I:** O meu pai é médico (...). A minha mãe foi educada tipo a tocar piano e a falar francês. Licenciou-se numa época em que ainda havia poucas mulheres a licenciarem-se. Trabalhou como técnica bancária mas é licenciada em letras e literaturas. O meu avô era Cônsul na Grécia, tinha uma grande empresa em Portugal, para a qual eu trabalhei inicialmente. Tinha sucursais no país inteiro e nas ilhas, já era uma empresa com alguma dimensão.

**F:** E a mãe do Eduardo?

**I:** Ela era viúva, trabalhava a dias na limpeza.

**F:** E o marido dela?

**I:** Era pescador em Sines, mas morreu e ela meteu os filhos na Casa Pia. Eram seis irmãos, acho que ela teve mais filhos mas morreram pequeninos. Viviam numa casa muito pobre ali em Campolide.

A diferença de estatutos que advém da origem «plebeia» de Eduardo e da origem «burguesa» de Inês surge porventura atenuada pela trajectória conjugal acidentada, e irregular, dos avós da rapariga. A mãe de Inês, apesar de ter sido educada a «tocar piano e a falar francês», viveu toda a vida com o estigma da ilegitimidade uma vez que nasceu de uma relação fora do casamento<sup>82</sup>. Ela própria acabou por seguir um percurso menos convencional, tendo em conta a geração a que pertence, já que se divorciou<sup>83</sup> do pai de Inês e após a ruptura do casamento, mais ou menos forçado na sua origem, juntou-se com outro homem. Na altura em que a filha decidiu ir viver com o namorado já ela vivia também uma conjugalidade informal. A entrevistada justifica, aliás, a atitude tolerante dos

---

<sup>82</sup> Foi só em 1976 que a legislação portuguesa consagrou o princípio da igualdade entre filhos nascidos dentro e fora do matrimónio e desapareceu a figura dos filhos ilegítimos (Ferreira e Aboim, 2002: 413).

<sup>83</sup> É necessário lembrar também que foi só depois de 1974 que saiu um pacote de leis referente à família, nomeadamente a revogar a cláusula da concordata que impedia o divórcio ou a separação legal dos cônjuges casados pela igreja (Torres, 2001: 57). A subida das taxas de divórcio que se registou a seguir deve ser atribuída não apenas ao desaparecimento de obstáculos legais (subida essa inflacionada pelo número de casais que anteriormente não tinham acesso ao divórcio mas que já se encontravam separados de facto) mas também à mudança social e de valores. Foi também ao abrigo da nova legislação (1977) que os casais unidos de facto passaram a ser reconhecidos legalmente. Posteriormente a lei de 1994 e de 1999 alargou a protecção social e os direitos dos coabitantes (Almeida e Wall, 2001).

pais perante a coabitação devido ao «caso» antigo existente na sua família, ao exemplo da avó que nunca se casou e da mãe que foi obrigada a casar-se mas que foi infeliz no casamento. Este conjunto de acontecimentos retirou, na sua opinião, legitimidade aos familiares, e aos pais em particular, para se oporem à sua entrada em casal de maneira informal ou emitirem juízos de valor negativos acerca da opção tomada.

**I:** Isso também explica, em parte, o facto de não me terem chateado (...). É que o meu avô tinha duas mulheres. (...) Durante o tempo em que foi vivo dividia-se entre as duas casas e uma sabia da outra. Acabou por se casar com uma porque foi durante a guerra e ela era de Moçambique e foi uma forma de a salvar. Já na família havia assim este caso... por isso nunca na vida poderiam meter-se comigo por eu ir para uma união de facto. A minha avó materna nunca se casou, a minha mãe na altura nasceu como filha ilegítima. A minha mãe casou-se porque a minha avó a obrigou a casar porque teve um caso com o meu pai, deixou de ser virgem e foi mesmo obrigada a casar. Depois o casamento não resultou e a minha mãe arranjou outro homem mas também não se voltou a casar.

A opção de coabitar em vez de casar inscreve-se num contexto em que o «tempo singular» ou a maneira como se constrói a biografia familiar e individual se entrecruza com o «tempo social» ou colectivo. Inês faz questão de sublinhar quer uma quer outra dimensão. A sua narrativa invoca várias vezes um período recente da história da sociedade portuguesa, e uma vivência específica, para justificar as escolhas individuais. Vemos assim que os sentimentos, as opções e os valores que norteiam a entrada em casal, e a relação conjugal, são enquadrados numa época e num conjunto de acontecimentos exteriores.

**F:** Quando começaste a viver junto tinhas a ideia de que a vossa relação seria para durar ou que tudo estava em aberto?

**I:** Tudo estava em aberto e ainda está. Era uma forma de ver a relação que tinha a ver com aquela época do amor livre e da filosofia. A nossa ideia era estarmos juntos enquanto, quer um quer outro, estivesse bem. Na altura pensaríamos que não tínhamos um compromisso mas eu hoje, quando olho para trás, vejo que de facto tínhamos esse compromisso. Na nossa juventude da altura não o víamos assim.

Na sua juventude, Inês sentiu-se profundamente atraída por ideais românticos e igualitários da relação entre homens e mulheres e, também, por uma concepção de liberdade individual que elege o amor como expoente máximo dessa liberdade vivido sem

amarras legais/ institucionais ou barreiras sociais. A coabitação é sinónimo de amor livre que dura apenas enquanto for fonte de bem-estar pessoal e enquanto os dois assim o entenderem.

A opção pela coabitação informal e a rejeição do casamento por parte de Inês, esteve, na sua origem, intimamente ligado a valores inconformistas partilhados pelo seu círculo de amigos mais próximo, embora contextualizados numa época e que não podem ser generalizados a todos os sectores da juventude portuguesa.

**F:** Porque é que foste viver junto em vez de casar?

**I:** Primeiro por causa da vivência muito específica daquela época. A filosofia *hippie* ... era diferente. Depois também tinha a experiência da minha casa que eu não queria repetir. As famílias com quem eu me dava viviam muito a questão da aparência (...). Eu nunca consegui engolir isso, sobretudo em relação à minha família, não só família nuclear (...). Eu achava essas pessoas muito hipócritas e eu não queria ser assim. Essa foi a razão principal para eu não me casar (...). Nós éramos um grupo de jovens que tínhamos uma filosofia de vida e que acreditávamos mesmo nela, desde a música aos tempos livres, tudo era influenciado por ela.

Inês tinha também uma imagem negativa do casamento derivado da má experiência dos pais e porque as uniões que observava à sua volta, no seu meio familiar de origem, a levavam a considerar o matrimónio uma instituição hipócrita. A decisão de coabitar foi consensual entre os membros do casal já que Eduardo na altura não fazia, assim como não fez depois, questão de casar, ao mesmo tempo que tendia a pensar da mesma maneira que ela. Hoje, tal como no passado, a duração da relação conjugal é vista como estando inteiramente dependente da dinâmica e da lógica dos sentimentos. O acento é colocado no compromisso de amor privado e na desvalorização dos laços jurídicos e institucionais.

**F:** Na altura eras contra o casamento?

**I:** Sim, eu era contra os casamentos que eu conhecia porque os achava hipócritas. Também sempre achei um bocado ridículos os rituais ligados ao casamento. (...) sempre achei que era uma coisa desnecessária. Não era por as pessoas seguirem um contrato que as coisas iriam resultar, não queria isso para mim. Achava que o verdadeiro contrato é as pessoas estarem juntas enquanto se gostam, isso é que é o fundamental, o resto não interessa para nada.

**F:** O Eduardo tinha a mesma opinião?

**I:** Sim. Embora tivéssemos experiência diferentes, partilhávamos essa opinião.

A recusa em submeter a relação a ingerências externas, a noção de privatização do casal e a tentativa de preservar a intimidade através da negação dos rituais ligados ao casamento, considerados não apenas desnecessários, como até hipócritas, são aspectos fundamentais das representações e atitudes de Inês face à conjugalidade que justificam a escolha da coabitação como modo de entrar e viver em casal.

**I:** Eu sempre achei os rituais do casamento uma palhaçada, talvez pelas relações a que eu assistia e aquela questão da hipocrisia. Achava ridículo ir perante um padre, ou perante um juiz, fazer uma declaração de intenções e assinar um papel. Eles não me conhecem de lado nenhum, não sabem nada de mim. Isto tem a ver com o achar que é uma relação privada e que ninguém tem nada a ver com isso nem tem nada que se meter. Também acho que não era capaz de encarar aquela coisa do casamento por uma questão de timidez. Embora não concorde com aquilo tudo, acho que também tem a ver com a minha maneira de ser, não gosto de dar nas vistas, não gosto de me expor.

Desde o início da relação conjugal que Inês recusa para si o papel tradicional feminino ligado à domesticidade e à dependência económica em relação ao parceiro, considerado como uma «armadilha» para as mulheres. A rejeição desse papel foi também uma das motivações para coabitar, embora ela hoje tenha uma atitude menos radical e ache que tudo depende da forma como é construída a relação a dois, quer no casamento, quer na coabitação.

**F:** Quando foste viver junto o que é que pensavas acerca da coabitação ? Sentiste, por exemplo, que era uma forma de escapares ao papel tradicional da mulher?

**I:** Também. Eu sempre fui muito revolucionária em relação a isso. Há também aquela questão da autonomia, da independência, porque deixar cair isso acaba por ser uma armadilha. Aquelas mulheres que não são felizes e são dependentes financeiramente, depois não conseguem sair disso.

O desejo de ser diferente, o assumir a relação coabitante como uma forma de contestação (contra modelos familiares herdados, contra a instituição do casamento, contra os valores tradicionalistas da relação conjugal), justifica a «etiqueta» atribuída a este perfil

de coabitação de longo curso que se desenvolve num meio qualificado e que contrasta, excepto na sua durabilidade, com a união de facto «de tradição».

**I:** Quando iniciei a minha vida com o Eduardo, para mim era importante não ser casada, fazia questão disso (...). Na altura queria ser diferente, era uma forma de contestação.

Analisadas as circunstâncias e as motivações para coabitar, importa perspectivar a formação do casal não apenas através da entrada em casal mas também a partir do ângulo da integração conjugal que inclui os primeiros tempos de vida em comum e o percurso subsequente.

**F:** Sentias que nos primeiros tempos não te querias envolver ou comprometer completamente?

**I:** Eu estava envolvida afectivamente, mas sempre tivemos a noção de que esse sentimento poderia acabar a qualquer momento. A abertura da relação era por aí, era essa a base da estrutura dos nossos projectos.

O discurso de Inês faz sobressair uma visão desinstitucionalizada, aberta e dinâmica da conjugalidade que perdura até hoje. A ausência de planos para casar e a abertura da relação quanto a perspectivas de durabilidade não excluem o desejo de ter filhos logo nos primeiros tempos de vida em comum.

**I:** Para casar nunca fizemos planos. Tínhamos era planos para termos filhos. Aliás, eu logo no primeiro ano tentei ter um filho (...). Eu acho que era um bocado inconsciente porque ambos ganhávamos pouco e tínhamos uma renda de casa altíssima para onde ia directo o ordenado de um de nós e, mesmo assim, pensámos em ter filhos. Eu também tinha aquela ideia romântica de criar a minha filha de forma diferente da forma como fui criada. Depois não tive mais filhos porque achei que não tinha condições financeiras para isso.

É a vontade de construir uma relação conjugal e uma família em moldes diferentes que faz surgir a união de facto e fundamenta o desejo de ter, e educar, filhos em comum. Inês confessa que este foi e é, ainda, um projecto alicerçado numa visão “um bocado romântica da vida” mas que na sua opinião acabou por ser alcançado com “um bocado de esforço”.

Embora a maternidade e o projecto familiar apareçam como uma área significativamente relevante ao longo do discurso de Inês, o investimento profissional não deixa de ser igualmente importante como fonte de gratificação e identidade pessoal. Basta lembrar que a entrevistada dispôs-se a fazer o sacrifício de um investimento em estudos prolongados como meio de conseguir uma maior realização profissional. Olhando para a sua vida hoje, o casal, a filha e a profissão surgem como esferas identitárias essenciais que contribuem para o bem-estar individual mas cada uma delas ocupa um lugar próprio que não se sobrepõe necessariamente ao outro. Houve, no entanto, momentos, em determinada altura do curso familiar, quando a filha era pequena, que Inês sentiu que estava a abdicar dos seus projectos profissionais em prol dos objectivos familiares<sup>84</sup>.

**F:** Pensando na tua vida hoje, o que é que te dá mais satisfação?

**I:** Continuar com a pessoa com quem estou, termos conseguido ultrapassar tantos anos e estarmos bem, olhar para a minha filha e gostar do que vejo como pessoa, ter tirado um curso com todas as dificuldades, é essencialmente isto.

**F:** E disso tudo, o que é que pões à frente?

**I:** É complicado, são três aspectos que fazem parte de mim ... eu não abdicava da minha carreira profissional por causa dele, também não por causa dela, porque a minha filha já é uma mulher criada. Mas eles de facto são muito importantes para mim, mas sobrevivia sem eles, também tenho um bocado esse espírito.

A descrição retrospectiva de Inês acerca da relação conjugal mostra que o sentimento de compromisso estava presente no início da união mas este é exclusivamente assumido com base na dimensão relacional e não num contrato destinado a durar. Tal como o compromisso entre o casal é algo construído «a pouco e pouco», também a durabilidade da união não é um dado adquirido. Inês tem hoje a percepção que o compromisso entre ela e Eduardo “foi crescendo e amadurecendo” ao longo do tempo, embora reconheça, como vimos antes, que este foi um processo que partiu de ideais de liberdade e «amor livre» que tendiam a negar a ideia de «compromisso». Ela hoje acha que «uma pessoa que gosta da outra tem sempre um compromisso».

---

<sup>84</sup> Retomaremos este tema mais à frente a propósito do percurso e modo de funcionamento do casal.

**I:** (...) Há sempre compromisso, na coabitação também, até porque há uma partilha de responsabilidades. Isso implica compromisso, espera-se sempre algo do outro.

Na perspectiva de Inês, os princípios, as maneiras de sentir e de pensar que deram origem à relação conjugal ainda hoje se mantêm. Para além da vertente afectiva, considerada primordial, esses princípios incluem a autonomia entre os membros do casal, o sentimento de confiança e de respeito mútuo. Mas trata-se de uma forma de respeito construído entre pares, e na procura de igualdade entre os cônjuges, e não do respeito que decorre do reconhecimento da autoridade masculina normalmente associado a valores mais institucionalistas da conjugalidade.

**I:** Para mim o mais importante numa relação é a parte afectiva, o respeito, a confiança, de certa forma, os princípios, os valores, os sentimentos. (...) Por exemplo, há homens que tendem a ver as mulheres como se fossem mães, tende a haver uma transferência de papel e isso acho que é uma falta de respeito. (...) Se eu vivesse com alguém que me dissesse que era dependente de mim, acho que isso me ia chatear muito.

Inês acredita também que a fidelidade no casal é cúmplice dos sentimentos e não um «dever» conjugal. No entanto, essa dimensão do relacionamento entre o homem e a mulher no casal constitui, na verdade, o limite mais importante que ela coloca à liberdade individual. Uma espécie de fronteira entre individualismo afectivo e constrangimentos do casal.

**F:** Em que aspectos consideras que cada um dos membros do casal deve ter autonomia ?

**I:** Eu acho que em praticamente quase tudo [*na parte económica, emocional, em relação aos amigos...*]. Tudo menos em relação à fidelidade. Para mim, acho que aí é o limite. (...) por uma questão de respeito pelos sentimentos do outro. (...) eu aí, sentir-me-ia muito desrespeitada. A partir do momento em que eu perdesse a confiança dificilmente conseguiria manter uma relação com alguém. (...) Eu aceito que uma atracção por outra pessoa possa acontecer, mas exijo ser respeitada e prefiro que mo venham dizer.

Inês tende a negar, em vários domínios da conjugalidade, as obrigações inscritas numa ordem pré-estabelecida e nesse sentido rejeita a ideia de “casamento tradicional”

externamente regulado e sexualmente diferenciado. Ao recusar a institucionalização de deveres e obrigações, a coabitação é pensada como tendencialmente favorável ao desenvolvimento da autonomia pessoal.

**I:** Eu tenho um bocado ainda essa ideia. (...) Na minha relação com o Eduardo, aquilo que se faz, não se faz por obrigação, faz-se porque se quer. (...) A coabitação permite criar um espaço de autonomia e não permite que se ultrapasse, ao mesmo tempo implica respeito um pelo outro. Eu valorizo muito a minha independência e a minha autonomia. A coabitação ajuda a isso, embora não tenha a certeza se no casamento é diferente porque nunca tive essa experiência. (...) Depende da forma como as pessoas vão para o casamento e daquilo que esperam dele. Se for um casamento tradicional, no espírito de um contrato e de deveres um para com o outro, a mim isso cai-me um bocado mal. A obrigação deve ser para comigo no sentido de que quero o bem do outro.

Neste perfil de coabitação de cariz modernista, em alguns aspectos semelhante ao modelo associativo de conjugalidade (Kellerhals, 1987), o indivíduo, a sua liberdade e o seu bem-estar, emerge como centro do casal, o que não significa que não se busque um equilíbrio entre a construção de espaços de autonomia pessoal e a partilha conjugal. A ideia de regulação privada, como forma até de proteger a relação do casal da contaminação de elementos exteriores é, mais uma vez, bastante saliente no discurso de Inês.

**I:** A desvantagem [*do casamento*] é a de poder implicar uma perda de autonomia e de independência devido às questões legais que organizam o casamento. Isso a mim podia-me fazer sentir um bocado obrigada a fazer algo e não gosto de me sentir nessas circunstâncias. Eu acho que a minha relação está construída nas bases certas e não a queria estragar, misturando com outras coisas que não têm nada a ver.

O carácter moderno de sentido inconformista associado a este tipo de conjugalidade coabitante, a que chamámos de «transgressão», é bastante visível na desvalorização simbólica do casamento, bem como na recusa do vínculo institucional, visto como um obstáculo ao desenvolvimento de uma relação que se deseja baseada nos sentimentos, na igualdade de estatutos e na autonomia entre os membros do casal.

As representações e os valores de Inês acerca da conjugalidade e da família, contribuíram indubitavelmente para que a formalização da relação do casal fosse banida das intenções e das práticas ao longo da trajectória e do processo de integração conjugais.

**F:** Ao longo deste tempo em que vivem juntos, alguma vez abordaram o assunto do casamento?

**I:** Não, nunca abordámos.

**F:** E o Eduardo nunca desejou casar?

**I:** Que eu saiba não, pelo menos a mim ele nunca me disse nada. Eu acho que o casamento não tem mesmo nada a ver com ele.

Tendo em conta os momentos de transição familiar mais significativos, como seja a entrada em casal, a entrada na parentalidade e o período, mais ou menos alargado, que se segue ao nascimento dos filhos<sup>85</sup>, é possível verificar que o casamento nunca chegou a ser um desejo, muito menos uma intenção ou um projecto na vida deste casal. Mas houve uma altura em que Inês pensou no assunto por causa da filha, tendo rapidamente abandonado essa ideia.

**I:** Quando a minha filha aos 10 anos começou a fazer muitas perguntas, eu ainda balancei um pouco e pensei até que ponto é que seria prejudicial para a cabeça dela o facto de não sermos casados. Hoje em dia é uma coisa muito comum, embora há dez anos atrás, em alguns meios, não era muito bem visto<sup>86</sup>. (...) Optei por falar com ela e explicar-lhe os meus motivos e a coisa ficou por aí. Isto para dizer que hoje em dia já não sou assim tão radical em relação ao casamento, não é importante o ser ou não ser casada.

Embora Inês tenha moderado a sua posição anti-casamento da juventude (“eu hoje aceitaria casar por questões práticas”), as suas atitudes e a sua maneira de pensar revelam uma profunda desafeição ou mesmo uma recusa do matrimónio. A ideia de casar por

---

<sup>85</sup> No sentido de estudar o impacto do «tempo interno das famílias» foram considerados três momentos de transição-chave na pesquisa extensiva sobre as famílias em Portugal: a entrada na conjugalidade, o nascimento do primeiro filho e a entrada de um ou mais filhos na escolaridade obrigatória (Wall, [org.], 2005: 39). A análise da variável filhos inserida numa perspectiva que tem em conta a dinâmica processual das famílias (vida em casal sem filhos, com filhos pequenos, com filhos mais crescidos, etc) permitiu revelar assimetrias de género quanto a trajectórias profissionais, à divisão do trabalho doméstico e detectar, ainda, reformulações identitárias das mulheres pesquisadas (ver especialmente o capítulo 6: “A divisão familiar do trabalho” [pp.303-362] e o capítulo 7: “Transições familiares e identidade das mulheres” [pp.363-391], *op.cit.*).

<sup>86</sup> Inês refere-se a meios favorecidos e explica mais à frente que a filha frequentou o Colégio Moderno até à 4ª classe onde era “caso único com pais não casados”. Depois dos 10 anos, “ela foi para a escola pública e aí já não era a única”.

razões práticas é, na verdade, uma hipótese longínqua que até agora nunca foi julgada necessária, superado o episódio em relação à filha.

**I:** Os princípios que deram início à nossa relação mantêm-se. Eu hoje em dia só me casaria com ele se nos saísse o totalito. Só se nos surgisse uma coisa qualquer que eu não estou muito bem a ver o quê, dentro dessa ordem prática que, por algum motivo, protegesse um ou outro de alguma coisa.

O caso de Inês é também um bom exemplo de como o desaparecimento de discriminações legais e estigmatizações sociais que pesavam até há relativamente pouco tempo sobre os comportamentos privados, influencia ou leva as pessoas a não querer casar, mesmo quando têm filhos<sup>87</sup>.

**I:** Eu não vejo necessidade disso, até porque hoje em dia já não há filhos ilegítimos. A minha mãe era filha ilegítima e encarava isso como um estigma, mas isso entretanto acabou. As crianças hoje em dia, por lei, têm que ter mãe e pai.

A recusa do casamento, que se exprime hoje de forma menos marcadamente contestatária, encontra-se intimamente ligada, como vimos, a uma concepção da coabitação como uma relação mais livre e mais favorável à preservação da autonomia individual – está-se na relação «porque, e enquanto, se quer» e fazem-se as coisas «porque se gosta» e não por obrigação. A coabitação parece ser vista também como uma relação que confere mais poder às mulheres e permite uma margem maior de negociação em caso de conflito entre o casal.

**I:** Estou a lembrar-me que há uns tempos tive um problema familiar (...). Nessa altura passou-me pela cabeça a ideia “ainda bem que eu não sou casada porque senão teria a obrigação que assim não tenho”. (...) Depois o facto de não ser casada dá-me mais independência e posso bater o pé.

Apesar de Inês afirmar que o facto de ter amadurecido lhe permitiu “ter consciência de que não é com o casamento, é com algumas formas de casamento” que ela não concorda,

---

<sup>87</sup> Refira-se, a propósito da legislação, que Inês é de opinião que tem os mesmos direitos que as pessoas casadas, embora à semelhança da maioria dos entrevistados nunca tenha lido a lei sobre as uniões de facto e desconheça em pormenor o conteúdo da mesma no que se refere a «direitos». Ela manifestou, por exemplo, o receio que Eduardo pudesse ser posto na «rua», caso lhe acontecesse alguma coisa a ela, pois a casa onde vivem há anos está alugada em seu nome. Pela primeira vez vão ser também registados como casal na questão do IRS, com o objectivo de usufruírem de benefícios fiscais.

a entrevistada tende a ter representações diferenciadas acerca da coabitação e do casamento. Ela continua a achar que a primeira é uma relação mais vantajosa, sobretudo para as mulheres, na medida em que permite salvaguardar mais facilmente a autonomia pessoal e a igualdade entre os membros do casal. Contudo, existem aspectos em relação aos quais ela mudou de opinião, nomeadamente no que toca à forma como encara hoje, e no início da união, a questão do compromisso entre o casal. Na sua concepção actual, a coabitação já não é sinónimo de amor livre sem compromisso. Mantêm-se, não obstante, e no essencial, a ideia de uma relação privatizada, dinâmica e aberta, que deve assentar prioritariamente numa base expressiva e igualitária. Nesse sentido, há uma rejeição bastante acentuada da ideia de contrato, perene, com deveres e obrigações instituídos que pode constituir, na sua maneira de ver, um entrave à concretização desses ideais. A ênfase colocada na perspectiva da conjugalidade como «construção» e «processo», surge também perfeitamente clara nas palavras de Inês quando ela faz o balanço da sua relação com o Eduardo.

**I:** A minha experiência diz-me que uma relação não é sempre a mesma, vai-se renovando e construindo (...), porque nós não somos sempre os mesmos, eu não sou a mesma hoje com 41 anos, do que era com 17. No meu caso temos encontrado sempre pontos de renovação, mesmo a nível afectivo. (...) Por isso, até agora faço um balanço positivo, de outra forma não estaria nesta relação.

A atitude contestatária anti-instituição da juventude é hoje substituída por uma atitude mais moderada. Inês tende hoje a achar que há muitas maneiras de viver e encarar a conjugalidade (logo não há um modelo único), que não dependem, fundamentalmente, do estatuto formal ou informal da união. Actualmente ela vê o casamento mais como uma relação e menos como uma instituição. Mas talvez não tenha sido só ela a «mudar» mas também a sociedade portuguesa no seu conjunto. No espaço de uma geração, principalmente depois de 1974, período que a entrevistada viveu intensamente e que constitui sem dúvida um ponto de viragem, sucederam-se mudanças rápidas e as relações conjugais e familiares já não são o que eram. A ruptura conjugal aumentou e é encarada como um direito, tendo em conta a procura de auto-realização afectiva e desenvolvimento pessoal. As mulheres cada vez mais autónomas já não se submetem, por dependerem inteiramente dos cônjuges, a casamentos longos vividos de forma insatisfatória. A virgindade feminina, como no tempo da mãe da entrevistada, deixou de ser um requisito pré-nupcial e as experiências e percursos dos rapazes e raparigas, em termos de

relacionamentos afectivos e sexuais, tendem a aproximar-se. Basta lembrar que a mãe de Inês, apesar de ter uma licenciatura e pertencer a um estrato social elevado, foi praticamente obrigada a casar por ter tido um caso com o homem que acabou por vir a ser o seu marido. Se a mãe de Inês tivesse nascido em tempos mais recentes não teria vivido também, provavelmente, com a herança estigmatizante da ilegitimidade.

Importa neste momento perspectivar como se articula a dimensão simbólica, que constituiu até agora o foco principal da nossa atenção, a par da trajectória e entrada na coabitação, com a construção da relação do casal no dia a dia. Serão as representações e valores sobre a coabitação e a conjugalidade coincidentes com as práticas ou verificar-se-ão algumas discrepâncias? A coesão do casal baseia-se em práticas mais ou menos fusionais ou autónomas? Como é que neste perfil de coabitação se conjugam trajectórias e papéis de género? A defesa de ideais igualitários resiste à organização das rotinas quotidianas em torno da repartição das tarefas caseiras e dos cuidados com a filha? O que mudou ao longo de mais de vinte anos de vivência em comum?

Os primeiros tempos de vida em comum não foram só «amor e paixão». Inês relata esse tempo como um período de adaptação difícil.

**I:** Na altura, devido à minha idade, aquilo foi uma paixoneta. Fui viver com ele sem saber muito bem o que estava a fazer, por acaso, a coisa resultou. Na altura não estava muito consciente do que fazia, era muito nova e mimada. Vinha de uma família onde tinha tudo e não estava habituada a ter dificuldades ou a ter que trabalhar. Fui aprendendo e essa adaptação foi um período difícil para mim. Quando me comecei a aperceber daquilo que fiz já estava lá e senti-me um pouco encurralada, a única opção era mesmo aprender.

Em relação à repartição das tarefas domésticas, Inês considera que ao longo da sua vida em casal ela foi mais sobrecarregada do que ele, sobretudo quando a filha era pequena. Ainda hoje, ela acha que «acaba por fazer mais», justificando essa realidade pelo facto dele passar mais tempo fora de casa. No entanto, essa foi uma «batalha» que ela foi ganhando aos poucos, resultando actualmente numa divisão mais igualitária e indiferenciada do trabalho doméstico. A atitude reivindicativa de Inês e a procura de paridade nesse domínio contribuiu para que a iniciativa e a participação masculina nas lides caseiras fosse aumentando de forma gradual. A organização da vida familiar foi uma aprendizagem feita a dois, já que ela foi aprendendo a delegar tarefas, e responsabilidades, e ele a tomar a

iniciativa quanto à sua execução. Inês conta que no início da coabitação havia muitos conflitos entre o casal a propósito das tarefas caseiras, a ponto de se instalar o caos doméstico que era uma maneira dela forçar a colaboração do cônjuge. Eduardo teve, segundo Inês, uma educação tradicional, em que a mãe fazia tudo em casa, e quando foram viver juntos ele estava à espera que fosse ela a tomar a iniciativa e a assumir a responsabilidade pela manutenção da casa. A afirmação de que ela o «educou» ou «reeducou», é reveladora das mudanças vividas no casal a esse nível, que se traduzem, na percepção de Inês, numa conquista feminina e na não conformação com os papéis tradicionais de género.

**I:** Existiram alguns conflitos já que ele esperava que eu fizesse determinadas coisas que eu, por um lado, era miúda e estava-me a borrar e, por outro, achava que não me cabiam apenas a mim. Posso te dar um exemplo: dado que ele não lavava a loiça, eu era capaz de chegar à situação de não haver uma peça de loiça limpa para o obrigar a tomar a iniciativa de o fazer. (...) durante muito tempo ele esperava sempre que eu lhe dissesse para fazer isto ou aquilo, ele funcionava como se eu estivesse a substituir a mãe dele. Não quero, nem nunca quis, esse papel. Houve, portanto, um trabalho conjunto dos dois: eu por um lado, tentava não ser tão drástica, já que eu era capaz de deixar tudo de pantanas, (...) ele às tantas também se passava porque não se sentia bem dentro de uma casa assim, fui doseando e ele foi cumprindo, as coisas foram-se resolvendo. (...) Eu, de certa forma, reeduquei-o para se tornar autónomo nesse sentido.

Actualmente a divisão familiar do trabalho doméstico conta também com a participação da filha do casal, através de pequenas ajudas em casa. Sofia, com 21 anos, está a tirar um curso técnico-profissional de restauro e pintura, ao mesmo tempo que trabalha. Mas a mãe, à semelhança de muitas outras mulheres, desde as mais escolarizadas às menos escolarizadas, confessa a tendência, de tal maneira interiorizada, mesmo quando os ideais e as intenções são de sinal oposto, para concentrar o trabalho nela,<sup>88</sup> atendendo à falta de perfeição e competência nesse domínio, quer da filha, por ser ainda jovem quer, sobretudo, do cônjuge.

---

<sup>88</sup> Nas mulheres mais escolarizadas, como no caso de Inês, há, no entanto, uma auto-reflexividade crítica, bem como a assumpção de uma posição mais exigente e reivindicativa quanto à participação do cônjuge.

**I:** Embora eu tenha a noção de que sou um bocado esquisita nessas coisas porque há sempre aquela tendência de ser eu a fazer as coisas por não gostar da forma como ele as faz. Mas comecei a deixar-me disso, sobretudo na altura em que fui para a universidade. O mesmo acontecia com a minha filha, mas às tantas decidi parar porque estava a torná-la mimada. (...) Comecei então, a não ligar tanto à perfeição das coisas, e passei a delegar nos outros também essa responsabilidade. Mas esse tipo de actividades continuam a interferir mais na minha vida profissional, até porque ele está menos tempo em casa e eu não vou estar à espera que ele chegue para fazer as coisas (...). Eu como estou mais tempo, acabo por fazer mais.

A divisão das tarefas domésticas e a sua rotinização, salvaguardando os cuidados com a filha pequena, parece ter sido fabricada não tanto com base numa lógica de complementaridade e diferenciação sexual mas assente numa estratégia que elege a aptidão ou o gosto (e contra gosto) de cada um como critério principal<sup>89</sup>.

**I:** Há coisas que eu não gosto de fazer e ele até nem se importa de fazer. Por exemplo, eu detesto estender a roupa e ele adora fazer isso, gosta de estar à janela (...), nós temos uma vista lindíssima para o Tejo. Eu cozinho porque ele não tem jeito nenhum para cozinhar. Eu não passo a roupa dele a ferro, ele é que a passa. Eu só lhe passo as calças do fato por causa dos vincos.

**F:** Que tipo de tarefas não te importas de fazer em casa?

**I:** Dentro de elas todas acho que é o cozinhar a que menos me chateia. Também gosto muito de cuidar das plantas que tenho lá em casa (...). Detesto fazer camas, mas é uma coisa que ele sempre faz, mesmo quando é para mudar os lençóis. Detesto limpar o fogão mas isso varia, depende de quem lavar a loiça, não gosto de estender a roupa e de limpar o pó.

**F:** E ele?

**I:** Ele gosta mais é daquela parte do *bricolage*, arranja tudo e mais alguma coisa, pinta e faz móveis. A parte da decoração da casa ele também gosta.

---

<sup>89</sup> Este critério está ausente nos casais de meio operário (mas não de todos), classificados no perfil de coabitação masculina e nos casais de meios desqualificados, principalmente no perfil de coabitação de tradição, em que o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos são vistos à partida como um território das mulheres em que os homens não entram.

O modelo referido, mais frequentemente adoptado pelos casais entrevistados que não seguem automaticamente os padrões tradicionais, que assumem a negociação como uma dimensão importante das práticas e que se regulam por normas mais igualitárias não é, em teoria, incompatível com a divisão equitativa das tarefas. No entanto, a divisão por “territórios pessoais”, para utilizar a expressão de Kaufmann (1993 e 2000), acaba por introduzir subtilmente desigualdades na medida em que as aptidões e os «gostos» individuais derivam rapidamente em especializações femininas e masculinas quase sempre desfavoráveis às mulheres, quer em termos de quantidade de tarefas executadas, quer no tempo gasto na sua concretização<sup>90</sup>.

Inês parece ter desenvolvido competências, desde o início da vida em comum, em actividades que exigem uma preocupação constante, e mais atenta aos pormenores, ou que requerem uma técnica mais complexa (cozinhar, fazer a lista das compras, engomar certas roupas, pagar as contas, actualmente através da Internet e, de uma maneira geral, as tarefas de administração doméstica), deixando para ele as tarefas mais simples, de execução mais rápida ou que não necessitam de ser diariamente asseguradas (estender a roupa, limpar o pó, fazer e mudar as camas). A especialização de Inês em tarefas mais sofisticadas ou mais qualificadas, sem falar já das que estão relacionadas com a prestação de cuidados à filha, é também sinónimo de poder feminino que, consciente ou inconscientemente, as mulheres dificilmente conseguem «abrir mão».

Dentro das tarefas mais rotineiras e repetitivas, penosas para os dois, ou que não agradam nem a um nem a outro, prevalece hoje o consenso de que «não há outro remédio» senão fazê-las. Limpar a casa, passar a ferro, arrumar a roupa, e também ir às compras, são actualmente tarefas partilhadas pelo casal, algumas negociadas, como é o caso da loiça (ora um, ora outro), sem os conflitos de outrora.

**F:** Essa divisão de tarefas sempre foi assim ou houve mudanças?

**I:** Houve mudanças, as compras fazemo-las os dois embora seja eu a fazer a lista, até porque sou eu que cozinho e sei o que faz falta. Agora cada um passa a sua

---

<sup>90</sup> Constituem referências fundamentais, na análise da divisão sexual do trabalho doméstico, o trabalho de Kaufmann, nomeadamente na obra “La Trame Conjugale” (2000 [1992]) e também a análise efectuada por Bernard Zarca (1990) que distingue um «pólo feminino», um «pólo masculino» e «negociável» de tarefas domésticas. O segundo inclui um número significativamente menor de tarefas, comparado com o primeiro, e o último diz respeito à cozinha, às compras e à lavagem da loiça, domínios onde os homens começaram a entrar mais recentemente, a par, também, da colaboração nos cuidados com os filhos como mostram investigações realizadas no nosso país (Torres, 2002).

roupa a ferro, dantes não. Arrumar a roupa também ou é um ou é o outro. A limpeza e manutenção da casa é dividida, embora isso de colocar os objectos no lugar continue a ser mais eu. Pagar as contas sou eu, porque pago tudo pela «net» (...).

Notam-se, contudo, algumas cedências do lado feminino que resultam num maior número de tarefas e preocupações a cargo dela, enquanto que Eduardo vai «cumprindo» porque a isso foi «obrigado» desde o início da conjugalidade. Inês não está à espera que ele chegue a casa para fazer as coisas e acaba por «fazer mais», passa as calças dele «por causa dos vincos» (mais algumas roupas comuns), faz o jantar todos os dias e por vezes, ainda, lava a loiça, preocupa-se com o que faz falta ou há para fazer em casa, paga as contas e gere o dinheiro («ele dá-me o dinheiro e eu é que giro porque ele não quer saber»), assegura as pequenas arrumações diárias e os múltiplos afazeres. Em suma, existe da parte de Inês um maior envolvimento com o lado doméstico da vida quotidiana, apesar do empenhamento que ela coloca actualmente na profissão, que assume um carácter contínuo típico das mulheres, e que se exprime numa espécie de impossibilidade, sentida neste caso mais como defeito do que virtude, para se desligar das mil e uma tarefas e micro decisões de «orquestração» caseiras<sup>91</sup>.

Inês considera que Eduardo hoje em dia trabalha mais em casa do que nos primeiros tempos de vivência do casal. Ela culpabiliza-se pela menor participação do parceiro, no início, e até determinada altura da trajectória conjugal, como se a partilha das tarefas dependesse mais, na sua opinião, da atitude das mulheres do que do habitual défice de iniciativa masculina. Da parte de Eduardo, parece que aquele era de facto real, quando a propósito da loiça suja das refeições ela descreve o caos doméstico e os primeiros conflitos entre o casal. Se houve cedências, mudanças e adaptações do lado masculino ela, por seu turno, chegou à conclusão que mais vale não criticar a qualidade do trabalho dele, “não para evitar o conflito”, afirma, mas para evitar melindrar o cônjuge com efeitos desencorajadores.

---

<sup>91</sup> Esta expressão é utilizada originalmente por Michel Glaude e François de Singly (1986) para distinguir o «poder de execução» do «poder de orquestração». Este último, ligado às grandes decisões, como por exemplo as que estão relacionadas com a educação dos filhos ou com a compra de casa e grandes equipamentos, tende hoje, concluem os autores, a estar mais democratizado, isto é, mais partilhado pelos homens e pelas mulheres, enquanto o primeiro dos poderes permanece no essencial feminino. A expressão é aqui retomada nos dois sentidos, abarcando as macro e as micro decisões do curso familiar e a concretização ou execução das múltiplas tarefas quotidianas.

**F:** Achas que actualmente o Eduardo trabalha mais, ou menos, do que no início da relação?

**I:** Trabalha mais, porque eu fui aprendendo a delegar. Eu acho que na altura ele não fazia mais, era por minha culpa, porque eu não gostava que as coisas não fossem bem feitas e assumi-as eu. Mas aprendi que se ele não as fizer, também não vai aprender a fazê-las melhor (...) Evito também ao máximo criticá-lo que é para ele não se sentir constrangido ou ofendido.

A habitual resistência às lides caseiras e falta de tempo masculinas, dado o centramento na esfera profissional, a concomitante e não menos habitual negligência e falta de competência na área doméstica, umas vezes real e persistente, outras mais imaginada pelas próprias mulheres, a dificuldade destas em delegar tarefas obedecendo a impulsos “incontroláveis”, inscritos em sistemas de disposições de género incorporados, são razões de peso que estão presentes no discurso de Inês para justificar que ainda hoje as actividades domésticas, e apesar da filha já estar crescida, lhe «roubam mais tempo» a ela do que a Eduardo e, nesse sentido, interferem mais na sua vida profissional. Prevalece, contudo, neste casal uma ética companheirista de interajuda e partilha das tarefas e responsabilidades domésticas que se traduz, também, em práticas efectivas. Talvez devido à existência, desde o início, de uma predisposição de Eduardo para colaborar, assente em valores igualitários que enquadrados numa época e vivência específica, de clara ruptura com os modelos herdados, deram origem à união conjugal mas, sobretudo, devido à posição intransigente de Inês que desde o começo da coabitação procurou a participação paritária do cônjuge. Este caso ilustra bem a perspectiva que antevê a construção dos papéis sexuais no curso da vida conjugal como “um processo extraordinariamente complexo e fluido, que se joga no cruzamento das maneiras herdadas, da dinâmica específica da interacção e da força da imposição dos modelos culturais do momento” (Kaufmann, 1993: 102).

Em relação aos cuidados com a filha, que nasceu após dois anos de coabitação, a diferenciação de papéis de género é mais notória, assim como o acréscimo de trabalho feminino, hoje aligeirado, em parte devido ao aumento da participação masculina mas também porque actualmente são três adultos em casa<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Comparando a vida em casal hoje com os primeiros tempos, apesar da sua falta de iniciativa Eduardo já lavava a loiça, embora no inicio poucas vezes, já estendia a roupa, já participava na limpeza da casa e pagava as contas (tarefa que ela passou a assegurar) mas não fazia

**I:** Ele em relação à filha fazia pouca coisa porque no final do dia em que ela exigia mais cuidados, como por exemplo, dar-lhe banho e assim, ele não estava. Ele estava muito tempo fora de casa e eu acabei por ser mais sobrecarregada nesse sentido, sobretudo quando ela era bebé. Ainda hoje ele não consegue pegar em bebés.

Inês tem a percepção que foi ela, em comparação com Eduardo, que prejudicou mais a sua vida profissional por causa da filha. Quando era pequena, Sofia estava muitas vezes doente («não tinha nada de grave mas tinha poucas defesas») e a mãe «passava a vida a faltar ao emprego». Ela sente que podia «ter aprendido muito mais» e subido na carreira profissional, principalmente na primeira empresa onde trabalhou, mas de certa maneira Inês optou por dar prioridade à filha, passando aquela, até determinada altura, para segundo plano.

**I:** Na primeira empresa em que eu trabalhei fui muito prejudicada pelo facto de a minha filha ter estado ... sempre muito debilitada ao longo da sua infância. (...) Poderia ter aprendido muito mais e chegar a sítios aos quais não cheguei. Essa empresa faliu, tive um ano de subsídio de desemprego (...). Voltei a prejudicar-me por questões de saúde da minha filha, numa altura em que eu poderia ter apostado em termos de carreira. A história da minha vida profissional enquanto a minha filha não cresceu foi essa. Se tivesse alguém que dividisse comigo esses períodos de doença, se calhar não teria sido tão prejudicada.

Inês hoje, à semelhança de outras mulheres com formação universitária, apresenta uma diversidade de projectos identitários (na profissão, na conjugalidade e na família) mas o investimento parental, tanto pelo lado da prestação de cuidados como pelo lado relacional, ocupou um lugar muito importante na sua vida. Ao longo do percurso conjugal e familiar, Inês teve sempre um papel mais activo na educação da filha e parece também não ter querido abdicar desse protagonismo que se nota até quando ela relata as principais razões da conflituosidade no casal.

---

compras nem passava a ferro ou arrumava roupa. Inês participava em todas estas tarefas para além de tratar diariamente das refeições, assegurar o abastecimento, pôr a roupa a lavar e prestar cuidados à filha. Era ela também, e não Eduardo, que se levantava a meio da noite para cuidar da filha. As respostas relativas a quem fazia o quê nos primeiros tempos de vida em comum, para além de gravadas, ficaram registadas no quadro respeitante às tarefas domésticas (ver questionário de caracterização dos entrevistados).

**F:** Que divergências, mal estares ou desentendimentos costumam surgir na vossa relação do dia a dia?

**I:** Não muitos, nós até nos damos bastante bem. Tivemos alguns desentendimentos em relação à nossa filha, porque eu sou um bocado mãe galinha, sou muito exigente e ele é mais relaxado. Por isso, às vezes, desentendemo-nos em relação à educação dela, mas fomos resolvendo a pouco e pouco.

O percurso de Inês é marcado por uma inflexão a nível pessoal, familiar e profissional já que ela decide, a partir do momento em que a filha se torna mais autónoma, voltar a estudar e tirar um curso. Ela sentiu, no fundo, que estava a abdicar da sua própria individualidade e a fazer concessões em relação ao cônjuge ao assumir grande parte da responsabilidade pela casa e pela filha. Resolveu, então, pôr cobro a essa situação. Olhando retrospectivamente para a sua vida, Inês hoje tende a achar que devia ter pensado mais nela de modo a não prejudicar os seus projectos a nível profissional mas, por outro lado, não está arrependida da atenção prestada à filha e do empenho colocado na sua educação.

**I:** (...) e, mesmo assim, houve períodos em que eu assegurei sozinha as tarefas domésticas. Isto porque eu estava desempregada e o Eduardo tinha essa vida em que passa muito tempo fora. Isso prejudicou-me, se eu tivesse isso em mente se calhar a minha vida profissional teria sido diferente. De alguma forma sempre fui mais sobrecarregada (...). Actualmente não, porque fui ganhando batalhas (...). Por outro lado, com aquela tal ideia de criar a minha filha de maneira diferente, eu sempre optei por ter situações profissionais que me permitissem estar com ela. Cheguei a uma certa altura também me fartei dessa situação e por isso é que fui tirar um curso. Assim que a minha filha começou a ter alguma autonomia resolvi acabar com essa realidade.

É a partir deste ponto da trajectória conjugal que os ideais igualitários defendidos desde o início e a autonomia enquanto norma desejada tendem a estar mais próximos da realidade vivida. O que a narrativa de Inês parece também demonstrar é a existência de «um tempo» mais propício à mudança e à transição que corresponde a um momento de viragem no ciclo de vida conjugal e familiar, mais precisamente quando os filhos deixam

de exigir cuidados tão intensos<sup>93</sup>. Esta observação, como mostram, aliás, outras pesquisas (Torres, 2002; Laland, 2005), é particularmente válida para as mulheres que de acordo com a sua identidade de género, e as expectativas e exigências que os outros de uma maneira geral constroem acerca do seu comportamento, tendem a estar mais implicadas no projecto parental. A partir do momento em que os filhos crescem, elas sentem-se mais libertas para investir na profissão ou concretizar projectos pessoais. Anália Torres no seu estudo sobre o casamento regista esse «tempo» de mudança nos casais que têm entre 10 a 20 anos de vida em comum, embora os condicionamentos de género e classe social, tal como sublinha a autora, acabem por impor margens de manobra mais estreitas para as mulheres (Torres, *op. cit.*: 187). Neste sentido, o caso de Inês, atendendo, muito embora, à sua origem social favorecida<sup>94</sup>, constitui um contra-exemplo das assimetrias normalmente verificadas nas trajectórias profissionais das mulheres e dos homens, que neste casal, em concreto, acabaram por resultar num saldo positivo feminino em matéria de autonomia e realização pessoal.

Pensando agora na construção de espaços de autonomia pessoal em termos de tempos livres e sociabilidades ou na comunicação a dois, bem como no modo de funcionamento do casal, Inês defende uma norma de autonomia relativa, embora a coesão do casal penda nalguns aspectos comportamentais para a fusão conjugal.

Inês e Eduardo saem sempre juntos aos fins de semana e partilham actividades e convívios com amigos excepto quando ele, por razões aparentemente profissionais, não está. Os momentos de lazer passados juntos, a sós ou na companhia de amigos são, aliás, uma dimensão da vida conjugal que Inês valoriza bastante e que constitui para ela fonte de satisfação.

**F:** O que é que costumam fazer aos fins de semana?

**I:** Vamos ter com amigos, ou vamos dar uma volta. Mas durante todo o fim de semana partilhamos tudo o que fazemos. (...) temos amigos muito exigentes, estão-

---

<sup>93</sup> A filha de Inês tinha cerca de dez anos quando a mãe decidiu entrar para a universidade.

<sup>94</sup> Recorde-se, a propósito de modelos familiares, que a mãe de Inês era licenciada e toda a vida exerceu uma actividade profissional fora de casa. Ao nível de recursos materiais e simbólicos, Inês encontra-se, sem dúvida, melhor posicionada que outras mulheres pertencentes a classes mais desfavorecidas para proceder a mudanças na sua vida, que introduzem também reformulações identitárias, com base em decisões autónomas que se sobrepõem aos interesses do colectivo familiar.

nos sempre a propor para fazer isto ou aquilo. Sobretudo um casal amigo que vive mesmo ao pé de nós com quem acabamos por partilhar muito do tempo livre.

**F:** Quais os momentos na tua vida de casal que mais gosto e satisfação te dão?

**I:** Acho que são essencialmente os momentos de lazer. (...) quando estamos juntos o dia todo, em que podemos partilhar não só as coisas chatas mas também o tempo livre.

Inês atribui tanta importância à relação a sós, em casal, como ao convívio com outras pessoas (“há que saber dosear as duas coisas, não só estar em casal, nem só estar com os amigos”). Em termos ideais, ela acha igualmente importante um casal passar «tempo junto» assim como guardar algum tempo em separado mas na prática, e devido à circunstância de Eduardo passar alguns fins-de-semana fora (de 15 em 15 dias), Inês procura aproveitar os lazes com o cônjuge.

**I:** Até porque durante a semana a maior parte dos dias estamos cansados e acabamos por não ter tanta disponibilidade e depois também porque dificilmente estamos sozinhos.

Quando Eduardo não está, ela gosta também de ficar sozinha ou sai em família, com as irmãs, enquanto ele faz mais programas à parte, com colegas de trabalho ou com amigos só dele.

**I:** (...) eu também gosto de estar às vezes sozinha e ter o meu próprio tempo e espaço sem me preocupar ou com a minha filha ou com ele. Acho que ele também pensa assim.

**F:** O que é que costumás fazer sem a companhia do Eduardo?

**I:** Há sempre um fim de semana em que ele não está e eu saio às vezes com as minhas irmãs (...).

**F:** E ele?

**I:** Ele quando está, está comigo, quando não está, não sei. Calculo que deve sair com os colegas de trabalho, até porque vão todos em conjunto para um ponto do país e ficam no hotel. Mesmo quando ele está cá, eu sei que ele muitas vezes sai do trabalho e vai beber um copo com os amigos.

Inês considera que tem poucos amigos só dela, sem contar com os amigos comuns e do seu círculo familiar com quem o casal convive. Justifica esse facto por ter perdido alguns amigos que tinha do tempo da juventude, devido a problemas de toxicodependência e, mais recentemente, por ter trabalhado isolada.

**I:** Eu tenho poucos amigos que vêm de trás (...). Há outra questão, o facto de eu trabalhar com estrangeiros e de não estar inserida dentro de uma empresa, também me isolou em termos do estabelecimento de amizades. Isto fez com que eu, neste momento, não tenha muitos amigos meus. Por outro lado, eu tenho seis irmãos e damo-nos todos muito bem. Fazemos programas juntos e acabámos por ser já tantos, com os respectivos companheiros, que quase já não vem ninguém de fora.

Enquanto Eduardo ao longo da sua vida em casal parece ter construído espaços de autonomia individual em torno da actividade profissional, das amizades e tempos livres (áreas que surgem até misturadas), nota-se que Inês se dedicou mais à família e investiu menos nas amizades fora da relação conjugal. A autonomia feminina centra-se essencialmente, por um lado no investimento, mais recente, nos estudos e na profissão, encarado como um projecto forte de individualidade e, por outro, na preservação de zonas de reserva íntima. A este nível, Inês faz questão de sublinhar que não pretende partilhar tudo com o cônjuge, afastando-se claramente de uma norma fusional.

**I:** (...) cada um de nós tem um espaço da individualidade que deve preservar, não tem que o escancarar totalmente. Eu ajo assim, não vejo que por viver com uma pessoa tenha que mostrar tudo aquilo que eu sinto, porque isso faz parte da minha individualidade. As pessoas são pessoas separadas, um casal não é um, são dois. Não tenho a obrigação de contar tudo, desta forma nós temos a possibilidade de ao fim de vinte anos ainda haver surpresas, boas e más.

Paradoxalmente, ou não, ela acha que Eduardo é uma pessoa muito fechada e que tende, talvez por ser homem, a esconder os sentimentos. Inês valoriza a comunicação no casal e gostaria que houvesse mais diálogo entre os dois.

**I:** Eu tento fazer com que haja diálogo suficiente, mas tenho consciência de que temos feitios diferentes. Ele é uma pessoa muito fechada, tem algumas dificuldades de comunicação. (...) sou eu que tomo a iniciativa e pressiono para que a conversa se faça, quando há necessidade de falar sobre algo que não esteja bem esclarecido entre nós. (...) Acho que os homens de uma maneira geral são muito desligados e

ele também teve uma educação um bocado machista no sentido de que os homens não devem mostrar os seus sentimentos.

Respeitar o espaço do outro e não se intrometer (nas saídas, nas amizades e nas decisões profissionais), não exigir que conte tudo mas dar liberdade e ter abertura suficiente para se dizer o que se quer dizer, são encarados como regras fundamentais, baseadas na ideia de autonomia e igualdade, que na perspectiva de Inês contribuem para o bem-estar do casal.

**I:** (...) normalmente não temos grandes desentendimentos, até porque respeitamos muito, cada um respeita o espaço do outro e não nos intrometemos. Eu respeito o espaço dele e exijo que ele respeite o meu, eu digo-lhe aquilo que eu quero dizer e ele diz-me o que ele me quer dizer, não exijo que me conte tudo.

No que diz respeito às dimensões mais instrumentais do funcionamento do casal, tais como a organização do dinheiro ou a tomada de decisões, predominam no primeiro caso práticas fusionais, enquanto no segundo o casal pende para a autonomia relativa, tanto ao nível dos comportamentos como das representações. Inês e Eduardo têm um orçamento e uma conta comum, de onde sai o dinheiro para as despesas domésticas e pessoais (roupa, etc), com a particularidade de ser ela a gerir e a controlar os gastos. Talvez porque ele “ganha muito mais” do que ela, reserva para si o direito de delegar no cônjuge as preocupações com o dinheiro e a administração do orçamento familiar. Esta atitude de Eduardo poderá também ser interpretada, atendendo à sua origem social e aos modelos familiares herdados, como uma forma de conservar a identidade simbólica de principal provedor da família<sup>95</sup>.

**I:** Ele dá-me o dinheiro e eu é que giro porque ele não quer saber. Nós temos uma conta comum com dois cartões. Ele dá-me os cheques dele para eu depositar, se precisa de dinheiro no dia a dia ele levanta, o resto organizo eu. (...) por exemplo, se ele precisa de fazer uma despesa especial para ele de maior montante, pergunto-me se há ou não dinheiro para isso, pergunto-me se pode ou não fazer naquela altura.

---

<sup>95</sup> Nas classes populares, em particular em meio operário, é bastante comum os homens entregarem o seu salário às mulheres para que sejam elas a gerir as despesas da casa e dos filhos, sobretudo as esposas domésticas.

Em matéria de decisões, existem aquelas que se tomam em conjunto como as que dizem respeito à filha ou à casa e outras que se tomam em separado pois, na opinião de Inês, dizem fundamentalmente respeito à vida de cada um. Nestas últimas, incluem-se as questões profissionais, uma vez que na sua perspectiva, “a profissão faz parte da identidade da pessoa, do seu projecto de vida e da sua realização pessoal”.

**I:** Há decisões que são pessoais e têm a ver com a vida de cada um. Eu, por exemplo, em termos profissionais, tenho as minhas próprias decisões, mas as decisões que dizem respeito à nossa filha tomo-as com ele. Também as que dizem respeito à nossa casa ou a algum projecto que tenhamos em comum. Mas há sempre espaço para as decisões individuais e pessoais que cada um deve tomar sem consultar o outro.

A ênfase colocada na igualdade na divisão do trabalho doméstico e profissional, quer em termos de norma ideal, quer em relação àquilo que Inês procura concretizar na sua própria vida é, como vimos, um traço saliente do seu discurso. Não obstante, subsiste o sentimento de que a partilha das tarefas domésticas com o cônjuge, objecto de uma luta que dura até hoje, não atingiu ainda os patamares de igualdade desejável. Nesta guerra de sexos, que passados vinte anos não se traduz já em conflitos permanentes, Inês considera que «mesmo assim tem muita sorte».

**I:** Eu partilho, mas em termos ideais deveriam ser ainda mais partilhadas. Acho que o problema também assenta um bocado na educação que têm os homens, ainda lhes falta um pouco o terem autonomia em relação às decisões sobre as tarefas domésticas. (...) Eles quase que naturalizam a ideia de que as mulheres é que sabem. Eu tenho tido uma luta lá em casa que é passar da atitude de “eu faço porque me pediste” para o “eu faço porque a casa é minha e faz parte da minha vida”. Como ele há muitos, mas tenho consciência que mesmo assim tenho muita sorte.

Finalmente, e para focar aspectos da conjugalidade que ainda não foram salientados, refira-se a questão da terminologia empregue para nomear o cônjuge, que era também abordada no guião de entrevista. Nos casais mais jovens, com menos tempo de vida em comum, esse costuma ser um aspecto que é motivo de embaraço e de algumas hesitações (vacila-se entre o meu namorado e o meu marido), ao contrário de Inês que não hesita em

classificar Eduardo de marido, sobretudo quando perante pessoas que não fazem parte do seu círculo de amigos e conhecidos, ela não pretende fornecer explicações adicionais.

**F:** Quando estás em presença de pessoas que não conheces, ou de quem não és íntima, como é que te referes ao Eduardo?

**I:** Eu, a maior parte das vezes, digo meu marido, porque assim evito perguntas e questões. Quando são pessoas que eu não conheço de lado nenhum, digo meu marido, quando são pessoas com quem eu me dou, digo Eduardo e pronto.

**F:** E dá-te jeito dizer meu companheiro ou outro termo qualquer?

**I:** Não me dá jeito, até porque ao fim de tantos anos acaba por ser marido na mesma.

O uso da expressão «o meu marido» ou «a minha mulher» como estratégia defensiva foi também observada nos entrevistados mais jovens, o que mostra que o estatuto e o reconhecimento social da coabitação coloca, obviamente, mais problemas que o casamento, adoptando-se então os termos usados em relação a este último. Existem contudo diferenças entre Inês e alguns entrevistados mais jovens e/ou que vivem em uniões mais recentes. Para os segundos, a identidade coabitante não é tão assumida (daí as hesitações mais frequentes e as dificuldades acrescidas em torno das palavras para nomear), em parte devido à imagem que os outros têm, ou que eles julgam que têm, deles e da respectiva relação, enquanto que Inês ao fim de vinte anos de conjugalidade informal assumiu e construiu para si uma imagem da coabitação como uma alternativa válida, e com um estatuto idêntico ao casamento. Quando foi viver junta Inês fazia questão de não casar e ser diferente, ao contrário de outros entrevistados que se sentem incomodados com a perspectiva dos outros os julgarem diferentes. Mas também ela diz «o meu marido» quando pressente potenciais juízos negativos da parte de interlocutores que ela não conhece ou quando pensa que os outros avaliam a coabitação como uma situação menos de acordo com a normalidade social<sup>96</sup>.

---

<sup>96</sup> Neste jogo, que é também um compromisso, entre o individual e o social, reconhece-se que nem sempre a identidade atribuída pelos outros coincide ou está em perfeita harmonia com a identidade incorporada. É nesse sentido que Goffman (1988) distingue entre identidade social “virtual” e “identidade para si” ou “real” e Singly fala de duas dimensões da identidade: a estatutária e a íntima. A primeira é construída em função dos papéis desempenhados e das categorias de pertença (sexual, social, estado civil, papéis ...), enquanto a segunda revela “a verdadeira maneira de ser do indivíduo” e define-se por aquilo “que o indivíduo pensa ser a sua autenticidade” (Singly, 1996).

Identificámos no discurso de quase todos os entrevistados, excepto nos casais que casaram após um período de vida em comum ou que têm uniões de longa duração (aqui diz-se sem hesitar o meu marido/a minha mulher e mais raramente o meu companheiro/a), dificuldades em classificar a sua situação conjugal e gerir a sua imagem nas interações sociais. O caso do casal classificado no perfil «moderno», Ana Maria e Jorge, ela advogada e ele administrativo com uma licenciatura recente, respectivamente com 29 e 32 anos, constitui um bom exemplo. Ambos vivem uma segunda conjugalidade, há cerca de um ano e, quer um, quer outro, perspectivam a coabitação como uma relação de compromisso privada, bem como uma situação que pode durar sem casamento; ela é divorciada e tem dois filhos, que se repartem entre a casa da mãe, isto é, do casal actual, e do ex-marido de Ana (guarda conjunta), enquanto ele é solteiro, sem filhos, com uma experiência anterior de coabitação informal que durou cerca de dois anos. Jorge diz «a minha namorada» quando se refere a Ana Maria; ela não diz o meu namorado», atrapalha-se:

**AM:** (...) não digo o meu namorado, atrapalho-me sempre ... não sei como chamar, namorado não gosto, as minhas colegas de trabalho é que dizem “ligou o teu namorado”... atrapalho-me, digo “o meu Jorge”; o meu «companheiro» também não gosto, faz-me lembrar ideias de esquerda! O «meu marido», é confuso, podem pensar que estou a referir-me ao meu ex-marido.

O desconforto ou o constrangimento sentido com as palavras para classificar o parceiro é, de uma maneira geral, mais visível nas mulheres do que nos homens, e sobretudo nos casos em que as entrevistadas desejam casar, encaram a coabitação como uma situação provisória e tendem a valorizar o vínculo legal ou simbólico do casamento<sup>97</sup>.

**V:** É sempre meu namorado, ainda hoje é assim. Ele não, ele já diz a minha mulher. Eu não, ou digo namorado ou o pai da minha filha. (...) Até casar vai ser sempre meu namorado, marido ou companheiro não. Não consigo dizer meu marido nem me sinto à vontade com esse termo. (...) Por exemplo, quando eu telefono para o

---

<sup>97</sup> Não admira que sejam as mulheres que apresentem mais dificuldades em classificar a relação coabitante, pois é sobre elas que recai normalmente a censura social. Além disso, principalmente em relação às mais jovens, e em determinados meios sociais, as relações conjugais não formalizadas podem ser vistas como facilitadoras das mudanças de parceiro sexual, implicando problemas de reputação para as mulheres. As mulheres em geral, em comparação com os homens, e dos sectores com menos recursos escolares e profissionais, em particular, encontram-se também mais dependentes das vantagens simbólicas, materiais e legais associadas ao casamento, apesar destas não serem hoje tão valorizadas e não terem a força que tinham há trinta ou quarenta anos atrás.

trabalho dele e me atende alguma colega dele, ela pergunta quem quer falar com ele e eu respondo: a namorada!

Estas palavras são de Vera Gonçalves com 25 anos e o 12º ano, que adopta o termo namorado, em vez de marido, apesar do casal, identificado no perfil de coabitação circunstancial, viver junto há seis anos e ter uma filha que nasceu após quatro anos de coabitação<sup>98</sup>. A classificação de circunstancial advém principalmente do facto de Daniel ter, desde que o casal se conheceu, um divórcio litigioso em curso que constitui um obstáculo à celebração do matrimónio conforme desejo dela<sup>99</sup>. Vera conta que na altura em que se envolveu na relação, aos 18 anos, tinha acabado de sair de casa da mãe e do padrasto, com quem, aliás, ela se dá mal, estava a viver longe de casa dos avós, onde ainda hoje tem os amigos, e sentia-se por isso muito sozinha. Mas também não queria, diz ela, casar “assim de repente”, mesmo que da parte de Daniel não existisse qualquer impedimento legal: “até porque eu também não queria casar na altura. Nessa altura também não se colocava a hipótese do casamento, como é que eu ia dizer aos meus avós que ia casar assim de repente?”.

O casal namorou cinco meses, período durante o qual ele frequentava a casa dela, e dormia muitas vezes lá, até decidirem os dois “assumir” a relação, mais por iniciativa dela que não se “sentia bem com ele a entrar e a sair de casa”. Para Daniel, o casamento não constitui no momento actual uma meta, mas ela discorda, por um lado devido a sentimentos religiosos e à pressão dos familiares, principalmente dos avós com quem ela viveu até aos 16 anos e, por outro, porque o desejo de baptizar a filha aos dois anos funciona actualmente como pretexto para pressionar o cônjuge a acelerar o divórcio e em seguida casar pela igreja. Para além das razões espiritualistas que a levam a desejar o casamento religioso (“eu quero ser abençoada por Deus”), o que desagrada mais profundamente à Vera é a circunstância de estar a viver com um homem que tem ainda o

---

<sup>98</sup> Neste casal, nº 45, Vera e Daniel, o cônjuge tem dois filhos da relação anterior que vivem com a mãe e ela, que queria ter filhos mais tarde, aos 30 anos, refere que a filha do casal embora não planeada foi desejada por ambos.

<sup>99</sup> Em relação à organização do casal, este caso contrasta com a coabitação circunstancial de Hugo e Marisa, também dos sectores intermédios, devido à existência de relações de género mais igualitárias, em que a autonomia feminina, baseada numa divisão conjugal mais equitativa das tarefas domésticas e dos lazeres (as saídas são realizadas muitas vezes em separado pelos cônjuges, ficando a filha uma vez com o pai outra vez com a mãe), constitui um traço saliente. Vera trabalha há pouco tempo como operadora numa linha de produção (anteriormente teve empregos administrativos e foi também caixa num supermercado), trabalho que ela detesta, lamentando hoje não ter prosseguido os estudos, enquanto ele é logístico numa grande empresa de componentes electrónicos.

estatuto de casado, o que aos olhos das outras pessoas lhe poderá dar a ela o estatuto de «amante»: “dá a impressão que eu fui a outra, quando nunca fui”. Daí a sua recusa em usar o termo «marido» que é também uma forma dela deixar bem claro, e lembrar ao cônjuge, que uma coisa é «estar casada» (o que para ela significa, também, abdicar de alguma liberdade e independência que na situação actual faz questão de preservar) outra, bem diferente, é «estar junta». Paula, pertencente a um casal operário com 3 anos de coabitação e uma filha comum, não vê, ao contrário de Vera, diferenças entre o casamento e a coabitação, a não ser no aspecto legal, e tratou sempre o cônjuge de marido, embora no início tenha experimentado também “uma certa confusão”.

**P:** Eu sempre disse o meu marido, nunca disse o meu namorado. No início não sabíamos muito bem o que devíamos dizer, mas depois passou a ser sempre meu marido.

Vera deseja, no fundo, deixar de ser «a namorada de um homem casado com filhos», ou a mãe solteira, para fazer parte de um casal «normal» com uma filha, enquanto que Paula deseja passar da condição de «divorciada com filhos» para a de mulher casada. Faz sentido que a primeira trate o cônjuge casado (ainda não divorciado) por namorado e a segunda trate o cônjuge solteiro por marido. Ambas têm em comum o desejo de casar por razões estatutárias (que no caso de Vera surgem misturadas com a dimensão religiosa), apresentando-se a si próprias, respectivamente, como «namorada» e como «mulher» porque esta é uma maneira de transmitirem uma imagem positiva na interacção com os outros e, também, de se sentirem aceites socialmente.

Paula pretende, como vimos antes, selar o seu compromisso com António através do ritual do casamento religioso (para provar, até ao cônjuge, os seus sentimentos), mas o que ela valoriza, fundamentalmente, é o vínculo legal como forma de ganhar um estatuto diferente para si própria e, sobretudo, assegurar a protecção dos filhos, em particular do filho do seu anterior casamento<sup>100</sup>. Vera quer casar por convicções religiosas e acha que o casamento pelo civil não acrescenta sentido à união de facto (desde que ele consiga o

---

<sup>100</sup> Paula parece querer forçar, através da oficialização da união, a partilha com o cônjuge da responsabilidade em relação ao filho dela, transferindo essa «obrigação» para dentro da conjugalidade actual, em termos de encargos financeiros e, também, da criação de laços de parentesco (entre a criança e o «padrasto»), hoje e no futuro. Ela tem razões, aliás, para não confiar no ex-marido, ou para não querer fazer depender dele a protecção e cuidados com o filho de 5 anos, já que aparentemente por conflitos entre eles o pai deixou de dar a pensão de alimentos.

divórcio), nem traz mais vantagens em relação à filha<sup>101</sup>. Ela é, aliás, de opinião que um casal hoje em dia não é obrigado a casar por causa dos filhos.

**V:** Se a pessoa não for minimamente religiosa e pensar em ter filhos, não tem nada que ir casar ao registo civil. Eu falo é do casamento religioso. Eu só casaria pela igreja, pelo resto não. A união de facto já está muito banalizada, eu acho que a minha filha nunca vai ser discriminada porque os pais não são casados.

Daniel, por sua vez, sente-se comprometido na relação e acha que “há valores mais elevados do que o casamento, como por exemplo, o respeito, o amor e o sentimento”. Vera tende a concordar com o cônjuge mas devido à educação recebida dos avós faz-lhe “confusão não ser casada”, a ela e a eles. Ele acha que Vera, e a sua família, têm “uma visão um bocado tradicionalista” e encara o casamento como uma formalidade que ele, por ter tido uma experiência e divórcio complicados, não deseja de imediato. Não exclui, no entanto, a hipótese de casar num futuro breve, mais para fazer a vontade à Vera, já que ele não vê grande necessidade ou urgência em dar esse passo. A questão de casar pelo civil ou pelo religioso constitui, afinal, o ponto de discórdia entre o casal mas relações de género mais simétricas em várias dimensões da conjugalidade, nomeadamente na divisão conjugal dos lazeres e das tarefas domésticas, afastam-no do perfil masculino, onde a coabitação se mantém, como no caso de Paula e António, por imposição da vontade do homem.

Para terminar, o perfil de coabitação de longo termo, «coabitação de transgressão», analisado a partir do caso de Inês e Eduardo<sup>102</sup>, revelou na sua origem uma atitude anti-casamento que contrasta com os outros perfis de coabitação, mesmo no caso da coabitação «moderna» em que a desafecção perante a instituição é um traço saliente. Profundamente contestatário dos valores sociais dominantes, nomeadamente os que diziam respeito à relação entre o homem e a mulher no interior do casal, este perfil de conjugalidade

---

<sup>101</sup> Neste aspecto a união de facto é vista como mais vantajosa (menor mensalidade no colégio da filha porque ela é “mãe solteira” e declara apenas o seu rendimento, puderem faltar ao trabalho, o pai e a mãe, em simultâneo, por motivo de doença ou uma ida à consulta ...). Apesar disso, Vera sentiu-se muito constrangida quando ficou escrito no registo de nascimento da filha que a mãe era «solteira» e o pai «casado», pois parecia que a criança era fruto de uma relação extra-matrimonial e a mãe era a «outra». Entretanto, foi “chegando à conclusão que o mais importante é, a filha, ter o pai e a mãe com ela”.

<sup>102</sup> O caso de Vitalina e João Paulo, juntos há 20 anos, ela divorciada com 55 anos e ele 13 anos mais novo, solteiro, ambos sem filhos, inscreve-se neste perfil de coabitação, embora a história deste casal dos sectores intermédios (casal nº 2), se situe num contexto diferenciado que podemos caracterizar como correspondendo a uma cidade de média dimensão do interior centro/norte do país, afastada, portanto, dos grandes centros urbanos onde a coabitação tem mais adeptos e onde é mais visível a mudança social e de valores no que diz respeito à família.

informal desenvolveu-se no quadro de uma recusa da instituição tradicional, da afirmação da igualdade entre os cônjuges e da privatização dos sentimentos. Em termos de funcionamento interno, a conjugalidade coabitante identificada como transgressiva assume características cujo sentido se encontra próximo das famílias de tipo confluyente (Wall [org.], 2005). Predomina uma ética de autonomia relativa, em que o estar em casal ou o estar em família, nomeadamente através da partilha conjugal da esfera lúdica e da produção doméstica, se conjuga com a construção de espaços de autonomia pessoal no masculino e no feminino. Trata-se de uma dinâmica conjugal aberta ao exterior com uma coesão de tipo polivalente, uma vez que o espaço do «eu» e o espaço do «nós» aparecem combinados e o casal partilha tanto os aspectos expressivos como as dimensões instrumentais do quotidiano.

## COABITAÇÃO PRÉ-NUPCIAL

### PERFIL DE «NOIVADO»

*“Uma vez que já tínhamos casa, era uma questão dela arranjar trabalho cá. (...) e como o casamento não se decide hoje e casa-se amanhã, foi uma maneira de arranjarmos liberdade mais cedo, mais independência. Da parte dela (...). Da minha parte só formámos realmente um casal depois de casados. (...) Acho que é preferível casar do que viver juntos, mas não faz mal viver uns meses juntos antes do casamento”.*

Rui Pedro, 30 anos, Sargento da Marinha

### PERFIL DE «EXPERIMENTAÇÃO»

*“Fui levando as coisas, ninguém falou e fui ficando. Não houve a decisão «vamos viver juntos», não foi nada disso. (...) eu não pensava ficar assim, se as coisas dessem certo...*

*(...) Pensava casar, mas não tinha que ser naquele ano, podia ser mais tarde. (...) Acho que isso é um bocado pela religião, de ser católica, dos meus pais terem casado, dos meus irmãos serem casados, acho que vamos atrás uns dos outros, acaba por ser isso”.*

Isabel, 35 anos, Desenhadora

### PERFIL «MODERNO»

*“(...) como o Vasco tinha vontade de casar, casámos. (...) Ele queria casar, eu não ia dizer-lhe que não, porque me era completamente indiferente. (...) casei de mini-saia pelo civil”.*

*(...) Sentia-me casada, desde a união de facto que sempre me senti casada”.*

Mariana, 40 anos, Professora

## COABITAÇÃO DE NOIVADO

*“Não se deu muita importância (...). Quando fomos viver juntos éramos namorados. Da minha parte só formámos realmente um casal depois de casados”.*

*“(...) eu penso que é uma relação mais frágil, torna-se mais simples romper com esse compromisso”.*

*“(...) não houve nenhuma razão especial. Da parte dela, eu penso que foi mais uma questão de liberdade, um acto independente (...)”.*

*“(...) depois nesses três meses que vivemos em coabitação começámos a pensar que o casamento tinha que surgir o mais rápido possível. Decidimos mesmo casar quando começou a haver uma certa pressão da parte da família dela (...)”.*

*“Os meus amigos, praticamente, já tinham casado todos (...) e como eu já estava próximo dos trinta (...)”.*

*“Na minha maneira de ver o correcto é casar antes de ter filhos”.*

*“(...) não é que eu seja católico praticante mas ... a Alexandra antes ia muito à igreja”.*

*“Isso é repartido, geralmente ela limpa o pó e lava a casa de banho, e eu lavo o chão. (...) Faço tudo em casa, menos passar a ferro. O que gosto mais é tratar da miúda”.*

**Rui Pedro, 30 anos, 12º ano, Sargento da Marinha**

*(Entrevista nº 37)*

Rui Pedro veio com três anos de Angola, cresceu no Baixo Alentejo e veio com 18 anos para Lisboa para tirar o curso de sargento na Escola Naval. Alexandra, com família em Santiago, onde o casal se conheceu, teve uma vida familiar de certa forma mais instável com o divórcio dos pais, tinha ela 12 anos, e pouco tempo depois com a morte da mãe. Foi viver então para o Algarve com uma tia, na proximidade do pai e da madrasta, e mais tarde com o tio e a avó materna. A conquista de liberdade e a emancipação em relação aos familiares, foi uma das razões que a levaram, aos 20 anos, a ir viver para casa do namorado. Ele, sete anos mais velho, já tinha na altura acabado o curso, já estava a trabalhar e já tinha até comprado casa mas nunca quis viver sozinho. Rui e Alexandra namoraram três anos, tantos quantos hoje têm de casamento, período durante o qual só se viam aos fins de semana, pois ela “estava lá” e ele “estava cá”, a trabalhar e, por vezes, a “navegar num navio”.

O casal viveu informalmente durante três meses antes de casar. Foi o tempo necessário para tratar dos papéis para o casamento, frequentar as reuniões de preparação pré-matrimoniais da igreja e Alexandra arranjar emprego. Quando foram viver juntos já tinham decidido os dois «dar o nó», embora não houvesse uma data estipulada. A decisão de casar que antecede a entrada na conjugalidade constitui um traço distintivo que os afasta da chamada coabitação de experimentação, em que os casais alargam por mais tempo o período de vivência informal, bem como a chegada dos filhos (Aboim, 2004; Wall [org.], 2005), ou adiam, como mostram os nossos entrevistados deste perfil, os planos de casamento para uma fase mais avançada da integração conjugal que inclui, em alguns casos, a entrada na parentalidade durante o período de coabitação informal. A filha do casal, com 19 meses, foi planeada e veio no «timing» certo, considera Rui, um ano e meio após o casal ter iniciado a vida em comum. O período bastante curto de vivência a dois sem papéis e o percurso conjugal de Rui Pedro e Alexandra é característico do estilo de «noivado», termo usado originalmente por Roussel (1986), com o qual designámos este perfil de coabitação. A pesquisa extensiva realizada no nosso país (Wall, op. cit.), através da análise da trajectória matrimonial dos casais, indica que a coabitação de noivado embora seja mais frequente entre os grupos qualificados, com uma licenciatura, pode ser também observada nos grupos intermédios e nos operários<sup>103</sup>. Em termos de pertença

---

<sup>103</sup> A investigação referida detectou a presença da coabitação, a maioria de perfil transitório, mais ou menos prolongado consoante os casos, em 277 casais inquiridos num total de 1776. O «pré-casamento» ou noivado, precisamente aquele que dura menos tempo, constitui o perfil de

social o casal foi incluído nos sectores intermédios. Rui é militar da marinha com habilitações equivalentes ao 12º ano e Alexandra, com o 9º ano, é actualmente operadora numa fábrica de embalagens mas já trabalhou também num centro comercial.

Rui Pedro conta como aconteceu irem viver juntos, as razões que levaram à entrada na conjugalidade e a participação da decisão de ambos aos pais:

**R:** Nós namorávamos, eu falei com os meus pais e ela falou com os dela. Uma vez que já tínhamos casa, era uma questão dela arranjar trabalho cá.

**F:** Que razões o levaram a ir viver junto em vez de casar?

**R:** Eu penso que, em parte, foi porque ela arranjou logo aqui trabalho, e como o casamento não se decide hoje e casa-se amanhã, foi uma maneira de arranjarmos liberdade mais cedo, mais independência (...) e ela foi mais pelo pai (...) para fugir ao “tens que estar em casa às tantas horas” ou “não podes sair”. (...) ela tinha um trabalho lá mas deixou-o para vir viver comigo.

**F:** Antes de irem viver juntos, durante o namoro, já tinham decidido casar?

**R:** A partir da altura em que decidimos casar é que se tornou mais sério, que foi ainda antes da Alexandra vir para cá.

As razões masculinas para iniciar a conjugalidade, e mais especificamente casar, parecem ser diferentes das razões femininas: ela quer ganhar liberdade e independência e ele quer, fundamentalmente, «assentar» e fundar uma família, indo ao encontro das expectativas e normas sociais.

**R:** Os meus amigos, praticamente, já tinham casado todos, e depois eu não queria ficar para tio, e como eu já estava próximo dos trinta, já era suficientemente “maduro”, já a conhecia bem, o suficiente para casar. Não concordo muito com o ficarmos a viver juntos sem nos casarmos (...).

A coabitação, principalmente perante os pais e familiares, surge como uma promessa de casamento (só nesta condição é que eles consentiram que a «noiva» fosse viver com o «noivo»), permitindo ao casal instalar-se, arranjar trabalho e fazer os

---

coabitação predominante com um peso de 30% entre os casais que entraram na conjugalidade de maneira informal. Dentro da coabitação «noivado», cerca de 40% dos casais pertencem às classes superiores e às classes médias escolarizadas, 33% são empregados executantes e 31% são operários (Aboim, 2002: 6).

preparativos para a festa. A pressão familiar, que já existia, aliás, antes da coabitação, contribuiu para que o casal apressasse a formalização da união.

**R:** (...) depois nesses três meses que vivemos em coabitação começámos a pensar que o casamento tinha que surgir o mais rápido possível. (...) ela tinha trazido só coisas pessoais dela, e só depois de casarmos é que nos preocupámos com a casa; decidimos mesmo casar quando começou a haver uma certa pressão da parte da família dela, antes de ela vir para Lisboa, a partir daí comunicámos à família, tratámos dos papéis também para a Igreja, porque ela queria casar pela Igreja (...).

Ele “teria ficado pelo registo civil” mas ela preferiu uma cerimónia religiosa que Rui Pedro considera ser também “o sonho de todas as mulheres”.

A família de Alexandra (o pai, os tios ...) não aceitaram muito bem o breve interregno de vivência informal do casal e o pai, em especial, reagiu mal face à expectativa que aquele se prolongasse.

**R:** Ele reagia pela indiferença em relação a mim e depois começou a ser também em relação a ela.

**F:** Então ela quis fazer um pouco a vontade ao pai?

**R:** Não, também era um sonho dela casar-se. Não houve o ela querer fazer a vontade ao pai, foi mais fugir um bocado aos problemas e era um sonho dela casar, porque senão poderíamos ter casado sem ser pela igreja porque eu até nem era baptizado.

Para Rui Pedro o casamento significa “compartilhar tudo com alguém de que se gosta” mas o laço institucional, e não apenas emocional, é também valorizado. Ao contrário da maioria dos entrevistados, Rui responde de forma afirmativa à pergunta “o laço formal/legal que une duas pessoas através do casamento é para si uma questão importante ou uma questão secundária?”:

**R:** É importante. Isso faz parte logo do início, se as pessoas resolveram viver assim, acho que é importante, e mais quando as pessoas são católicas, casaram pela Igreja ... não é que eu seja católico praticante mas ... a Alexandra antes ia muito à igreja, agora já não.

A coabitação, que se caracteriza neste caso como uma etapa não apenas transitória mas fugaz, é desvalorizada pelo elemento masculino do casal, o que denota uma

perspectiva mais institucional da conjugalidade. Rui Pedro só sentiu que fazia parte de um casal depois de casado. Ele tende a achar que só o estado de «casado» introduz modificações importantes na vida das pessoas, tal como deixar de sair à noite com os amigos, por comparação com o «viver junto» que, na sua concepção, é praticamente a mesma coisa que ser «solteiro».

**F:** Vocês viveram os três meses antes do casamento em coabitação, acharam isso importante?

**R:** Não, não se deu muita importância porque se andava a tratar de outras coisas. Quando fomos viver juntos éramos namorados.

**F:** Quando é que o Rui se considerou a si próprio como fazendo parte de um casal? Só depois de terem começado a viver juntos ou antes?

**R:** Eu penso que foi depois de casarmos, a partir daí é que se estabeleceu determinadas barreiras, coisas que eu fazia deixei de fazer, tipo sair à noite constantemente, ir ter com os amigos e beber (...).

**F:** Nesses três meses já tinha a sensação que formavam um casal?

**R:** Eu penso que era uma preparação, tipo as preparações para o casamento. Da minha parte só formámos realmente um casal depois de casados.

Rui tende a pensar que nas relações de género cabe ao homem ter a iniciativa. Não é, pois, de estranhar, que ele responda que na coabitação (“fui eu, dei-lhe a hipótese de ela vir para cá”), tal como no casamento (“fui eu que a pedi em casamento”) a iniciativa lhe pertenceu a ele.

Apesar de Rui pretender passar a mensagem inversa, a decisão de coabitar, partilhada pelos dois, parece ter sido mais da iniciativa dela, enquanto que a decisão de casar, essa sim, esteve mais de acordo, como vimos, com os planos dele e as representações masculinas acerca da conjugalidade e da família. Para Alexandra, deixar a casa dos familiares e ir viver para outra terra com o namorado, mesmo sabendo que se tratava, em princípio, do seu futuro marido, implicou certamente uma decisão e uma mudança muito importantes na sua vida; a experiência da coabitação como entrada na conjugalidade, pouco valorizada por ele, foi talvez mais importante na perspectiva feminina. Esta suposição encontra fundamento nos estudos sobre o género e nos resultados de investigações que mostram a saliência dada, pelas mulheres em geral, às dimensões

afectivas e relacionais em detrimento dos aspectos institucionais e normativos da relação do casal (Santos, 1995).

**F:** Porque razão ou razões, no seu caso, foram viver juntos em vez de casar logo?

**R:** Da minha parte, eu já cá estava, logo não houve nenhuma razão especial. Da parte dela, eu penso que foi mais uma questão de liberdade, um acto independente (...).

Rui, à semelhança de Hugo do perfil circunstancial para quem também era muito importante casar, reconhece que se dependesse apenas da vontade dele, isto é, se não fosse a pressão familiar, teria até alargado por mais alguns meses a permanência na coabitação mas nunca por um período muito longo e, jamais, para depois do casal passar a trio. Ele acha que “é preferível casar do que viver junto” mas aceita a coabitação como um teste, não foi esse o seu caso, ou então como uma espécie de treino ou breve preparação para o casamento.

**R:** Acho que é preferível casar do que viver juntos, mas não faz mal viver uns meses juntos antes do casamento. (...) eu acho que as pessoas deveriam viver uns tempos juntas porque quando namoram é uma coisa e quando é para dividir as coisas e as tarefas é outra. No meu caso não foi bem para isso, mas se voltasse atrás no tempo demorava mais tempo para nos conhecermos melhor.

Apesar dele afirmar que «não casou para ter filhos», o desejo de casar e formar uma família aparecem indubitavelmente ligados. Rui não vê com «bons olhos» ter filhos, e muito menos fazê-los crescer, no contexto de uma relação coabitante, pois esta é considerada uma união mais frágil, nomeadamente quanto à sua durabilidade e sentimento de compromisso entre o casal, bem como em relação ao sentido de partilha e de responsabilidade que é, na sua opinião, menor.

**F:** Acha que as pessoas que vivem juntas devem casar quando pensam ter filhos? (...) Porquê?

**R:** Acho que sim. (...) Na minha maneira de ver o correcto é casar antes de ter filhos.

**F:** No seu caso aceitaria ter filhos fora do casamento, dentro de uma união de facto, com a Alexandra?

**R:** Não sou cem por cento de acordo em ter um filho se só estivéssemos juntos mas poderia acontecer (...), isso dá sempre problemas. Eu não conheço nenhum casal que esteja junto e que tenha filhos (...) mas acho que as pessoas não se sentem tão comprometidas, cada um tem o seu trabalho, com horários diferentes... acho que é negativo, haverá sempre muitos problemas, é preciso as pessoas se conhecerem muito bem e terem uma relação excelente, acho que o sentido de responsabilidade não é o mesmo do que se casarem.

Casamento e filhos estão de tal modo interiorizados como duas realidades indissociáveis que neste ponto do seu discurso, Rui compara e identifica como iguais a situação de uma gravidez dentro de uma relação coabitante e a situação de uma gravidez inesperada num casal de namorados que não vive junto, uma vez que ambas são vistas de maneira negativa e pensadas como acidentes de percurso.

Como já notámos anteriormente nos entrevistados que manifestam um forte desejo de casar e encaram a coabitação como uma situação provisória, Rui também tem representações distintas acerca do casamento e da união sem papéis. Durante o breve período de coabitação informal ele não viu aí “nem vantagens nem desvantagens,” mas acha que as pessoas não se sentem tão comprometidas e que a liberdade que cada um dispõe é maior. A coabitação é fortemente associada à autonomia de cada um dos membros do casal (nas decisões, nos bens, na comunicação a dois e nos aspectos afectivos), enquanto que o casamento é associado à fusão conjugal e encarado como uma relação mais compartilhada, e mais verdadeira, em todos os domínios.

**R:** Penso que há uma margem maior, de mais liberdade no aspecto afectivo, até podem ocultar algumas coisas, coisas momentâneas que podem acontecer a toda a gente. (...) e no aspecto de querer adquirir alguma coisa, podem comunicar um ao outro mas têm mais facilidade em adquirir as coisas. No casamento penso que a união é mais forte porque eu acho que as pessoas decidiram viver e repartir as coisas mutuamente e o casamento é um elo de ligação mais forte do que as pessoas juntarem-se, não quer dizer que não partilhem, mas acho que têm mais liberdade.

A coabitação afasta-se de uma norma ideal de conjugalidade enquanto o casamento se aproxima do ideal de «conjugalização da felicidade»<sup>104</sup> em que o sentido para a própria

---

<sup>104</sup> Esta expressão é utilizada por Ana Nunes de Almeida para descrever o ideário afectivo partilhado pela maioria dos portugueses em comparação com os seus congéneres europeus. Os

existência depende de uma relação fusional a dois. Na coabitação, acha Rui, o casal vive «junto» mas, na verdade, «separado»; o casamento simboliza, para ele, um elo de ligação, afectivo e material, mais forte.

**R:** As pessoas vivem juntos mas não têm nada a dever um ao outro, a dar satisfações, por exemplo, sentem que podem fazer tudo, independentemente de ter filhos, acho que há mais autonomia e que as pessoas não têm aquela noção de responsabilidade, são “mais leves”, não há um compromisso tão grande, o que não quer dizer que as pessoas não gostem uma da outra. (...) não me passou pela ideia continuar a viver com a Alexandra sem casar.

Do discurso de Rui, do qual transcrevemos apenas parte, sobressai também a seguinte ideia: se surgirem problemas na relação, como é normal que surjam, o laço jurídico e formal lá estará para lembrar, ou mesmo pressionar, o par a manter ou a definir a relação conjugal a partir de um conjunto de direitos e obrigações que configuram o que «deve ser» um casal, nomeadamente no que diz respeito à norma de exclusividade sexual e fidelidade mútua. Neste sentido, o constrangimento externo acaba por ser benéfico.

**R:** Não concordo muito com o ficarmos a viver juntos sem nos casarmos, porque surgem certos problemas e as pessoas acabam por viver separadas na mesma, vivem lá em casa e na realidade não são um casal. Eu conheço casais que vivem assim.

Embora Rui seja de opinião que as pessoas quando se casam “não estão a pensar que o acto vai ficar inquebrável permanentemente, pode acontecer que o acto se quebre”, ele aceita mal a separação, sobretudo quando há filhos. A sua posição revela alguma ambiguidade em relação à coabitação já que ele avalia ao mesmo tempo positiva e negativamente a ausência de vínculo formal que, se por um lado, facilita o acordo de separação privado, por outro, faz da coabitação uma união mais propensa à ruptura.

**F:** Vê isso como uma coisa positiva ou negativa?

**R:** É positivo na coabitação e negativo no casamento, e quando se tem miúdos, acho que ainda é pior. Acho que só mesmo em último caso é que deve haver separação. Acho que quando não há filhos a separação é mais fácil, o acordo é mais

---

dados do European Value Studies revelam que 70% dos inquiridos portugueses responde que para ser feliz é necessário um casamento ou uma relação estável, enquanto que a média das respostas na União Europeia é de 57% (Cf. Almeida, 2003).

fácil, embora seja ainda mais fácil na união de facto, o que é positivo, é uma vantagem. (...) Isso também depende da personalidade das pessoas, mas eu penso que é uma relação mais frágil, torna-se mais simples romper com esse compromisso.

Quando se analisa a vida do casal através do seu quotidiano, chega-se à conclusão que o casal adoptou um estilo de conjugalidade fusional, perceptível quer nas representações, quer nas práticas. Este padrão é ligeiramente alterado quando se trata da esfera lúdica, já que em termos ideais Rui acha que se deve “passar o maior tempo possível em conjunto mas tem que haver períodos de guardar um tempo só para si, extra trabalho”. De resto, o entrevistado procura partilhar tudo com o cônjuge, desde sentimentos e pensamentos a dinheiro, tarefas, decisões e amigos (“não há repartição de amigos, os meus são os dela e os dela são os meus”). A abertura ao exterior, tendo em conta convívios e sociabilidades é relativamente fraca. Aos fins-de-semana, o casal costuma ir passear com a filha para um centro comercial ou vão a casa de familiares, “geralmente uma vez por mês,” ou então optam muitas vezes por ir a um parque infantil “para a pequenina brincar”. Apesar de Alexandra ser uma pessoa “divertida, alegre e comunicativa” que “adora conviver”, qualidades que ele admira na parceira, desde que a filha nasceu é raro saírem, em casal ou com amigos. A frequência das saídas foi particularmente intensa (iam muito ao cinema), nos primeiros três meses de vida em comum<sup>105</sup>. Hoje muito raramente vão a jantares fora, ou a concertos, e quando isso acontece, em actividades separadas, “fica um ou outro com a Ana Rita em casa”. Em termos de construção de espaços de autonomia pessoal, o casal pende para a igualdade até porque há pouca coisa que fazem um sem o outro.

Rui descreve de forma clara e sintética a sua rotina quando chega a casa, depois de um dia normal de trabalho:

**R:** Primeiro é tratar da miúda, depois é fazer o jantar e tratar da casa ... à noite geralmente vemos televisão e vamos para a cama.

A importância atribuída ao vínculo formal, a aceitação difícil da ruptura dos laços conjugais e familiares, a ênfase colocada nas responsabilidades contraídas através do casamento, a concepção da fidelidade como regra e não como consequência dos

---

<sup>105</sup> Rui afirma: “(...) a partir do momento que casei com ela, não saí tanto... durante os três meses que vivemos juntos saíamos constantemente, íamos ao cinema, até mais ou menos à altura da Ana Rita nascer, agora é muito raro”.

sentimentos, tomados normalmente como indicadores de uma visão institucional da conjugalidade, não são, neste caso, incompatíveis com uma visão indiferenciada dos papéis de género, pendendo o casal para a igualdade, ainda que imperfeita, nas rotinas que partilham no dia a dia.

Em casa, é ela que trata das roupas (lava, passa a ferro, arruma) mas as restantes tarefas, incluindo os cuidados com a filha, são partilhadas. Ele ajuda nas limpezas e faz o jantar todos os dias porque ela trabalha em Lisboa, e vivem os dois na Margem Sul, gasta muito tempo em transportes e chega mais tarde a casa; aos fins-de-semana é ela que trata das refeições e ele descansa da cozinha. Ele passa mais tempo com a filha e presta-lhe cuidados, pois tem a vantagem do seu horário ser mais flexível, para além de se deslocar de carro para o trabalho (Alexandra não conduz), que fica relativamente perto de casa.

**F:** Quem é que acha que trabalha mais? Ou acha que trabalham os dois o mesmo?

**R:** Em relação à casa é ela, em relação à Ana Rita sou eu.

Apesar de Rui reconhecer que em casa é ela que trabalha mais, ele sente-se de alguma forma sobrecarregado por achar que o seu contributo por via dos cuidados prestados à filha (a pequena dá mais trabalho) é, comparativamente, maior.<sup>106</sup> Além disso, Rui declara que em casa faz tudo “menos passar a ferro”. Mas o que ele realmente gosta mais de fazer “é tratar da miúda” e, nesse aspecto, não se “queixa”. Subsiste, no entanto, uma leve sensação de injustiça, baseada na percepção que ele trabalha mais por estar mais tempo em casa.

**F:** Como é que acha que um casal se deve organizar em relação às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos?

**R:** Deve ser dividido igualmente ... é assim, hoje não é dividido igualmente, só eu é que estou em casa ... mas deve ser dividido.

Nota-se, por parte do entrevistado, um grande empenhamento no projecto parental, quer no campo dos afectos quer no da prestação de cuidados, contrariando o estereótipo do homem apenas voltado para as actividades e o trabalho no exterior. Quando a filha do casal

---

<sup>106</sup> Alexandra que não faz o jantar (só aos fins de semana), acaba por participar nas tarefas pós-refeição que dizem respeito à limpeza e arrumação da cozinha, levantar a mesa e pôr a loiça na máquina, que segundo o cônjuge são tarefas repartidas. A mesma coisa afirma acerca da limpeza da casa: “isso é repartido, geralmente ela limpa o pó e lava a casa de banho e eu lavo o chão”. Em relação à filha “é geralmente a mãe” que se levanta a meio da noite para cuidar da pequena Ana Rita, enquanto que dar banho, por exemplo, já é uma tarefa realizada ora por um ora por outro.

está doente, é o pai que falta ao trabalho, por questões pragmáticas, e nesse aspecto, mas não só, a vida familiar acaba por interferir mais, na opinião de Rui, na sua vida profissional do que na de Alexandra.

**R:** Em relação à pequena, interfere um bocado na minha, para ela torna-se mais difícil faltar ao trabalho, e eu tenho mais facilidade nisso. Quando a Ana Rita está doente, geralmente sou eu que falto ao trabalho (...), se ela falta, descontam-lhe, e a mim não.

Nesta fase do percurso familiar, poder dedicar-se à filha pequena é encarado como uma opção, ainda que isso implique algum sacrifício pessoal em termos de um menor investimento nos estudos e na profissão por parte do elemento masculino do casal.

**R:** Isto é uma questão de opção. É uma questão de estar mais tempo com ela e não ter tempo depois para me dedicar aos estudos.

Em casa, ele reserva para si o privilégio de fazer principalmente aquilo que gosta, que é, como já foi referido, tratar da filha.

**F:** Actualmente, que tipo de tarefas é que o Rui não se importa de fazer em casa ou que até faz com um certo gosto?

**R:** Faço tudo em casa, menos passar a ferro. O que gosto mais é tratar da miúda.

**F:** E a Alexandra?

**R:** Penso que é a culinária, e o que gosta menos é passar a ferro também, mas tem que ser.

Não deixa de ser interessante verificar que embora ela não goste de passar a ferro, ele acha que «tem de ser», enquanto que em relação a ele essa tarefa já não é vista como uma «obrigação» masculina. Passar a ferro e todas as tarefas relacionadas com a roupa são, frequentemente, consideradas tarefas inegociáveis pelos homens, talvez porque, como sugere Bernard Zarca (1990), estão ainda demasiado associadas ao sexo feminino. Tal como mostram outros estudos (Torres, 2002 e 2004), os homens, de uma maneira geral, mostram-se hoje em dia mais abertos para participar nas tarefas mais gratificantes ou menos «desqualificadas» (como por exemplo cozinhar) e, sobretudo, nas que representam «ganhos de relação», como é nitidamente o caso da prestação de cuidados aos filhos.

Rui Pedro afirma que não existem conflitos no casal a propósito das tarefas domésticas (“entramos sempre em acordo”), embora ela às vezes «refile um bocadinho».

**R:** Por vezes, quando estou a ver futebol e ela está a fazer qualquer coisa, ela refila um bocadinho.

A história familiar e a origem social de Rui leva-nos a repensar o papel das socializações familiares e dos modelos herdados - o pai com a 4<sup>a</sup> classe trabalhou na PSP e a mãe toda a vida foi doméstica – quando se investiga a questão da igualdade de género na conjugalidade, lembrando a importância da autonomia relativa das interações familiares e das mudanças intergeracionais, sem esquecer que as primeiras, e também as segundas, não ocorrem independentemente dos contextos de classe.

Rui defende um modelo simétrico e indiferenciado de divisão sexual do trabalho doméstico, que se exprime também, como vimos, em práticas efectivas, as quais tendem, apesar de tudo, a aproximar-se dos ideais igualitários.

**R:** Penso que os deveres são dos dois, por exemplo, nas tarefas da casa acho que deve ser repartido, acho que os papéis do homem e da mulher não são muito diferentes.

Já em relação ao trabalho profissional as reticências são maiores e eis que surge uma concepção mais assimétrica, ainda que atenuada; Rui tende a achar que a este nível cabe ao homem o papel principal. Ele é de opinião, por exemplo, que se não houvesse dinheiro suficiente para pagar o infantário da filha ou a sua mulher enfrentasse sérias dificuldades para arranjar emprego, competia a ela, por ser «mãe», ficar em casa.

**F:** E quem é que na sua opinião deve ter uma actividade profissional fora de casa?

**R:** Se possível ambos, mas no caso de não ser possível acho que deve ser o homem, por exemplo, no caso de não ter onde deixar a pequena, alguém teria de ficar em casa, e seria a mãe. Por exemplo, imagine que eu não tinha possibilidade de a meter num infantário, provavelmente a mãe teria de ficar com ela em casa. (...) pois, mas imaginemos que ela não arranjava trabalho, existem vários factores que poderiam condicionar ...

Neste perfil, classificado de coabitação de noivado, uma perspectiva mais institucional da conjugalidade que privilegia o vínculo jurídico e formal da relação, ao mesmo tempo que desvaloriza o breve e fugaz período de vivência a dois sem papéis, surge combinado, e é esta talvez a sua singularidade, com uma partilha tendencialmente igualitária e indiferenciada do trabalho doméstico, num casal dos sectores intermédios em que o homem e a mulher trabalham ambos fora de casa, embora com estatutos sócio-profissionais diferenciados.

## COABITAÇÃO DE EXPERIMENTAÇÃO

*“Era para ver se nos dávamos bem ou não, como é que eram os feitios (...). Eu juntei-me e não pensei nisso, deixei as coisas andar e depois mais tarde claro que pensávamos em casar (...).*

*O casamento foi uma coisa sentida, não foi só uma coisa formal, não foi casar só por casar. Eu acho que é o sonho de qualquer mulher casar pela igreja, e aquelas coisas todas, pelo menos eu penso assim”.*

**Isabel, Desenhadora, 35 anos, bacharel**  
(Entrevista nº 18)

Os entrevistados classificados no perfil «experimentação», dentro da chamada coabitação pré-nupcial, têm em comum o facto da formalização da união não ser apenas um desejo, ou projecto, mas traduzir-se em comportamentos, isto é, os casais casam-se após um período de vida em comum. Apesar de transitória, a «experimentação» afasta-se da coabitação de «noivado» em termos de encadeamentos e percursos típicos, como já tinha sido notado em pesquisa anterior (Aboim, 2002; Wall [org.], 2005). Procuraremos apreender o seu significado e, ao mesmo tempo, mostrar a sua heterogeneidade social a partir da descrição de vários exemplos ou casos seleccionados em diferentes meios sociais: os sectores intermédios; os casais em que um dos membros é operário ou empregado executante; e, ainda, os que pertencem às classes médias diplomadas ou pequena burguesia técnica e de enquadramento.

Isabel, desenhadora há cerca de um ano num gabinete técnico, e com habilitações equivalentes ao bacharelato, conheceu o marido, dois anos mais velho, tinha então 16 anos. Este foi o seu primeiro namorado e a sua «grande paixão». O casal com oito anos de vida em comum, tem dois filhos pequenos, um com 8 meses e outro com 4 anos. O namoro com Carlos, actualmente sócio de uma pequena empresa ligada à indústria e com o 11º ano de escolaridade, foi bastante atribulado, tendo tido muitos intervalos pelo meio, período durante o qual os dois conheceram outras pessoas. Ambos pertencem a famílias do meio empresarial que na geração dos pais, e devido à reestruturação da indústria dos lanifícios,

sofreram um processo de mobilidade descendente. Isabel foi viver com o Carlos aos 26 anos, passado dois ou três meses de reatado o namoro que começou na adolescência, e casou após um ano de coabitação. A entrevistada, hoje com 35 anos, recorda esse primeiro ano de vivência informal, em que tinha a sensação que já fazia parte de um casal, como um período de felicidade conjugal, em que havia compromisso mas “era um compromisso relaxado, mais leve”. Ele não parece valorizar a entrada na conjugalidade anterior ao casamento, encarando os primeiros tempos como “uma relação de dois namorados” quando, no final da entrevista, chega a casa e troca algumas impressões connosco. Carlos, numa primeira abordagem, negou mesmo que alguma vez tenha vivido junto antes de casar.

A narrativa de Isabel revela, à semelhança de outros entrevistados do perfil moderno, que a coabitação não é objecto de uma decisão ponderada ou «conversada» entre o casal mas acontece (“fui ficando”) na sequência de uma relação íntima, afectiva e sexual, de grande proximidade e, também, da oportunidade de estarem juntos por que um dos dois tem casa. Nesse sentido, a «experimentação» assume algumas características da coabitação «moderna», como seja, a entrada faseada na conjugalidade e na parentalidade (o casal esteve três anos sem ter filhos), típica dos casais classificados naquele perfil, mas diverge, fundamentalmente, deste, devido ao maior apego à instituição matrimonial e à existência de representações e práticas desiguais do ponto de vista das relações de género.

**I:** Fui levando as coisas, ninguém falou e fui ficando. Fui levando, claro que não cheguei a levar tudo, porque aquela não era a minha casa - nessa altura ele vivia com um irmão que nunca lá estava - mas o essencial tinha lá.

O modo como se processa a entrada na conjugalidade e o modo como surge, mais tarde, a decisão de casar, correspondem ao modelo de instalação progressiva do casal.

**F:** Que razões a levaram a escolher esta forma de união, isto é, a ir viver junto com o Carlos sem casar?

**I:** Porque ele estava sozinho, eu tinha oportunidade de estar com ele. Foi acontecendo, fui ficando, “vem cá jantar”, “agora não me apetece ir para casa, durmo cá”. Não houve a decisão “vamos viver juntos”, não foi nada disso. (...) eu tinha à-vontade suficiente para lá ficar em casa e ia ficando, só que chegou a uma certa altura em que comecei a sentir-me um bocado mal em relação à minha mãe, por estar sempre a mentir, e comecei-me a deixar ficar e foi assim.

A formação gradual do casal e da família é vista por vários autores como sendo o traço distintivo ou o significado mais importante associado à coabitação contemporânea (Kaufmann, 1993; Manting, 1994 e 1996).

A comparação com o perfil de noivado revela algumas divergências de fundo: no primeiro caso a decisão de casar já foi tomada durante o namoro, o casamento continua a ser visto como o acto fundador do casal e da família, pelo menos no que toca ao elemento masculino do casal, a mulher é mais jovem no começo da coabitação e mais sensível às pressões dos ascendentes e do próprio cônjuge; no segundo, embora Isabel não seja indiferente à pressão familiar, na pessoa da mãe, o começo da coabitação numa idade mais tardia (e também a entrada na parentalidade), permite que ela se sinta mais livre para prolongar a experiência informal e que a privatização do casal seja também, aqui, relativamente maior.

Isabel sentiu-se mais à-vontade para ir viver com o Carlos porque o pai na altura já tinha falecido e ela estava, ou sentia-se, mais liberta do controlo parental.

**I:** Eu não sou uma pessoa conservadora, mas se o meu pai fosse vivo na altura nada disto teria acontecido, nada, porque eu nem sequer era capaz de ir para casa do Carlos e ficar lá a dormir, nem pouco mais ou menos, não tinha coragem de fazer uma coisa dessas.

Encontramos aqui o tema recorrente do controlo parental sobre a sexualidade feminina. Em relação à pressão do meio envolvente, e apesar de nenhum dos seus amigos ter passado por uma experiência de coabitação, ela diz que foi bem aceite e que em relação às outras pessoas “nunca foi muito de ligar à opinião dos outros”, o que conta realmente é o seu bem-estar pessoal: “Não, nunca liguei a isso, eu andava bem”.

No início, e na perspectiva de Isabel, tudo parecia estar, ainda, em aberto, se bem que o bom entendimento entre o casal e o desenrolar da vida em comum, fizesse surgir o sentimento que a relação seria para durar; logo, a ideia de casamento foi, desde cedo, ponderada, assim como o projecto de ter filhos.

**I:** As coisas foram surgindo a pouco e pouco, aconteceu irmos viver juntos e só depois mais tarde é que começámos a pensar em casar. No início uma pessoa não pensa nisso, mas depois começa a pensar porque é que não vamos casar, se isto está tão bem, se nos damos tão bem vamos em frente.

**F:** (...) Nos primeiros tempos de vida em comum, nesse primeiro ano, já falavam em ter filhos?

**I:** Já, falávamos, (...) claro, constituir família, claro..

A expressão «de experimentação» justifica-se na medida em que este é também o sentido que a entrevistada atribui ao período de coabitação informal que, no seu caso, durou cerca de um ano.

**F:** Considerou os primeiros tempos como uma fase de experimentação?

**I:** Também, sim.

**F:** Em que sentido?

**I:** Era para ver se nos dávamos bem ou não, como é que eram os feitios, se havia alguma diferença entre nós que não conseguíssemos viver juntos. Mas isso é um bocado confuso ao mesmo tempo, uma pessoa foi viver e pronto.

Isabel confirma que os primeiros tempos de vida em comum corresponderam a uma fase de experimentação conjugal mas acha também que as coisas não se apresentavam assim tão lineares nem foram, na altura, o resultado de um propósito inteiramente consciente. Prevalece, contudo, na perspectiva de Isabel, uma imagem da coabitação como uma situação transitória, sem filhos, que tem como finalidade principal testar a solidez da relação amorosa e o relacionamento do casal a viver sob o mesmo tecto: “porque eu não pensava ficar assim, se as coisas dessem certo ...”.

Uma perspectiva mais institucional da conjugalidade, através da valorização do laço formal e concomitante desvalorização da coabitação informal, parece estar presente, à semelhança de Rui Pedro, nas poucas palavras que conseguimos trocar com o marido de Isabel. Foi ele o primeiro a ceder à pressão familiar quando num almoço, decisivo, a mãe dela insistiu na questão da oficialização da união. O casamento foi então decidido com base nessa aliança momentânea entre genro e sogra.

**F:** Como é que explica (para si própria) a vontade ou o desejo de casar?

**I:** Acho que isso é um bocado pela religião, de ser católica, dos meus pais terem casado, dos meus irmãos serem casados, acho que vamos atrás uns dos outros, acaba por ser isso. Aliás quem, quando a minha mãe surgiu com essa conversa

nesse almoço, foi o Carlos logo que disse que sim, ele é que falou, nem me deixou falar a mim.

No que a si lhe diz respeito, Isabel não tinha pressa de casar e, a avaliar pelas suas palavras, teria preferido continuar como estava durante mais algum tempo.

**I:** Pensava casar, mas não tinha que ser naquele ano, podia ser mais tarde.

As motivações masculinas e femininas para casar, tendo como pano de fundo a pressão cultural e religiosa a favor do casamento, existente no seu meio, parecem, contudo, ser diferentes. Isabel quer casar não apenas por ter tido uma educação católica (“tem a ver com a minha educação”), mas também por ter encontrado “a pessoa certa” – ela valoriza, sobretudo, o lado romântico e simbólico do casamento, aí incluindo a cerimónia religiosa e o «vestido branco»<sup>107</sup>; ele parece querer casar mais pelo lado institucional e normativo do casamento, o que não significa que o sentimento amoroso esteja ausente, isto é, por uma questão de valores.

**F:** E o Carlos também desejava casar?

**I:** Sim, sim. Ele, apesar de não parecer, é uma pessoa bastante conservadora e de valores. Eu juntei-me e não pensei nisso, deixei as coisas andar e depois mais tarde claro que pensávamos em casar (...). O casamento foi uma coisa sentida, não foi só uma coisa formal, não foi casar só por casar. Eu acho que é o sonho de qualquer mulher casar pela igreja, e aquelas coisas todas, pelo menos eu penso assim.

Enquanto as mulheres do perfil «moderno» e «transgressivo» não se revêem no imaginário do «vestido branco» associado ao casamento, religioso ou civil, e quando interrogadas sobre a hipótese de virem a casar um dia excluem as razões sentimentais, Isabel acha que o casamento “foi uma coisa sentida” e não apenas uma formalidade prática. Não obstante, a entrevistada revela algumas dificuldades em encontrar razões intrínsecas para justificar a sua decisão de casar, e quando casar, fazendo lembrar a expressão “Casar por que não?” que dá título a um artigo (Torres, 1997).

**I:** Influenciou essa conversa com a minha mãe e depois a nossa decisão também.

Achámos realmente, porque é que não havíamos de casar? (...) e realmente caímos

---

<sup>107</sup> Na resposta às perguntas fechadas, Isabel acha que «o casamento é uma cerimónia bonita que consagra um momento importante na vida de duas pessoas» mas acha, também, que «o casamento não é obrigatório e pode ser realizado a qualquer momento quando os dois entenderem».

em nós, porque é que não vamos em frente? (...) se estava tudo a correr tão bem, porque é que não devíamos dar o nó?

Mas não foi uma atitude pragmática que levou Isabel a «dar o nó». Ela acha até que, do ponto de vista do casal, e em termos de preservação da autonomia e bem-estar individual, viver junto é uma vida mais prática<sup>108</sup>; pela sua experiência – nota-se ao longo do seu discurso uma certa desilusão e descontentamento - ela também não vê grandes vantagens no casamento. Desabafa:

**I:** Eu vou-lhe ser sincera, se eu soubesse o que sei hoje não me tinha casado. Vantagens do casamento? Sei lá, acho que nenhuma, que vantagens é que há? É só o papel, a vantagem é que temos o mesmo nome, mais nada, porque de resto é igual<sup>109</sup>.

Subsiste, contudo, ainda hoje, a ideia de que uma relação formal é melhor que uma relação coabitante para ter e criar filhos, até por uma questão de aceitação social, de modo a não prejudicar o bem-estar das crianças.

**F:** No seu caso aceitaria ter filhos fora do casamento, dentro de uma união de facto?

**I:** Acho que não. Acho que me fazia impressão, porque os miúdos começam a crescer e dizem “os teus pais não são casados”, acho que é mais por eles.

Isabel não é de opinião que o casamento constitui uma etapa obrigatória e o único modo legítimo de entrar na conjugalidade e ter filhos. Quando pensa nos casais em geral há uma nítida dissociação entre casamento e filhos – que revela uma concepção mais conjugalista que familiarista, presente, aliás, na maioria dos entrevistados –, mas outra coisa, bem diferente, é o que ela deseja para si.

**F:** Acha que as pessoas que vivem juntas devem casar quando pensam ter filhos?

**I:** Só se fizerem muita questão em casar.

**F:** Mas não é por causa dos filhos?

---

<sup>108</sup> Isabel afirma: “a vida que levava com ele era bastante mais prática do que depois de casar com ele, estava bastante melhor. (...) tinha a vida mais facilitada em todos os aspectos. (...) Depois de casar começaram os problemas, (...) por exemplo, financeiros, acho que é o grande problema de tudo, o dinheiro”.

<sup>109</sup> Isabel considera que ter o mesmo nome é, na verdade, a vantagem mais saliente, senão a única, do casamento: “por exemplo a nível de bancos, o Carlos é uma pessoa muito conhecida aí e isso traz-me vantagens. Eu tenho lidado aí com certas situações que realmente me tem safo bastante o estar casada com ele”.

**I:** Não.

**F:** E depois dos filhos nascerem, acha que é preferível que os pais casem?

**I:** Acho que se a relação for sólida não há necessidade. Só se um dia mais tarde os filhos gostassem que os pais fossem casados. Talvez nesse caso...

**F:** No seu caso, se tivesse continuado a viver mais tempo em coabitação acha que tinha filhos e depois casava?

**I:** Não, se calhar não, casava antes e depois tinha filhos.

Isabel não ligou à opinião dos outros, colocando em primeiro lugar o seu bem-estar e a sua liberdade individual, quando o que estava em causa era apenas o casal; a partir do momento em que pensa em filhos ela mostra-se mais sensível face a eventuais constrangimentos oriundos do meio social. Num contexto em que a tradição católica a favor do casamento se mostra ainda bastante eficaz e a coabitação é, por outro lado, menos frequente, ainda mais a coabitação com filhos, o peso das orientações normativas definidas do “exterior” na regulação das relações conjugais privadas ganha importância acrescida na transição do casal para família com filhos. A institucionalização dos laços conjugais e familiares, ainda mais quando se julgam reunidas as condições ideais - porque se encontrou «a pessoa certa» e o casal teve oportunidade de experimentar a relação - acaba por se tornar igualmente importante do ponto de vista subjectivo.

**F:** Para si, o laço formal/legal que une duas pessoas é uma questão importante ou uma questão secundária?

**I:** Para mim acabou por ser importante.

**F:** Porquê?

**I:** Tem a ver com a minha educação, com a minha religião e por ter tido a formação católica desde pequenina. Acho que acabaria sempre por me casar se achasse que era mesmo a pessoa certa.

Na perspectiva de Isabel, a coabitação encarada como uma relação mais fácil de quebrar e sinónimo de teste antes do casamento, ou período de adaptação conjugal<sup>110</sup>, surge também legitimada como forma de evitar o divórcio.

**I:** Aliás, eu digo a toda a gente, se tiverem oportunidade as pessoas devem viver juntos primeiro, depois então se quiserem decidem se casam ou não casam. Acho que é vantajoso. (...) há mais responsabilidade [no casamento]. Dá muito mais trabalho um divórcio do que uma separação simples.

Conservar a liberdade e a autonomia individual, escapar às «obrigações» femininas, contraídas através do casamento, não constituíram motivações para ir viver junta, nem Isabel na altura pensou nesses termos. No entanto, analisando retrospectivamente os primeiros tempos de vida em comum, Isabel considera que a coabitação reúne, a esse nível, muitas vantagens que acabaram por se perder, acha ela, com o casamento.

**I:** Por exemplo, no aspecto financeiro foi uma diferença do dia para a noite. Na altura eu ganhava o meu ordenado, ele o dele, o dinheiro dele era dele, o meu era meu. Não havia contas a meias para isto e para aquilo, logo aí há independência. No resto também, uma pessoa se não lhe apetecia estar ali dizia “até logo, tenho casa, tenho a minha mãe à espera, vou lá jantar”, agora não, se uma pessoa se chateia vai para onde?

A entrevistada defende uma norma de autonomia relativa na conjugalidade<sup>111</sup>, com papel ou sem papel assinado, mas na prática porque está sobrecarregada com as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos falta-lhe a energia, que lhe sobra a ele, para cumprir esse ideal, nomeadamente, no que diz respeito a saídas e sociabilidades vividas em separado pelos cônjuges. A autonomia de cada um, que ela vivenciou, e achou óptimo, durante o período de coabitação informal, contribui, na sua opinião, para unir o casal e é o que faz falta, muitas vezes, no casamento.

---

<sup>110</sup> Nas palavras da entrevistada, os primeiros tempos de vida em comum corresponderam a “uma adaptação para o casamento” e se “inicialmente não, depois uma pessoa acaba por pensar nesses termos”.

<sup>111</sup> A regra de autonomia relativa prevalece no tempo juntos (“faz falta estar com outras pessoas” mas “gostava também de ter mais tempo livre para passearmos os dois”), na comunicação (“nunca se deve contar tudo, porque há coisas que são só nossas”), nas decisões, nas actividades de lazer e nas amizades. Em relação à organização do dinheiro, Isabel defende, em termos ideais, o oposto de uma norma fusional: «Num casal o dinheiro que cada um ganha deve ser de cada um». Uma atitude mais autónoma em relação aos recursos financeiros pode ser interpretada como uma maneira de fugir aos conflitos que existem, a este nível, entre o casal.

**I:** Achei ótimo. E acho que sem querer isso ajudava também às pessoas unirem-se mais. Acho que é o que faz falta num casal. As pessoas às vezes dizem-me: “estás casada, ele vai sair, tu ficas em casa”, eu não concordo, porque é que ele não há-de sair e porque é que eu não hei-de sair também sozinha? Agora não vamos é fazer disso um hábito, (...) mas eu acho que as pessoas devem ter a sua vida na mesma.

Entre a norma ideal e aquilo que Isabel procura concretizar para si, por um lado, e a realidade vivida, por outro, vai uma grande distância:

**I:** Volta e meia já estou a combinar com as minhas amigas sair, já que ele também sai, só que isto é muito bonito de falar, porque depois de manhã não me aguento, não me consigo levantar... já fui mais de sair, ultimamente sinto-me muito cansada.

Se, na opinião de Isabel, os filhos “mudam radicalmente a vida de uma pessoa e do casal”, é certo, porém, que as mudanças ocorridas depois do casamento fizeram-se sentir antes da sua chegada. A entrevistada tem uma percepção negativa dessas mudanças e afirma que é muito diferente «estar casada» e «viver junta».

**I:** Quando eu casei, tive dois anos sem filhos, as coisas foram perdendo um bocadinho, porque lá está uma pessoa vem do trabalho, senta-se, está cansada, olha para o lado, não conversa, há qualquer coisa ... e nós éramos os mesmos ...

A procura de comunicação intensa e as expectativas elevadas em torno do projecto conjugal esbarram com aquilo que ela considera ser uma “certa acomodação” do casal.

**I:** (...) não sei se há uma certa acomodação, não sei explicar, mas eu sei que é diferente. Não sei se é das pessoas pensarem no papel, que temos que andar na linha para não termos que nos divorciar, não sei, há qualquer coisa que não é igual.

O discurso de Isabel parece conter alguma ambiguidade. Por um lado, ela vê a inexistência de vínculo legal e formal da coabitação como uma vantagem (porque o contrário leva à acomodação e à perda de autonomia) e, por outro, como um inconveniente. O «papel» parece constituir, em última instância, uma forma de proteger a relação do casal contra eventuais tentações de ruptura quando a vida corre menos bem ou quando o quotidiano, como parece ser o seu caso, se torna pesado e as tensões se avolumam.

**I:** Quando está no papel, dá a ideia de ser um compromisso mais forte, mais sólido, porque está no papel. É tudo mais confuso de haver separação, as pessoas pensam

duas vezes antes de se separarem, e vivendo junto é tudo mais fácil, não há chatices, não há confusões de divórcios, é mais facilitado tanto para um como para outro.

**F:** E vê isso como uma coisa positiva ou negativa?

**I:** Acaba por ser negativa, porque é tão fácil uma pessoa se separar, que não pensa duas vezes.

O compromisso juridicamente confirmado, com os seus direitos e deveres, parece ser visto também como uma espécie de escudo protector contra possíveis relacionamentos extra-conjugais por parte do elemento masculino do casal<sup>112</sup>.

**F:** Torna a relação mais segura em que aspecto?

**I:** Estamos casados agora não é tão fácil tu arranjares outra. Mais nesse aspecto, só olhamos um para o outro ...

Mas o casamento traz também desvantagens, sendo a principal a lide da casa. Isabel sente-se responsável pela gestão e execução das tarefas domésticas e parece conformar-se com os papéis de género associados ao casamento-instituição. “Andar na linha”, para retomar a expressão da entrevistada, assume diferentes significados no masculino e no feminino.

**I:** Um dos aspectos negativos é a lida da casa, o ter que chegar a hora de jantar e ter que ter o jantar pronto. Essas são, para mim, as desvantagens do casamento, porque se começa a cumprir outros horários sem querer. O Carlos chega por volta das oito e convém fazer-lhe o jantar, mas se não me apetece fazer o jantar, não fica muito bem, porque depois tem que ser ele a fazer o jantar e ele vem cansado do trabalho. (...) se tivesse dinheiro tinha uma empregada (...).

Enquanto que o cônjuge “é uma pessoa muito mexida mas quando chega a casa desliga completamente”, ela não pára. A descrição do dia a dia de Isabel, feita pela própria, espelha de forma muito evidente uma divisão do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos de tipo tradicional (é ela que faz tudo, ou quase tudo, em casa), ao mesmo tempo que nos transmite a imagem de uma mulher sobrecarregada com o trabalho dentro e fora de casa.

---

<sup>112</sup> Conhecendo o passado de Carlos (“ele era um homem da noite, foi um dos sócios da discoteca ...”), testar a relação a esse nível e a capacidade de «assentar» do futuro marido, foi talvez a razão mais íntima que levou Isabel a querer primeiro viver junta antes de casar.

**I:** Levanto-me, dou o biberon ao meu filho e vou-me arranjar, venho, acordo este menino, acordo o pai, visto o bebé, tomo o pequeno-almoço e saio de casa com o mais pequenino e o pai leva o mais velho. Depois vou trabalhar, venho geralmente almoçar a casa sozinha porque o Carlos vai almoçar a casa dos pais onde estão os irmãos todos a almoçar, e eu (...) venho sempre a casa, porque é quando eu gosto de arrumar a casa, arrumar os quartos, loiças que ficam da noite anterior. (...) A seguir ao almoço vou para cima, tomo mais um café, vou trabalhar, saio às 16:30 porque ainda estou com licença de aleitamento, e depois vou buscar os meus filhos (...) ao infantário, venho para casa, deito o bebé, o Afonso geralmente liga a televisão ou jogamos um joguito primeiro. Eu passo a ferro, faço as papas para o bebé, as sopas para hoje e para amanhã. Depois não saio mais da cozinha (...), quando o bebé acorda dou-lhe banho – dia sim, dia não – o bebé vem brincar com o Afonso e eu vou preparar o jantar dele enquanto o outro jantar já está a ser feito. Dou de jantar ao bebé e vou pôr a mesa. Entretanto o Carlos chega, jantamos, por volta das nove deito o bebé, o Afonso fica aqui mais um bocadinho ao pé do pai e depois deito-o; vou arrumar a cozinha e depois venho para a sala, que é quando descanso.

Isabel sente-se cansada, queixa-se da lide doméstica e da fraca, para não dizer nula, participação do cônjuge. Esta é, na verdade, uma das principais fontes de tensão entre o casal e, também, de insatisfação feminina. Mas se esse problema não gera grandes conflitos, devido a uma atitude pouco reivindicativa de Isabel, as discussões relacionadas com o dinheiro e a educação dos filhos são mais acesas e, também, mais frequentes<sup>113</sup>.

**I:** Ele não ganha mais, ganha tanto como eu, só que as despesas dele ... há desentendimentos porque às vezes o dinheiro falta e depois andamos aflitos.

Isabel gostaria que o marido fosse “mais arrumado” e, apesar de achar que ele devia ajudar mais em casa, é bastante tolerante quanto à falta de colaboração masculina. O mesmo já não acontece quando o assunto é a educação das crianças.

**F:** Que críticas é que lhe costuma fazer a propósito das tarefas e dos cuidados com os filhos (...)?

---

<sup>113</sup> Isabel afirma que os conflitos de maior vulto entre o casal giram à volta do dinheiro.

**I:** Em relação a isso só implico com ele por causa da educação. (...) acho que mima demasiado o Afonso, não o chama à atenção (...). Implico muito com ele, mas mesmo muito, e detesto que me desautorize e de vez em quando faz (...).

**F:** E em relação às tarefas domésticas não há conflitos?

**I:** Não, chateia-me é quando ficam as coisas dele por aí.

Práticas desiguais relativamente ao contributo de cada um em relação à casa e aos filhos sobressaem claramente no discurso de Isabel.

**F:** Quais são as tarefas e os cuidados com os filhos que são feitos ora por um ora por outro, em que ambos participam?

**I:** Só as brincadeiras. Às vezes dá o biberon ao Pedrinho, mas quer dizer, não faz nada, eu é que faço tudo.

Ela acha a divisão injusta mas acomoda-se para evitar conflitos (“faço isso muitas vezes”) e proteger a relação conjugal. O dilema igualdade versus conflitos não parece, contudo, resolvido de uma vez por todas. Pressente-se o mal-estar e o conflito latente – “acho que se ele não fosse tão egoísta tudo andava melhor”- à medida que cresce o descontentamento de Isabel, principalmente numa altura em que os filhos exigem cuidados intensos.

**I:** Eu estou farta de lhe dizer quando ele chega a casa e diz que está muito cansado, eu digo, pois é, tu saís de manhã, tens duas horas para almoçar sossegadinho, eu venho para casa, arrumo a casa, vou trabalhar, depois vou buscar os filhos, tenho que tratar deles, fazer o jantar. Tu chegas a casa, tens o jantar pronto e sentas-te e eu continuo: arrumar a cozinha, deitar os garotos, fazer qualquer coisa mais, e só depois é que me sento. E ele acha que não, que as mulheres não trabalham mais. Pensa que isto é trabalho fácil, que não desgasta. Mas muitos homens pensam assim ...

Em relação à divisão das tarefas domésticas, Isabel conta que nem sempre foi assim: nos primeiros tempos de vida em comum, já depois de casados, Carlos ajudava-a “bastantes vezes a arrumar a casa ao fim de semana”. Ela explica a mudança de comportamento do parceiro, para pior, na sua aceção, por uma questão de “desleixo” e “acomodação”.

Quanto à construção de espaços de autonomia individual, eles são mais salientes do lado masculino, embora também ela valorize as amizades e os convívios (“a minha casa está sempre cheia à sexta e ao sábado à noite”), alguns partilhados com o cônjuge (jantares em casa, passeios), outros vividos em separado. Isabel declara ir às vezes ao cinema ou tomar café com as amigas. A primeira actividade é menos frequente, e nesse caso os miúdos ficam em casa com o pai ou com a cunhada. Aos Sábados ou aos Domingos, ela sai com as amigas (tomar café), na companhia dos filhos, até porque ele há um dia que está sempre fora. Carlos pratica «moto quatro» aos fins-de-semana e quando ele sai nesses passeios com os amigos ela diz que fica “por aí”: “porque irrita-me sair porque tenho sempre coisas para fazer em casa”. Sobre o quotidiano do marido, Isabel acrescenta ainda:

**I:** Trabalha e tem um dia na semana que vai jantar com os amigos, e de vez em quando sai à noite. À quinta-feira sai sempre, porque é o jantar dos irmãos e dos amigos do trabalho, e há noitada.

Na divisão conjugal dos lazeres, tal como na repartição das tarefas domésticas, o casal pende para a desigualdade. Isabel parece aceitar um pouco melhor a assimetria existente ao nível das responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos do que a assimetria na esfera lúdica (“é ele quem tem mais tempos livres”), embora a primeira interfira necessariamente na segunda, bem como na gestão do espaço de autonomia pessoal. A entrevistada balança entre uma atitude de revolta e de conformismo.

**I:** O Afonso acompanha muito o pai, mas quando o Carlos tem os passeios, quem tem que ficar com eles sou eu. (...) há sempre uma semana em Janeiro que vai fazer ski para fora, e eu não posso ir porque eles são muito pequeninos.

Os convívios e actividades mais ou menos intensas do marido parecem, afinal, colidir com o desejo de uma vida conjugal mais partilhada, quer nos aspectos instrumentais do quotidiano, como o trabalho doméstico e a prestação de cuidados aos filhos, quer nos aspectos expressivos. Isabel valoriza o diálogo (“para mim é o mais importante, se o diálogo falta, falha tudo”) e gostava, também, de ter mais tempo para o casal (“acho que precisava de ter mais fins-de-semana assim, sozinha, eu e ele, sem filhos”).

Outra das razões possíveis para explicar as tensões que atravessam actualmente a relação do casal diz respeito à existência de actividades de lazer e aspirações situadas acima das possibilidades financeiras do casal. Carlos, atendendo à sua história familiar e

origem social favorecida, não prescinde de um determinado estilo de vida que é mantido à custa do «sacrifício dela». Trajectórias sociais implicando mobilidade descendente parecem ser, afinal, vividas de maneira diferente no masculino e no feminino. Ele sai à noite durante a semana, tem uma «moto quatro» e participa em campeonatos, vai para o estrangeiro praticar ski; ela fica em casa a tomar conta dos filhos e da lide doméstica. Isabel gostaria de ter uma empregada doméstica para não se sentir tão sobrecarregada, nem que fosse por umas horas, mas acha que não há dinheiro para isso e também não exige do parceiro a partilha igualitária das tarefas domésticas. Aliás, ao nível dos ideais, Isabel não defende a paridade.

**I:** Acho que há coisas que só a mulher é que pode fazer, mas acho que o homem devia fazer mais coisas. Mas a mulher acaba sempre por fazer mais, porque sabe mais. Por exemplo em relação aos filhos, acho que a mulher tem mais sensibilidade do que o homem, por isso nunca podíamos repartir as tarefas a meio, mas podia ajudar muito mais, principalmente em casa, ser mais arrumado, varrer o chão, pôr as cadeiras no lugar. Se eu tivesse mais ajuda em casa se calhar já não me custava tanto fazer a lida da casa, até fazia com prazer, mas assim não, sozinha não, detesto!

Como já tínhamos notado a propósito dos sectores operários, as representações femininas andam sempre à frente das práticas mas num patamar ligeiramente superior, não muito distante. No caso de Isabel, não se defende um ideal igualitário e as práticas são vincadamente assimétricas. As diferenças de género, ou melhor as desigualdades, são justificadas com base na crença que os homens e as mulheres são naturalmente diferentes: maior “sensibilidade” feminina para certas tarefas, principalmente as que estão relacionadas com os filhos; em casa, a mulher faz “mais porque sabe mais”. Assim, as tarefas nunca podem ser divididas, na perspectiva de Isabel, de igual para igual pois à mulher cabe o papel principal e ao homem dar uma ajuda. Há como que uma procura de congruência entre representações e práticas, ou, mais precisamente, uma procura de legitimação das segundas por intermédio das primeiras.

Em contraste com a posição de assimetria atenuada em relação à esfera doméstica, Isabel defende um modelo igualitário no que toca à divisão do trabalho profissional entre o homem e a mulher no casal. Isabel afirma sentir-se realizada na profissão (“temos formação profissional e vamos aprendendo, em casa não se aprende nada”), ao mesmo tempo que valoriza o trabalho fora de casa pelo lado do “contacto com outras pessoas”.

Quando Isabel pensa na sua vida hoje, “ter constituído família” dá-lhe “muita satisfação”. Embora a vertente profissional seja para ela fonte de realização pessoal, é a família, e em primeiro lugar os filhos, que emergem como projecto identitário mais importante.

**I:** Os meus filhos, sem dúvida. Depois o marido, porque os filhos vão-se embora e o marido vai ser a nossa companhia até ao fim dos nossos dias.

Para terminar, gostaríamos de salientar que a existência de expectativas elevadas acerca da perenidade da união, cúmplice dos sentimentos mas também de valores de cariz mais institucional, não são incompatíveis com uma visão aparentemente negativa das mudanças ocorridas ao longo do percurso conjugal. Uma certa insatisfação no momento actual manifesta-se de forma bastante nítida quando a entrevistada compara, e avalia, a vida em casal durante o período de coabitação informal, cujo traço predominante é a autonomia individual, para além da «leveza» da relação, e a vida depois de casada, associada a responsabilidades acrescidas e sexualmente diferenciadas, perda de independência e, talvez por isso mesmo, aumento da conflitualidade entre o casal.

**I:** Acho que ele se acomodou bastante, chega a casa acomoda-se e não quer saber de mais nada, enquanto que quando estávamos juntos era diferente, ele tinha a vida dele eu tinha a minha, se me chateasse eu ia para casa, a seguir conversávamos e estava tudo bem. Agora não, agora vivemos os dois debaixo do mesmo tecto, somos só nós, e as coisas são diferentes, temos que nos aturar um ao outro e saber lidar com isso, só que às vezes é complicado.

Isabel parece hesitar entre dois pólos. Por um lado, a defesa dos valores da conjugalidade companheirista, com a sua ética relacional e igualitária de cariz moderno – a valorização dos sentimentos e da comunicação intensa, a procura de paridade na profissão, nos lazeres e nas sociabilidades, a par da procura de autonomia do ponto de vista instrumental – e, por outro, a aceitação dos valores da conjugalidade institucional, através da interiorização dos papéis sociais de género mais esperados de tipo tradicional, isto é, a assumpção de obrigações e competências exclusivamente femininas na esfera doméstica, da valorização dos laços formais da família e da visão do casamento como uma união perene.

*“Fiquei sempre com aquele receio de que não desse certo, estar a casar-me logo e depois as coisas não darem certo, lá vinha mais um desgosto para os meus pais de mais uma separação.*

*(...) Eu comecei a pensar: bem, estou grávida, e com esta opinião dos meus sogros acho que vou em frente. Foi quando resolvemos e casámos pelo civil”.*

**Isaura, empregada de limpeza, 42 anos, 4ª classe**

*(Entrevista nº 25)*

Isaura com 42 anos e o ensino primário é mãe de três filhos, o mais velho, já casado, a menina do meio com 15 anos e o filho mais novo com 5 anos. Os dois primeiros nasceram de um casamento anterior que acabou em divórcio porque o seu ex-marido «arranjou outra mulher», facto que constituiu um trauma para Isaura e influenciou fortemente a entrada na conjugalidade actual, desta vez, por via da coabitação. Ela, com uma situação profissional estável – é actualmente encarregada de limpeza numa universidade – vive uma segunda união com Belmiro, que classifica de «feliz», há cerca de oito anos. Ele, 5 anos mais novo que ela, tem o 12º ano e é agente da P.S.P., profissão que veio exercer para Lisboa, dado que é oriundo de uma pequena cidade do interior do país. Belmiro, solteiro e sem filhos, propôs-lhe casamento pouco tempo depois do casal se conhecer mas ela recusou sempre com medo que as coisas não dessem certo e preferiu, numa atitude prudente, ir primeiro viver junta para experimentar a relação. A formação do casal faz-se de forma gradual, sempre com ela muito cautelosa e resistente perante a ideia de voltar a casar de novo mas ao mesmo tempo com receio que ele a deixasse caso não lhe fizesse a vontade: primeiro namoraram cerca de dois anos, depois foram viver juntos e finalmente casaram após dois anos de vida em comum. Isaura quando casou, aos 36 anos, estava grávida de 6 meses do filho comum do casal mas diz que já tinha andado a tentar engravidar durante um ano. O casamento e o filho surgem como uma dupla confirmação da solidez da união. O anúncio da chegada de um filho, mesmo perante os familiares, constituiu o acontecimento decisivo em direcção à consolidação do casal. Essa foi uma decisão que Isaura tomou juntamente com o cônjuge quando se sentiu mais segura da relação e no sentido de corresponder ao que ela supunha ser o desejo mais íntimo do marido, o de ser pai também de um filho seu.

As palavras de Isaura ilustram bem os seus receios e hesitações em assumir uma nova relação que não fazia, aliás, parte do seu projecto de vida uma vez que após a separação ela tinha decidido que não queria mais ninguém e que iria viver apenas em função dela e dos filhos.

**I:** (...) eu já estava separada há 5 anos e ele começou a meter conversa. (...) Entretanto começou a andar atrás de mim, eu disse-lhe que tinha dois filhos e contei-lhe a minha vida. Ele perguntava-me se eu não queria andar com ele e eu dizia-lhe que tinha muito medo porque tinha vindo de uma relação fracassada e tinha medo de voltar a ter outra pessoa. Ele dizia que não tivesse medo, que nós nos íamos entender (...). Acabámos por nos entender, ainda andámos bastante tempo, dois anos e tal. Próximo de a gente se ter conhecido, ele disse para a gente se casar e eu disse-lhe que não, que era muito cedo, queria conhecê-lo primeiro bem para ver se nos entendíamos. (...) se não nos entendêssemos, ele seguia a vida dele e eu seguia a minha. Depois também tive muito receio, como ele era solteiro, que os meus sogros não me aceitassem, como eu era separada e tinha dois filhos. Mas graças a Deus são excelentes e aceitaram-me muito bem. Entretanto eu fiquei grávida do meu menino (...).

Os receios de Isaura encontram algum fundamento já que uma mulher divorciada com filhos tende a ser desvalorizada, sobretudo em determinados sectores das classes populares, perante o mercado matrimonial. Belmiro andou a esconder dos pais, durante muito tempo, o relacionamento afectivo e sexual com Isaura e foi só depois de viverem juntos, mais precisamente quando ela estava grávida, que ele fez as apresentações. Encontramos aqui sinais do modo como as inseguranças pessoais se geram na esfera social e da sobreposição entre as dimensões individual e colectiva. Os primeiros, receios e inseguranças, baseiam-se em discriminações sociais, neste caso de género e de classe combinadas, tal como já tinha sido salientado noutras pesquisas a propósito do casamento (Torres, 2002) e do recasamento (Lobo, 1995).

**I:** Por isso a minha sogra aceitou bem e disse ao meu marido: “tu é que sabes, se ela é boa para ti, se é boa mulher e boa dona de casa, então vai em frente. Tu é que escolhes e tu é que sabes o que deves fazer.

A aceitação da relação conjugal por parte dos futuros sogros, ao que parece “muito religiosos” e, em especial, a opinião da mãe dele no sentido de casar para proteger a

criança que ia nascer<sup>114</sup>, constituiu mais um incentivo para Isaura querer oficializar a união com Belmiro.

A maior dependência, que transparece nas palavras de Isaura, e a importância atribuída face ao julgamento do grupo de pertença e oriundo de relações de sociabilidade – familiares e/ou amicais – constitui um bom indicador da menor privatização do casal. A aprovação dos pais (com quem Isaura vivia, mais os filhos, depois do divórcio) e, em particular, os conselhos da mãe desde o início do relacionamento entre os dois, contribuíram para dissipar dúvidas e ultrapassar reticências.

**I:** Na altura a minha mãe falava muito comigo, ainda hoje conversamos, e ela dizia-me sempre: “tu não podes pensar só nos teus filhos (...) daqui a amanhã os teus filhos têm a vida deles e tu ficas sozinha. Se pensares um bocadinho mais em ti, talvez arranjes alguém que vá gostar deles e que te faça a ti feliz (...) alguém para conversar, para desabafar e para teres um ombro onde tu te possas amparar na tua velhice”.

A condição, e o estatuto à partida mais desvantajoso de Isaura, de mulher em «segunda mão» (que já foi de outro homem), e ainda por cima com dois filhos, faz de Belmiro, solteiro, com um emprego estável e um estatuto sócio-profissional superior ao dela, uma boa perspectiva de casamento, o que veio de facto a confirmar-se. As qualidades do cônjuge como pessoa confundem-se com o bom desempenho dos papéis sociais esperados. O que Isaura mais aprecia nele é ser um bom pai de família e, em especial, «gostar dos filhos dela como se fossem dele».

**I:** É bom marido em tudo, em casa, para nós, para mim, para o filho, para os meus filhos que não são dele mas que os trata como se fossem. Isso faz-me gostar ainda mais dele, porque eu nunca pensei um dia arranjar alguém que gostasse tanto dos meus filhos como ele gosta do filho dele. Ele não faz diferença neles e é isso que eu admiro muito, tanto eu como a minha família.

A coabitação, como já tínhamos notado nos sectores operários, em particular para as mulheres divorciadas, constitui uma porta de entrada para a construção de um futuro mais seguro, nomeadamente para os filhos, e permite às mulheres «refazer» a sua vida.

---

<sup>114</sup> A preocupação com o neto não é alheia à sua história pessoal e ao seu percurso conjugal. A sogra foi mãe solteira de uma filha “de um namorado que ela teve” e provavelmente devido a esse acontecimento o pai de Belmiro não quis casar com ela. Viveram em união de facto durante 30 anos, tiveram filhos e só quando “fizeram 50 anos de idade é que eles casaram pelo civil”.

Mesmo quando as mulheres divorciadas com filhos dos sectores menos qualificados, operárias e empregadas executantes, se juntam com alguém com uma posição sócio-profissional idêntica ou inferior, ainda assim isso significa uma trajectória de ascensão social devido à discriminação de género.

Isaura quis primeiro certificar-se de que “a relação dava certo”, incluindo a relação do cônjuge com os filhos, não fosse o parceiro arrepender-se ou as coisas entre eles começarem «a dar para o torto». Na altura em que foram viver juntos ele queria casar pela igreja (mais tarde casaram-se pelo civil) mas ela desculpou-se com o facto de já o ter feito uma vez e não poder voltar a fazê-lo de novo<sup>115</sup>.

**F:** Você estava com um bocadinho de receio de dar logo esse passo?

**I:** Sim, estava com medo, ao mesmo tempo que sabia que conhecia o meu marido e que gostava dele, tinha medo que as coisas mudassem.

Como ela não quis casar logo, ele propôs-lhe irem viver juntos, manifestando o desejo de assumir a relação perante a família e, também, na expectativa de arranjar uma mulher que lhe assegurasse a manutenção de serviços domésticos, superando os inconvenientes de ser solteiro. Na altura ele vivia há pelo menos dois anos (desde que o casal se conheceu) na “camarata da esquadra” e ia de quinze em quinze dias a casa.

**I:** Ele disse que nos íamos juntar porque assim não era vida, tinha que andar a pagar para lhe lavarem a roupa, tinha que comer aqui e ali e custava-lhe ir a casa de quinze em quinze dias sem mim.

Na perspectiva de Isaura, a coabitação encarada como uma forma de experimentação conjugal tem como finalidade principal evitar o divórcio que é ainda relativamente mal visto no seu meio familiar e social de origem<sup>116</sup>.

**F:** Porque é que foi viver junta em vez de casar?

**I:** Porque tive medo. Fiquei sempre com aquele receio de que não desse certo, estar a casar-me logo e depois as coisas não darem certo, lá vinha (...) mais uma separação. Eu tive muito medo por causa disso. (...)

---

<sup>115</sup> Na sequência até de uma conversa tida com um padre que confirmou essa impossibilidade: “Até na altura fomos falar com o padre e ele disse que, pelo meu marido, como ele era solteiro, não havia problemas, se eu fosse viúva podia casar, mas como era divorciada já não podia”.

<sup>116</sup> A mãe da entrevistada é doméstica e o pai é carpinteiro por conta d’outrém. Ambos com origens rurais, na região Norte, vieram para Lisboa tinha a filha, Isaura, dois anos de idade.

Fui a única pessoa na família que na altura se separou (...). Eu fui também a primeira filha dos meus pais a casar-se e a separação foi um desgosto muito grande para eles. Não lhes queria dar esse desgosto novamente.

A aceitação difícil do divórcio no seio familiar parece levar a entrevistada a preferir o estatuto de “mulher de” numa conjugalidade informal do que correr o risco de casar e voltar a cair no estatuto de “mulher divorciada”. Se não fosse a pressão do cônjuge, a coabitação podia eventualmente transformar-se numa relação permanente, mesmo com filhos. Essa é uma hipótese que Isaura não rejeita completamente já que os primeiros tempos de vida em comum são encarados como uma situação que pode durar sem casamento e não necessariamente como uma etapa que antecede o enlace formal. Referindo-se aos primeiros dois anos de vivência conjugal ela afirma: “na altura pensei que as coisas fossem para a frente e que talvez não fosse preciso casar”.

Mas a vontade do cônjuge foi mais forte assim como o receio de Isaura de que a sua recusa em casar pudesse ser interpretada por Belmiro como sinónimo de desamor. Ela não quer, no fundo, deixar «escapar» o parceiro com quem está envolvida afectivamente e que representa a união com alguém com uma posição social superior, garante de um futuro melhor, ou mais seguro, para ela e para os filhos.

**I:** Eu ao princípio, quando começámos a viver junto, às vezes também pensava que: “agora vamos viver juntos, qualquer dia temos aí uma chatice qualquer e ele chateia-se e vai-se embora”. Ele estava sempre a dizer “porque é que a gente não se casa?”, andava a insistir no casamento. Eu punha-me assim a pensar: “vou mesmo ter que me casar se não ele começa a ficar chateado e larga vai porta fora”.

O casamento como prova de amor foi uma das razões principais que, do ponto de vista subjectivo, levaram Isaura a tomar a decisão final e a acabar com as inseguranças de parte a parte.

**I:** Sim, também foi para tornar a relação mais segura, foi para dar a entender ao meu marido que eu gostava mesmo dele e que queria continuar com ele.

Proteger a paternidade em caso de separação parece ter sido uma das razões que do lado masculino levaram Belmiro a redobrar a sua insistência na tecla do casamento por altura da proximidade do nascimento do filho.

**I:** Ele às vezes dizia: “se um dia as coisas derem para o torto, tu és capaz de pegar no menino, vais-te embora e nunca mais o vejo”.

O marido de Isaura queria supostamente ter um filho mas a entrada na parentalidade fora dos laços institucionais não era muito do seu agrado. Ela, pelo contrário, não parece ter achado necessário, nem urgente, casar para ter filhos e a iniciativa da gravidez foi mais dela do que dele. A narrativa feminina indicia que no caso de Belmiro, a ideia de ser pai surge fortemente vinculada ao projecto de casamento. Ela estava mais preocupada com o «relógio biológico» e um filho, mais do que o vínculo formal iria, na sua perspectiva, consolidar a relação do casal e fundar uma nova família.

**F:** Nos primeiros tempos de vida em comum falavam em ter filhos?

**I:** Sim, eu dizia-lhe se ele queria ter algum filho tinha que ser um acordo entre nós os dois, eu não podia estar à espera muito mais tempo porque eu já tinha idade e não podia depois estar a arriscar. Ele dizia que logo que tivéssemos a nossa vida organizada mandávamos vir um menino. Depois entretanto, fiquei grávida. (...) porque pensei sempre que ele queria ter um filho, era novo e “casado” pela primeira vez. Pensei: se eu tenho dois filhos, acho que ele também vai querer ter um de nós os dois.

A perspectiva do nascimento do terceiro filho no contexto de uma nova conjugalidade, a pressão do parceiro e dos familiares acabaram por vencer a relutância de Isaura em casar e apressar o desfecho que ela andava a adiar.

**I:** (...) porque comecei a pensar que se calhar seria a altura certa para nós casarmos, uma vez que eu também já estava grávida e se eu não tivesse casado, quando o menino nascesse iria trazer muitas complicações, a nível de registos e essas coisas assim.

A percepção de que casar, em alternativa a viver junta, é melhor para o filho, alia-se às razões emocionais centradas no casal. Comparando razões sentimentais para casar e razões de ordem prática - relacionadas com o empréstimo da casa ou com o acesso a regalias sociais, nomeadamente para os filhos, que ela considera que não existiam na coabitação<sup>117</sup> - as primeiras tendem, na perspectiva de Isaura, a sobrepor-se às segundas.

---

<sup>117</sup> A nível de direitos e vantagens práticas Isaura refere: “estar casada traz-me algumas regalias por parte do meu marido que não teria se só vivesse junto: a nível de médicos, a nível de

**I:** Foi mais porque eu gostava dele e por ter começado a pensar que ele poderia acabar por se saturar, ou que poderia aparecer outra pessoa.

No que diz respeito aos filhos, a ideia mais saliente é a de que o quadro institucional oferece mais vantagens, quer em termos práticos, quer em termos da relação parental<sup>118</sup>. Para Isaura, o ideal de família é os filhos serem criados com o pai e com a mãe e, nesse sentido, o casamento garante, acha ela, pese embora a sua experiência de divórcio, laços mais seguros e estáveis.

Isaura vê a coabitação como uma relação onde o risco de ruptura é maior e o peso da responsabilidade menor<sup>119</sup>; embora haja compromisso, que existe sempre a partir do momento em que os dois vão “viver juntos numa casa”, aquele acaba por ser mais frágil. Pelo contrário, viver junto “com papel passado” representa um compromisso “mais forte porque também é mais difícil uma separação”.

**I:** (...) E uma pessoa começa a pensar que se calhar é melhor casar logo, porque se vivemos muito tempo juntos começamos a habituarmo-nos a isso. Eu acho que é mais fácil, quando uma pessoa vive junta, de ir um para cada lado, do que casando, porque há sempre aquela coisa de se ralhar hoje, amanhã já se está bem e as coisas vão sendo ultrapassadas. Vivendo-se junta, as coisas começam a encher e a gente acaba por virar as costas e ir-se embora.

Isaura partilha com os entrevistados anteriores, incluídos na designação abrangente de coabitação pré-nupcial, a noção de que casar é uma forma de proteger a durabilidade da união por contraponto à coabitação, negativamente conotada como uma relação menos estável para a família porque baseada num compromisso privado mais fácil de romper.

Assumir um compromisso de longa duração é, para Isaura, uma dimensão importante das representações sobre a conjugalidade e a família. À luz desta perspectiva,

---

subsídios que eles têm na Polícia. Por exemplo, eu e os meus filhos temos direito ao cartão de saúde da PSP, a minha filha, que não é filha do meu marido, tem direito a um cartão igual ao do meu filho, porque o meu marido está como tutor dela, ela até recebe o abono de família pela parte dele”.

<sup>118</sup> Isaura é de opinião que quando há filhos é preferível que os pais casem, referindo a seguir o exemplo da filha que, apesar do afecto da mãe e do «padrasto», que também gosta muito dela, “é uma criança um bocado revoltada” pois teve pouco convívio com o pai (na altura, ela era ainda bebé), com o qual não mantém hoje, aliás, qualquer tipo de relação.

<sup>119</sup> A este propósito a entrevistada afirma: “Não estando casada, se a gente não se entende, mais facilmente cada um segue a sua vida do que estando casada. Estando casada, a responsabilidade é maior (...)”.

parece menos paradoxal que ela manifeste, por um lado, fortes receios quanto a uma eventual separação do casal, no início da coabitação e, por outro, expectativas elevadas acerca da sua longevidade - «ficar para sempre» é uma norma ideal independentemente da dinâmica da relação.

**F:** Quando foi viver junta tinha a ideia que a vossa relação seria, não digo para toda a vida, mas seria para durar ou tudo estava em aberto?

**I:** Pensei sempre que era para durar e continuo a pensar que é para durar, que é para ficar para sempre.

Uma perspectiva da conjugalidade institucional mais acentuada que no caso da entrevistada anterior, sobressai também na forma de encarar a fidelidade/infidelidade no casal. Para Isabel, detentora de recursos escolares e profissionais mais elevados, esse é um aspecto da relação do casal intrinsecamente ligado aos sentimentos, enquanto que para Isaura é uma questão de princípios (“um dever”), sendo mesmo considerado “o fundamento do casamento”. Ambas as entrevistadas, identificadas no perfil de experimentação, têm em comum com a coabitação de noivado, protagonizada pelo sexo masculino, a valorização do vínculo formal da conjugalidade, o que faz supor ser esta uma característica que, independentemente do género, tende a unir aqueles que casam após um período de vivência em comum. Nos três casos referenciados, a existência de pressão social para casar em contextos tão diversos como a Grande Lisboa e a região Centro-Norte do país, e a fraca aceitação da coabitação informal no meio familiar e social de origem dos entrevistados é um dado saliente<sup>120</sup>. No caso de Isaura, a importância atribuída ao vínculo legal e simbólico do casamento é justificada não tanto em termos de procura de aceitação social ou invocando a tradição católica mas, sobretudo, quando pensa, numa perspectiva mais familialista, nas consequências negativas da coabitação para os filhos em termos afectivos e relacionais.

**F:** Estava grávida quando casou?

---

<sup>120</sup> Isaura refere a pressão dos pais para casar e invoca também a religiosidade da família alargada como causa para a menor aceitação da coabitação. Perante a pergunta “alguma vez sentiu que se continuasse a viver junta sem casar, as pessoas iriam olhá-la de maneira diferente?”, Isaura respondeu: “Acho que sim, principalmente da parte da minha família, porque são muito religiosos. *Perguntariam-me* sempre porque é que não casava, acho que sim, que me olhariam de maneira diferente”.

**I:** Sim, casei no dia 24 de Março de 1997, e o meu menino nasceu no dia 4 de Julho desse ano.

**F:** Achou melhor casar por causa do menino?

**I:** Sim.

**F:** Por causa daquelas regalias que referiu há pouco?

**I:** Por causa disso e por causa, mais tarde, de outras coisas do menino. O meu menino tem 5 anos e já faz muitas perguntas, já está a chegar àquela fase de lhe gerar confusão, por exemplo, porque é que a minha filha não chama pai ao Belmiro (...).

Comparando agora os entrevistados da categoria pré-nupcial quanto às razões para casar, vimos que na perspectiva masculina, no caso de Rui Pedro, casamento e filhos são duas realidades indissociáveis – logo, constituir família implica a formalização dos laços conjugais e a procura de normalidade social; no caso de Isabel, ela quer casar basicamente porque encontrou «a pessoa certa», após ter testado a capacidade de «assentar» do cônjuge, exprimindo uma orientação claramente conjugalista e uma ética mais relacional que normativa (ao contrário do primeiro), embora ela ache também que essa é uma forma de proteger o bem-estar dos filhos, evitando que eles venham a ser objecto de discriminação social num meio<sup>121</sup> que ela sabe, à partida, pouco favorável à união de facto e onde a religião católica tem uma presença forte; no caso de Isaura, o interesse dos filhos e a sua segurança afectiva e material constitui a prioridade — ela quer testar, através da coabitação, não só a relação conjugal mas também as potencialidades do cônjuge como pai — aliada a uma perspectiva do casamento como prova de amor que traduz uma trajectória de mobilidade social ascendente. A descrição dos perfis «noivado» e «experimentação» através dos casos até agora analisados mostra que, em todos eles, a experiência da coabitação seguida de casamento permite às mulheres manter ou adquirir um estatuto social superior ainda que a hipergamia<sup>122</sup> se passe entre pares situados em franjas socialmente próximas.

---

<sup>121</sup> Refiro-me ao contexto social da entrevistada, quer em termos de classe social, quer da região onde vive – uma cidade do interior situada no Centro-Norte do país.

<sup>122</sup> As uniões hipergâmicas referem-se àquelas em que o homem tem uma posição sócio-profissional mais qualificada ou mais favorecida do que a mulher. Cf. Rodrigo Rosa (2005), “A escolha do cônjuge” in Wall [org.], 2005, p.119.

A interiorização dos valores ligados ao casamento instituição que se manifesta na aceitação difícil da dissolubilidade dos laços conjugais e familiares é comum a todos, embora com matizes diferenciadas, e a fidelidade como um «dever ser» surge no discurso masculino de Rui Pedro e no discurso feminino do elemento que detém, comparativamente, capitais escolares e profissionais menos elevados.

Em relação a este último caso, Isaura e Belmiro, resta-nos observar em que modalidades assenta a coesão do casal, o que acontece ao nível das relações de género e de que modo se articulam as orientações normativas com as dinâmicas da conjugalidade.

A narrativa contada no feminino faz sobressair um modo de organização da vida conjugal e familiar claramente fusional. Isaura e Belmiro partilham as decisões, os amigos e os convívios, principalmente nas férias (piqueniques e passeios) quando se deslocam à terra dele ou mesmo em Lisboa, contexto em que foi ela que trouxe mais amigos e parentes para dentro do casal, passam praticamente o tempo todo um com o outro, em família – raras são as saídas em separado (ou em conjunto) porque ele é «muito caseiro» e ela só muito de vez em quando sai com colegas<sup>123</sup> – e têm uma bolsa de dinheiro comum. Ela procura partilhar tudo com o cônjuge salvaguardando a «autonomia interior», certas coisas e pensamentos, que acha que não deve pôr inteiramente à disposição do nós-casal. Quanto ao resto, subscreve um ideário fusional que faz questão de aplicar à conjugalidade actual (“já estive muito tempo sozinha no primeiro casamento”), de onde emerge o nós-família como base identitária fundamental.

**I:** Nós passamos muito tempo juntos, só quando trabalhamos é que não. Quando saímos vamos sempre os dois, é raríssimo estarmos muito tempo separados uns dos outros, estamos sempre os quatro.

Em relação ao governo da casa e dos filhos, a diferenciação de papéis e competências de género é um dado saliente no discurso de Isaura. Belmiro vai dando uma ajuda, mas é uma ajuda envergonhada. É como se os comportamentos entrassem em

---

<sup>123</sup> A título de exemplo Isaura refere: “Ainda há tempos fui com as minhas colegas ver um concerto e o meu marido ficou em casa com o filho, eu levei a minha filha comigo”. A expressão “algumas vezes” é aplicada para descrever a frequência das suas saídas com colegas enquanto que a expressão “é raríssimo” é utilizada em relação ao cônjuge. Ela diz que o marido costuma ir correr sozinho “para emagrecer” mas “é muito caseiro, gosta muito de estar em casa a ler e a ver televisão”.

colisão com as representações incorporadas sobre a divisão tradicional do trabalho e a imagem masculina que se espera, ou pretende transmitir, nas interações sociais.

**F:** Quando começaram a viver juntos, qual era a participação do seu marido nas tarefas domésticas?

**I:** Só aspirava e limpava o pó, ainda hoje é a única coisa que faz. Se às vezes estiver a chover apanha a roupa. Estender a roupa não a estende, só estende a toalha de banho dele e é assim muito sorrateiramente, que é para ninguém o ver.

**F:** Envergonha-se?

**I:** Diz que isso é trabalho de senhoras.

A lógica fusional pressupondo um certo «espírito de inter-ajuda», e partilha conjugal dos vários domínios da vida quotidiana, parece criar uma predisposição para a colaboração masculina nos afazeres domésticos. Quando é o «dia das limpezas», aos Sábados, Belmiro ajuda a limpar o pó e a aspirar, tarefa que ele parece até assumir com prazer (“ele adora aspirar”), de resto, segundo Isaura, não faz mais nada.

A entrevistada tem o sentimento de uma certa dose de injustiça no que concerne à partilha das responsabilidades e tarefas caseiras mas não chega a assumir uma postura exigente ou reivindicativa. Na relação com o cônjuge há, da parte de Isaura, uma queixa desmaiada (“às vezes digo...”) que está longe de se transformar em conflito. Ela acha que o marido devia “ajudar mais” e critica o facto de ele chegar mais cedo a casa e ficar à espera dela para fazer o jantar.

**I:** Penso que ele me havia de ajudar mais noutras coisas que não ajuda.

**F:** Como por exemplo?

**I:** Ajudar em casa a fazer o comer. Ele agora sai às 5 horas e, quando não esperamos um pelo outro, ele chega mais cedo a casa, podia fazer e não faz, não me adianta nada.

**F:** E diz-lhe isso?

**I:** Às vezes digo, eu levanto-me às 4 da manhã todos os dias e deito-me só à meia-noite, durmo pouco, não tenho quem me faça as coisas.

Um modelo de divisão do trabalho doméstico em que a mulher faz tudo ou quase tudo em casa com uma pequena ajuda do marido, é acompanhado de ideais igualitários. Isaura é de opinião que os dois devem dividir igualmente as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, corroborando uma vez mais a ideia de que as representações femininas assumem um carácter mais vanguardista do que as práticas efectivas. Enquanto que os termos da equação masculina se invertem, já que são os comportamentos, como no caso do marido de Isaura, que parecem estar à frente dos estereótipos e das orientações normativas de género, em relação ao elemento feminino do casal a norma ideal (igualitária) não está nos antípodas da realidade vivida (desigualdade atenuada) mas num patamar superior próximo, relativamente aos meandros da igualdade doméstica.

Isaura defende também um modelo simétrico de conjugalidade no que toca ao trabalho profissional não apenas pela necessidade de conciliar dois salários mas também como forma de corresponder ao sentido das transformações actuais (“não se usa as mulheres estarem em casa”) e à força crescente da difusão da ideia (cada vez mais interiorizada) de igualdade entre homens e mulheres.

**F:** E quem é que na sua opinião deve ter uma actividade profissional fora de casa?  
(...)

**I:** Ambos. Já não se usa as mulheres agora estarem em casa. Actualmente, com a vida que nós temos, acho que não dá estar em casa, temos que trabalhar em conjunto, até por uma questão financeira.

No caso de Isaura, menos escolarizada e profissionalmente menos qualificada, a coabitação pré-nupcial ganha novas colorações quando comparada com os entrevistados dos sectores intermédios identificados quer no perfil de noivado, quer no aparentado perfil de experimentação. As finalidades instrumentais da união, mais salientes, nomeadamente de apoio na velhice, a dimensão estatutária através da união com um homem com uma posição mais favorecida ou a procura de saída gradual e cautelosa da condição de divorciada, vista como estigmatizante, o desempenho de um papel social («ser mãe») que se nota na preocupação em dar um filho ao parceiro, a existência de pressão para a formalização do vínculo conjugal e a visão de que o casamento é, afinal, a forma social mais adequada para a construção da família e da relação parental, estes dois últimos aspectos comuns aos outros entrevistados, configuram valores mais institucionalistas da

conjugalidade que não deixam de andar misturados com valores mais companheiristas (partilha de sentimentos, de diálogo, de sexualidade, de amigos e lazeres), através da valorização da vertente afectiva e expressiva<sup>124</sup>.

*“(...) quando nasceu a Beatriz depois então é que começámos a pensar em casar. Temos de levar as meninas ao casamento e aproveitamos e damos o nozinho (...)”.*

*“Ao princípio a gente andava naquela dá não dá (...). E pronto, ao fim de umas zangazinhas e mais uns amorzinhos, e mais umas pazes e não sei quê, e a partir daí quando a vida começou a endireitar pronto... E depois começámos a pensar, eh pá, isto a gente já está há seis, sete anos, né?... já temos as filhotas (...)”.*

**Alberto, operário, 49 anos, preparatório/básico**

*(Entrevista nº 41)*

Alberto, operador de máquinas (operário), casado com Maria do Rosário, cabeleireira, tinham saído os dois de um casamento anterior mal sucedido e já tinham um filho, cada um, quando iniciaram a vida em comum há 21 anos. Ambos com origens sociais semelhantes e o mesmo grau de escolaridade, o 2º ciclo do ensino básico, já tinham, no começo da coabitação, ele com 28 anos e ela com 23 anos, a profissão que têm hoje mas experimentaram ao longo do percurso conjugal uma melhoria de vida que se deve, em grande parte, ao trabalho por conta própria de Maria do Rosário que lhe permite usufruir de rendimentos mais elevados que os do cônjuge. Na altura em que resolveram «dar o nó», após um período de «experimentação conjugal» que se prolongou por mais tempo que no caso dos entrevistados anteriores, cerca de sete anos, Maria do Rosário já tinha «montado o salão» de cabeleireira, com a ajuda do parceiro, e a filha comum, a pequena Beatriz, já tinha nascido. Do ponto de vista do tempo interno da família, isto é, do percurso de formação do casal e do ritmo de transição para o formato de família nuclear, neste caso recomposta uma vez que Maria do Rosário levou a filha de dois anos para a nova união,

---

<sup>124</sup> Isaura valoriza a conversa com o cônjuge e os momentos em que estão juntos, só os dois: “É mais à noite, ao sábado e domingo, (...) é quando a gente está mais tempo juntos, conversamos e pomos as nossas coisas em dia”. Quando se pergunta quais são os momentos da sua vida de casal que mais gosto e satisfação lhe dão, a entrevistada responde que “é a intimidade, incluindo a vida sexual”.

enquanto o filho dele ficou com a ex-mulher, o casal aproxima-se da coabitação de «entrada na parentalidade» numa primeira conjugalidade (Aboim, 2002). Neste perfil de coabitação, identificado a partir da pesquisa extensiva cujos resultados definitivos (Wall, [org.], 2005) apontam para a sua associação com os grupos operários e de empregados executantes, os casais têm filhos durante o período de vivência informal e casam-se, também, sete anos e meio (em média) depois do início da conjugalidade. Alberto e Maria do Rosário preferiram esperar para «organizarem a vida» antes de casar e também para «juntar um dinheirinho» para a festa do casamento. Neste caso concreto, as razões económicas que levam ao adiamento da formalização da união combinam-se com as razões iniciais para coabitar. Na perspectiva feminina<sup>125</sup>, Maria do Rosário, à semelhança de Isabel, parece ter pretendido pôr à prova as potencialidades do cônjuge como marido – ele tinha fama de ter muitas namoradas – e, também, à semelhança de Isaura, as suas capacidades como pai da filha dela, antes de tomar a decisão de casar; dar logo esse passo poderia significar, no futuro, mais um divórcio e mais um desgosto para os pais dela. Na perspectiva do elemento masculino, Alberto, que vivia há cinco anos sozinho, após a separação, ele também era de opinião que deviam experimentar primeiro a relação. Na altura em que conheceu a sua futura mulher, num encontro meramente casual em que ele logo «engraçou com ela», Alberto já estava cansado da vida de «boémio» que levava e sentia vontade de «assentar». A partir daí, afirma, a sua vida, e ele próprio, mudou muito<sup>126</sup>.

**F:** Como é que aconteceu irem viver juntos? E porquê?

**A:** (...) eu comecei a gostar muito dela, eu estava sozinho, já estava naquela de assentar arraiais (...) e então foi aí que a gente chegou à altura de pronto, apesar de não ser muito do encanto da mãe dela naquela altura, não é ?, mas começámos a pensar em viver juntos.

---

<sup>125</sup> Esta entrevista beneficia simultaneamente do depoimento masculino e feminino, isto é, do facto de Maria do Rosário ter participado na «conversa com Alberto», tal como foi discutido no capítulo 6.

<sup>126</sup> Acerca do seu passado afirma: “o meu passado era vadiagem (...), era filho da noite, vá lá, a minha vida ...saía muito, era muito boémio”. Alberto, da primeira vez, casou aos 19 anos porque a namorada estava grávida mas continuou com a mesma vida, ou “pior ainda” que tinha antes de casar. Diz que não estava preparado para casar e justifica: “então na firma era considerado o rei da baixa e o rei do seguro porque naquela altura não gostava de trabalhar, agora não, agora é ao contrário, gosto mais de trabalhar do que estar de baixa, ou de estar de férias, vá lá uma semanita ...”.

Contrariamente ao padrão seguido por todos, ou quase todos, os homens e as mulheres entrevistadas, independentemente do seu meio social de pertença, o relacionamento sexual só tem lugar depois do casal ir viver junto. Talvez porque Alberto não representava na altura uma boa perspectiva de casamento, a oposição dos pais dela face ao envolvimento amoroso do par contribuiu para aumentar a vigilância sobre a filha, que depois da separação voltou a viver com eles, e o retraimento por parte desta.

**F:** (...) podemos dizer que o vosso namoro começou ao mesmo tempo que começou também o vosso relacionamento sexual?

**A:** Não! Não! Quando começámos a namorar ela era do trabalho pra casa e de casa pró trabalho, a mãe para a deixar sair comigo tinha de ir uma irmã (...) é verdade, sim senhor, vi-me e desejei-me. (...) foi quando fomos viver juntos é que começámos, porque enquanto isso nada, porque, prontos ela não saia, a mãe...até mesmo lá em casa eu para lhe dar um beijo, tá bem tá ...

Depois de quatro ou cinco meses de namoro, o casal decidiu, contra a opinião dos familiares, ir viver junto. A proposta (Maria do Rosário confirma) partiu de Alberto, até porque era ele que tinha casa mas mesmo que não tivesse, caberia sempre ao homem, segundo as expectativas de comportamento associadas ao géneros, ter a iniciativa<sup>127</sup>.

**A:** (...) naquela altura da fase quando eu, vá lá, assumi que era ela, tanto que eu tinha dito à irmã dela, pronto a tua irmã vai ser minha (...) por isso tomei a atitude de lhe dizer para ela ir viver comigo.

Maria do Rosário ficou mais convencida do acerto da sua escolha, quando a pequena Carolina «escolheu» Alberto para «pai» e, ele, por sua vez, começou também a demonstrar afecto pela filha dela. Ela conta um episódio que na altura valorizou bastante e que contribuiu para quebrar os receios femininos relativamente à união, ainda que informal, com um homem que na perspectiva dos familiares não oferecia, à partida, garantias de se tornar um bom pai de família.

**MR:** Foi, porque eu tinha a minha Carolina, (...) um dia a gente estávamos lá sentados no café e a minha filha entrou, pôs-se a brincar, olhou para ele, começou

---

<sup>127</sup> As palavras de ambos parecem, de facto, confirmar esta perspectiva. Alberto diz: “se quer que lhe diga, não me lembro, mas se calhar fui eu, se calhar fui eu, de certeza absoluta, não fui? Fui eu que falei para a gente ir viver juntos?” Instigada a responder, pelo cônjuge, Maria do Rosário não desmente: “foi, a ideia foste tu”.

és o pai já não és outro e ele fartou-se de rir, ele não respondia, eu disse, não filha, não é, e ela olhou para ele e disse, mas eu quero este pai, e (...) a miúda sempre a meter conversa quando ele estava lá e começou a gostar dele...

A interferência dos familiares no processo de formação do casal, incluindo por parte dos quatro irmãos dela que, segundo a narrativa de Alberto, uma noite quiseram juntar-se todos para lhe dar uma tarefa com a intenção de o fazer “demover dela”, tendo acabado tudo em bem, “a beber imperiais”, e hoje são “uns cunhados impecáveis”, mostra a menor privatização do casal e, em particular, o controle sobre o comportamento feminino em meios populares. O próprio pai de Alberto foi o primeiro a tentar convencer a futura nora a desistir da ideia de ir viver com o filho.

**A:** (...) tanto que o meu pai quando eu a apresentei (...) disse a ela: menina, olhe, o melhor que você tem a fazer é ir para casa da sua mãe, deixar-se estar lá com a sua menina e deixar esse indivíduo que não tem futuro nenhum com ele. Hoje é uma nora que ele adora, é verdade ...

Não admira, pois, que Maria do Rosário quisesse confirmar primeiro a vontade de «assentar» do parceiro, através da coabitação informal, antes de avançar para um segundo casamento. Ela própria confessa os seus receios e a sua intenção de deixar amadurecer a relação, e ao mesmo tempo submetê-la à prova do tempo, antes de a tornar oficial.

**MR:** Eu principalmente tive um bocado de receio porque havia tanta gente contra (...) e o próprio pai foi uma pessoa que disse que não tivesse muita confiança nele porque ele era uma pessoa com relações muito curtas, e eu estava com medo de assumir uma coisa e depois não dar certo. Primeiro realmente pensei em juntar, antes de ter outro divórcio em cima, então quis-me certificar que realmente era uma coisa que ia dar certo. (...) pensava ... pode ser um fogo de palha, então vamos primeiro amadurecer bem as coisas.

Apesar de receosa, Maria do Rosário acreditou na reciprocidade dos sentimentos de ambos e nas boas intenções de Alberto que demonstrava gostar dela e prometia mudar, nomeadamente a sua relação com o trabalho, os tempos livres e o sexo oposto. A coabitação “era para começar”, isto é, parecia ser o princípio de uma relação de amor «exclusiva» que estava destinada a durar.

**MR:** (...) ele era do género, ele desde que ganhasse para 15 dias achava que dava até ao resto do mês, e como ele sempre fez aqueles biscates, para além de trabalhar na firma, (...) ele tinha sempre dinheiro (...) mas ele depois garantiu que era para assentar, para continuar, e estava disposto, estava-me a pedir uma oportunidade porque ele realmente também queria mudar (...). E ele tinha-me dito que, pronto, era para começar (...) e as atitudes que ele começou a ter, eu vi realmente que ele gostava de mim, porque as meninas não o largavam lá da porta a andarem sempre a chamá-lo prá s corridas (...).

No que diz respeito a Alberto, a coabitação justifica-se na medida em que ele também preferiu aguardar «para ver se a relação dava certo» e, acabado de sair de um casamento e divórcio relativamente recentes, não tinha vontade de repetir a experiência, pelo menos em termos imediatos.

**A:** (...) pra já também tinha saído de um casamento, ela também tinha saído de um casamento, e casar já sem ver se as coisas davam mesmo na totalidade para se casar outra vez, por isso é que não pensei logo nisso em casar. Pronto, não estava a pensar logo logo em casar. Em princípio achava que dava (...) eu pela minha parte estava ciente, agora pela parte dela nunca sabia, né ?

Maria do Rosário não quis estar à espera do divórcio para poder ir viver com o Alberto. Pensou que quando estivesse legalmente separada logo casaria mas “depois também não havia situação económica” e o casamento foi sendo sucessivamente adiado face a outros projectos, nomeadamente o projecto parental e o negócio de cabeleireira, que entretanto se tornaram prioritários<sup>128</sup>.

**MR:** Não quis casar. Eu quando vi que demorava tanto tempo o divórcio, resolvi primeiro me juntar e depois quando estivesse tudo tratado logo nos casávamos. Depois tratámos, mas depois também não havia situação económica para se casar.

---

<sup>128</sup> O projecto conjugal de ter filhos é consensual e o investimento na vertente profissional por parte de Maria do Rosário é também um projecto partilhado com o cônjuge que contou, aliás, com o seu empenho e participação activa. Na fase de arranque, foi Alberto quem contribuiu com a mão-de-obra (“o cabeleireiro fui eu que inventei todo”) e é ele quem, actualmente, dá apoio logístico através da manutenção das instalações.

Em relação a este caso, importa sublinhar que não foi o impedimento legal a principal razão para coabitar. A ideia de experimentação conjugal é consensual entre os membros do casal. Na perspectiva feminina sobressai, no entanto, a preocupação com a reputação ligada à ideia de mudança de parceiro sexual, comum, aliás, às entrevistadas de meios populares mas que está completamente ausente dos discursos masculinos. A coabitação encarada como um casamento à experiência surge, uma vez mais, legitimada como forma de evitar o divórcio (“pensei em juntar antes de ter outro divórcio em cima”)<sup>129</sup>.

**MR:** (...) e pronto, e eu falei com a minha mãe que achava (...) “vais-te juntar a outro, já tens uma filha, é mais um homem que conheceste e não dá nada”, e eu respondi: olha paciência, eu vou ver, se a gente se der vamo-nos dar, se não der olha paciência.

Para além da coabitação ser encarada pelos dois, no início, como uma espécie de «prova dos nove», tanto Alberto como Maria do Rosário apontam também razões económicas que obstam à formalização da união e levam ao adiamento do projecto de casamento, principalmente depois da filha nascer. Alberto é bastante explícito quando se refere, em concreto, à falta de dinheiro para a realização do casamento já que, desta vez, teria que ser o próprio casal a assumir as despesas com a festa.

**A:** Olhe, pra já pronto, o meu primeiro casamento foi os meus pais que pagaram, não é? (...) ela também a mesma coisa, normalmente os pais pagam o primeiro casamento já não pagam o segundo. Ora para se casar a pessoa tem de ter dinheiro (...). E naquela altura pois tá claro que não havia, o dinheiro era os dinheiros dos ordenados (...).

Nos primeiros tempos de vida em comum, o projecto de ter filhos surge primeiro que o projecto ou a decisão de oficializar a união conjugal.

---

<sup>129</sup> Esta forma de encarar a coabitação está também presente no discurso de Alberto, à semelhança de outros entrevistados do sexo masculino, mas quando pensam nos casais em geral e não tanto nas consequências para si próprios da mudança de parceiro: “não vejo desvantagens nenhuma em estar junto, até pelo contrário, hoje em dia da maneira como isto está, acho que as pessoas até deviam primeiro experimentar a vida em comum, em casal, antes de gastarem os dinheiros fabulosos que hoje se gastam (e depois os paizinhos, coitados, muitos deles andam à rasca) e ao fim de dois meses estão separados”.

**A:** (...) logo que a gente se juntou, pronto, vá lá, talvez passado um aninho pensámos em ter um filhote nosso. (...) logo em principio não, não foi muito assim, mas ao fim de dois anos já começámos a pensar que queríamos casar. E foi depois quando tivemos a filhota.

Com o decorrer da vivência a dois, o casamento, embora não fosse uma aspiração posta de lado, não era considerado urgente e foi só depois da filha nascer (que coincidiu com a entrada da irmã na escola) que o casal começou, por um lado, a pensar mais seriamente no assunto, e por outro, a mobilizar esforços para concretizar esse objectivo, nomeadamente, a «juntar um dinheirinho» para fazer a festa.

**A:** Ela depois logo que a gente se juntar tratou da papelada toda e num instante se divorciou, só que, pronto, depois continuámos nem a pensar em divórcio nem em casamento.

Quando Alberto e Maria do Rosário resolveram unir-se oficialmente, sete anos após a entrada em casal, já iam numa fase adiantada do processo de integração conjugal, já a filha comum do casal tinha 3 anos e já tinham ultrapassado há muito «a fase de experimentação».

**A:** A Carolina já tinha 6 aninhos, foi (...) quando nasceu a Beatriz, pronto, depois então é que começámos a pensar em casar. Temos de levar as meninas ao casamento e aproveitamos e damos o nozinho que isto pronto. Ao princípio a gente andava naquela dá não dá, porque pronto, só o tal viver outra vez em conjunto, será que vai dar ou não. E pronto, ao fim de umas zangazinhas e mais uns amorzinhos, e mais umas pazes e não sei quê, e a partir daí quando a vida começou a endireitar pronto...

O inverso, casar e depois ter filhos, acontece, importa relembrar, no perfil de noivado (Rui tinha pressa de casar) e também na coabitação de experimentação de Isabel, casos identificados nos meios intermédios, e numa primeira conjugalidade, em que ter filhos fora dos laços institucionais é uma situação indesejada e que se procura evitar. Já no perfil de experimentação de Isaura, empregada executante, ou mesmo no perfil masculino dos sectores operários, ter filhos parece ser uma forma tão ou mais importante do que casar para solidificar a união. Isto não significa que o projecto de formalização dos laços conjugais esteja ausente mas ele não assume a centralidade associada aos sectores

intermédios que se verificou também no perfil de coabitação circunstancial de Hugo. Uma perspectiva mais familiarista da coabitação, isto é, menos centrada no casal, protagonizada pelos entrevistados com profissões operárias ou executantes parece favorecer a entrada na parentalidade fora do casamento, enquanto que os entrevistados dos sectores intermédios com uma orientação mais conjugalista, e qualificações escolares e profissionais mais elevadas, acabam por ser mais sensíveis à pressão do meio, mais conformistas em relação às normas e em relação àquilo que é socialmente esperado e desejável.

Voltando ao casal Alberto e Maria do Rosário, a ideia de casamento surge, para o elemento masculino, indubitavelmente ligada ao nascimento da filha comum. Até aí a formalização da união parecia ter para ele uma importância secundária na vida do casal. Proteger a mulher e as filhas no caso de surgir alguma fatalidade foi aparentemente a principal motivação que levou Alberto a querer tornar oficial e legalmente «registado» o vínculo conjugal.

**A:** (...) pensar em casar pensávamos, quando é que ainda não sabíamos, e foi mais depois do nascimento da Beatriz, então é que pronto, eu andava fora a trabalhar em serviços perigosos e, pá, acontece qualquer coisa e não há registos disto nem daquilo, não, então... comecei vá lá... a deixar de pensar na minha maneira de viver e pensar na maneira de viver como pai, mãe, filhos, pronto, um lar, uma família (...).

As palavras do entrevistado exprimem bem a reformulação identitária operada com a chegada de um filho. Alberto pensou então ter reunido as condições ideais – uma família, baseada em laços de afecto, não só entre o casal mas também entre o casal e as filhas – para transformar a coabitação numa relação com papel assinado, isto é, jurídica e simbolicamente confirmada. Embora não o afirme explicitamente, casar parece ser também, para Alberto, uma forma de proteger os seus direitos como pai em caso de separação<sup>130</sup>.

**A:** Foi tudo em conjunto, foi a parte, portanto, de a gente já estar juntos há uns 7 anos. (...) não é o papel que diz que vamos viver melhor ou pior mas é o certificado

---

<sup>130</sup> No entanto, a preocupação principal de Alberto quando nasce a filha do casal é a de que em caso de morte ou acidente de trabalho, e dado a inexistência de vínculo formal a comprovar a conjugalidade, a mulher não tivesse direito a receber qualquer subsídio, ou indemnização “do seguro” e, em vez de uma, ficar sozinha com duas filhas a cargo, a mais nova já da sua inteira responsabilidade. Assumir a paternidade significa para ele casar: “no meu caso a única coisa de não haver papéis era o receio que eu tinha de haver qualquer problema comigo e elas ficarem ... pronto, no caso da mãe, em vez de uma filha que tinha ficar com duas, e ficarem mal (...)”.

para amanhã um problema qualquer haver mais direito até sobre as crianças e a situação estar legal em todos os aspectos porque a minha profissão pronto, é (...) de alto risco. E então deixei de pensar só em mim e pensei neles, e então quis pôr a situação toda legal, e não só, o nosso afecto, eu, ela, as crianças, pronto, tinha aquilo tudo que era preciso para formar ... assinar o tal papel, e era uma coisa que ela também gostava, e toda a família também gostava, e então foi quando a gente pensou em casar.

A filha comum e o casamento simbolizam, pois, a coesão do casal e a constituição de uma nova família. Apesar da Carolina, a filha dela, viver com o casal desde o início da vida em comum e dele próprio ter um filho de uma conjugalidade anterior, foi só com o nascimento da filha de ambos que Alberto sentiu o peso da responsabilidade acrescida, assumiu por inteiro o papel de pai (e chefe de família) e começou a pensar em termos de nós-família, isto é, mais no colectivo familiar e menos nele próprio. A ideia de ser pai, pela segunda vez, mas numa idade mais madura, ligada à assumpção das novas responsabilidades familiares surge como fonte identitária principal que passa a sobrepor-se aos interesses e estratégias individuais.

No que diz respeito a Maria do Rosário, quando no decorrer da entrevista se tentou explorar eventuais diferenças de género no casal quanto ao desejo de formalizar os laços conjugais, ela responde que foi “um sentimento mútuo”. Uma segunda questão diferente de «quem é que no casal deseja mais casar» após um período de vivência informal, e também mais interessante, diz respeito às «razões de cada um», e uma terceira, refere-se ao processo de tomada de decisão. Ela parece querer casar mais a pensar no bem-estar psicológico da filha mais velha, na altura em idade escolar, e não tanto devido à força do simbolismo, como acontece em relação ao cônjuge, entre casamento e filhos. Apesar dos dois afirmarem ter sido ele o primeiro que “começou a falar em casamento”, a decisão final de «quando casar» parece ter sido mais dela do que dele, o que não deixa de estar relacionado com as relações de poder no casal e a vantagem que representa para Maria do Rosário possuir, a partir do momento em que começou a trabalhar por conta própria, um estatuto sócio-profissional superior ao do parceiro<sup>131</sup>.

---

<sup>131</sup> Logo no começo da entrevista Alberto sentiu necessidade de afirmar o seu estatuto no seio do casal através de repetidas alusões aos seus dotes e saberes-fazeres profissionais. Um bom exemplo deste aspecto do seu discurso é o seguinte: “eu gosto de trabalhar, gosto de fazer coisas diferentes da profissão, desde electricista, por exemplo, o cabeleireiro foi eu que inventei todo,

**MR:** Depois de estar tudo resolvido e de eu ver que realmente estava tudo bem, pronto, começámos a falar realmente em casar mesmo, mesmo por causa da miúda que depois ia para a escola. Então disse, a gente vai casar, já estamos com a situação felizmente boa, vamos mesmo casar.

**F:** Houve uma melhoria de vida?

**MR:** Houve uma melhoria de vida, e pensámos fazer uma festinha mesmo.

A vontade de corresponder às expectativas dos familiares, o desejo de «fazer uma festa» e a preocupação que envolve a ida da filha para a escola, aliados a uma melhoria do nível de vida, são aspectos relevantes do lado feminino; no entanto, cada uma destas razões parece assumir uma importância secundária, do ponto de vista dos actores sociais, quando comparadas com a razão principal masculina relacionada com uma visão mais institucional dos laços familiares, sobretudo a partir do momento em que existem filhos.

As dificuldades económicas que levaram ao retardar do casamento após a fase inicial de experimentação conjugal, são em parte ultrapassadas devido à melhoria profissional de Maria do Rosário; o casal passa então a ter uma vida um pouco mais desafogada que lhe permite, segundo as palavras da entrevistada, “juntar um dinheirinho para fazer a festinha do casamento”.

Não deixa de ser, também, um aspecto interessante, a preocupação com a aceitação social dos filhos na escola por parte das mulheres coabitantes, comum a Isabel e Maria do Rosário, embora a primeira resida numa cidade do interior do país, perto de Castelo Branco, e a segunda na zona da «Grande Lisboa», mais concretamente na cidade de Setúbal. A preocupação de Isabel, pertencente a uma geração mais nova, justifica-se provavelmente pela menor aceitação social da coabitação no meio onde vive. A apreensão de Maria do Rosário compreende-se porque há cerca de 20 anos, quando a filha passou a frequentar a escola pública, as coisas eram muito diferentes e os «filhos de pais coabitantes» eram vistos com menos naturalidade do que são hoje. Alberto reportando-se ao tempo em que o casal decidiu iniciar a vida em comum de maneira informal afirma:

**A:** (...) já o namorar era um problema quanto mais juntar. Uma pessoa viver junta era como haver um divórcio, uma separação, era uma coisa quase do outro mundo.

---

reparo carros, monto carros, pronto, faço várias coisas, as obras em casa quem as faz sou eu e assim sucessivamente”.

Alberto reconhece também implicitamente que dantes a necessidade de casar era maior devido à menor protecção legal das situações de união de facto. Na sua opinião, as pessoas hoje em dia casam-se não “pelo casamento em si” mas “por causa da festa”, isto é, “a cerimónia, o receber as prendas, o comer e beber, e mais nada”.

**A:** (...) parece que agora ao fim de cinco anos já é como se fosse casado para efeitos legais e naquele tempo não era, e então naquela altura já comecei a pensar mais neles do que em mim. (...) eu estive a trabalhar muitos anos também nas plataformas de petróleo e é a tal coisa, sei lá se amanhã eu morro e elas não recebem aquilo a que pelo menos têm direito (...).

Do ponto de vista subjectivo, “estar casado ou estar junto é a mesma coisa” e “não é o papel que diz que vamos ser mais felizes ou menos felizes”. Ele não vê, à excepção do “aspecto legal,” “vantagens nem desvantagens”, quer numa, quer noutra, situação. Na perspectiva do entrevistado, o compromisso é o mesmo porque “a pessoa quando assume, assume, com papel ou sem papel assinado”. No seu caso, “o tal papel” não lhe dá “mais responsabilidade nem menos responsabilidade”. Alberto fala por experiência própria já que a sua história pessoal é disso um exemplo; em relação à conjugalidade anterior, ele continuou a fazer a mesma vida de sempre, de “Bon Vivant”, e “mesmo casado era como se não tivesse compromisso nenhum”. Quando entrou em casal pela segunda vez, Alberto mudou muito a sua maneira de ser: “privei-me de muitas coisas para as coisas darem certo (...) sim, o meu feitio (...), se fosse a continuar na mesma ...”. Nesse sentido, os primeiros tempos de vida em comum corresponderam a um período de adaptação mútua, em que os dois foram “amadurecendo” e “aprendendo a modelar-se um ao outro”. Foram também palco dos primeiros conflitos que giraram fundamentalmente à volta dos aspectos financeiros. Alberto estava “habitado a gastar muito” em tempos livres e sociabilidades, e teve que aprender a ser mais contido em prol do colectivo familiar. Mudou também o seu feitio, “em matéria de razões”, «mais ele», deixando de ser “o machão que era”.

No que diz respeito a uma eventual separação, Alberto também não vê diferenças entre a coabitação e o casamento, quer em termos de vantagens e desvantagens, quer em termos de probabilidade de ruptura. Ele acha que uma situação conjugal informal hoje em dia “já dá direito a recorrer a tribunais se as pessoas quiserem”, desde que estejam “há cinco anos juntas”, e uma relação conjugal formalmente consagrada através do matrimónio também não é inquebrável.

**A:** Para mim o compromisso é igual, eu estou a falar por mim. Pode haver muitos que só por estar junto, isto hoje dá, amanhã não dá, separa, mas o casamento para mim é igual, é só dar um papel pr`assinar para casar e um papel pr`assinar para descasar.

Para o entrevistado, o pior de uma separação são os conflitos entre o casal e nesse aspecto tanto faz estar casado como a viver junto. “Normalmente o pior são as guerras” e as consequências para os filhos da “má vivência” que na sua experiência pessoal ele procurou evitar. Alberto parece transferir para dentro da coabitação, ao nível representacional, o mesmo modelo de conjugalidade (as responsabilidades contraídas com a entrada em casal, a mudança radical e a perda de liberdade ...) e o mesmo tipo de divórcio (mais dramático e tumultuoso) que ele associa ao casamento no seu meio social<sup>132</sup>.

A supressão de estigmatizações sociais e o alargamento dos direitos dos casais coabitantes em matéria de protecção social, contribuiu para que Alberto tenha hoje uma concepção mais desinstitucionalizada da conjugalidade, apesar de persistir ainda, ao nível simbólico, uma conexão entre casamento e filhos enquanto projecto de masculinidade.

**A:** O laço legal, portanto os papéis, é uma questão secundária, para mim é uma questão secundária. (...) Porque não é o papel que vai trazer a felicidade, não é o papel que vai dizer que vamos ser felizes para sempre, como eles dizem na igreja (...). De resto para mim, eu gosto mais da palavra do que dos papeis (...). Para mim é a questão da formalidade, a questão mais... como eu já lhe falei, das seguranças, naquela altura tinha de ser mesmo, os casamentos é que tinham isso.

Alberto é o único dos entrevistados, até agora descritos, dentro da categoria pré-nupcial, que desvaloriza o laço formal da união conjugal, sendo também de opinião que actualmente não é preciso casar para ter filhos, ou mesmo depois deles nascerem, e que tudo depende da opção de cada um. Uma coisa é o lugar dos filhos outra, bem diferente, é o lugar do casal. Os primeiros não devem ser o motivo principal para casar, mas sim os

---

<sup>132</sup> Anália Torres (1996), descreve o divórcio-culpa e o divórcio-fatalidade, ambos normalmente conflituosos, e ligados, respectivamente, ao modelo de casamento-fusão e ao modelo de casamento-instituição (este último mais frequente entre os casais mais velhos), como estando associados aos entrevistados de meio operário e, de uma maneira geral, aos grupos academicamente menos qualificados.

sentimentos que unem o casal, nem devem constituir um impedimento para as pessoas se separarem, se tiver que ser.

**F:** Acha que as pessoas que vivem juntas devem casar quando pensam ter filhos ou depois deles nascerem? Acha que é preferível que os pais casem?

**A:** Não, só nesse aspecto de ... hoje já não é isso porque (...) pelos vistos já é como se fosse casado perante a lei (...), portanto a pessoa se tiver de casar casa, mas não é por ter um filho (...) e não é por fazer um filho ou dois que não se vai separar.

O que as palavras do entrevistado parece quererem dizer é que o reconhecimento social dos filhos nascidos de relações coabitantes e, em particular, o acesso dos cônjuges aos mesmos direitos dos casados, fez com que o casamento deixasse de ser obrigatório e o único modo legítimo de entrar na parentalidade. Mas no seu tempo, há cerca de vinte anos atrás quando a filha nasceu, e apesar de já não existir a figura dos “filhos ilegítimos”, Alberto tinha a percepção que a coabitação oferecia menos segurança e preferiu assumir a paternidade no quadro de uma relação oficial.

Deslocando agora a nossa atenção para os modos de interação e organização do casal, é possível verificar que uma visão do casal como unidade fusional, bem patente no discurso de Alberto, alia-se a práticas que vão no mesmo sentido.

A coesão do casal assenta predominantemente em práticas fusionais, no campo expressivo e instrumental, que não deixam de andar combinadas com alguma dose de autonomia pessoal através da realização de actividades de lazer, nomeadamente femininas, realizadas em separado.

A abertura ao exterior faz-se através de saídas individuais, pouco frequentes, e principalmente através de relações com amigos comuns e família alargada que têm como local de convívio privilegiado o café, onde se juntam várias gerações, ou então o salão de cabeleireira de Maria do Rosário.

**A:** Ela trabalha ao sábado, eu ao sábado entretenho-me lá na minha oficina (...) quando não tenho nada que fazer na oficina ou em casa vou passear, vou até lá ao pé do salão dela, e estou ali a conversar com o pessoal, passo ali o dia, vou almoçar com ela, estamos ali o dia, depois vimos para casa. Ao Domingo damos uma volta.

**F:** Em casal também com outras pessoas?

**A:** Em casal pronto, como viu, a gente está ali [*no café*], juntam-se todos [*familiares e amigos*], depois é muita gente, e depois é mais aqueles que são amigos agora da minha filha e do meu genro, e depois mais uns que aparecem, e depois mais aqueles que se querem ainda juntar, e é assim.

Para compensar a intensa actividade social do passado, Alberto declara que actualmente «se estiver em casa todos os dias não se chateia» mas aos fins-de-semana gosta de «desanuviar».

**A:** (...) ao fim de semana pronto, gosto de sair um bocadinho, ela às vezes vem cansada, não sei quê, mas ela sabe que pelo menos ao Sábado temos de ir ao cafezinho, temos que ir desanuviar.

No trabalho, cada um tem os seus amigos e colegas mas fora desse espaço os amigos são essencialmente comuns: “no aspecto das amizades que a gente sai ... os meus amigos são os amigos dela, e os dela são meus”. No entanto, Alberto acha bem que ambos conservem as amizades de cada um e mantenham uma certa autonomia e liberdade individual em matéria de interesses e sociabilidades.

**A:** (...) tanto que ela vai de vez em quando com as amigas dela aqui, ali, ao cinema, e eu fico em casa, cinema e televisão não ligo, que ela vai ao clube com as amigas, pronto, (...) às vezes sou convidado, outras vezes elas fazem aqueles jantares que elas têm e eu também quando tenho vou, acho muito bem (...).

No cômputo geral, o entrevistado considera que o casal tem poucas actividades de tempos livres, “tirando o Domingo para descansar”, o café, a oficina dele, que é uma mistura entre trabalho e lazer, as idas dela de vez em quando ao cinema ou, mais raramente, aos jantares «só de mulheres», e no verão, diz Alberto, “o nosso lazer é ir à praia”.

A fusão enquanto orientação normativa, em quase tudo coincidente com as práticas<sup>133</sup>, é saliente em vários domínios da conjugalidade, desde a comunicação a dois à organização do dinheiro e à tomada de decisões.

---

<sup>133</sup> A excepção é o «tempo juntos» em que Alberto defende uma norma ideal fusional («um casal deve passar todo o tempo possível em conjunto») mas na prática existe uma abertura em direcção à autonomia através da realização de actividades de lazer, poucas, em separado, principalmente do lado feminino.

Alberto é de opinião que «um casal deve contar tudo um ao outro»; a ausência de espaço íntimo não partilhado ou de não-ditos, é vista como sinónimo de “honestidade” e “sinceridade”, “uma das condições para haver um casamento duradouro”.

**A:** Porque lá está, eu tudo o que faço conto-lhe a ela, tudo o que ela faz, em princípio, acho que me conta a mim.

A descrição masculina relativa à organização dos recursos financeiros do casal revela igualmente uma postura fusional e a existência de uma bolsa comum.

**A:** Em relação a dinheiros, pronto, não há divisões, nem este dinheiro é meu nem aquele é teu. (...) temos uma conta comum para as despesas, temos uma conta comum para tudo, não há contas separadas.

A partilha conjunta, quer das rotinas instrumentais do quotidiano quer dos lazeres, é visível na narrativa de Alberto quando ele descreve o seu dia a dia e o do casal.

**A:** A minha rotina diária, portanto, é trabalhar, é chegar a casa estar ali com a família, ajudar naquilo que posso, se venho mais cedo faço o jantar, pronto faço tudo o que tenho de fazer em casa, se ela vem mais cedo faz ela, e pronto é a minha rotina familiar, é casa-trabalho, trabalho-casa, vamos ao café, a um barzinho. (...) na cozinha, pronto, eu estou às vezes a fazer uma coisa, ela está a fazer outra, eu estou por exemplo a fazer o jantar, ela está a fazer a salada, a pôr a mesa, não sei quê.

No caso em análise, sobressai um modelo em que a profissionalização do elemento feminino do casal se conjuga com uma maior participação do cônjuge nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. A este respeito, o discurso masculino e feminino convergem no essencial, fazendo transparecer um clima de solidariedade e companheirismo entre os cônjuges. Quando Maria do Rosário se refere à questão da conciliação entre trabalho fora de casa e vida familiar, hoje e no passado, designadamente na fase mais difícil em que tinha as filhas pequenas, ela afirma:

**MR:** A gente isso sempre dividiu muito bem, felizmente ele ajuda imenso em casa.

Quando as filhas eram pequenas, Alberto participou activamente -“era muito eu”, declara - na prestação de cuidados às crianças: mudava fraldas, dava o biberão, deixava, de manhã, uma na ama e outra no infantário (na altura ela não tinha carro), enfim, ajudava a

tomar conta delas no dia a dia e era, também ele, quem normalmente ficava em casa quando elas adoeciam, por ter mais facilidade em faltar ao trabalho.

Nos primeiros tempos de vida em comum, situação que ainda hoje se mantém, era ele que fazia o jantar quando chegava a casa porque “ela tinha dias de chegar quase às nove, não tinha horário de sair”. Depois da refeição, conta Maria do Rosário, Alberto lavava muitas vezes a loiça: “eu ia tratar das meninas e ele tratava sempre mais da casa”.

Apesar de trabalhar fora de casa, e muitas horas, Maria do Rosário não sente como concorrenciais a esfera profissional e doméstica, o que torna perceptível o centramento na família e na conjugalidade. Ela, ao contrário de outras entrevistadas com escolaridade superior, não se queixa das tarefas domésticas, nem considera a sua execução penosa, pois sente no fundo que é uma mulher privilegiada por poder contar com a ajuda do parceiro. Rosário gosta de “limpar e arrumar a casa”. Ele, por sua vez, o que mais gosta de fazer é cozinhar, embora não se importe de realizar qualquer tarefa (“faço qualquer uma”). Há, porém, uma tarefa em relação à qual Alberto, à semelhança de outros homens, confessa a sua incompetência e procura deliberadamente (para evitar desastres) deixar para ela: a lavagem da roupa. Arrumar a roupa depois de lavada e engomada também não é com ele (“nunca me deu para dobrar a roupa”). Alberto, manobrador de máquinas de profissão, justifica, detalhadamente, a sua falta de jeito e sabedoria para pôr a roupa na máquina de lavar:

**A:** O não saber se esta roupa debota ou não, ou se vai manchar aquela ou não, porque se eu souber que é uma fibra que não larga cor, seja branca ou amarela pode ir, não tenho problema nenhum em pôr a roupa a lavar, agora não sei (...).

Estender a roupa na corda já é uma tarefa que, ao contrário do marido de Isaura, Alberto não se envergonha de fazer, e que é até alvo do comentário, e admiração, das vizinhas. Agora que tem chegado tarde a casa, conta ele, elas até estranham a sua ausência: “então há uns dias que não vejo o seu marido à janela a estender a roupa !”.

Como já tínhamos observado a partir de outros exemplos, emerge também neste casal uma certa especialização em torno de tarefas «secas» associadas ao sexo masculino, e que Alberto considera mais «pesadas» (aspirar, sacudir tapetes), e tarefas «molhadas» (lavar as casas de banho e a roupa) do pelouro feminino. Quando é o dia da limpeza geral, normalmente ao fim de semana, é “um num lado e outro noutro”. A ajuda masculina é

legitimada pelo facto dele reservar para si as tarefas «pesadas», poupando-a a ela, enquanto Maria do Rosário fica com as tarefas mais «leves».

**A:** Ela lava as casas de banho, eu ajudo a fazer as camas, aspiro, porque pronto para andar ali pra cá e pra lá com o aspirador e levantar carpetes ... os trabalhos pesados eu faço-os, ela faz os levezinhos.

A participação de Alberto na tarefa de engomar a roupa, da responsabilidade de Maria do Rosário, tarefa essa fortemente conotada com o feminino, é justificada por uma questão de «saúde». É que ela, devido à profissão que tem, já passa muitas horas de pé no trabalho.

**M.R.:** Eu quando tinha de trabalhar, se eu tivesse a passar a ferro ele dizia: pronto deixa estar que eu agora acabo.

**A:** Porque ela pronto, passado muito tempo com o ferro, começa-lhe a inchar as pernas e eu ia pró ferro.

Percebe-se no discurso dele a necessidade de justificar uma colaboração que excede a que ele próprio observa no seu meio social e na sua geração. Mesmo quando as mulheres trabalham no exterior, espera-se que sejam elas as principais responsáveis pelas tarefas da casa e dos filhos. Nos sectores operários, como mostram outras pesquisas nesta área, predomina, regra geral, uma assimetria tradicional que surge por vezes atenuada nos casais mais jovens ou com uma posição de classe «mista» (Torres, 2002; Torres *et al.*, 2004).

Maria do Rosário evita criticar o desempenho do cônjuge na esfera doméstica porque considera que «muito já faz ele» e prefere ser ela, apesar de Alberto se mostrar disponível, a fazer certas coisas. A avaliar também pelas declarações de ambos, a divisão de tarefas não é, nem nunca foi, motivo de conflito entre o casal. A limpeza da casa de banho é disso um exemplo:

**A:** (...) não tenho problemas em limpar as casas de banho, não é só ela que limpa, eu também as limpo. Mas a maior parte das vezes é ela.

**M.R.:** (...) porque ele já faz tantas que também ... por isso é que eu limpo mais vezes as casas de banho, quando vai ele limpar (...) o espelho fica assim todo cheio de ... umas manchitas, mas pronto, não critico, porque já faz tanto.

Os conflitos ou «zangas» entre o casal esbateram-se muito nos últimos anos, a ponto de serem quase inexistentes, o que Alberto não deixa ironicamente de lamentar por

ver aí uma forma de «apimentar», no aspecto sexual, a relação. O motivo principal das divergências entre o casal esteve, no início, directamente relacionado com as dificuldades económicas.

**A:** Olhe, se quer que lhe diga, ultimamente eu até lhe pergunto a ela quando é que ela se zanga comigo (...) que a gente dantes ao princípio, pronto, tínhamos umas zangazinhas, depois quando fazíamos as pazes era uma maravilha, agora já ao tempo que ela não se zanga comigo nem eu com ela (...), ao princípio, pronto, tínhamos uns problemas financeiros que afectam, pronto, tudo e mais alguma coisa, a gente querer isto e querer aquilo e não ter o dinheiro para comprar ... mas depois da situação começar a melhorar (...), a partir daí pronto, poucos problemas tivemos.

Sobre a partilha e interajuda em casa, embora a «contabilidade de tarefas» e a observação relativa à participação assídua ou esporádica na sua execução pareça reverter a favor de Alberto, ela acha que o contributo de ambos em casa, ao longo do percurso conjugal, sempre foi equitativo. A apreciação inflacionada das «contas», isto é, a ideia de que trabalham os dois o mesmo e “ele talvez mais”, feita pelos dois membros do casal (“ele já faz tantas”; “sempre fui mais eu”), é certamente influenciada pela comparação intergeracional e pelas expectativas femininas face ao desempenho masculino desde o começo da conjugalidade. Conforme assinala Torres, *et al.*, “a fasquia das mulheres, em geral, é mais baixa já que comparam os cônjuges com os seus pais que pouco ou nada faziam”, enquanto que “a fasquia dos homens é mais alta, já que comparam a prestação da sua mulher com o que faziam as suas mães e restantes membros femininos da família” (2000: 9). No seu grupo doméstico, de origem operária, tanto Alberto como Maria do Rosário vivenciaram modelos profundamente assimétricos. A mãe dele foi sempre doméstica, para além de cuidar de seis filhos (“a minha mãe estava em casa pra tratar da gente”), e a mãe de Maria do Rosário também nunca trabalhou fora de casa.

Não surpreende, pois, que Alberto defenda, em termos de norma ideal, uma posição de assimetria atenuada, que representa já uma evolução em relação à geração dos pais e mesmo em comparação com os casais que, de uma maneira geral, ele conhece. O mais interessante é verificar que as práticas, mais igualitárias, superam as representações, segundo as quais “a mulher deve ser a principal a fazer as tarefas domésticas, com alguma ajuda”. Na ausência dela, Alberto sente-se na obrigação de dar o seu contributo, que

ultrapassa a mera «ajuda», e quando Maria do Rosário está em casa, naturalmente para o compensar, também não o deixa fazer nada a ele. O entrevistado não subscreve um ideal igualitário e indiferenciado de divisão do trabalho, por um lado, porque mesmo em casa há tarefas mais «pesadas» que devem ser os homens a assumir, e por outro, porque o afecto para com o cônjuge o leva a ter uma atitude solidária e de interajuda, independentemente dos papéis de género mais esperados e normativamente aceites.

**A:** Eu neste caso, pronto, as tarefas domésticas, se eu chego a casa primeiro ... agora dizem que a mulher é igual mas não é, as tarefas mais pesadas e não sei quê faço eu, e pronto adianto tudo, pois se eu puder fazer tudo antes dela chegar faço, porque ela também por exemplo à segunda-feira está de folga, está em casa, também não me deixa mexer uma palha, nem jantar nem nada, pronto, faz de conta que eu sou o amo e senhor da casa, por isso não é preciso fazer divisórias, o que há para fazer faz-se.

A atitude expressa na frase “se eu puder sobrecarregar-me a mim para aliviá-la a ela, eu sobrecarrego-me a mim”, mostra que a relação conjugal é também um lugar de afectos onde as identidades sociais e de género se entrecruzam com outras dimensões específicas.

Uma visão pragmática acerca da divisão do trabalho doméstico (“o que há para fazer faz-se”), alia-se a um ideal de paridade a nível profissional (elas “devem ocupar o seu lugar de trabalho também”) não apenas por razões que se prendem prioritariamente, na perspectiva de Alberto, com a melhoria das condições de vida da família mas, também, porque o trabalho fora de casa é uma fonte de distração e de convívio para as mulheres.

Os capitais femininos, que se traduzem neste caso em recursos profissionais e rendimentos superiores aos do cônjuge – foi ela afinal que no casal protagonizou a trajectória ascendente mediante a sua instalação como cabeleireira independente – contribuem indubitavelmente para aumentar o poder negocial no interior da relação do casal. Por esse motivo principal, estamos em crer, encontramos aqui um modelo de divisão do trabalho doméstico tendencialmente igualitário que se destaca, pelo seu contraste, dos identificados em contextos de classe semelhantes e em casais mais jovens. Tal como foi referido anteriormente a propósito da coabitação masculina e da comparação entre entrevistados dos sectores operários, o percurso de vida de Alberto, combinado com a posição sócio-profissional mais favorecida da mulher, constitui um segundo factor cuja importância não deve ser negligenciada na pesquisa sobre a igualdade de género na

conjugalidade. Alberto, após o divórcio, numa idade muito jovem, manteve uma atitude independente, nomeadamente em relação aos pais, foi viver sozinho e durante cinco anos aprendeu a ser autónomo em relação às tarefas domésticas.

Um modelo fusional e relativamente aberto da vida conjugal e familiar aliado a uma maior autonomia feminina e igualdade em matéria de divisões de género no casal, constituem os traços mais salientes do caso de Alberto e Maria do Rosário, socialmente localizado em meios populares de origem operária e identificado no perfil de coabitação de experimentação, cuja duração se prolongou para além do nascimento da filha comum do casal. Apesar do elemento masculino do casal, Alberto, ter achado mais conveniente assumir a paternidade no quadro institucional, persistindo no plano das representações uma conexão simbólica entre casamento e filhos, a coabitação, do ponto de vista da relação conjugal, é encarada como uma situação em tudo idêntica ao casamento: nos sentimentos, no compromisso, no sentido de responsabilidade, no corte sentido entre o «antes» e o «depois», na avaliação sobre a probabilidade de ruptura e na divisão de papéis de género.

*“(...) porque na altura não trabalhava, ainda estava a estudar (...) porque depois casava, estaria dependente do marido (...).”*

*“Acho que é uma forma de verificarmos se nos damos bem ou não, é uma forma de estarmos sem haver um papel.”*

*“Poderia durar sem casamento, pelo menos era assim no início. Se calhar no fim por causa daquela pressão que eu comecei a sentir ... eu senti que ... passado um ano achava que era melhor casar, senti que devia isso aos meus pais (...).”*

**Leonor, 30 anos, licenciada e técnica em recursos humanos**  
*(Entrevista nº 32)*

Leonor, 30 anos, técnica de recursos humanos numa grande empresa, casou com Domingos, Sargento da Marinha, após um ano de coabitação informal. O casal com cinco anos de vida em comum começou a namorar muito jovem, tinham os dois cerca de 13-14 anos, e têm hoje um filho de 2 anos que nasceu dois anos depois de realizado o casamento. Embora a “progressão na carreira” profissional seja para ela uma questão muito importante e um elemento de gratificação pessoal, Leonor afirma que “à frente de tudo”, incluindo do relacionamento com o cônjuge, ela coloca a relação com o filho. O pequeno Adriano, diz Leonor, foi desejado mas nem por isso planeado pois a mãe projectava ter filhos mais tarde, “lá para os trinta, trinta e tal”.

Leonor e Domingos, actualmente a residir na zona da grande Lisboa, Margem Sul, conheceram-se na escola pois viviam os dois na mesma aldeia situada no Alto Alentejo – ela é filha de agricultores com pequenas parcelas de terra e ele é de origem “muito modesta”, sem propriedade agrícola. Ambos deixaram a casa dos pais para virem estudar para Lisboa, acontecimento que Leonor avalia como uma grande “reviravolta” na vida dela e um projecto que ela acalentava há muito. Antes do ingresso na Escola Naval, ele ainda ficou no Alentejo a concluir o 12º ano enquanto ela, nessa altura, já frequentava o 2º ano da licenciatura em Recursos Humanos, partilhava casa com colegas em Lisboa e ia uma vez por mês visitar os pais à terra. Leonor conta que na adolescência os pais não eram dos mais «controladores», até porque saia quase sempre na companhia dos irmãos e na aldeia “também não havia muita coisa”. A par do investimento nos estudos, a vinda para Lisboa representou o início de um período de liberdade que ela aproveitou para conhecer “bares, monumentos, a cidade” e para sair à noite:

**L:** Aproveitei bastante, agora já não saio muito mas na altura saia bastante. (...) para mim era um mundo distante, não tinha bares, não tinha discotecas, era só cafezinhos na aldeia. Tinha muitas colegas daqui, então dava-me com elas para conhecer tudo isso (...).

Quando o casal resolveu ir viver junto, por razões práticas e por iniciativa dela<sup>134</sup>, – na altura ele veio trabalhar para a Margem Sul e estava a pensar comprar aí casa – Leonor

---

<sup>134</sup> Leonor descreve quem tocou pela primeira vez no assunto, admitindo que a iniciativa foi dela, embora numa primeira abordagem não se lembrasse, como é, aliás, habitual (os coabitantes querem passar uma imagem de reciprocidade na decisão e nos sentimentos e quando são as mulheres a responder têm alguma dificuldade em assumir que afinal a iniciativa não pertenceu ao homem, conforme as expectativas associadas aos géneros): “Como ele falou em querer comprar uma casa, provavelmente terei sido eu a dizer «olha então será uma boa ideia

estava a acabar o curso e deixou de gostar de viver na casa onde estava, entre outras razões porque as amigas já tinham saído e a “renda também ficou muito alta”. Ela preferiu então ir viver com o namorado e pediu ajuda aos pais para poder participar no projecto da compra da casa que passou a ser a moradia conjugal com o conhecimento dos progenitores.

**F:** Como é que evoluiu a relação, ou seja, como é que aconteceu irem viver juntos e porquê?

**L:** Porque na altura ele decidiu comprar casa e eu decidi que também queria participar nessa compra, e como estava com alguns problemas em relação à tal casa onde eu estava (...), as minhas colegas já se tinham ido embora, só faltava eu e mais uma colega. Então decidi que seria uma boa altura para sair dessa casa e depois decidimos comprar casa por aqui. Era uma situação muito engraçada porque nós aqui vivíamos juntos, mas quando íamos para casa, ou seja para o Alentejo, cada um dormia na sua casa.

**F:** Não era assumido perante os pais?

**L:** Eles sabiam que nós vivíamos juntos só que ... acho que nós próprios nunca quisemos isso, chegávamos lá, cada um ia para a sua casa e pronto, nunca sequer pensámos em falar com eles e irmos os dois para a mesma casa. (...) desde o tempo em que nos juntámos até nós próprios decidirmos casar, eles nem de uma parte nem de outra nos questionaram sobre isso.

**F:** Já estavam a par que vocês tinham comprado casa?

**L:** Sim, na altura eu não trabalhava, portanto era a minha mãe que me continuava a sustentar e dava parte para a casa, e nunca colocou problemas.

**F:** Não sentiram nenhuma pressão da parte deles?

**L:** (...) talvez também pelo facto de namorarmos há tanto tempo, deve ter sido por aí porque nunca... nem a minha mãe me perguntou “já estás junta há dois, três, quatro meses e não casas”, eles nunca nos colocaram essa questão.

O perfil de coabitação de Leonor afasta-se da situação descrita como «noivado» devido, fundamentalmente, a uma maior autonomia feminina que torna o casamento menos necessário e a pressão dos familiares menos eficaz e, também, porque, ao contrário do

---

porque eu também não estou aqui bem, então passamos a viver juntos». Penso eu, não me recordo mesmo, deve ter sido algo assim muito parecido com isto”.

primeiro, a decisão de casar não tem lugar durante a fase de namoro. A entrevistada afirma que nunca fez planos para casar durante o período que antecedeu a entrada em casal e também que «nunca pensou muito nisso».

**F:** Durante o namoro, antes de viverem juntos, já tinham decidido entre os dois casar?

**L:** Não, acho que foi assunto que nunca falámos. (...) Eu sinceramente não tinha desejo de casar, para mim é indiferente, era mais pelos pais, para mim não existia aquilo “vou-me casar, vou-me vestir de noiva” se calhar como algumas pessoas têm. Sonham em casar. Não, nunca pensei muito nisso, em casar, nunca sonhei com isso.

Assim como o casamento não foi decidido antes, também a ideia de irem viver juntos não foi “algo pensado”, isto é, planeado, mas surgiu de um conjunto de circunstâncias que proporcionaram a passagem, de maneira informal e progressiva, para uma vida a dois. A entrevistada resume as razões, de ordem pragmática, que levaram à entrada na conjugalidade, fase que coincidiu, por um lado, com o fim do curso dele e o início da sua vida profissional e, por outro, com um período de transição mais incerto, nomeadamente quanto ao futuro profissional, para Leonor.

**L:** Não foi algo que foi pensado, “ora agora vamos comprar uma casa, passamos a viver juntos”, não, foi uma série de situações que nos levou a isso, o facto de eu não estar a gostar de estar a viver naquela casa, o facto de ele começar a pensar em comprar uma casa, tudo isso ... porque na altura ele dormia lá na marinha. O curso que ele tirou foi em Vila Franca e durante esses três anos ele esteve lá a morar... (...) e depois disso também coincidiu na altura em que ele começou mesmo a trabalhar, portanto ele teve de vir para esta margem.

Leonor, que desde que entrou na universidade conquistou autonomia e fazia uma vida relativamente à parte do namorado, com saídas e sociabilidades realizadas em separado, decidiu ir viver com ele. Uma das razões, entre outras, para explicar essa sua decisão prende-se talvez com a perspectiva de ter de voltar para o Alentejo caso demorasse muito tempo a arranjar emprego depois de concluída a licenciatura. Nesta fase transitória de indeterminação profissional, geradora de algumas inseguranças, ela parece ter achado que a coabitação era a melhor opção. Através da compra da casa a «meias», Leonor parece ter querido também emitir um sinal perante o namorado e os pais que estava disposta a

concretizar um projecto de conjugalidade que até aí não fazia parte das suas prioridades. A coabitação resulta assim de um acordo tácito, associado a expectativas de mobilidade social, principalmente entre os pais dela, a filha e o casal. Eles sabem, consentem e colaboram, até porque é muito importante que a filha acabe o curso e arranje trabalho, e todos escondem que os dois partilham a mesma casa e a mesma cama perante amigos, parentes e vizinhos “lá da terra”. Os protagonistas da coabitação e os seus familiares mais próximos sabem, no fundo, que se trata de uma situação provisória e que o casal acabará mais cedo ou mais tarde por casar (“como sabiam que em princípio nós íamos casar mais tarde”).

**L:** Aceitaram, (...) em relação a outras pessoas se calhar mais os vizinhos lá da terra. (...) não sei se eles tinham conhecimento mas acho que não, se tivessem acho que seria algo chocante, ainda mais porque cá vivíamos juntos e lá íamos cada um para sua casa, como se nada acontecesse.

O conteúdo e o ritmo da coabitação informal em termos dos acontecimentos que aí têm lugar não deixa de ter algumas semelhanças com o perfil de noivado. Em ambos os casos, embora com variantes devido essencialmente à maior autonomia feminina associada ao perfil mais qualificado de Leonor, o período de vivência informal corresponde ao tempo da instalação. Um ano foi o tempo necessário para Leonor acabar a licenciatura, encontrar rapidamente, no seu caso particular, um trabalho adequado à formação escolar recebida e mobilar a casa a pouco e pouco. Mais, no intervalo que medeia o começo da coabitação e a oficialização da união, Domingos esteve alguns meses ausente a navegar num navio e não estava, na prática, a viver com ela:

**L:** Viemos habitar a casa sem nada, foi numa altura em que ele começou a navegar, eles depois de terminarem o curso têm de navegar, ele esteve durante uns sete, oito meses a navegar e eu a dormir no chão.

Mas enquanto que no arranjo de «noivado» a coabitação, ainda que fugaz, é para Alexandra uma forma de ganhar autonomia, até pela possibilidade de viver na cidade longe dos familiares (“um acto independente”, segundo Renato), para Leonor a entrada na conjugalidade implicou a perda de alguma dose de independência, nomeadamente no que concerne a convívios e sociabilidades vividos de maneira autónoma. O verbo «assentar» parece, pois, poder aplicar-se também no feminino. As saídas e convívios são, aliás, hoje

em dia, o principal ponto de discórdia entre o casal, com Leonor a querer sair mais e Domingos menos.

No caso de Leonor, a ideia de experimentação conjugal revela-se mais adequada na medida em que ela própria reserva para si uma margem de liberdade individual e o direito de opção relativamente ao desenlace da coabitação, apesar da existência de alguma pressão social para casar e de expectativas elevadas dos familiares quanto à formalização da união. Em contraste com o perfil de noivado, aqui a coabitação é encarada como uma situação que pode durar sem casamento, pelo menos nos primeiros tempos de vida em comum<sup>135</sup>.

**L:** Poderia durar sem casamento, pelo menos era assim no início. Se calhar no fim por causa daquela pressão que eu comecei a sentir ... mas no início não.

**F:** No início achou que era uma situação que poderia durar sem casamento. O que é que a fez mudar de ideias?

**L:** Foi a tal situação, nós chegámos a ir para o Alentejo e a não dormirmos juntos, e sentir que já estava na altura, como já tinha a vida mais ou menos organizada, de casar para os meus pais, para mim sinceramente poderia continuar junta, a vivermos os dois juntos sem casar, não me faz qualquer diferença.

A partir de determinada altura a coabitação deixou de ser uma situação prática já que implicaria assumir, a breve prazo, a relação afectiva e sexual do casal a viver informalmente sob o mesmo tecto. Em matéria de aceitação social o casamento revelou-se, pois, mais vantajoso.

A procura activa de autonomia pessoal, nomeadamente através do investimento nos estudos e na profissão, como um projecto de individualidade, é um aspecto que importa realçar no trajecto de vida de Leonor. Ela só sentiu que estavam reunidas as condições ideais para casar depois de ter começado a trabalhar. A escolha da coabitação tem subjacente a recusa da ideia de dependência económica em relação ao parceiro. A esse nível, a conjugalidade não formalizada é uma situação com um estatuto dúbio - estar casada e ao mesmo tempo não estar - que trouxe aparentemente algumas vantagens. Não

---

<sup>135</sup> Esse sentimento de que a coabitação não é necessariamente uma etapa provisória, podendo transformar-se numa situação duradoura, embora se manifeste de forma ambivalente, está também presente nos outros entrevistados do perfil experimentação. A excepção é talvez o caso de Isabel que apesar de não ter pressa de casar nunca colocou a hipótese de “ficar assim” se a relação desse «certo». O desejo de casar, mais acentuado, não é alheio à interiorização de valores religiosos característicos da região onde vive e do seu meio familiar de origem.

estando casada eram os pais que tinham obrigação de continuar a sustentá-la; casando, os pais poderiam achar que a obrigação era do marido e isso ela não queria.

**F:** Que razões a levaram a escolher esta forma de união quando a maioria das pessoas ainda casa, não é?

**L:** Um pouco porque na altura não trabalhava, ainda estava a estudar, eu achava que só quando comesse a trabalhar é que deveria casar, antes não. Porque depois casava, estaria dependente do marido, mas ele na altura não ganhava dinheiro suficiente para me sustentar, portanto teria de continuar a ser sustentada pela minha mãe, essa situação era um bocado complicada, então achava que não o deveria fazer, só a partir do momento em que comesse a ganhar o meu dinheiro, a ter essa independência dos meus pais, nessa altura deveria casar.

No discurso de Leonor a opção tomada surge justificada mediante a associação entre casamento, instalação profissional, nomeadamente da parte do homem (“na altura ele não ganhava dinheiro suficiente”), independência económica em relação aos pais e passagem para a vida adulta enquanto que em relação à coabitação todas essas conexões não existem ou não são automaticamente estabelecidas. Às representações sobre a conjugalidade de sentido mais convencional, ou tradicionalista, vem juntar-se, contudo, um elemento novo: a procura de paridade nas relações entre os géneros, quer na esfera profissional quer, como iremos ver, na esfera doméstica.

Leonor fez questão de primeiro acabar o curso, aguardar pela instalação da casa do casal, e principalmente conquistar autonomia através da inserção profissional, para só depois então fazer a vontade aos pais. A coabitação apresenta-se, pois, como uma estratégia feminina para entrar progressivamente na conjugalidade e construir um futuro mais autónomo que um casamento precoce poderia dificultar.

**L:** Eu senti que ... passado um ano achava que era melhor casar, senti que devia isso aos meus pais, já estava a viver com ele, pronto na altura eles é que me sustentavam, depois houve uma altura em que comecei a trabalhar, e senti que da minha parte tinha essa obrigação de casar, não de continuar junta. Da minha parte podia continuar junta porque o casamento... estar junta ou estar casada para mim é igual, mas perante os meus pais achei que o deveria fazer, achei que estava na altura ideal, também já tinha a casa mobilada, já tinha algumas coisas, senti que seria uma altura ideal para começar a pensar nisso.

No que diz respeito a Domingos, ele também não fazia, ao que parece, questão de casar (“foi pela mesma razão, pelos pais”) mas, tal como ela, não se importou de agir em conformidade com o desejo e as expectativas dos familiares (“para os pais é muito importante que os filhos casem”).

**L:** Lembro-me de nós irmos ao civil e estarmos lá a assinar e a senhora perguntou “então porque é que vão casar?” e ele respondeu que “era só por causa do IRS” e a senhora fartou-se de rir.

A mesma atitude de desprendimento em relação ao casamento já não se verifica quando se trata de pensar a transição para uma família com filhos, menos desejada no contexto de uma relação coabitante, quer para ele, quer para ela. No entanto, pelo menos para ela, a questão não se coloca em termos de «dever ser».

**F:** na sua opinião, acha que as pessoas que vivem juntas devem casar quando pensam ter filhos?

**L:** acho que é indiferente, acho que quando pensamos ter filhos e queremos, acho que não é ... se quer ter filhos quer ter filhos, não se deve pensar “vamos casar para ter filhos”.

**F:** no seu caso, aceitaria ter filhos fora do casamento, dentro de uma união de facto?

**L:** eu aceitaria, os meus pais não aceitariam, eu não veria qualquer problema.

**F:** portanto, se tivesse continuado a viver junta com o Domingos, teria tido filhos na mesma?

**L:** hm hm.

**F:** E ele, acha que aceitaria ter filhos dentro de uma união de facto?

**L:** ele acho que já não.

**F:** Porquê? Acha que é uma ideia que não lhe agrada muito?

**L:** não o estou a ver solteiro e ter um filho. É a minha ideia (...).

Nos primeiros tempos de coabitação não existiam nem planos para casar nem para ter filhos, mas passado um ano Leonor começou a falar em casamento.

**L:** Não, nunca conversámos assim “então quando é que vamos casar”, se calhar no final sim, porque eu dizia “eh pá já estamos juntos há não sei quanto tempo e acho

que devíamos casar por causa dos pais e tudo mais”, mas no fim (...) sim, no final desse ano.

Leonor afirma que o casal nunca fez “planos em relação a nada” (durante o namoro também nunca falaram em casamento), postura que parece inscrever-se numa tendência da modernidade no que toca à intimidade. Em contraste com a programação e racionalização de outros domínios, designadamente da esfera profissional, planear a vida pessoal não é moderno. Na base do desenvolvimento do fenómeno coabitação, como sugerem alguns autores, estaria mesmo uma recusa em planear os acontecimentos da vida privada (Anderson *et al.* 2002; Jamieson, *et al.* 2002). Leonor começou por coabitar por razões de conveniência prática, entretanto a relação transitou para o casamento (como seria previsível tendo em conta o contexto social da coabitação) e, mais tarde, para uma família com filhos mas aparentemente sem qualquer tipo de programação prévia. Reconhecer que se antecipou todos estes acontecimentos poderia ser interpretado como sinónimo de «cálculo frio», falta de espontaneidade e romance.

**F:** Voltando aos primeiros tempos de vida em comum, que projectos é que tinham? Tinham intenção de casar, conversavam sobre o assunto ou simplesmente não faziam planos sobre isso?

**L:** Não, acho que nunca fizemos planos em relação a nada, nem em relação ao miúdo. Eu já estava grávida de 3 meses quando descobri que estava grávida. Mas nunca fizemos assim planos de “olha daqui a dois ou três meses fazemos isto...”.

Leonor quis adiar os compromissos familiares para uma fase posterior, investir prioritariamente nos estudos e assegurar a sua independência através da realização profissional sem abdicar, contudo, de um futuro projecto de conjugalidade. A coabitação apresenta-se, pois, bem colocada para conciliar estes dois tipos de investimento e conservar simbolicamente em aberto «o campo dos possíveis», principalmente no que diz respeito à conjugalidade (“e aí se calhar pensar em casar”).

**L:** É assim, como na altura eu ainda estava a estudar, sentia que deveria acabar o curso primeiro que tudo, e depois começar a trabalhar e aí se calhar pensar em casar.

A etiqueta «experimentação» atribuída a este caso ganha sentido quando Leonor avalia, por exemplo, as vantagens e desvantagens da coabitação.

**L:** Acho que não tem desvantagens, para mim só tem vantagens. (...) sim, para o casal se conhecer melhor, pronto, se calhar aconteceu dar-nos bem e casarmos, mas é uma boa forma do casal se conhecer e depois se as coisas não deram certo, então vai cada um para o seu lado.

A visão da coabitação como uma fase de experimentação conjugal surge em vários pontos do discurso de Leonor, ao mesmo tempo que tende a ser negada como propósito deliberado e inteiramente consciente.

**L:** (...) acho que é uma forma de verificarmos se nos damos bem ou não, é uma forma de estarmos sem haver um papel.

**F** considerou os primeiros tempos de vida em comum como um casamento à experiência?

**L:** Sim, também. Acho que toda a gente devia fazer isso. (...) sim, porque namorar, uma pessoa acaba por não estar muito tempo com a pessoa, tem que se juntar e ver como é que é, acordar com a pessoa, estar muito tempo com a pessoa. Tenho uma amiga, por exemplo, que casou e agora as coisas estão a vir ao de cima, porque eles se calhar não se conheciam assim tão bem quanto se tivessem vivido juntos antes.

No caso de Leonor, um namoro prolongado, de cerca de oito anos, não parece ser considerado suficiente para conhecer bem o parceiro e testar a viabilidade da relação porque uma coisa é namorar, outra, bem diferente, é viver sob o mesmo tecto.

“Aconteceu” darem-se bem e casarem mas a experimentação não foi um fim procurado: “de forma consciente acho que não”. Dito de outra maneira, as motivações para ir viver junto, em vez de casar, não tiveram por base a intenção de experimentar a relação. Do ponto de vista subjectivo, a ideia de experimentar primeiro a relação antes de tomar a decisão de casar não constitui uma finalidade intencional associada à coabitação. Por um lado, devido à ausência aparente de planeamento no contexto da vida pessoal, referida anteriormente e, por outro, porque o casamento não constitui uma meta nem é considerado prioritário na relação do casal. Sabe-se também, à partida, que seja qual for a escolha não existem uniões indissolúveis.

**L:** Não, se calhar no final pensei nisso, “isto afinal vai dar certo”, mas no início foi uma série de acontecimentos que deram origem a isso [*à coabitação*].

Antes mesmo de saber se a relação ia «dar certo», ou seja, como seria a convivência do casal a viver junto, Leonor «aventurou-se» a comprar casa com o namorado porque ela já sabia que, em princípio, iria fazer vida em conjunto com ele; «quem casa, quer casa». O processo de conjugalização estava em marcha.

**L:** (...) se fosse mais com a ideia de experimentar se calhar iria deixá-lo comprar a casa dele, seria para ele e se não desse certo eu voltava à minha vida. Mas não, o facto de querermos comprar a casa em conjunto... porque logo que nós nos juntámos, ao fim de dois meses, nós comprámos logo as mobílias, comprámos logo tudo em conjunto.

A coabitação marca assim o início de uma relação conjugal estável mas que, na concepção de Leonor, não é necessariamente sinónimo de «para sempre».

**F:** quando começou a viver junta com o Domingos tinha a ideia que a vossa relação seria para toda a vida, ou pelo menos para durar, ou tudo estava em aberto?

**L:** Eu acho que sim que está sempre tudo em aberto, mas acho que tanto ele como eu, acho que ... também pelo tempo que já nos conhecemos e que já namoramos, acho que é para toda a vida mesmo, vamos lá a ver.

As representações de Leonor acerca da coabitação e do casamento revelam alguma ambiguidade. Por um lado, ela acha que “as duas coisas são idênticas” e, por outro, associa a coabitação a uma maior autonomia e liberdade individual (“sentia um pouco mais de liberdade do que casada”). A entrevistada tende a pensar que a coabitação é uma forma de viver a dois, senão totalmente despida de compromisso, pelo menos é uma união que não implica um vínculo tão forte como o casamento.

**L:** Acho que é um bocadinho menos. (...) se calhar também não sentia essa ligação tão forte.

A partir do momento em que Leonor acabou o curso, as saídas e convívios com colegas diminuíram drasticamente de intensidade, fase que coincidiu com o início da sua vida profissional e a formalização da aliança conjugal<sup>136</sup>. Hoje em dia, ela sai quase exclusivamente na companhia do cônjuge e do filho, em pequenos passeios, e o casal

---

<sup>136</sup> Leonor esteve sete ou oito meses a viver informalmente com o namorado antes de arranjar o primeiro emprego (ela trabalha há cerca de 4 anos na mesma empresa) e casou passado pouco tempo, isto é, assim que arranhou trabalho.

convive sobretudo, fora do espaço do trabalho, com um casal amigo vizinho que tem também um filho da idade do Adriano. Os «ganhos» de viver em conjugalidade parecem, contudo, compensar as «perdas» verificadas aquando da passagem da condição de «solteira» ou de «coabitante», que na perspectiva de Leonor parecem ser situações com um estatuto equivalente, para a de mulher casada com um filho.

**F:** Quando pensa no casamento, quais são para si as principais desvantagens?

**L:** Desvantagens é não chegar a casa quando se quer, tipo meia-noite, uma.

**F:** Fazia isso durante o tempo em que viveu junta ?

**L:** Fazia, fazia, porque também foi numa altura em que estava a estudar, pronto na altura tinha colegas mais boémios, nós acabávamos por sair na mesma, ele ficava em casa sozinho, ou chamava uns amigos. Mas se calhar sentia um pouco mais de liberdade do que casada.

**F:** E vantagens?

**L:** É ter um amigo para conversar, chegar a casa e ter alguém que me ouve.

**F:** Mas isso também já acontecia na coabitação...

**L:** Pois, também.

**F:** É igual?

**L:** Acho que é igual.

Para além de ser um compromisso menor, a relação não formalizada deixa sempre uma porta aberta que pode levar mais facilmente à ruptura, o que acaba por ser visto, na perspectiva de Leonor, como prejudicial para a estabilidade dos laços conjugais. Esta maneira de pensar a natureza do laço que une o casal através da coabitação, identificada anteriormente a propósito de outros entrevistados, sobressai na dualidade do discurso de Leonor (“é positivo e negativo“).

**L:** Acho que é positivo e negativo. Acho que é positivo porque se nós não nos dermos bem mais facilmente vai cada um para seu lado. Mas por um lado acho negativo porque havendo essa noção de que “não nos damos bem, então tchau” as pessoas acabam por não se esforçar tanto para resolver os problemas, podem ser problemas que não tenham muito significado. Se calhar no casamento uma pessoa

acaba por pensar “então se não está a dar bem, vou ver o que é que se passa” e se calhar estando junta há mais o sentimento de “se não estás bem muda de casa” e se calhar no casamento é visto mais “vamos tentar resolver esta situação...”.

Se a ideia de liberdade e autonomia individual está mais associada à coabitação do que ao casamento, em matéria de igualdade Leonor não faz distinção entre a união com papéis ou sem papeis. À semelhança de outras entrevistadas academicamente qualificadas do perfil moderno, Leonor vê a igualdade na conjugalidade como um dado adquirido independentemente do estatuto da união. Compreende-se assim que a escolha da coabitação como forma de «escapar» ao papel tradicional feminino supostamente associado ao casamento não tenha sido para ela motivo para entrar informalmente na conjugalidade<sup>137</sup>.

Leonor defende um modelo de simetria dentro e fora de casa que procura também pôr em prática: na profissão, na divisão dos lazeres, das responsabilidades e das tarefas rotineiras.

Espreitando para dentro do dia a dia do casal, vemos que a partilha conjunta das tarefas domésticas e dos cuidados com o filho, através da aplicação de um sistema rotativo, uma vez um, outra vez outro, impera tanto nas normas como nas práticas.

**L:** Nós sempre partilhámos tudo, e ainda agora fazemos, por exemplo, se é uma semana um a fazer o jantar, outra semana já é outro, a cuidar do miúdo é a mesma coisa, se hoje sou eu a dar-lhe banho, amanhã é ele, dividimos muito as tarefas.

Para além de prestar cuidados ao filho, Domingos faz compras para casa, trata das refeições, lava e estende a roupa, passa a ferro (de todas a tarefa mais penosa para ele) e participa na limpeza geral. O que ele nunca faz é arrumar a roupa depois de lavada e engomada, bem como lavar a loiça. Em compensação, é ele que paga as contas e faz a gestão dos recursos materiais do casal, tarefa que Leonor afirma delegar completamente nele.

**L:** Delego, completamente. Eu nem sei quanto dinheiro tenho, eu vou gastando.  
(...) Aplica o dinheiro, ele é que sabe. Bem se nós nos separássemos eu não fazia a

---

<sup>137</sup> A uma pergunta do guião de entrevista que pretendia precisamente testar esta hipótese, Leonor responde negativamente, à semelhança, aliás, da maioria das mulheres entrevistadas mas por razões diferenciadas. Esta questão será posteriormente retomada.

mínima ideia se tinha dinheiro, se não tinha e onde é que ele está. Ele é que gere o dinheiro...

A organização do dinheiro é de tipo fusional pois cada um tem uma conta ordenado que está em nome dos dois (“todas as contas são em conjunto”); a conta dele é utilizada “para pagar todas as despesas fixas” e depois a conta dela fica também à disposição do casal (“normalmente mexemos mais na minha conta”).

A paridade na divisão rotativa das tarefas não é incompatível com a existência de algumas especializações masculinas e femininas que parecem resultar mais do «gosto» e da «vontade» dela do que da dele. A propósito de ser ele a organizar o dinheiro Leonor afirma: “não sei se gosta, mas é aquilo que faz”. A divisão de algumas tarefas com base, como temos vindo a observar, no «seco» e «molhado», respectivamente a cargo do homem e da mulher, emerge também na narrativa de Leonor.

**F:** Quem é que limpa a casa de banho?

**L:** Eu. Mas porque eu quero.

**F:** Gosta mais?

**L:** Eu gosto principalmente daquelas tarefas em que é para mexer na água, lavar a loiça ou a casa de banho. O pó e aspirar é mais ele.

Leonor tem o sentimento de que a divisão das responsabilidades e afazeres domésticos é equitativa e por isso mesmo justa.

**L:** Com o miúdo acho que é idêntico o trabalho que temos. Com as tarefas domésticas acho que é igual, considerando o facto de ele pagar todas as contas e gerir sempre isso (...). Acho que trabalhamos os dois da mesma forma, se calhar eu trabalho mais em casa mas depois existem essas coisas que é ele que faz.

Domingos tem a seu cargo levar o filho ao infantário e para além das tarefas já referidas em que ele participa de igual para igual, também não se nega às tarefas nocturnas de cuidar do filho.

**F:** Com o miúdo pequenino, quem é que costumava, ou costuma ainda, levantar a meio da noite para tratar dele?

**L:** Os dois. Às vezes sou eu dois, três dias, outras vezes, como por exemplo esta semana, acho que todas as vezes foi ele, depende, às vezes estou mais cansada, outras vezes está ele.

A dificuldade em conciliar a vida familiar com a vida profissional parece ser um problema que afecta sobretudo o elemento masculino do casal. Não porque Domingos realiza um maior número de tarefas em casa ou gasta mais tempo na sua execução, mas devido ao facto de ele exercer uma actividade paralela, para além da profissão principal, que o obriga muitas vezes a trazer trabalho para casa.

**L:** Porque ele para além de estar na Marinha dá formação no exterior, Barreiro, Lisboa. Todas essas tarefas domésticas lhe deixam muito pouco tempo para preparar as aulas, corrigir os testes, tudo isso. Por isso acho que interferem mais na vida profissional dele.

Na relação conjugal, Leonor salienta sobretudo os aspectos expressivos relacionados com a comunicação entre o casal (“ter um amigo para conversar”)<sup>138</sup> mas os aspectos instrumentais, tais como alcançar um bom nível de vida, são igualmente valorizados. Em relação às qualidades do cônjuge, ela destaca o facto de ele ser “muito trabalhador, responsável, amigo, mais... muito fiel”. Leonor aprecia imenso o esforço de Domingos para ganhar dinheiro extra, através da sua actividade como formador, e que ele tenha conseguido aparentemente subir na vida uma vez que «vindo do nada» soube, no entanto, orientar a sua vida no sentido de construir uma casa e uma família.<sup>139</sup> Em vez de uma oposição entre orientações expressivas e instrumentais, a realidade vivida aponta antes para uma combinatória específica de finalidades que dão sentido aos percursos individuais, conjugais e familiares.

Leonor defende uma norma de coesão onde predomina o desejo de autonomia relativa em várias dimensões da conjugalidade: na comunicação a dois, no tempo juntos,

---

<sup>138</sup> Acerca dos momentos da sua vida de casal que mais gosto e satisfação lhe dão, Leonor responde: “Acho que é o momento em que estamos juntos, conversar, a nossa vida sexual...”. Ela refere, sem que veja aí qualquer problema, que o casal durante a semana pouco tempo está junto. A sós um com o outro só mesmo meia hora por dia, depois do filho, que se deita tarde, ir para a cama.

<sup>139</sup> O percurso individual de Domingos e do próprio casal é avaliado em termos de mobilidade ascendente: “(...) responsável em termos monetários, com o filho por exemplo. (...) querer ter alguma coisa, os pais dele também não têm mesmo nada, pronto, ele ajudá-los, tentar construir uma casa, nós vivíamos numa casa que era menos de metade desta, e neste momento já estamos a morar aqui que já tem algum espaço”.

nas amizades, nas decisões e na organização do dinheiro<sup>140</sup>. As normas ideais parecem neste caso condizer com as práticas, embora estas últimas pendam mais para a fusão conjugal já que o casal partilha tanto os recursos materiais e o trabalho doméstico como os tempos livres. Leonor e Domingos, só muito de vez em quando, e mais ela do que ele, vão jantar fora um sem o outro, com amigos e principalmente, no caso dela, com colegas de trabalho. Ela parece, contudo, desejar para si um quotidiano mais independente em termos de sociabilidades e lazes, até porque o cônjuge apetece-lhe muitas vezes ficar em casa (“está cansado”) e “dá muito menos importância a estar com amigos e sair”.

**L:** Acho importante ter amigos em comum mas também acho muito importante termos amigos em separado e convivermos. Eu vou jantar com eles e ele vai também (...). Acho muito importante haver amigos em que possamos eu ir com eles e ele ir com os dele e estarmos também algum tempo...

A circunstância de terem um filho pequeno e de não poderem usufruir das redes de apoio familiares, por viverem longe deles (quando saem em separado, ele ou ela tem que ficar com o miúdo em casa), parece puxar o casal para um certo fechamento sobre a família nuclear, limitar as actividades de lazer realizadas em conjunto e dificultar a construção de espaços de autonomia pessoal através de relações de convívio, conforme parece ser o desejo dela.

**F:** E aos fim de semana, o que é que costumam fazer?

**L:** Passear com o Adriano. (...) Com esta vizinha, costumamos passear com os miúdos, jantar fora muita vez, ir às compras com essa vizinha, com a minha cunhada que mora em Lisboa. (...) aos fins de semana estamos sempre juntos [*em casal*].

Quando avalia a relação conjugal Leonor considera que o casal «sempre se deu bem». O principal foco de tensões, gerador de alguns conflitos entre eles parece girar actualmente em torno das saídas e actividades de lazer.

---

<sup>140</sup> Só para dar alguns exemplos, Leonor é de opinião que «há certas coisas (pensamentos, acontecimentos) que se deve guardar para si» e que «um casal deve guardar também algum tempo para si separadamente»; ela acha também que «o dinheiro que cada um ganha deve ser dos dois mas cada um deve poder fazer o que quiser com uma parcela do dinheiro que ganha sem precisar de consultar o outro».

**L:** Nós não temos assim muitas divergências. É mais eu querer sair muitas vezes, eu querer ir jantar fora mais, para mim era todos os dias, é mais a esse nível, ele não queria sair, queria ficar em casa porque está cansado. É mais a esse nível. O querer sair à noite e ele não querer.

Em termos de representações ideais, sobressai um modelo de dupla profissão e partilha igualitária das tarefas domésticas. Leonor acha que quer o homem, quer a mulher, devem trabalhar os dois fora de casa e justifica porquê:

**L:** Pela independência monetária dos dois. Acho que não me estava a ver em casa a depender, a precisar de dinheiro para tudo. Não me estava a ver em casa a cuidar dos filhos sem ter a minha profissão, sem progredir na carreira, acho que ambos têm de ter a sua profissão e devem trabalhar fora de casa.

Em resumo, gostaríamos de salientar que uma dinâmica conjugal iniciada de modo informal e estrategicamente gradual na sequência de um trajecto de emancipação pessoal no feminino, orientada por valores companheiristas que colocam a ênfase na norma de igualdade nos papéis de género, a par da procura de alguma dose de autonomia individual na vida em casal, mais acentuada na fase de vivência informal, é acompanhada por uma aproximação conformista em relação ao casamento, enquanto instituição socialmente reconhecida e legitimada, ao abrigo da qual se pretende viver a conjugalidade e a parentalidade. É o casamento, e não a coabitação, que simboliza a mudança de estatuto entre a condição de solteira, estudante, jovem, sem filhos, e a condição de mulher adulta (casada), profissional e mãe.

## COABITAÇÃO MODERNA

*“Porque já o conhecia muito bem, porque estava apaixonada e pensava que ele também estava, acreditava nisso, achava o casamento perfeitamente secundário”.*

*“O Vasco (...) queria casar comigo, eu por mim era-me perfeitamente indiferente”.  
“Casariamos na mesma se não tivéssemos tido a filha”.*

*“Ele diz que o casamento é o dia mais feliz na vida de um homem, portanto, gosta de o repetir muitas vezes. Agora como ele não se quer divorciar mais, diz que como casámos primeiro pelo civil, a seguir vamos casar pela igreja budista, depois pela igreja de não sei quê, para repetir a cerimónia” (risos).*

*“(...) o Vasco é que faz esse papel feminino, é ele que faz as refeições, lava a roupa, põe a loiça na máquina”.*

**Mariana, 40 anos, doutorada em sociologia, Professora**  
(Entrevista nº 48)

Mariana, 40 anos, natural de Lisboa, professora numa universidade, vive há doze anos em união conjugal com Vasco, 41 anos, artista plástico – com o ensino preparatório/básico – e tem uma filha com 9 anos. O casal viveu em coabitação informal durante cinco anos e casou, pelo civil, quando a filha tinha dois anos de idade. A entrevistada não se revê na ideia de experimentação conjugal e casou, segundo ela, para fazer a vontade ao cônjuge e um pouco também por «romantismo».

**M:** Nós começámos a coabitar bastante tarde, isto não foi uma coabitação prévia a um casamento, não foi daqueles exemplos típicos em que acabam o curso, ou durante o curso, vão viver um com o outro e preparam-se para o casamento, para arranjar dinheiro, para ter casa própria e depois casam. Não foi isso, nós começámos a coabitar bastante tarde. Eu tinha 29 e ele 30 anos, digamos que não foi um caso clássico.

No início, Vasco, cujo percurso conjugal é marcado por três uniões anteriores, uma delas com a irmã de Mariana, não formalizada, seguida de um casamento de curta duração, estava na expectativa de tratar do divórcio quando o casal se juntou. Mas não foi o

impedimento legal a razão principal que levou à entrada informal na conjugalidade e prolongou o período de vivência a dois sem papéis (“Eu poderia ter casado antes, não casei porque não calhou”). No que a si lhe diz respeito, Mariana não tinha nem desejo nem projecto de casar mas também não rejeitava essa ideia; os sentimentos estavam em primeiro lugar e o resto era secundário. A coabitação era vista como um compromisso de amor privado que no seu caso pessoal estava, achava ela, destinado a durar.

**M:** Porque já o conhecia muito bem, porque estava apaixonada e pensava que ele também estava, acreditava nisso, achava o casamento perfeitamente secundário. (...) parti logo para a relação com um sentimento forte de compromisso.

Mariana mostra um forte desapego, ou indiferença, face à instituição matrimonial, típico da coabitação moderna, e quando iniciou a vida em comum, pela primeira vez, encarava a coabitação como uma situação que “podia durar sem casamento”.

**M:** O Vasco não podia casar porque era casado há menos de três anos, mas queria casar comigo, eu por mim era-me perfeitamente indiferente. (...) se ele pudesse casar e uma vez que era da vontade dele casar eu teria casado. Não fazia questão, mas teria casado.

**F:** Mas tinhas a intenção ou o desejo de casar mais tarde ?

**M:** Não, não pensava nisso.

Mariana tem em comum com os outros entrevistados do perfil moderno a desvalorização da dimensão formal e legal da relação conjugal (“secundária, porque não une nada, existe o divórcio”), bem como o acento colocado nos aspectos relacionais e na igualdade de género. Ela não foi viver junta na perspectiva de conservar a liberdade de sair mais facilmente da relação, caso esta não desse certo, ou de preservar a autonomia individual.

**F:** quando foste viver junto tinhas a ideia de que essa era uma forma de viver a dois que te permitia conservar a tua liberdade e autonomia?

**M:** Sim, mas agora que estou casada também sinto essa autonomia.

**F:** Então essa não foi uma motivação para coabitar em vez de casar?

**M:** Não, porque também não tenho nada contra o divórcio, se alguma coisa corresse mal agora também me podia divorciar.

Mariana, à semelhança de outros entrevistados para quem é indiferente casar, não vê vantagens nem desvantagens quer na coabitação, quer no casamento<sup>141</sup>. Ela não tem nada contra nem a favor da instituição, por um lado, porque a “separação é igualmente fácil” e, por outro, porque a autonomia feminina, bem como a igualdade de estatutos e papéis sexuais, são considerados dados adquiridos, independentemente de estar casada ou a viver junta.

**F:** Sentiste na altura que viver junto, em vez de casar, era uma forma de fugir ou de recusar o papel tradicional atribuído à mulher, normalmente aliado ao casamento?

**M:** Não. Aliás porque o Vasco é que faz esse papel feminino, é ele que faz as refeições, lava a roupa, põe a loiça na máquina.

A entrevistada conta a história da formação do casal e o episódio em que ela conheceu o Vasco, há dezassete anos, na altura apresentado como namorado da irmã. Apesar da atracção, ao que parece mútua, desde o primeiro contacto, os dois mantiveram durante alguns anos, até à véspera de irem viver juntos, uma relação exclusivamente de amizade.

**M:** A minha história com o João é um bocado estranha porque o João foi namorado da minha irmã. (...) Eu conheci o João no dia primeiro de Maio de há uns 17 anos, em que a minha irmã foi sair com uns amigos (...). Entretanto a minha irmã chegou com o namorado (...) para quem eu olhei e me chamou a atenção (...). Pelo que o rapaz disse, quando entrou em casa e me viu, pensou que escolheu a irmã errada. Isto foi o que ele me disse muito posteriormente. Entretanto ele namorou uns anos com a minha irmã, viveu lá em casa, (...) era uma relação fraterna, era cunhado para mim. Depois ele separou-se da minha irmã, casou-se com outra rapariga, (...) passado menos de um ano (...) veio ter comigo (...), o João achou que era a altura de poder atacar por este lado. E foi assim.

Passado três ou quatro meses de envolvimento amoroso, os dois foram viver juntos, por sugestão do Vasco, tendo o casal alugado para esse efeito uma casa em comum.

**F:** Como é que aconteceu irem viver juntos e porquê?

---

<sup>141</sup> Acerca das desvantagens do casamento, Mariana refere a autorização do marido que ela constatou ser necessária para contrair um empréstimo para obras numa casa que era dela: “Como te disse, não me caiu muito bem o meu marido ter que dar ordem para eu fazer uma hipoteca sobre uma casa que era minha, o que não teria acontecido se ainda vivêssemos em coabitação, mas foi só a esse nível e foi uma coisa pontual”.

**M:** Porque, já que tínhamos esperado tanto tempo e já nos conhecíamos, a minha resistência face aos namoros também já tinha sido ultrapassada porque tinha confiança nele.

As razões para coabitar, da parte de Mariana, parecem estar relacionadas com o desejo de viver em conjugalidade numa altura em que ela já se sentia preparada, ainda mais com uma pessoa que ela conhecia muito bem, para iniciar uma nova relação afectiva e sexual após o “repouso de vida afectiva durante uma série de anos”. Mariana, antes de iniciar a vida em comum com Vasco, vivia com os pais – “mas com uma grande autonomia”, sublinha ela – saía muito, “desde os treze anos”, e “tinha uma vida social intensa”; durante o tempo em que andou a estudar na universidade manteve um namorado intermitente, com quem se iniciou sexualmente, até que o rapaz, sempre indeciso entre ela e outra pessoa, rompeu a relação, o que parece ter contribuído para o início dos problemas de saúde de Mariana.

**M:** Durante o curso tive uma grande paixão por um colega meu, namorámos mas ele acabou por casar com outra rapariga, o que despoletou uma doença que eu tinha congénita, mas que não sabia que tinha (...) e portanto passei a viver um bocado limitada a essa doença. Fiquei, digamos, um bocado vacinada (...).

Em contraste com os entrevistados com menores recursos e diplomas escolares – à excepção de Leonor, licenciada, que valoriza, em alguns aspectos, as finalidades instrumentais da união conjugal<sup>142</sup> – Mariana aprecia sobretudo as qualidades expressivas do cônjuge e da relação, enquanto que os primeiros tendem a salientar as dimensões relacionadas com o desempenho esperado dos papéis femininos e masculinos («boa mãe»; «trabalhador»), cúmplice de valores mais institucionalistas da conjugalidade.

**M:** Ele é muito sensível, é uma pessoa com um certo mau feitio às vezes, é artista e portanto tem pancada de artista, mas é uma pessoa romântica, muito sensível e é uma pessoa a quem eu estou ligada afectivamente de forma muito forte.

Se nos primeiros tempos de vida em comum o projecto de casamento, mais dele do que dela, era um assunto de menor importância, susceptível de ser adiado, o projecto de ter filhos era mais urgente, dado também a idade de Mariana, e fazia parte dos planos do casal.

---

<sup>142</sup> Não em termos de sobrevivência mas de mobilidade social, bem como a finalidade de independência em relação aos pais, de estatuto e de pressão social.

**M:** Falávamos, falávamos nisso logo no primeiro ano, a Joana nasceu dois anos depois de vivermos juntos. Só não tivemos filhos antes por causa da minha doença (...). Mas a Joana por acaso nasceu por acidente. Era uma filha desejada mas aquela altura em que nasceu era a pior altura porque foi em consequência de uma grave crise da doença de (...) em que eu estava a tomar muitos medicamentos e portanto não podia engravidar.

**F:** O Vasco entretanto nunca mais falou em casamento?

**M:** Foi falando, mas depois nasceu a Joana, nasceu com muitos problemas e valores mais altos se levantaram, fez fisioterapia desde os 24 dias de vida. Ele voltou a falar em casamento, depois da Joana ter estabilizado.

Mariana que até essa altura estava mais preocupada com os problemas de saúde da filha do que com o casamento, não colocou qualquer obstáculo face à formalização da união nem resistiu a fazer a vontade ao cônjuge. Fez, contudo, questão de realizar uma cerimónia simples e também pouco ortodoxa.

**M:** (...) como o João tinha vontade de casar, casámos. (...) Ele queria casar, eu não ia dizer-lhe que não, porque me era completamente indiferente. Não quis fazer um casamento muito grande, mas quis fazer lua-de-mel, tive três dias de lua-de-mel no Alentejo, casei de mini-saia pelo civil.

Apesar de nunca ter estado muito empenhada com o projecto de casamento, Mariana ficou feliz quando Vasco voltou a reafirmar o seu desejo de casar (“um certo romantismo”), e o casal decidiu, ao fim de cinco anos de vida em comum, oficializar a união conjugal. Pouco tempo depois da Joana nascer, Vasco obteve o divórcio mas o casal adiou por mais dois anos a consolidação formal da conjugalidade, aparentemente por razões de saúde da filha que mobilizou a atenção e o esforço de ambos.

**F:** Quando ele propôs casar, ficaste contente?

**M:** Sim, fiquei, não era nada que eu não esperasse. Gostei, um certo romantismo, andei a dizer a toda a gente lá no trabalho que ia casar.

Durante a trajetória de formação do casal, Mariana – em contraste com os entrevistados classificados no perfil circunstancial, de noivado e de experimentação - nunca sentiu qualquer pressão para casar da parte dos familiares mais próximos, nomeadamente do pai, empregado bancário, e da mãe, doméstica.

**M:** Para os meus pais era completamente indiferente. Nunca fizeram qualquer pressão, estávamos bem, quando dissemos que íamos casar, eles acharam engraçado. Isto aconteceu comigo e aconteceu com a minha irmã que também viveu junto antes de casar.

O estatuto de mãe solteira, de ter uma filha de um homem casado foi, no entanto, sentido como “motivo discriminatório” nas relações que Mariana estabeleceu com as instituições de saúde pública durante e após o período de gravidez da filha. A entrevistada declara, contudo, que esse episódio foi ultrapassado e não teve qualquer influência na decisão de casar.

**M:** Como estava a contar, quando descobri que estava grávida a minha médica o que fez foi dar-me o contacto de uma enfermeira de Santa Maria que fazia abortos, porque tendo tomado aqueles medicamentos todos ela não se responsabilizava. Fui fazer uma ecografia, ela começou a mostrar-me os pezinhos, as mãozinhas e eu comecei a chorar. (...) voltei lá a um médico muito conhecido, através de uma amiga e ele perguntou-me: “mas a senhora não quer ter a criança, é por ser solteira?” E depois durante todo o percurso do nascimento da Joana e da terapia dela o ser solteira era um motivo discriminatório. Eu senti isso e aí passei mesmo a usar aliança quando ia ao hospital.

**F:** Mas porque isso causava uma certa estranheza nas pessoas?

**M:** Não era estranheza, era se calhar a ideia de que “esta criança talvez não seja desejada porque é de mãe solteira e pai casado, pode ser de um homem casado, que tem uma amante que engravidou”. Então passei a colocar o estado civil como casada, porque de facto aí senti discriminação. Mas não foi esse o motivo que me levou a casar porque posteriormente a coisa passou. Sentia-me casada, desde a união de facto que sempre me senti casada.

Do ponto de vista subjectivo, a informalidade do laço conjugal e o «estado civil» do parceiro não fez com que Mariana se sentisse menos «casada», nem tão-pouco impediu que ela classificasse o cônjuge de «marido»,<sup>143</sup> em vez de «namorado», como acontece em

---

<sup>143</sup> Mariana afirma (a propósito das categorias para nomear o cônjuge durante o período de coabitação informal): “Se queres que te diga, não me recordo, mas quando eram pessoas que eu não conhecia, acho que dizia «meu marido», penso eu. (...) «meu companheiro» não, detesto (...) é um bocado fora de moda”.

alguns casos, especialmente quando as entrevistadas valorizam a relação do casal juridicamente confirmada. A relação conjugal e parental como lugar de afectos prevalece como referência identitária mais importante que dispensa, ou remete para segundo plano, os aspectos institucionais e estatutários.

Na concepção de Mariana, as pessoas que vivem juntas “devem casar se quiserem, se não quiserem não casam”, mesmo quando têm filhos. O casamento deixou de ser visto como uma etapa obrigatória, quer para entrar na conjugalidade, quer para entrar na parentalidade. Uma orientação conjugalista, frequente entre os entrevistados, contribui para separar o lugar dos filhos do lugar do casal; à entrevistada também não lhe fazia «confusão» a perspectiva de continuar a educar a filha no interior de uma relação coabitante de carácter duradouro.

**F:** No teu caso poderias continuar a criar a filha dentro de uma união de facto?

**M:** Na boa.

**F:** Achas que nessa decisão de casar teve algum peso o facto de terem uma filha?

**M:** Não. Casaríamos na mesma se não tivéssemos tido a filha.

**F:** E o Vasco?

**M:** Também, casaria na mesma, aliás ele casou várias vezes mesmo não tendo filhos. Só ele pode responder a isso, se quiseres que o chame (...).

Quando se tentou perceber as razões para casar por parte do elemento masculino do casal, as mais aparentes (as outras, mais difíceis de verbalizar, parecem ser “uma coisa mais inconsciente”), estão relacionadas com o gosto pela festa e cerimónia do casamento, cujo ritual é reaproveitado mas despido do seu conteúdo religioso. É Mariana quem descreve a maneira irónica (o casamento não é, aparentemente, um assunto levado muito a sério) como Vasco, casado pela terceira vez, encara o matrimónio:

**M:** Ele diz que o casamento é o dia mais feliz na vida de um homem, portanto, gosta de o repetir muitas vezes. Agora como ele não se quer divorciar mais, diz que como casámos primeiro pelo civil, a seguir vamos casar pela igreja budista, depois pela igreja de não sei quê, para repetir a cerimónia (risos).

O marido de Mariana, convidado por breves momentos a participar na conversa, desvaloriza a sua opção, resiste a explicar por que é que quis casar e tem, no fundo, muitas dificuldades em encontrar razões decisivas ou muito importantes para casar.

**F:** Porque é que desejou casar?

**J:** Sei lá...

**F:** Foi pela cerimónia em si?

**J:** A cerimónia não foi nada de especial, foi pelo civil.

(...)

**F:** Quando vivia com a Mariana em coabitação, antes de casar, como é que encarava a relação: como uma fase ou etapa antes do casamento ou como uma situação que poderia durar sem casamento?

**J:** Sinceramente nem pensava nisso. Era uma situação que podia durar sem casamento.

**F:** Então porque é que quis casar?

**J:** Não lhe sei responder a isso, não faço a menor ideia.

**F:** Houve alguma relação entre o desejo de casar e o existir uma filha?

**J:** Não, não teve nada a ver.

**F:** Quais as razões que o levaram a casar nessa altura, e não antes nem depois?

**J:** Porque calhou.

**M:** Não, antes não podias casar porque eras casado, lembra-te? Depois meteu-se o problema da Joana.

**F:** Será que a melhoria da Joana foi um incentivo para fazer uma festa ?

**J:** Pode ter sido.

**F:** Considera, portanto, que não houve razões de ordem sentimental [*«consolidar a relação», «provar ao outro que o ama»*]. E razões de ordem prática?

**J:** Talvez, porque é melhor para os impostos, foi melhor no nosso caso. (...) A única vantagem imediata se calhar foi isso, mas não foi razão. Talvez seja uma coisa mais inconsciente, foi mais porque estávamos contentes, podia ter tido a ver também com a recuperação da miúda, mas não houve assim uma razão para casar.

Se calhar fomos inconscientemente compelidos a casar, pelo meio em que vivíamos, pela nossa educação, pela nossa religião<sup>144</sup>.

A educação, ou melhor, o exemplo da família de origem de Vasco representa, aparentemente, a antítese do casamento. Mariana acerca do passado do cônjuge refere que os pais de Vasco viviam em união de facto, depois separaram-se e a mãe, que tinha um emprego administrativo, “abandonou” os dois filhos dessa relação. O pai dele foi-se “sempre juntando com várias mulheres que iam deixando os filhos lá em casa”. Vasco tem sete irmãos e foi criado pelos padrinhos até aos 11 anos, altura em que foi viver com a mãe por um período não muito longo que ele classifica, segundo a nossa informante, como “o pior da sua vida”. Depois passou a viver com o pai com quem aprendeu a pintar.

A instabilidade que caracterizou, no passado, as relações familiares de Vasco, contribui talvez para explicar a sua vontade de casar como forma de cimentar os laços conjugais e parentais por ele criados. É certo porém, que as razões «psicológicas» (desejo de vinculação), relacionadas com a biografia individual combinam-se com as razões «sociológicas» relacionadas com a mudança de valores e atitudes face à família e à conjugalidade. A dificuldade de Vasco em justificar a sua escolha individual (“não houve assim uma razão para casar”) não é inédita. Numa pesquisa realizada sobre a coabitação em França, a desafecção em relação ao casamento é de tal modo notória que são justamente aqueles que casam que têm mais dificuldade em justificar a sua opção (Villeneuve-Gokalp, 1990).

Neste casal, a iniciativa de casar pertenceu a Vasco. É também ele quem tem a ganhar mais com o casamento, em termos materiais e simbólicos, dado a diferença de estatutos sócio-profissionais de ambos os cônjuges. A hipergamia que caracteriza geralmente o casamento é aqui invertida, já que é o elemento feminino do casal quem detém uma posição mais qualificada ou mais favorecida. Aliás, os estereótipos masculinos e femininos que associam a mulher ao universo da casa e dos filhos e o homem ao espaço público do trabalho sofrem uma mudança de conteúdo quando se observa o dia a dia de Mariana e Vasco.

Ela passa o dia todo fora de casa, na universidade onde trabalha, e é também ela que desempenha o papel de ganha-pão, uma vez que Vasco com a sua actividade artística

---

<sup>144</sup> Do ponto de vista da religião, no pequeno questionário de perguntas fechadas, Mariana declara que Vasco é «católico não praticante», enquanto que ela se considera a si própria «católica praticante».

usufrui de rendimentos muito baixos. Mariana refere esse facto com naturalidade (a propósito do IRS)<sup>145</sup>, e parece aceitar de bom grado a inversão da divisão tradicional de papéis sexuais que se revela afinal funcional em termos do desempenho feminino na esfera profissional. Vasco passa o dia em casa onde tem o atelier de pintura, ocupa-se das tarefas domésticas e leva a filha à escola e às actividades.

**M:** Hoje em dia é tudo ele, ele ou outrem. (...) Ele tornou-se especialista em culinária e como é ele que trabalha em casa, é ele que faz tudo. Mete a loiça na máquina, põe a roupa a lavar, estende a roupa.

**F:** As limpezas também as faz?

**M:** Não, isso temos a empregada.

**F:** E quem é que dá instruções à empregada?

**M:** É ele, eu é que se às vezes quero alguma coisa, telefono-lhe e peço-lhe.

No caso em análise, entra em cena um novo elemento – a figura da empregada doméstica – que curiosamente não vem contribuir para diminuir a sobrecarga feminina, como é mais usual, mas para aliviar o cônjuge masculino das tarefas domésticas mais pesadas (limpeza da casa, passar a ferro)<sup>146</sup>.

Mariana distanciou-se a pouco e pouco da gestão (é ele quem dirige o trabalho em casa) e da execução das tarefas domésticas, actualmente a cargo do marido e da empregada, por um lado devido à doença e, por outro, porque o investimento na profissão e nos estudos fez com que ela se retirasse da vida doméstica<sup>147</sup>. À excepção do apoio dado às tarefas

---

<sup>145</sup> “Não notei alterações nenhuma depois de casada – diz Mariana – só a nível legal e financeiro. (...) só notei foi o facto do Vasco ter o rendimento muito baixo e eu como mãe solteira descontava mais (...). Normalmente é ao contrário, mas eu descontava mais de IRS antes de casar porque o meu marido tem um rendimento muito baixo”.

<sup>146</sup> Sobre a importância da empregada doméstica ver as pesquisas lideradas, respectivamente, por Anália Torres e Karin Wall (Cf. Wall, [org.], 2005; Torres, 2004a e 2004 b). Os resultados das investigações referidas são convergentes quando mostram que é através da delegação das tarefas que diminui a sobrecarga das mulheres, nos meios mais qualificados e com maior poder económico, e não tanto devido à maior participação dos cônjuges masculinos. Dentro das classes sociais com maiores níveis de rendimentos, qualificações escolares e profissionais, nomeadamente cuja pertença social recai sob a pequena burguesia de enquadramento intermédia mais diplomada, são os «casais associativos» aqueles que menos conseguem partilhar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (ver em especial “Dinâmicas de interacção e tipos de conjugalidade” [231-302] in Wall [org.], 2005).

<sup>147</sup> Desse ponto de vista, a aparição da «empregada a dias», depois do nascimento da filha, veio substituir o contributo feminino nas tarefas mais rotineiras, ao mesmo tempo que permitiu esse

escolares da filha, acompanhamento esse que pertence inteiramente à mãe, a prestação de cuidados, mesmo quando a Joana era pequena, contou sempre com a participação intensiva do pai (“É ele que faz tudo com a miúda”). A divisão das tarefas em casa sofreu, contudo, algumas alterações. Nos primeiros tempos de vida em comum, antes do nascimento da filha, o trabalho era repartido de modo equitativo (“no passado, penso que era igual”), e o casal não dispunha de ajudas pagas.

**F:** Então achas que actualmente é ele que trabalha mais em casa ?

**M:** Sim, sim. Também porque eu tive um agravamento da doença e portanto não posso fazer grandes esforços e estive até agora a fazer o Doutoramento. É ele que faz tudo com a miúda excepto fazer os trabalhos de casa e estudar, isso sou eu que faço com ela.

**F:** E quando ela era pequena?

**M:** Também.

**F:** Quem é que se levantava a meio da noite para cuidar dela?

**M:** Ele, porque eu tomava comprimidos para dormir.

Mariana considera que a vida familiar e as tarefas domésticas interferem mais na «vida profissional» dele do que na dela. O nascimento da filha veio introduzir responsabilidades acrescidas e uma reorganização do quotidiano de Vasco.

**M:** Porque ele está mais em casa, porque temos a miúda e tem que cozinhar como deve ser. (...) Ele estava sempre muito presente, era o Vasco que ia com a Joana à fisioterapia, quem acompanhava mais a Joana era o Vasco.

Neste casal, sobressai uma lógica de organização familiar simultaneamente aberta ao exterior e centrada na igualdade e na autonomia individual, principalmente feminina, por via do investimento maior no projecto profissional da mulher. Em termos de normas, aspirações e práticas, há uma procura de equilíbrio entre aquilo que se faz em casal, ou em família nuclear, e aquilo que se faz em separado, nomeadamente em matéria de lazeres e actividades fora de casa (“à noite não saímos, a não ser aos fins de semana por causa da garota”). Mariana defende um ideal conjugal de autonomia atenuada, ou relativa, em tudo

---

afastamento. Dantes as tarefas (limpeza, preparação de refeições, etc), eram divididas igualmente pelos dois.

(no tempo juntos, na comunicação do casal, nas decisões), excepto na organização do dinheiro que se rege por uma norma claramente fusional. O casal tem amigos em comum e em separado e Mariana acha que tanto uma como outra situação são igualmente importantes. Ambos costumam “com alguma frequência” sair ou estar com amigos sem a companhia do cônjuge. Ele “faz vela”, costuma também ir “tomar um café com um amigo” e almoçar, às vezes, “em casa com amigos ou com algum dos irmãos”. Durante a semana ela tem *hobbies* mais caseiros, realizados individualmente, isto é, sem a presença de Vasco, tais como ler ou ver televisão (“ele gosta de se deitar muito cedo”).

Para Mariana, os momentos da sua vida de casal que mais gosto e satisfação lhe dão são quando estão a sós os dois e/ou vão para fora num fim de semana.

**M:** Quando estamos os dois sozinhos, um bom fim de semana sem a garota, quando estamos em casal sozinhos.

Para além da profissão e do casal, Mariana manifesta, à semelhança de outras entrevistadas de perfil academicamente mais qualificado, um forte centramento identitário em torno do papel maternal e da relação com a filha.

**M:** A minha vida profissional é importante mas ponho outras coisas à frente. É importante porque me realiza, também pela parte económica, permite-me entrar em contacto com outras pessoas, gosto de ensinar e gosto de fazer investigação desde que não seja na pressão do doutoramento. De resto é importante mas ponho outras coisas à frente.

**F:** Como por exemplo?

**M:** Como a minha filha. (...) O que é mais importante é a saúde da minha filha, a minha relação com ela e o ultrapassar os problemas da minha filha.

Mariana e Vasco obtêm com a modalidade de divisão do trabalho conjugal praticada, ganhos e compensações. Mariana que tem de lidar com algumas limitações devido à doença<sup>148</sup>, está liberta do trabalho doméstico, o que lhe permite mais facilmente investir nas actividades de índole profissional e gerir a relação com a filha e o emprego. Vasco com uma actividade artística fracamente remunerada consegue, não obstante,

---

<sup>148</sup> O nome da doença (crónica) de Mariana foi aqui intencionalmente omitido de modo a evitar a revelação da identidade da entrevistada.

continuar a fazer essencialmente aquilo que gosta (pintar), conciliar essa actividade com a casa e a família sem precisar de recorrer a outros expedientes para obtenção de rendimento que a sua baixa escolarização poderia comprometer. Assim, quer um, quer outro, retiram vantagens e gratificações da relação conjugal alicerçada em valores companheiristas, e deste modelo de interacção, só aparentemente assimétrico, no plano material, afectivo e identitário.

*“O viver junto não foi nada de racionalizado nem foi nada de pensado. (...) conheci o Simão de forma absolutamente fortuita, demo-nos bem e as coisas foram acontecendo”.*

*“Quando nasce um filho é uma revolução que acontece, deixa de ser só o casal e aí se nós queremos os recursos da família, recorrer à rede de solidariedade dos familiares, em particular dos avós (...)”.*

*“Quem falou pela primeira vez sobre o assunto do casamento foi o Simão, curiosamente depois de eu ter ido ao médico e ter confirmada a gravidez. Fez-lhe (...) imensa confusão eu estar lá registada como mãe solteira, ele disse-me: «vamos casar e regularizar, tu tens que ter segurança, eu é contigo que quero estar» (...)”.*

*“Se eu não casasse os meus pais com muita dificuldade iriam frequentar a minha casa de forma aberta (...) porque para eles eu vivia em pecado, os meus filhos, coitados, seriam filhos do mundo sem enquadramento nenhum”.*

**Gabriela, 35 anos, Mestre, Investigadora**  
(Entrevista nº 47)

Gabriela, 35 anos, mãe de três filhos numa primeira conjugalidade, vive há dez anos com Simão, 10 anos mais velho, também ele solteiro no início da coabitação, experiência que antecedeu três anos o enlace formal. O casal cuja pertença social recai sob a pequena burguesia técnica e de enquadramento – ela é investigadora na área das ciências sociais e ele é engenheiro numa empresa de telecomunicações – casou antes do primeiro filho fazer um ano de idade. Ambos os cônjuges tiveram uma educação religiosa, assumem-se como católicos não praticantes e preferiram o casamento religioso ao civil, aparentemente para fazer a vontade à família<sup>149</sup>.

Ao longo da entrevista Gabriela transmite a ideia de que casou por causa das crianças e deste modo ser aceite pela sua família, em especial pela mãe que lhe dá uma ajuda preciosa a criar os filhos – a mais velha com oito anos e dois rapazes, um com quatro, e outro com um ano de idade.

**G:** A minha vida seria totalmente diferente se não tivesse casado porque não teria o apoio da família. (...) Do meu ponto de vista o casar levou a uma relação diferente

---

<sup>149</sup> Na perspectiva da mãe de Gabriela casar pelo civil é a mesma coisa que não estar casada: “Para ela, casar, não é casar pelo civil. Mesmo que eu fosse casada pelo civil com o Simão, para ela eu não estava casada, tinha que ser pela religião.

com a minha mãe, ela passou a estar sempre presente (...). Se calhar, se eu não tivesse casado seria totalmente diferente porque ela não aceitava a conjugalidade que eu estava a viver com o Simão.

Embora ela intelectualize as razões para casar (“o casamento vem esclarecer o lugar da criança na família alargada”), o motivo principal e mais decisivo, na perspectiva feminina, foi poder usufruir das redes de apoio familiares. Nesta linha de pensamento, Gabriela comenta:

**G:** Quando nasce um filho é uma revolução que acontece, deixa de ser só o casal e aí se nós queremos os recursos da família, recorrer à rede de solidariedade dos familiares, em particular dos avós (...). O casal deixa também de ser privado, torna-se mais público, é necessário estabelecer relações institucionais a partir do momento em que a criança nasce, o registo, o sistema de saúde ... então surge a necessidade de formalizar o seu lugar na família (...).

Gabriela pertence a uma família católica com nove filhos, os pais foram ambos professores em Lisboa, “extremamente conservadora e até reaccionária nos seus princípios”. Ela considera-se a si própria uma pessoa extremamente independente que aprendeu a gerir a sua vida de forma autónoma desde muito cedo. Começou a trabalhar aos 15 anos e tem uma experiência profissional bastante diversificada, desde fiel de armazém até instrutora de yoga, ocupação que a sustentou durante o curso de licenciatura. Quando conheceu o Simão, numa viagem de finalistas, ainda não tinha terminado o curso e encontrava-se a trabalhar numa associação de desenvolvimento local no Algarve.

As palavras da entrevistada são um bom exemplo da entrada progressiva, e não planeada, na conjugalidade, e mais tarde, na parentalidade.

**G:** O viver junto não foi nada de racionalizado nem foi nada de pensado. Eu não pensei nisso, apenas fui vivendo. (...) conheci o Simão de forma absolutamente fortuita, demo-nos bem e as coisas foram acontecendo.

A entrada em casal surge na sequência de uma relação afectiva de grande proximidade com uma forte componente de “paixão”. Durante cerca de um ano e meio o casal encontrava-se aos fins-de-semana ou nas férias (“nós, de uma certa maneira, já íamos vivendo juntos”). Quando Gabriela regressou a Lisboa, “naturalmente” foi para casa de Simão, “porque ele tinha casa e vivia sozinho”.

**F:** Como aconteceu irem viver juntos e porquê?

**G:** Nós, de uma certa maneira, já íamos vivendo juntos. (...) andávamos na casa um do outro aos fins de semana.

**F:** Considerou esse cá e lá já como uma vivência de casal?

**G:** Sim. (...) Houve ali uma fase de transição onde de facto já era inquestionável tomar outra opção. Na altura surgiu uma oportunidade, convidaram-me para vir para aqui para um projecto e eu aceitei (...).

**F:** Lembra-se de quem é que falou pela primeira vez na ideia de irem viver juntos?

**G:** Isso não foi assim explicitamente falado. Inicialmente quando eu vim o primeiro fim de semana a Lisboa, telefonei-lhe e ele ofereceu-se para me ir buscar à estação. Ele foi-me buscar à estação e naturalmente fomos para casa dele. O natural era ir para casa dele e não para casa dos meus pais. Eu ia a casa dos meus pais para lhes fazer uma visita, mas não era para ficar lá.

Embora a pressão familiar estivesse “subjacente”, esta não foi valorizada até ao momento em que o casal passou a trio. Os primeiros tempos de vida em comum não eram pensados nem como uma etapa antes do casamento, nem como uma situação que poderia durar sem casamento. Simplesmente não se faziam planos (“eu estava apenas a viver a vida”).

**G:** Não pensava, eu não faço planos de longo prazo desse ponto de vista. (...) ainda que eu viesse de um enquadramento familiar extremamente tradicional. A pressão familiar estava subjacente, mas eu nunca a senti porque desde muito cedo comecei a pensar pela minha própria cabecinha (...).

**F:** Quais foram os factores que influenciaram a decisão de casar e quando casar?

**G:** O principal factor foi a gravidez, nessa altura tivemos que parar os dois e colocar a questão de «porque não casar».

A vontade do cônjuge de casar assim que uma gravidez se anunciou parece ter sido também um elemento fundamental na decisão de Gabriela. A ele fazia-lhe «confusão» ser pai de uma criança cuja mãe tinha o estatuto de solteira. A autonomia feminina associada à situação de «mãe solteira», e consequente exclusão, ainda que simbólica, do pai, não foi aparentemente do agrado do elemento masculino do casal. Gabriela descreve o

constrangimento sentido pelo cônjuge a propósito de uma ida ao médico e do preenchimento da ficha de identificação onde constava o estado civil de «solteira».

**G:** Era como se ele não pudesse estar a participar de forma tão activa no processo de paternidade.

A iniciativa de casar, objecto de uma decisão ponderada, ao invés da coabitação sem discussão prévia, pertenceu ao cônjuge masculino.

**G:** Quem falou pela primeira vez sobre o assunto do casamento foi o Simão, curiosamente depois de eu ter ido ao médico e ter confirmada a gravidez. Fez-lhe muita espécie eu estar lá registada como mãe solteira, isso fez-lhe imensa confusão e ele disse-me: “vamos casar e regularizar, tu tens que ter segurança, eu é contigo que quero estar. Casando tu vais ficar com outra segurança e estabilidade.” A minha situação profissional e esta constante gestão e negociação de projectos que eu tenho que fazer desestabiliza-o mais a ele do que a mim. Esse era o argumento dele: por um lado era a formalização da nossa relação perante a família e, por outro lado, era a questão da minha segurança. Nós era como se tivéssemos uma relação clandestina perante a nossa família. Os meus pais conheciam o Simão mas nunca assumiram, por exemplo, perante os meus tios, que eu estava a viver com ele. Eles diziam que eu continuava eternamente no Algarve.

A teorização proposta por Gabriela para justificar a sua decisão de casar referente ao lugar da criança, parece poder aplicar-se de forma ainda mais convincente em relação ao cônjuge após a transição do casal para família com filhos: afirmar socialmente, através da formalização dos laços, e esclarecer o lugar do cônjuge. Quer na perspectiva do próprio, isto é, de Simão, nos diversos contextos relacionais da vida quotidiana, quer na perspectiva de Gabriela, principalmente nos contactos familiares mais próximos.

Gabriela faz, no entanto, questão de sublinhar a autonomia do casal perante a família alargada. Ela considera que só o casal e o indivíduo, baseados nos sentimentos, são soberanos para decidir sobre o seu próprio destino.

**G:** A família não via realmente com bons olhos, mas isso não era um factor que me levasse a casar. O que teve peso foi ele fazer-me a proposta e achar que era importante.

Uma concepção conjugalista da vida familiar alia-se a uma dimensão de individualidade forte em que o «espaço do eu» surge preservado no interior do espaço do «nós casal».

**G:** Eu nunca fiz assim grandes planos em relação ao futuro e nunca me concebi como casal. Para ser muito honesta, mesmo depois de estar a viver com o Simão cá em Lisboa, e de estarmos com um ritual na mesma casa e na mesma cama, eu só me concebi como casal a partir do momento em que engravidei. Aí é que eu tive que repensar a minha vida e tive que pensar nesses termos. Até aí eu estava com o Simão porque me sentia bem com ele e porque complementava a minha vida (...).

Percebe-se, ainda que apenas por intermédio do discurso de uma das partes, neste caso da mulher, as diferenças de género no casal. É ela quem tem, no casal, representações e normas de comportamento mais modernistas através, por um lado, da valorização dos laços emotivos e relacionais em detrimento dos laços formais e institucionais e, por outro, através de uma mais forte expressão do duplo movimento de «conjugalismo» e «individualismo» que atravessa actualmente a família.

**G:** Aliás, mesmo depois da gravidez, para mim não era muito importante casar, era importante era termos uma conversa e ver como é que as coisas tinham que seguir. (...) Porque ele gostava muito de mim, mas por outro lado, ele não concebia a ideia de eu, de repente, me tornar dependente dele do ponto de vista financeiro. (...)

Com essa conversa, Gabriela parece ter pretendido deixar bem claro se podia, ou não, contar com a solidariedade do cônjuge, de modo a garantir a segurança económica do filho que ia nascer, caso aquela viesse a revelar-se absolutamente necessária. O casamento acabou por ser a opção preferida, cuja concretização coincidiu com uma fase de mudança na vida de Gabriela, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. Pouco tempo antes de engravidar, ela tinha decidido optar pela investigação na instituição onde trabalha actualmente, assumindo, por um lado, os riscos de um vínculo laboral “mais frágil” e prescindindo, por outro, de um contrato de trabalho “fixo” mas com funções menos interessantes do ponto de vista da sua realização pessoal.

**G:** Isso encheu o Simão de perplexidade. (...) Eu acabei por casar precisamente nessa fase em que optei pela situação de bolsreira.

Na verdade, e segundo as palavras da entrevistada, Simão parecia estar na expectativa que ela se instalasse primeiro profissionalmente (sinónimo de arranjar um emprego estável) antes de tomar a decisão de casar, e depois ter filhos, mas a gravidez inesperada, não planeada<sup>150</sup>, veio alterar esse cenário ou trajecto esperado.

Para Gabriela, não é o casamento mas o nascimento do primeiro filho que representa incontestavelmente o momento de transição mais importante, percepcionado como o principal ponto de viragem na sua vida pessoal. Na perspectiva feminina, o casamento não é vivido como um ritual significativo que marca a passagem para a vida conjugal e familiar, até porque todos esses acontecimentos tiveram lugar durante o período de coabitação informal. Já no que diz respeito a Simão, o casamento parece implicar uma mudança estatutária entre a condição de solteiro e a de homem casado com filhos, inclusivamente, como vimos, em termos da imagem que ele julga ser mais adequada no espaço relacional. No seu caso, o desempenho dos papéis sociais esperados tende a coincidir com a formalização da relação conjugal e parental. Ele só parece ter assumido, ou querido assumir, plenamente a responsabilidade pela segurança material da família, com o casamento («vamos casar e regularizar, tu tens que ter segurança, eu é contigo que quero estar»).

A questão da segurança também pode ser vista na perspectiva masculina no sentido de proteger a paternidade que uma situação de conjugalidade informal torna, em princípio, mais frágil. Esta interpretação vai de encontro às palavras da entrevistada quando procura analisar a reacção do cônjuge face ao anúncio da gravidez.

**F:** Achas que o Simão relacionou o casamento e filha à protecção dos seus direitos como pai?

**G:** Eu acho que, de alguma forma, aquela reacção que ele teve em relação à questão da “mãe solteira”, ele sentiu que a paternidade não estava lá. (...) Faltava a confirmação pública de que ele é o pai. A verdade é que a nossa maternidade é mais inquestionável do que propriamente o papel deles. (...) Eles estão mais protegidos

---

<sup>150</sup> Embora não programada, ou intencionalmente provocada, pelo menos por parte do elemento masculino do casal, a gravidez foi bem vinda. Gabriela afirma: “Não fazíamos planos mas eu sempre assumi que gostaria de ter filhos e o X também. Ele também vem de uma família grande, são 5 irmãos e o sonho dele era ter 5 filhos e reproduzir um pouco o modelo que ele próprio viveu”. Em termos do seu grupo doméstico de origem, Simão pertence a uma família abastada do norte do país com raízes rurais; a mãe foi doméstica e o pai, também engenheiro, foi director de uma grande empresa pública em Lisboa.

no casamento, sem dúvida. Até numa separação o juiz tende a atribuir a guarda da criança à mãe e não ao pai, se houver uma relação não formalizada, eu acho que eles estarão numa situação ainda mais frágil.

A partir do momento em que a filha nasceu, a coabitação deixou de ser para ele e para ela, por razões diferentes, uma relação prática. Sendo mal vista pela família de Gabriela, constituía um obstáculo à criação de laços afectivos fora do núcleo restrito do casal.

**G:** A única vantagem do casamento face ao exterior é o Simão ser marido da Gabriela perante a família. As relações da família (...) estão estabilizadas: “Antigamente o Simão ia a casa dos meus pais só que não era acolhido da mesma forma, agora ele faz parte da família (...)”

A preocupação maior é, no entanto, para Gabriela, o bem-estar emocional, e material, das crianças:

**G:** (...) se eu não estivesse casada, essa relação tão diferente com certeza que iria arrastar com ela as minhas crianças.

Gabriela tem uma visão bastante pragmática acerca do casamento, nomeadamente no que concerne ao interesse dos filhos. Ela acha que, em caso de separação, eles encontram-se melhor protegidos através do casamento do que através de uma relação coabitante.

**G:** Ela estaria mais salvaguardada [*a filha mais velha*] nos seus direitos caso houvesse uma separação, mesmo em termos de garantias financeiras e de outros direitos. Face a ambas as famílias (...). Hoje em dia com a lei da coabitação, as crianças são extremamente protegidas, mas na altura talvez as coisas não estivessem tanto assim.

Proteger o bem-estar dos filhos, em várias esferas da vida social, incluindo a relação com a família e com a escola foi, de todas, a principal motivação para casar de Gabriela que superou, em termos de prioridade, a simples cedência, ou o desejo de corresponder à vontade do cônjuge.

**G:** A verdade é que quando a criança aparece no registo escolar como filha de pais sem uma situação de conjugalidade legalizada, apesar da lei ter alterado, sobretudo em alguns contextos, poderá cair sobre a criança uma espécie de estigma. Eu creio

que isto pode acontecer e foi por isso que eu casei. (...) Assim, como eu teria uma relação diferente com a minha família, se calhar também teria uma relação diferente com outras esferas. Apesar de haver uma lei, as mentalidades mudam muito mais lentamente e nós temos que viver com isso.

A entrada na parentalidade fora dos laços institucionais associada a uma maior autonomia feminina, acaba por ser o traço mais marcante da coabitação moderna, mesmo quando o desejo de aceitação e de reconhecimento social aproxima o casal, Gabriela e Simão, dos entrevistados do perfil de experimentação, principalmente dos sectores intermédios, mais preocupados com as consequências da coabitação a esse nível.

A chegada de uma criança constituiu certamente uma força extremamente importante que levou o casal a ultrapassar a fronteira da informalidade. Mas não só. Gabriela relata algumas situações em que ela se sentiu constrangida na apresentação de si própria («do eu») na vida quotidiana.

**G:** Por exemplo, nós fomos para a China passar um mês de férias, quando voltámos a nossa casa tinha sido assaltada. (...) Nesse tipo de contactos mais formais com pessoas estranhas colocava-se essa questão de como é que eu me apresentava (...). Eu não era a mulher dele, era amiga? Eu nessas situações dizia meu marido, já que a nossa relação era de conjugalidade. Mas lembro-me que nessa situação, o perito se virou para mim e disse: “ah! mas aqui está que o senhor é solteiro, casou entretanto foi?” Lembro-me dessas situações de constrangimento.

No discurso de Gabriela sobressai em primeiro plano o bem-estar pessoal e, apesar de ela ser mãe de três filhos, partilha com o conjunto de entrevistados classificados no perfil de coabitação moderna a aceitação «fácil» do divórcio. A separação é, ao nível representacional, um direito inquestionável. A felicidade da família e do casal depende da felicidade do indivíduo. As consequências da ruptura conjugal são avaliadas, sobretudo, em termos afectivos e emocionais e, nesse sentido, tanto faz estar numa relação juridicamente confirmada como numa relação informal.

**G:** Eu acho que o casamento em si não vem mudar absolutamente nada porque eu continuo a pensar que se deixar de me sentir bem com o Simão, se começarmos a evoluir em sentidos opostos e se começarmos a ter interesses que não conseguimos fazer coincidir (...). Naturalmente eu não vejo o meu casamento como sendo uma coisa que tem que ser para toda a vida. De um momento para o outro, tal como

dantes [na coabitação] nós podemos parar. Se eu estivesse a viver conjugalmente sem ter a relação instituída e tivesse que, de repente, reorganizar a minha vida, a separação em termos de vivência afectiva seria tão complicada como o divórcio.

Ela não foi viver junta com o intuito de preservar, ou afirmar, a autonomia pessoal e a igualdade na relação do casal, porque quer a primeira, quer a segunda dimensão, já fazem parte, à partida, das suas concepções sobre a conjugalidade:

**G:** Não, de maneira nenhuma, isso não é negociável, temos que nos respeitar mutuamente nesses termos, só assim sobrevivemos.

No que diz respeito às representações sobre a relação do casal, Gabriela não distingue coabitação e casamento, nomeadamente em matéria de compromisso, (in)dissolubilidade dos laços, (in)diferenciação de papéis femininos e masculinos, autonomia e liberdade individual. São os filhos que marcam a diferença entre o antes e depois, introduzem mudanças significativas na vida do casal e conduzem a reformulações, de sentido mais ou menos igualitário, nos papéis e competências de género.

**G:** Eu quando estava a viver junto, o perfil que eu tinha de casal era diferente do que tenho hoje, porque eu só mais tarde é que tive filhos e casei pouco tempo depois. Como é óbvio, ter ou não ter filhos faz a diferença. Nós tínhamos uma vida mais livre, com menos constrangimentos de horários. Hoje em dia temos que gerir continuamente as coisas (...).

Gabriela é mais um exemplo, como mostram outras pesquisas (Torres, 2002, Lalanda, 2005), da existência de investimentos polivalentes e espaços de identificação diversificados nas mulheres com elevados capitais escolares. Ela considera que a sua actividade profissional como investigadora, fonte de autonomia pessoal, é um domínio de gratificação tão importante como a família.

**G:** Eu não sou o que sou sem essa componente, tal como não seria o que sou sem a componente familiar. Eu sou um todo complexo e diversificado (...). Eu trabalho, tenho o meu espaço de autonomia nesse quadro de trabalho e tenho outro espaço noutra esfera, familiar, que entrosa muito com o trabalho também. (...) invisto na minha formação e na minha actualização enquanto investigadora e não deixo por

isso de ser também uma pessoa com uma família completa e extremamente realizada.

A dificuldade de conciliar vida familiar e vida profissional coloca-se não tanto na relação com a casa, uma vez que a presença diária da empregada doméstica liberta Gabriela da maior parte das tarefas domésticas, mas na relação com os filhos. Este constitui, na verdade, o principal foco de tensões entre o casal porque ela gostaria muitas vezes que ele tomasse conta dos filhos, para ela poder trabalhar, e ele não consegue, ou mostra-se à partida menos disponível para desempenhar esse papel:

**G:** O facto de eu ter muitas vezes que levar as coisas para casa para escrever e trabalhar, isso é um factor de tensão. Ele até compreende e até aceita, mas cria tensão porque os miúdos quando descobrem que eu estou em casa, querem estar em cima de mim. Eu às vezes digo ao Simão: “tu não és capaz de os agarrar, eu estou a precisar de me concentrar, estou a precisar de trabalhar”. Eu tenho que fingir que vou trabalhar, despeço-me deles e finjo que vou para o trabalho para me poder fechar no escritório. Tenho que fazer uma encenação enorme porque se eles descobrem que eu estou em casa querem andar sempre em cima de mim.

O investimento nos estudos e na profissão, por um lado, e o papel maternal, por outro, acabam por ser áreas concorrenciais, cuja compatibilização está na génese de quotidianos nem sempre fáceis de gerir.

**G:** (...) ter ou não ter filhos faz a diferença. Hoje em dia temos que gerir continuamente as coisas sempre em função dos miúdos que são extremamente pequenos e com imensas necessidades e actividades. Nós, por outro lado, também temos uma vida complexa do ponto de vista profissional, eu até mais do que ele (...). Há momentos em que eu tenho que trabalhar fins-de-semana e noites por força do meu trabalho. Por exemplo, quando eu estava a tirar o mestrado já tinha a Matilde e tinha um bebé recém-nascido e foi uma altura extremamente difícil.

Quanto à divisão de tarefas e competências de género no casal, Gabriela afirma que Simão é o gestor financeiro da família, sendo esse o seu papel principal ou pelo menos aquele que ela aparentemente mais valoriza. A ela também lhe agrada que Simão seja “o grande promotor de passeios de fins-de-semana” e quem “organiza tudo” no que diz respeito a viagens:

**G:** Eu estou a pensar na divisão de papéis que vamos fazendo entre os dois, ele é o gestor financeiro da família. Ganha muito mais do que eu. (...)

Actualmente, e desde que contrataram uma empregada, Simão deixou praticamente de trabalhar em casa (dantes ele lavava e estendia roupa, entre outras tarefas)<sup>151</sup> e está bastante arredado, quer dos afazeres domésticos quer, também, da prestação de cuidados aos filhos.

**G:** Ele no início da relação estava mais envolvido nas tarefas domésticas porque, inclusivamente, não havia empregada. Mas ainda hoje continua a fazer toda a gestão. É ele que organiza todas as papeladas, prepara os documentos todos para o IRS e põe as contas todas em dia.

Apesar dos serviços domésticos mais rotineiros e pesados (limpezas, passar a ferro) terem sido completamente externalizados, em casa Gabriela continua a assumir sozinha certas tarefas que surgem como uma espécie de prolongamento da função maternal. Ele discorda que ela lave roupa aos fins-de-semana já que “se estão a pagar a uma empregada” não vale a pena estar “a perder tempo livre, que é precioso, com essas coisas”; ela, por sua vez, acha que “isso não se compadece com o ritmo dos miúdos que sujam imensa roupa”.

Para além de gerir o dinheiro e pagar as contas (“porque ele é extremamente metódico”), Simão faz compras para casa (“eu não tenho paciência”), arruma brinquedos fora do lugar (“a ele faz-lhe imensa confusão chegar a casa e ver a sala com bolas e carros espalhados”), e leva os miúdos à escola de manhã. Quanto ao resto, é ela que está “muito presente nos cuidados com as crianças”.

**F:** Quais são as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças que umas vezes são feitas por ti e outras pelo Simão?

**G:** Eu estou muito presente nos cuidados com as crianças. Ele leva os miúdos à escola de manhã e neste momento eu é que os vou buscar (...). Mas quando ele vier para Lisboa muito provavelmente vai ser ele (...). Quanto ao decidir o que vestir e vesti-los sou eu que o faço. (...) Eu sou uma pessoa muito despachada, o Simão levanta-se às 7.30 e eu às 8.00 horas. Ele perde esse tempo todo (...) a fazer a barba, a tomar banho, etc. Eu numa hora visto-me a mim e visto os miúdos todos, à

---

<sup>151</sup> Nos primeiros tempos de vida em comum, a divisão conjugal do trabalho doméstico era bastante igualitária, a avaliar pela contagem e tipo de tarefas realizadas por um e por outro, assinaladas por Gabriela.

excepção da Matilde que já se veste sozinha, mas tenho que andar sempre em cima dela (...).

Geralmente um bom indicador do maior ou menor envolvimento do cônjuge masculino na prestação de cuidados aos filhos pequenos diz respeito às vigílias e interrupções do sono durante a noite. Um segundo indício na avaliação da paridade e indiferenciação de papéis sexuais nos cuidados às crianças corresponde às situações de doença. Quer num, quer noutro caso, é Gabriela quem presta assistência aos filhos com o apoio, na retaguarda, da avó e com algumas estratégias individuais pelo meio.

**F:** Em relação aos filhos quem é que se levanta a meio da noite para cuidar deles?

**G:** Eu, porque o Simão é surdo e não ouve, sobretudo porque dorme sem aparelho (...). Às vezes o que eu faço é levantar-me e se estou cansada ou se estive a trabalhar até tarde, ponho o miúdo na cama dele e vou eu dormir para a cama do miúdo. Esta última criança rapidamente ficou sem cama de grades para eu poder fazer essa técnica que é fundamental para a minha sobrevivência saudável (risos).

**F:** Quem é que normalmente fica em casa quando eles estão doentes?

**G:** Normalmente sou eu, os miúdos nesse ponto de vista estão muito mais agarrados a mim. Às vezes (...) ficam com a avó.

**F:** Estão mais agarrados a ti?

**G:** Sim. Como o pai ouve mal, os miúdos às vezes querem contar uma coisa ao pai mas o pai não está a ouvir e isso, de uma certa forma, cria logo ali uma barreira.

Os miúdos estão, seguramente, mais dependentes da mãe em termos de cuidados no dia a dia. Gabriela justifica esse facto por eles estarem «mais pegados» a ela em termos relacionais, devido ao problema de surdez do marido. Como é a mãe que cuida deles, os filhos estão mais ligados a ela, mas Gabriela inverte os termos da equação para justificar a menor participação do marido nas tarefas rotineiras que dizem respeito às crianças. O elo de ligação afectivo supostamente mais forte da mãe com os filhos “naturaliza” alguma assimetria de género existente no casal, sobretudo ao nível do desempenho dos papéis parentais. A maternidade, mesmo para as mulheres mais diplomadas, aparece como reduto feminino, fonte simultânea de poder e desvantagem, trunfo e «destino», onde se jogam as relações de dominação entre os sexos.

Mas quando se tratam de passeios e viagens o cenário já é outro. Gabriela parece preferir viajar sem os filhos, e ter mais tempo para o casal, enquanto que o cônjuge é “muito agarrado aos miúdos” e não se quer separar deles nas férias, mesmo nas viagens ao estrangeiro.

**G:** O Simão é muito agarrado aos miúdos. Nós normalmente todos os anos fazemos uma viagem para o estrangeiro, e para ele é extremamente difícil conceber ir sem as crianças. Por exemplo, este ano vamos uma semana para o Brasil e pela primeira vez vamos sem eles.

**F:** Ficam com familiares?

**G:** Sim, com a minha mãe ou com as tias, ainda não sabemos muito bem, (...) a nossa família é muito alargada e portanto há sempre recursos.

A divisão de tarefas e papéis de género, hoje em dia estabilizada mas não completamente fechada à negociação, não parece engendrar conflitos entre o casal. Gabriela diz que não tem muita paciência para “negociar coisinhas miseráveis” mas revela, por outro lado, possuir mais «anti-corpos», em comparação com outras mulheres menos escolarizadas, para resistir ao desequilíbrio sempre eminente na repartição das tarefas e cuidados com os filhos.

**F:** Acontece-te que, para evitar conflitos, acabas por realizar tarefas ou assumir a responsabilidade de coisas que na tua opinião deveriam ser assumidas ou repartidas pelos dois?

**G:** Eu quando quero que uma coisa seja feita, faço-a eu, não tenho muita paciência para estar ali a negociar coisinhas miseráveis. Se é para fazer, faço-o eu. Mas se eu vir que as coisas estão a cair muito em cima de mim, digo que não sou a escrava Isaura lá de casa e temos que ver as coisas para entrarem na normalidade.

Quanto aos modos de fabricar a coesão do casal, Gabriela defende uma regra de autonomia relativa em todos os domínios da relação do casal excepto na comunicação a dois, área onde ambiciona uma partilha total; já em relação à organização do dinheiro, ela pretende reservar algum espaço para si fora do controlo do nós-casal.

**G:** Ele controla as contas todas, não no sentido de saber se eu fiz ou não mal, mas é aquela necessidade. Eu, para manter o meu espaço, enquanto ele passou todas as contas dele para o nome de ambos, eu tenho uma conta [*poupança*] que eu

mantenho só em meu nome. Quando me apetece fazer alguma extravagância e não me apetece perguntar ao Simão sobre o que ele acha, como ele sempre faz, é a essa conta que eu vou.

Um discurso que coloca o acento tónico na autonomia, mediante o desenvolvimento profissional, é acompanhado por práticas conjugais fusionais, sobretudo em matéria de tempos livres e sociabilidades vividas fora do contexto de trabalho. É o nós-casal mas também o nós-família que protagonizam as saídas e convívios fora de casa, durante os fins-de-semana e as férias. Aliás, «nós os cinco» emerge como instância de referência identitária mais saliente na sua concepção de família aberta ao exterior.

**G:** Nós temos uma relação sexual que é extremamente gratificante, nós temos três crianças espectaculares, gosto imenso deles e completam-nos imenso. A nossa família somos nós os cinco. A nossa relação de casal existe e é muito importante, mas a nossa família somos nós os cinco e o equilíbrio está aí.

Gabriela procura nitidamente um equilíbrio entre, por um lado, a construção de espaços de autonomia pessoal e, por outro, a vivência em casal e em família nuclear, vistos simultaneamente como espaços distintos e complementares.

Nos Sábados, por exemplo, Gabriela vai umas vezes ao “ginásio”, outras vezes ao “inglês”, enquanto Simão sai de manhã para ir às compras; à tarde, o casal costuma ir passear com os filhos e à noite vão jantar a casa dos irmãos dele, onde entram também amigos comuns.

**G:** Nós temos dez anos de diferença (...) mas os amigos dele anteriores à nossa relação mantêm-se tal como os meus. Os irmãos do Simão são todos solteiros e a casa deles é normalmente um ponto de encontro ao fim de semana onde vamos jantar sempre ao sábado. (...) há sempre também amigos envolvidos nesses jantares.

Importa ainda frisar, por fim, que as razões para coabitar foram fundamentalmente baseadas nos sentimentos destacando-se, nesta fase, uma espécie de recusa em planear a vida privada até ao momento de entrada na parentalidade. As razões para casar são diversas, mais programadas e pragmáticas<sup>152</sup>. Gabriela acabou por fazer «um bom

---

<sup>152</sup> A espontaneidade dos sentimentos associada à coabitação contrasta com a «racionalidade» do casamento. Acerca deste último Gabriela comenta: “Eu nunca ponho em

casamento». Ganhou em segurança económica, o que lhe permite contrabalançar alguns inconvenientes da sua actividade profissional, e pratica um estilo de vida a que dificilmente teria acesso se não fosse a circunstância de Simão usufruir de uma posição e de níveis de rendimento superiores. As desvantagens femininas relacionadas com a existência de alguma desigualdade de género no casal, ao nível das tarefas e cuidados com os filhos, são compensadas por via das vantagens materiais e simbólicas de uma relação conjugal formalizada que representou, por um lado, uma trajectória de mobilidade ascendente, e permitiu, por outro, o acesso aos recursos da família alargada.

---

questão o amor um pelo outro, não precisava de nenhuma prova. Foi até uma coisa racionalizada e até pouco impulsiva desse ponto de vista porque teve a ver com um acontecimento extremamente importante que foi o nascimento de uma criança. Não foi uma coisa impensada, nem tomada de ânimo leve de um momento para o outro”.

Neste ponto da nossa exposição, vale a pena discutir as diferenças e semelhanças, algumas mais notórias, outras mais subtis, entre os entrevistados agrupados sob a designação de coabitação pré-nupcial, principalmente entre o perfil de experimentação e o perfil moderno dado a sua maior proximidade.

No interior do agrupamento pré-nupcial, descobrimos vários perfis de coabitação cujo significado aponta para concepções, percursos e comportamentos distintos: a coabitação de noivado e a coabitação de experimentação. Dentro daquela categoria foi possível identificar ainda um terceiro perfil descrito anteriormente como «moderno». Tratam-se dos casos de Gabriela e Mariana, ambas dos sectores intelectuais e científicos, que casaram, a primeira ao fim de três anos e a segunda após cinco anos de coabitação, quando os filhos tinham, respectivamente, um ano e dois anos de idade. Neste aspecto, tanto uma como outra constituem, na população estudada, casos excepcionais uma vez que os restantes entrevistados do perfil moderno<sup>153</sup>, quase todos com filhos, permaneciam em coabitação informal no momento da realização da entrevista, cuja duração, das respectivas uniões, é, em alguns casos, superior.

O caso de Leonor partilha alguns traços da coabitação moderna, tal como a desafecção face ao casamento (“eu não tinha desejo de casar, para mim é indiferente”), a visão deste como uma formalidade prática que acontece por razões exteriores ao casal e não vem acrescentar sentido à união, o acento nos aspectos relacionais, a maior autonomia feminina e relações de género igualitárias.

**L:** O laço formal acho que não é importante (...). Acho que não foi o facto de termos casado, se calhar a nível dos pais tudo bem, seria diferente. Mas em relação à nossa relação acho que não teria mudado nada. Eu acho que o casamento não veio acrescentar nada (...) é uma formalidade.

Tal como no perfil moderno, a coabitação é encarada como o prolongamento do namoro que dá início a uma entrada gradual na conjugalidade. No entanto, achámos preferível classificar este caso no perfil «experimentação» pela importância atribuída à pressão familiar para casar e pela existência de representações distintas acerca da coabitação e do casamento, associando a informalidade da relação conjugal a um

---

<sup>153</sup> Os entrevistados deste perfil perfazem um total de treze indivíduos, sete homens e seis mulheres.

compromisso menor, a uma maior liberdade individual para sair da relação caso esta não dê certo e para fabricar espaços de autonomia pessoal nos lazeres e sociabilidades. Comum a este subconjunto de entrevistados, à exceção de Alberto do meio operário, abrigados sob a designação de pré-nupcial, é pensar também o laço informal da coabitação conjugal como tendo efeitos negativos na estabilidade e durabilidade da união. Partindo do princípio que a separação é menos complicada, porque se joga apenas a nível privado, também Leonor pensa que por isso mesmo o casal terá tendência para cair na tentação da ruptura em vez de investir na resolução de problemas e divergências entre os dois.

A maior influência dos familiares e do meio no percurso de formação do casal e na decisão de casar não é alheia aos contextos sociais onde se movem os protagonistas da coabitação. Teresa escolhida como exemplo emblemático do perfil de coabitação moderna é filha de pais lisboetas, ambos professores universitários; Leonor é filha de pequenos proprietários agrícolas do Alto Alentejo. A mobilidade geográfica do campo para a cidade, ligada à mobilidade social através do investimento nos estudos e/ou na profissão - tal como aconteceu com Rui Pedro no perfil de noivado que veio para Lisboa estudar, arrastando mais tarde consigo a namorada, e em relação ao marido de Isaura que veio trabalhar - favorece a entrada em casal fora do quadro institucional. O facto de Leonor, de origem rural, estar a viver longe dos pais, aliada à conveniência de ter uma casa para morar, contribuiu para a entrada informal na conjugalidade que seria impensável se ela tivesse permanecido na terra em casa dos progenitores. Leonor é o exemplo típico da jovem universitária que ganha liberdade na grande cidade, começa a sair muito e a ter uma vida social muito intensa, ansiosa de conhecer pessoas novas e adquirir experiências que até então lhe estavam vedadas. Houve até uma altura em que ela se afastou do namorado, sem contudo terminar a relação, pois refere que durante um ano poucas foram as vezes em que o casal se encontrou e esteve junto. Esta parece ter sido também uma forma de libertação temporária de um namoro de longa data, iniciado numa idade muito jovem, e que incluiu as primeiras relações sexuais quer para ele, quer para ela <sup>154</sup>.

Em comparação com o perfil de experimentação de Leonor, nota-se no perfil moderno de Gabriela e Mariana uma relação do casal mais privatizada. Neste, o núcleo conjugal conserva a independência e autonomia face às relações com as gerações mais

---

<sup>154</sup> Apesar de ter começado a namorar aos 13 anos, Leonor garante que a iniciação sexual foi mais tarde, um com o outro, aos 20-21 anos, numa altura, portanto, em que ela já andava a estudar na universidade, fora do controle parental, e partilhava casa com colegas.

velhas, e à pressão do meio, quando ela existe, e resiste à formalização da união até se transformar numa família com filhos. No perfil moderno de meios qualificados, a entrada na parentalidade ocorre invariavelmente durante o período de coabitação informal numa primeira conjugalidade<sup>155</sup>, à semelhança da experimentação (e da coabitação masculina) numa segunda conjugalidade dos meios operários e executantes. No caso de Gabriela podemos até falar de um casamento de conveniência que se realiza devido às vantagens que representa o usufruto das redes de apoio familiares. No que diz respeito às entrevistadas academicamente mais qualificadas, Leonor, Mariana e Gabriela, subsiste uma visão desinstitucionalizada do casal, mais acentuada no perfil moderno, em que o casamento não está ligado aos sentimentos nem representa a fundação do casal (nem da família no perfil moderno) e é uma peça secundária no xadrez conjugal – uma mera formalidade a que se submetem de boa vontade para corresponder ao desejo e às expectativas dos familiares, para serem melhor aceites socialmente, nomeadamente no mundo do trabalho onde ambicionam ascender<sup>156</sup>, ou simplesmente para fazer a vontade ao cônjuge.

---

<sup>155</sup> Esta afirmação é válida tanto para aqueles que casaram (2) como para aqueles que no momento da entrevista, mesmo com filhos, permaneciam em união de facto (7). Todos os entrevistados com filhos (9) no perfil moderno, é necessário sublinhá-lo, entraram informalmente na parentalidade e são pais de crianças pequenas até 5 anos de idade. Dois casaram após o nascimento dos filhos (Mariana e Gabriela), e sete mantêm-se em coabitação. No perfil moderno há apenas três entrevistados sem filhos, dois deles ainda jovens e com projectos de parentalidade, e um quarto sem filhos comuns (mas com dois filhos dela) numa segunda conjugalidade. Os entrevistados classificados no perfil moderno, ao todo seis mulheres e sete homens, dizem geralmente respeito a casais em que ambos são solteiros, embora alguns já tenham passado por experiências informais de conjugalidade, e à excepção de dois casos, dos sectores intermédios, pertencem quase todos à pequena burguesia técnica e de enquadramento mais diplomada ou são dirigentes e profissionais liberais. Quanto à duração das uniões informais com filhos, dos sete casos mencionados, quatro vivem em uniões até 3 anos, dois há 5 e 8 anos, e, finalmente, há o caso de uma entrevistada que vive junta há 11 anos. Relativamente a percursos, representações e modos de funcionamento conjugais, os entrevistados do perfil moderno são muito parecidos, embora com variações, ao caso de Teresa (também ela mãe, mas após a realização da entrevista), escolhido como exemplo da coabitação moderna. Registam-se ainda três casos de entrevistados, sem filhos, cuja classificação é incerta, uma vez que as suas características oscilam entre a experimentação e o perfil moderno: o primeiro corresponde a um jovem casal recém instalado (há 5 meses) e o segundo há dois anos, ambos dos sectores intermédios; o terceiro, é o caso de um professor, o mais velho deste subconjunto (48 anos) que após um casamento de tipo tradicional reproduz na coabitação alguma desigualdade de género quanto à partilha das tarefas domésticas com a sua parceira, também ela professora, solteira, 10 anos mais nova e para quem, após 4 anos de vida em comum, é urgente engravidar (o casal não conseguiu até agora realizar esse desejo aparentemente partilhado por ambos).

<sup>156</sup> Esta conclusão refere-se sobretudo ao caso de Leonor e baseia-se tanto na leitura e interpretação do que ficou dito como dos «não-ditos» ou «entrelinhas» do discurso.

Para finalizar este capítulo, e antes de passar às conclusões gerais, gostaríamos de sublinhar que a relação entre a ideia de transitoriedade associada à coabitação pré-nupcial e as atitudes face ao casamento deste subconjunto de entrevistados é uma questão que não poderia deixar de merecer a nossa atenção, dado que os estudos realizados no nosso país indicam tratar-se de um tipo de coabitação maioritário (Ferreira e Aboim, 2002; Wall [org.], 2005). No perfil moderno cujo desenlace consiste na formalização da relação do casal, a coabitação parece ser encarada simultaneamente como uma etapa transitória e como uma alternativa «aceitável» ao casamento; no início da união tudo parece em aberto e a permanência numa situação informal não é um cenário rejeitado ou completamente posto de lado. O inverso acontece no perfil de noivado e de experimentação dos meios intermédios em que o casamento corresponde claramente a um desejo íntimo e constitui uma meta onde se pretende chegar. No perfil de experimentação de recorte familialista dos sectores mais desfavorecidos, a oficialização dos laços conjugais é um projecto que está presente desde o início, ou que subsiste como quadro de referência, mas são sobretudo os filhos que dão sentido à união. O perfil de experimentação pré-nupcial mais qualificado, identificado a partir do exemplo de Leonor, apresenta-se mais conformista em relação ao casamento do que o perfil moderno, dentro dos mesmos sectores sociais. Neste sentido, distancia-se deste último e aproxima-se da experimentação e do estilo de noivado associado aos meios intermédios. Se o desejo de casar está ausente, também não existem grandes expectativas ou vontade de permanecer numa situação informal, ao contrário do perfil moderno que se mostra sempre mais aberto quanto ao seu percurso e desfecho efectivo mesmo quando acaba por transitar para uma situação formal. Na experimentação, o casamento pode não traduzir um desejo íntimo nem um objectivo central em termos de projecto de vida – quando a esfera profissional implicando qualificações mais elevadas concorre com a esfera da família – mas espera-se, fundamentalmente, ao tornar a relação oficial, transmitir uma imagem de si mais de acordo com a normatividade social.